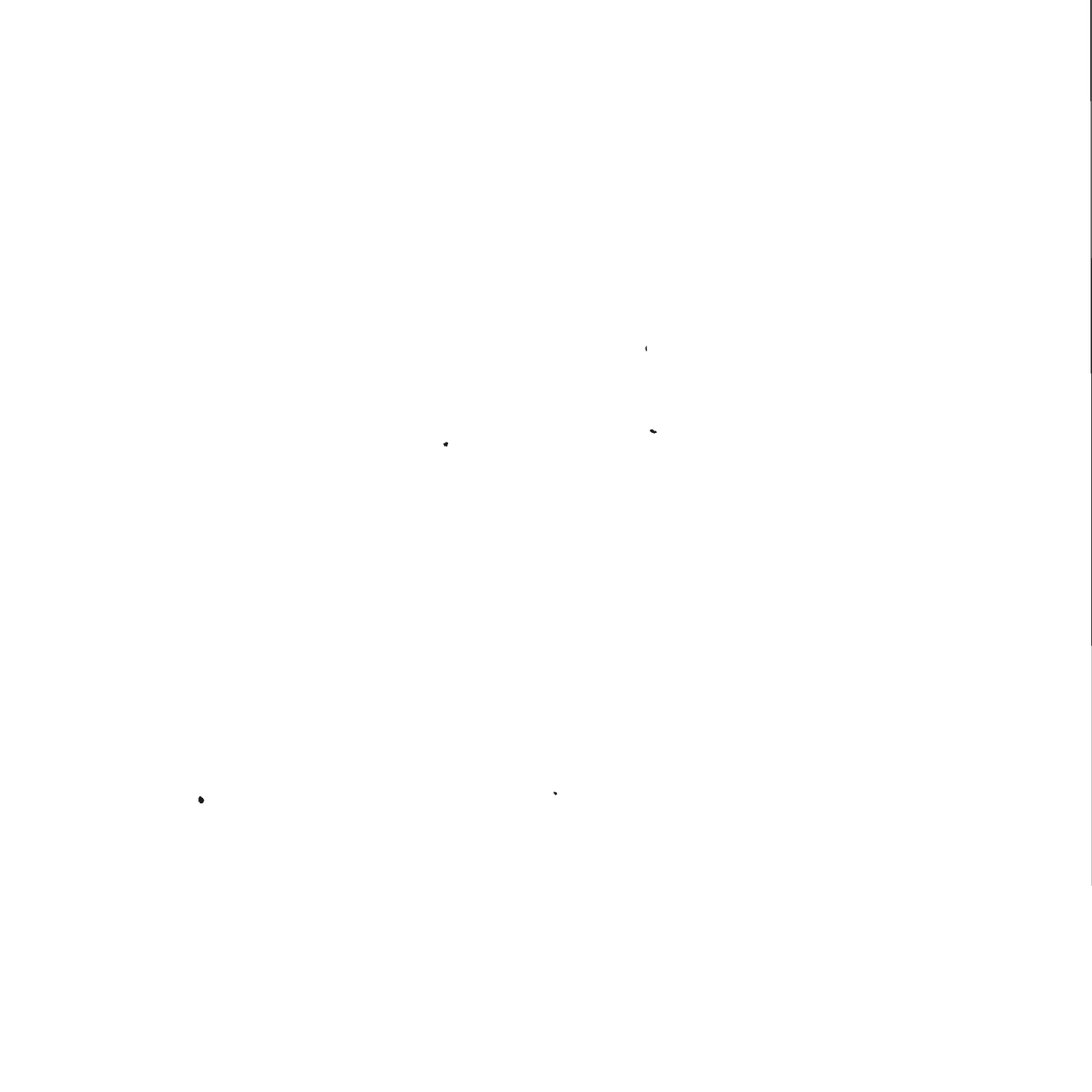


Páginas de História do Brasil

1923



*Serie 5.º*

BRASILIANA

*Vol. 93*

BIBLIOTECA

PEDAGOGICA

BRASILEIRA

---

SERAFIM LEITE

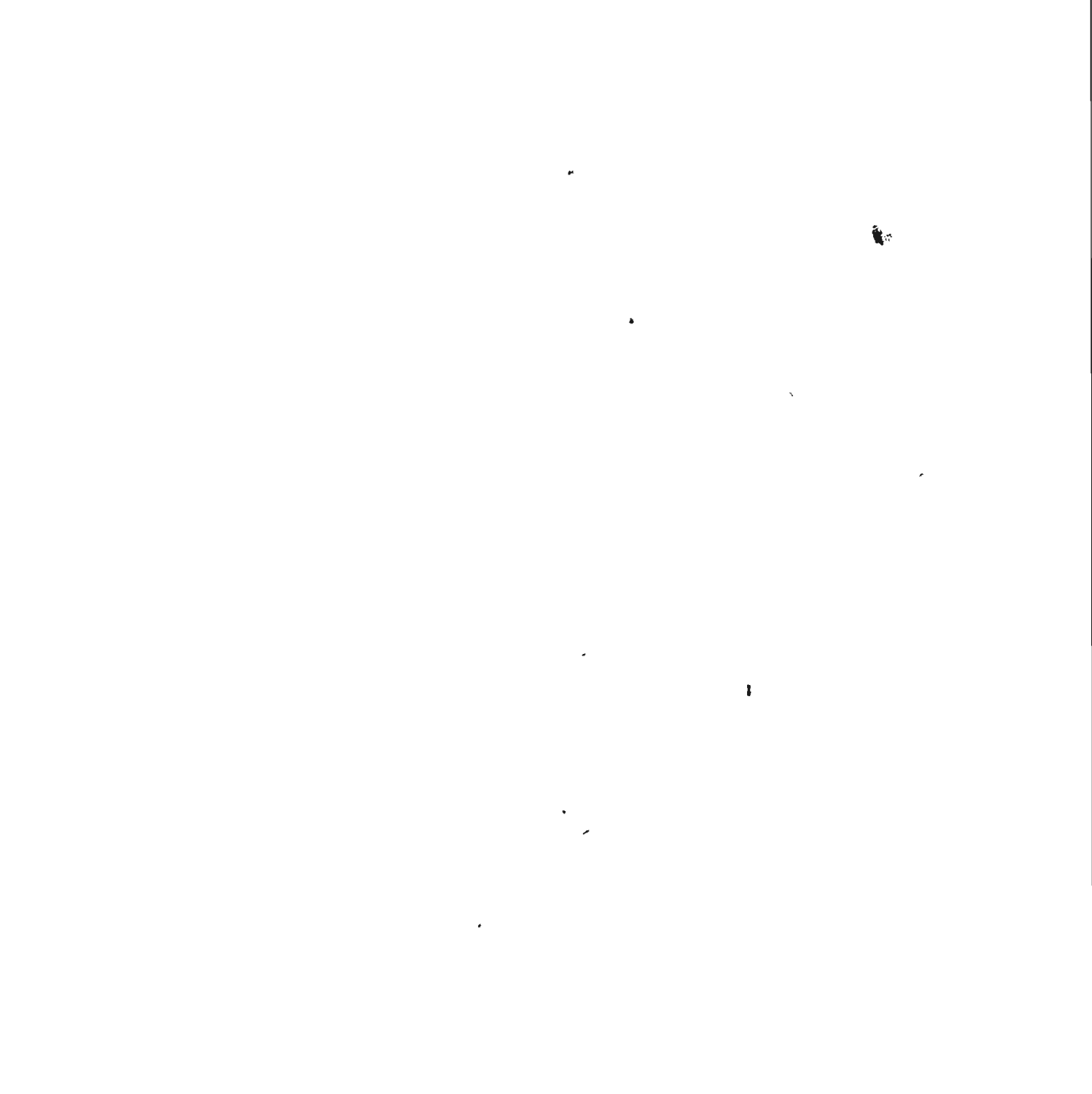
# Páginas de História do Brasil



1987

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio de Janeiro — Recife



***“Este Brasil he já outro Portugal.”***

*Fernão Cardim*, antes de 1590 (“Tratados”  
(Rio, 1925) p. 104.



## PREFÁCIO

*Disse Capistrano de Abreu, e, de tal autoridade, nunca será de mais que se rediga, a história do Brasil não se poderia redigir antes da história da Companhia de Jesus no Brasil. Com os seus arquivos cerrados á investigação, como tentar tal história, sem a colaboração da gloriosa Companhia, que educou o Brasil infante e nos deu as diretrizes de maioridade?*

*Foi quando, chegado o momento, nomeou a Sociedade de Jesus um dos seus, capaz entre capazes, para o mister de devassar seus documentos inéditos e publicar toda a verdade dêles, dando a conhecer factos ignorados, rectificando outros, deturpados até, sobre os próprios, expondo a versão dos arquivos... Vai ser obra memoravel, que servirá ao Brasil e honrara a Companhia.*

*Mas, na fábrica de grande edificio, sempre ao canteiro pródigo sobra cabedal de arte, que não entra na traça de suas fundações e pilastras, parêdes e altares, e demandam, pelo menos, um musêu: é este livro feito dêsse material. Nêle se reúnem estudos preliminares, lições de história do Brasil, umas que não importavam á da Sociedade de Jesus, todas essenciais a nossa historia, e são êsses prelúdios, que êste livro encerra.*

*São páginas de mestre, que os entendidos apreciarão, e serão como que o prefácio da história sistemática, que vai vir... Que dizer do autor delas, o Dr. Serafim*

*Leite, S. J.?* A escolha de seus pares, êle bem par dos mais, já diz muito. Os seus estudos publicados no "Jornal do Commercio", do Rio, ditos nas Sociedades sábias do Brasil, dos quais, sucessivamente sempre fez gabo e galardão a Academia Brasileira, revelam como os leigos ratificaram as cartas de crença, dos religiosos. Finalmente, em concurso público, um grande prêmio sobre a história da fundação de São Paulo, lhe foi conferido. Agora é apenas o remate do livro, que reúne, num corpo, essa sabedoria esparsa.

Como nem êle, nem nenhum dos seus poderia dizer isso, pois, — para a grandeza não lhes escasseia nem a modéstia, — estou aqui para dizê-lo, desautorizadamente embora, por nós, que tanto devemos à Companhia de Jesus, — que nos fez a nossa história inicial —, e que ficaremos a dever ainda a um dêsses grandes jesuitas, que no-la conta — como só êles poderiam fazê-lo — essa história...

Lisboa, natal de 36.

AFRÂNIO PEIXOTO



## NOTA

Estas humildes «páginas» são de tríplice feição:

Conferências;

Apresentação de documentos inéditos;

Parágrafos da «História da Companhia de Jesus no Brasil» da antiga Assis'ência de Portugal.

Portugal, Brasil, Jesuitas... unidos numa obra comum de civilização cristã.

Tendo cada «página» a forma própria do seu gênero, dá-lhes unidade a todas o versarem, na realidade, a história do Brasil, e terem, como substratum, notícias hauridas nos documentos coevos, cujos autores, muitos dêles, foram simultaneamente testemunha e objecto dessa história.

As fontes impressas anotam-se nos lugares correspondentes. As manuscritas provêm de diversos arquivos da Europa. As do Arquivo Geral da Companhia de Jesus (*Archivum S. I. Romanum*) indicam-se com a denominação latina, abreviada, da procedência, e com o número do códice e fólhos respectivos.

Abreviaturas usadas:

*Bras.* (Brasília).

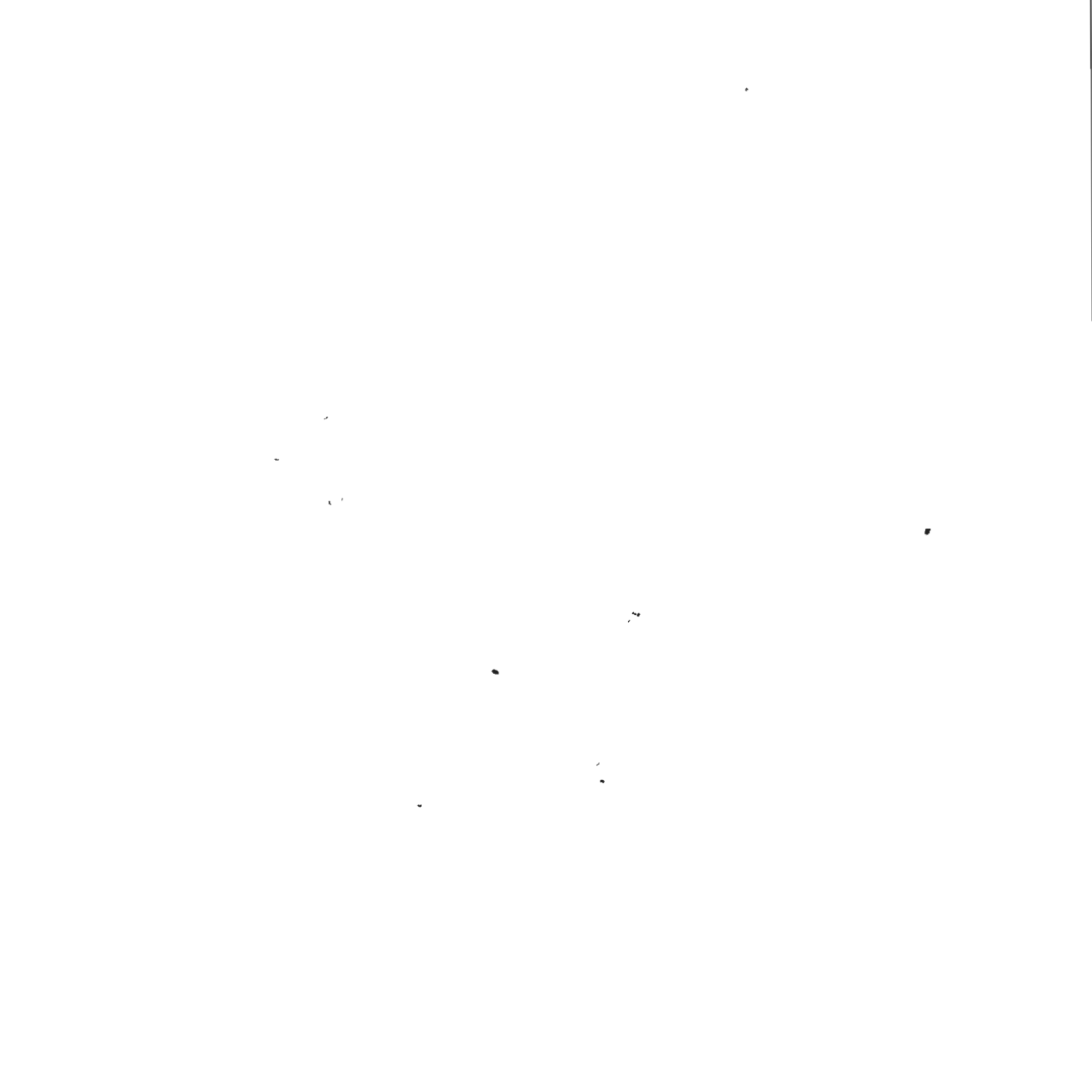
*Congr.* (Congregationes).

*Hist. Soc.* (Historia Societatis).

*Lus.* (Lusitania).

*Opp. NN.* (Opera Nostrorum).

S. L.



## INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA FORMAÇÃO DO BRASIL

CONFERÊNCIA NO CURSO DE  
FÉRIAS DA FACULDADE DE  
LETRAS DA UNIVERSIDADE DE  
LISBOA

(8 DE AGOSTO DE 1935)

O Brasil nasceu cristão. Ilha de Vera-Cruz lhe chamou o seu primeiro historiador, que foi também um dos seus descobridores. Se depois, por ser a terra abundante de pau brasil, lhe ficou o nome de Terra do Brasil, nem por isso se pode suprimir a página histórica de Pero Vaz de Caminha, primor de simpatia e observação.

Na armada de Pedro Álvares Cabral iam alguns franciscanos, missionários da Índia. O superior deles, Fr. Henrique de Coimbra, disse missa no recife da Coroa Vermelha, costa de Pôrto-Seguro, no dia 26 de Abril de 1500 (domingo de Pascoela). Assistiu a gente da armada e junto do Capitão via-se "a bandeira de Cristo, com que saíra de Belém, a qual esteve sempre alta da parte do Evangelho". Alguns duzentos índios, com os seus arcos, andavam a distância na praia.

Do recife era preciso passar à terra firme. O acto official da posse do Brasil realizou-se na sexta-feira seguinte, que era o primeiro de Maio. Em vez do habitual padrão arvorou-se uma cruz ou melhor uma cruz-padrão. Vítor Meireles e Pedro Peres fixaram em telas conhecidas êsse acto augusto. Pedro Álvaro mandára construir uma grande cruz, de madeira indígena. Escolhido o sítio, trouxeram-na em procissão. "Plantada a cruz, diz Caminha, com as armas e divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe haviam pregado, armaram um altar ao pé dela. Disse missa o Padre Fr. Henrique". Ao lado de Cabral assistiam Bartolomeu Dias, descobridor do Cabo da Boa-Esperança, Nicolau Coelho e outros heróis da Índia. Estavam também presentes uns cinquenta ou sessenta índios da terra. Quando êles viram os Portugueses a carregar a cruz para o sítio onde se devia arvorar, chegaram-se e ajudaram-na a trazer. Foi o seu primeiro acto de cooperação. Não foi o último, naquela jornada célebre. Durante a missa, quando se erguiam os Portugueses, erguiam-se os Índios, e se ajoelhavam, ajoelhavam também. "E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, êes se puseram todos assim, como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que certifico a Vossa Alteza que nos fêz muita devoção".

Tem a data dêste dia a carta que Pedro Vaz de Caminha enviou a D. Manuel, o Venturoso. Antes de a terminar, expõe a sua opinião: "Segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhe falece outra cousa, para ser toda cristã, do que entenderem-nos; porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm". E, dando notícias e esperanças do que a terra poderia ser, acrescenta: "Contudo o

melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”.

No primeiro contacto de Portugal com o Brasil, ficou arvorada a Cruz. Era um símbolo e uma promessa. Mas não era ainda a semente. Esta viria, prolífica e abundante, quasi meio século depois, em 1549, com a instituição do Governo Geral e a chegada dos Jesuítas.

### Factores religiosos.

O período intermédio faz lembrar certas casas apaçadas. Depois dum pórtico majestoso, segue-se o campo ao ar livre, com alguma árvore ou estátua, aqui e além: só mais distante se ergue o palácio que se busca. Nestes 49 anos aportaram ao Brasil, nas regiões de Pôrto-Seguro e Santa Catarina, alguns religiosos, que não chegaram a aprender a língua brasílica. Um deles morreu afogado no Rio do Frade (daqui o nome do rio) e os outros foram mortos pelos indígenas, segundo a versão de Anchieta. Da sua actividade apostólica não ficaram vestígios.

Alguns sacerdotes seculares completam o quadro do clero neste período obscuro. Mas esta gente ia para o Brasil ou por ser indesejável em Portugal ou por motivos de interesse imediato, como os próprios colonos. Nestas condições, não se elevavam acima deles. Sem defesa espiritual suficiente, enredavam-se, em geral, nos meandros da mancebia. Esvaía-se o zêlo; anulava-se o prestígio, e faziam mais mal do que bem com o exemplo de uma vida livre e interesseira, em desacôrdo com a própria vocação.

Depois da chegada dos Jesuítas, melhorou a condição daqueles sacerdotes. E a pouco e pouco foram-se

erigindo os quadros hierárquicos: a diocese da Baía, em 1551; a Administração Eclesiástica do Rio de Janeiro, em 1576. Os portugueses tinham os seus párcos.

A seguir a 1580, isto é, mais de trinta anos depois do apostolado dos Jesuítas no Brasil, vieram estabelecer-se na Colónia os Beneditinos, os Franciscanos (agora de modo fixo), e os Carmelitas. A actividade destes diversos Religiosos começou a sentir-se no fim do século e nos seguintes. Eles, com o clero secular, concorreram com a sua parte, preciosa sem dúvida, para a cristianização da terra. Mas todos os historiadores afirmam unânimemente, em face dos documentos, que a Companhia de Jesus, foi a iniciadora do movimento espiritual do Brasil, guiando por sua mão, segura e maternal, o despertar da grande nação para a civilização cristã.

Sem desconhecer o concurso dos demais, pode-se, sem receio, emitir esta proposição exacta: *a história da Companhia de Jesus no Brasil, no século XVI, é a própria história da formação do Brasil nos seus elementos catequéticos, morais, espirituais, educativos e em grande parte coloniais.* A contribuição de outros factores religiosos não modifica sensivelmente estes resultados.

## **A Companhia de Jesus.**

A Companhia de Jesus tinha nove anos de existência oficial, quando chegou ao Brasil em 1549. Período, portanto, que se pode chamar de expansão, caracterizado pelo espírito de iniciativa, disciplina criadora, entusiasmo que facilita a conquista. Quinze dias depois de chegarem, já tinham os Jesuítas desencadeado a ofensiva contra a ignorância, contra as superstições dos índios, e contra os abusos dos colonos. Abriram escolas de ler e escrever; pediram a Tomé de Sousa que restituísse a suas terras os

índios injustamente cativos; iniciaram a campanha contra o hábito de comer carne humana: catequese, instrução, obras sociais, colonização...

Indiquemos alguns factos característicos que ajudem a conhecer a formação do Brasil, expressa naquela sua tão elogiada unidade de língua, de religião e de território, tríplice unidade que faz o orgulho do Brasil e é um reflexo do método colonizador de Portugal. Falando-se da Companhia de Jesus no Brasil, não se pode abstrair da nação que a enviou lá e lhe proporcionou os meios materiais e prestígio bastante para desenvolver os seus recursos, e imprimir naquela terra virgem a feição que possui de incontestável grandeza.

### **Catequese e adaptação.**

Na Baía, à chegada do Governador Geral, estavam o *Caramuru*, com alguns portugueses, e os seus filhos e netos. Dois dias depois, a 31 de Março de 1549, celebrou missa o P. Manuel da Nóbrega, superior dos Jesuítas (e foi a primeira que eles disseram no Brasil) à sombra dum grande cruzeiro, feito de paus. Assistiu o Governador Tomé de Sousa e todo o arraial.

Depois, os Padres puseram-se a observar a terra. E a visão inicial foi boa: e assim lhe ficou para todo o sempre!

Enquanto o Governador tratava da fundação do Salvador e da posse da terra, os Jesuítas cuidavam da conquista dos espíritos.

Não perderam tempo com adultos. Sabiam perfeitamente que as mentalidades se formam na juventude. Também sabiam que para atrair crianças não há como crianças. Em 1550, trouxe a segunda expedição de Jesuítas.

tas alguns meninos orfãos, colhidos ao acaso na Ribeira de Lisboa, educados já no Colégio que fundara Pero Domenech. Estes órfãos de Lisboa seriam os agentes de ligação com os meninos índios do Brasil. E assim foi. Fraternizaram. Cada qual aprendia a língua dos outros: os índios, a portuguesa; os portugueses, a brasílica. Também cantavam. E os seus cantares iam por vezes bem longe, atingindo as almas dos pais, amantes de cantorias e música. Para captar os corações dêste gentio, permitiram os Padres que os meninos de casa (índios e órfãos) juntassem às suas canções, à moda de Portugal, as cantigas indígenas; enterrassem os mortos com música; e cortassem o cabelo segundo o costume da terra. Era a adaptação consciente; era a ponte que os Jesuítas lançavam entre a vida americana e o Cristianismo: adaptação ao secundário, para a conquista essencial do espírito.

Surgiram as contradições. D. Pedro Sardinha, o bispo recém-chegado, opôs-se, a êsse sistema. Escreveu um libelo contra os Jesuítas, que enviou a El-rei. Invoçando a sua experiência da Índia, dava aqueles usos como ritos gentílicos. Nóbrega respondeu que a experiência da Índia não se podia invocar no Brasil, terra de civilização rudimentar, completamente diversa. Nem se podiam intitular ritos gentílicos os costumes de homens, que não possuíam culto público nem ídolos. A conversão dos Índios do Brasil não era questão *doutrinária* era questão de *costumes*. Requeria a boa prudência que se permitissem os indiferentes ou secundários, para atrair os índios com mais suavidade e os levar a abandonar, com mais prontidão, costumes fundamentalmente maus como a antropofagia e a poligamia. Assim pensavam Nóbrega e os Jesuítas. E nesta adaptação precederam de muitos séculos o moderníssimo Spalding.



## **Antropofagia.**

O combate ao vício de comer carne humana principiou muito antes da catequese propriamente dita. Os padres chegaram a arrancar, em pleno terreiro, das mãos das velhas, dispostas já a cozinhá-lo para um banquete, o corpo morto de um índio. Tal audácia ia-lhes custando a vida. Com a ajuda de Tomé de Sousa saíram felizmente indemnes. E, com método e com a cooperação de Mem de Sá, que impôs sanções legais contra êsse terrível costume, a antropofagia desapareceu em breve entre os índios, que se punham em contacto com os Portugueses. Foi uma das primeiras conquistas morais dos Jesuítas.

## **Poligamia e mancebias.**

A poligamia entre os índios era bastante vaga. Não era fácil distinguir entre as várias mulheres, que tinham simultânea ou sucessivamente, qual seria a legítima. Houve várias consultas teológicas sôbre o assunto. Os Jesuítas trataram, neste caso, de ser pragmatistas. Eri-giram um sistema de protecção monogâmica; favoreceram o aldeamento dos índios. E, para que os lares fôsem cristãos, levaram os índios a viver não em malocas promíscuas e comuns, mas em casa própria com terras de cultivo não longe dela.

Pior que êste, havia outro elemento de desmoralização perene. Os brancos, apenas chegavam à terra, admitiam as índias em casa; aliás as índias tinham nisso a suprema honra. A falta de mulheres brancas para se casarem com os colonos levava os Jesuítas a pedirem que fôsem de Portugal orfãs pobres, que se casariam tôdas; até as "erradas" achariam marido...

Mas êste caso era difficil e grave. Os colonos, vindos de Portugal, ou nascidos já na terra, preferiam muitas vezes, ter em casa uma índia, que lhes servissem ao mesmo tempo de criada. Quere dizer: queriam tôdas as vantagens do homem casado sem nenhum dos encargos matrimoniais. Porque, depois de terem em casa as índias o tempo que lhes parecia, não raro as abandonavam. O único recurso, que restava aos Jesuítas, era negar a êsses tais o acesso aos sacramentos. Pois, ainda que outros lho concediam, êles tiveram a coragem de o negar. ¿Acarretou-lhes isso más-vontades, intrigas e contradições? Sem dúvida. Mas a sua attitude constante foi um elemento precioso e forte para o saneamento da moralidade pública.

### **Cativeiros injustos.**

A grande cruz dos Jesuítas no Brasil, e na qual haviam de ser afinal crucificados, foi a da liberdade dos Índios.

Os índios, como tôdas as civilizações primitivas, possuíam espírito demasiado ingénuo para se defenderem eficazmente contra a astúcia dos civilizados. Ora os colonos precisavam de braços. Quem embarcava para o Brasil, ou ia constrangido (degredado), ou como funcionário público, ou como mercador. Em qualquer das hipóteses, procurava compensações materiais. E é natural; ninguém deixa o torrão natal por simples prazer. A terra era farta. Houvesse mão de obra, e seria a riqueza. O cativeiro dos índios nasceu desta ideia. Em tal emergência, a posição dos Jesuítas, tendo em vista os princípios da moral e da jurisprudência da época, foi esta: o cativeiro pode ser justo ou injusto. Caso em que poderia ser justo: Está um índio prestes a ser morto e devorado

em terreiro por uma tribu contrária. Chega um branco — e compra-o. Admitia-se, então, que entre perder a vida e perder a liberdade, era menos mal perder a liberdade.

Mas êstes casos eram pouco freqüentes. Por isso, os brancos, aproveitando-se das condições de manifesta inferioridade em que se encontravam os índios, introduziram entre êles, em ocasiões de fome, criadas às vezes pelos próprios colonos, o costume nefando de se venderem a si próprios ou aos seus parentes, a trôco das subsistências ou objectos necessários à vida. No Brasil, não existia a instituição da escravatura, como na África, anterior à vinda dos Portuguezes. Êsse costume foi-se metendo, até chegar a uma quasi exploração industrial no tempo dos Bandeirantes. Há várias espécies de *Bandeiras*, algumas de sentido glorioso. Falamos aqui unicamente das expedições, organizadas com o fim expresso de cativar índios nas regiões onde habitavam. É o chamado *ciclo da caça ao índio*, eufemismo usado para mascarar a *caça ao homem*. Esta caça foi combatida tenaz e invariavelmente pelos Jesuítas, numa luta porfiada, com alternativas de triunfo ou de derrota. Como os índios, afinal, eram homens, a sua attitude, a-pesar dos seus detractores, ficará na história da humanidade como uma das campanhas mais puras a favor da liberdade humana, só comparável e superior à que no mesmo Brasil se conhece com o nome de Campanha Abolicionista, bem tarde, no século XIX, a favor dos escravos africanos.

## Aldeamentos.

Um dos primeiros actos dos Jesuítas para a defesa dos Índios foi criar aldeias próprias para êles: corola de

povoações com que circundaram a Baía e outras cidades. Ali, adquiriam os Índios hábitos de trabalhos, cultivavam as terras, viviam matrimonialmente, educavam os filhos, exercitavam as indústrias mais usuais e necessárias, que os Jesuítas pessoalmente lhes ensinavam, de tecelões, alpargateiros, ferreiros, pedreiros.

Destas Aldeias, saíram os mais eficazes auxiliares nas guerras do Brasil contra os inimigos internos ou externos.

Cada aldeia tinha a sua igreja e escola. Os meninos índios gostavam de música e do canto, e purificavam insensivelmente a disposição inata para as cerimónias suntuosas do culto, compatíveis com a majestade e grandeza do cenário da floresta.

## Obras sociais.

Nestas aldeias tiveram os Padres ocasião de exercitar mil actos de caridade individual e social. Os Índios, acostumados a uma vida de dispersão pela selva, resentiam-se ao comêço do apêrto das povoações. De-vez-em-quando, eram vítimas do impaludismo, das bexigas, e outras epidemias. Nestas desgraças públicas, os Jesuítas, que já eram médicos da alma, transformavam-se em médicos e cirurgiões do corpo até sucumbirem, muitas vezes, na liça. Eles assistiam aos doentes, consolavam-nos, sangravam-nos. Nas Aldeias e até em vilas como São Paulo de Piratininga, a botica do Colégio era o reservatório geral de todos. No Rio de Janeiro, quando da estada ali da armada de Flores Valdez e Pero Sarmiento, destinada ao Estreito de Magalhães, grassaram entre os expedicionários doenças contagiosas. Para os socorrer, lá estavam os Jesuítas. E dessa assistência surgiu, ou se ampliou em moldes efectivos, a Misericórdia do Rio de

Janeiro. Eles eram, às vezes, o supremo recurso do condenado, quando lhe faltava a demais esperança. João de Salazar e outros espanhòes iam, da Costa do Brasil para o Paraguai. Saem-lhes ao caminho os Índios para os matar. Nóbrega, avisado, salva-lhes a vida. O aventureiro inglês, Knivet, da armada de Cavendish, condenado à morte pelo Governador do Rio de Janeiro, Sa'vador Correia de Sá, pediu a interferência dos Jesuítas, e teve a vida salva.

Os Índios nada sabiam de solidariedade e de previsão do futuro. Nas aldeias da Baía, fundam os Padres confrarias e corporações à moda de Portugal: as primeiras lutuôsas brasileiras datam de 1573. E era coisa naturalmente digna de ver-se concorrerem os Índios, apenas saídos da barbárie, e em pleno século XVI, com a sua quota-parte para um fim colectivo.

## Métodos de trabalho.

A vida dos Índios, quando chegaram os Portugueses ao Brasil, estava na escala inferior da civilização. Não é possível subir a um grau superior sem necessidades correspondentes. Os Índios não as tinham. O rio ou o mar dava-lhes o peixe; a floresta, a caça. Vestuário não era preciso, sobretudo para os que habitavam as regiões tropicais. ¿Para quê tôdas as complicações civilizadas? Houve tempo, quando Chateaubriand escreveu *Atala*, em que a vida dos Índios appareceu transfigurada e quasi simpática e superior à nossa. ¿Quem não conhece o *Guarany* de José de Alencar? O romance é belo, mas a realidade é outra. António Blasques deixou-nos a descrição das casas dos Índios antes de aldeados, das quais os próprios meninos, depois de conviverem com os

Portugueses, sentiam náuseas: “São suas casas escuras, fedorentas, e afumadas”. E nelas os Índios, ao mesmo tempo, “estão rindo uns, e outros chorando, tão de vagar, que se lhes passa uma noite em isto, sem lhes ir ninguém à mão. Suas camas são umas redes podres com a ourina, porque são tão preguiçosos, que ao que demanda a natureza se não querem levantar”. Afrânio Peixoto, desasombroadamente, comentá: “Esta realista descrição diz bem do que eram as casas e os usos domésticos dos Índios, de uma repelente sujidade, não aturada mais nem pelos seus filhos, criados pelos Jesuítas. A página deve ser conservada para substituir a illusória impressão com que o romantismo nacionalista, político e literário, falsificou os nossos aborígenes, no correr do século XIX. Aliás os documentos coloniais são concordes: o índio era assim”.

Para sair duma vida quási só vegetativa, como esta, e ascender aos estádios superiores da civilização, era preciso criar o hábito do trabalho e a necessidade dêle. Além da pesca e da caça, os Índios apenas cultivavam a mandioca, e sòmente para o dia a dia, e às vezes nem para isso. Pouco a pouco, desenvolveu-se essa cultura e fez-se dela objecto de troca. E introduziram-se as culturas europeias. Fernão Cardim deixou-nos primorosas descrições das plantas indígenas e portuguesas das cêrcas dos Jesuítas, donde irradiavam para as outras. Ao lado das culturas, os pastios. As suas fazendas de gado eram modelares. Delas se abasteciam os Colégios, professores, alunos e missionários; — e também os inúmeros trabalhadores, escravos e livres, que viviam à sombra dos Colégios e dos Padres.

## Instrução.

Estes Colégios tiveram na formação do Brasil uma influência capital. Os Jesuítas foram os primeiros mestres do Brasil e o seu primeiro discípulo, rezam as crônicas que foi um índio principal, que aprendeu o A B C todo em dois dias. Foi excepção com certeza. Os alunos que realmente merecem tal nome não foram os Índios adultos, mas os seus filhos e os dos Portuguezes que iam nascendo na terra.

Os netos de Diogo Álvares, *Caramurú*, na Baía, e os de João Ramalho, na Capitania de S. Vicente, contam-se entre os primeiros. Os órfãos de Lisboa, chegados em breve, completam o quadro.

Com a reorganização do Colégio da Baía vieram também os capelães da Sé a estudar latim, em 1557, mas faltaram daí a pouco. Motivo? O *Caramurú*, falecido neste mesmo ano, deixou um legado a favor do Colégio. O Vigário levou-o a mal. Teria êste facto influido no abandono dos estudantes da Sé? Como quer que seja, na ausência do Governador, houve certa fricza e desordem, informa Rui Pereira. As cartas da Rainha D. Catarina ao Governador Mem de Sá e à Câmara da Baía, puseram termo a isso. E o curso reabriu em 1564 com grande fervor. E nas aulas estudava-se a *Eneida*...

Para reforçar o curso, sugeria Luiz da Grã que viessem estudantes de Portugal. Manuel da Nóbrega tinha também os olhos postos nos meninos índios. Admitiu em 1557 vinte, de 10 a 11 anos. Mandou-os estudar Gramática, e queria enviar os melhores a Coimbra (ainda enviou pelo menos dois) para voltarem depois, preparados dignamente em virtude e letras.

Entre os estudantes da Baía andava, aí por 1573, um, resgatado pelos Jesuítas no sertão de Pôrto-Seguro.

Estava já na fatal *muçurana* para ser devorado pelos selvagens, uma vez que lá foram os Padres. Conseguiram libertá-lo, pagando o que pediram. No Colégio, baptizou-se e dava mostras de bom talento. Que nisto de talento são quasi todos unânimes em afirmar que o tinham e bom! O pior, corrige uma carta, é que também nasce “nesta província um bicho, como raposas, a que chamam preguiça”...

A-pesar disto, temperando-se na disciplina forte da Companhia de Jesus, em breve começaram a surgir homens formados, párocos, professores, escritores, capitães. Em 1580, andava no Colégio da Baía, Bento Teixeira, “mancebo alto, grosso e de pouca barba”, que parece o Autor da *Prosopopeia*.

Foram alunos dos Jesuítas, ainda no século XVI, Fr. Vicente do Salvador, autor da primeira *História do Brasil*, Jerónimo de Albuquerque Maranhão, Gregório Mitagaia, etc. Tempo depois, viria António Vieira, e, a seguir, até ao século XVIII, todos ou quasi todos, diz o Barão do Rio Branco, os que no Brasil Colonial tiveram algum nome nas letras, nas ciências, nas artes e na política.

Enquanto se estabelecia o Colégio da Baía, fundavam-se outros simultânea ou sucessivamente nas principais povoações portuguesas do Brasil, que durante o século XVI não teve outros mestres. Onde existia uma casa de Jesuítas logo se erguiam uma igreja e uma esco'a: pão de espírito completo! Assim succedeu em S. Paulo, S. Vicente, Santos, Rio de Janeiro, Espírito-Santo, Pôrto-Seguro, Ilheus, Pernambuco. Assim succederia, depois, na conquista progressiva do Brasil, ao Norte e ao Sul. Assim succedeu nas Aldeias, com que se foram circundando as cidades e vilas.

Não se tratava, apenas, de ensino elementar. No Rio de Janeiro e Pernambuco, havia também aulas de Humanidades; e na Baía, capital da Colónia, além dêste



ensino primário e secundário, ministrava-se o superior nas três faculdades de Teologia Dogmática, Teologia Moral (Casos de Consciência) e Artes (Filosofia). O século XVI terminava, até, com um curso de Artes, florescente e numeroso. Tinham-se matriculado nêle, em 1598, quarenta estudantes.

“E os estudantes aproveitavam bem o seu tempo...”

### **Graus Acadêmicos.**

Tal aproveitamento reflectia-se depois, é claro, nos graus académicos a que subiam. Os primeiros, que se deram no Colégio da Baía, foram os de Bacharel em Artes, em 1575. É, portanto, uma data histórica nos anais da instrução. O próprio redactor da *Carta Anua* correspondente, presentiu a importância dêste facto, porque diz, não sem alguma ênfase, que foram os primeiros a que *ninguém até ali tinha subido no Brasil, desde todos os séculos.*

Como era natural, assistiu em pêsso a cidade do Salvador. Em 1578, conferiram-se as primeiras lãureas de Mestre em Artes, com a assistência do Governador Geral, do Bispo e mais gente grada. Mestre em Artes era o mesmo ou melhor do que doutor por qualquer Universidade actual, diz Rodrigo Octávio, citando a Moreira de Azevedo. As cerimónias com que se acompanhava a colação dêstes graus, foram-se aperfeiçoando pouco a pouco. E em 1581 o aparato foi já semelhante, lê-se numa carta inédita, assinada por Anchieta, ao que se costumava nas Universidades da Europa. “Não faltou nem

o anel, nem o livro, nem o cavalo, nem o págem do barrete, nem o capêlo de estôfo de sêda" (1).

Além destas festas académicas havia outras na abertura do curso, que era em geral, passada a temporada dos calores, no dia de S. Braz, a 3 de Fevereiro. Em 1574, constarão de oração *de Sapientia*, prémios para os alunos mais classificados, diálogos latinos, declamações em prosa e verso, acto público de filosofia.

Apareciam, de vez em quando, alguns Mecenas que estimulavam os estudos, do modo mais positivo e prático. Assim, o prelado Dom António Barreiros, amigo dedicado, instituiu, em 1590, no Colégio da Baía, um prémio anual de 15 arrôbas de açúcar, que valeriam então trinta cruzados, e que equivalem, no seu poder de compra actual, segundo os cálculos de Lúcio de Azevedo para a tença de Camões, a 3.600 escudos. No de Pernambuco, instituiu um de 20 cruzados. A periodicidade dêstes prémios fá-los precusores dos que distribuem as Academias modernas.

No Brasil, os Jesuítas em vez do curso de grêgo, costumado nas aulas de Humanidades, introduziram o da língua brasílica, instrumento útil e até necessário para a catequese. Não tardou que dêste estudo saíssem poesias populares e se reduzisse a sistema o conhecimento das línguas indígenas com vocabulários e gramáticas. Anchieta compôs os primeiros autos representados no Brasil, em que intervinham, às vezes, as quatro línguas: portuguesa, castelhana, latina e brasílica (tupi-guarani).

Algumas páginas de Fernão Cardim e Rui Pereira, ainda do século XVI, são dignas das selectas luso-brasileiras. E as cartas, informações e relatórios dos Jesuítas, são os mais preciosos monumentos para a história natural, étnica e política do Brasil quinhentista.

---

(1) *Bras.* 15, f. 326.

Os Jesuítas foram, incontestavelmente, os fundadores, (não só precursores) da literatura brasileira. E nos seus colégios e casas se formaram as primeiras bibliotecas do Brasil.

## **Política Colonial dos Jesuítas.**

Além destas actividades no campo da instrução: catequese, defesa e aldeamento dos Índios, saneamento moral dos colonos, fundação de povoações, entre as quais avulta a grande cidade de S. Paulo, tiveram êles outras, como entradas ao sertão, visitas de engenhos, grandes e belas construções de colégios, residências e igrejas, estímulo do trabalho e da arte. Recordemos, apenas, visto que têm relação directa com o assunto desta conferência, certas funções de carácter patriótico dos Jesuítas. Southey chamava ao P. Manuel da Nóbrega, falecido em 1570, o maior político do Brasil.

A política colonial de Nóbrega pode-se resumir assim: Não é possível a paz se a não impuserem os Portugueses. Até aí, os Portugueses seguiam o sistema romano de dividir para reinar. Promoviam a divisão dos chefes índios entre si, e dessa divisão se aproveitavam. Nóbrega, que cuidou um instante que isso fôsse vantajoso, compreendeu, em breve, os maus efeitos do sistema. Viviam na realidade à mercê dos Índios. As suas mãos iam tombando os brancos, vítimas ora de uns, ora de outros. O sistema que convinha não era êsse: era o de mão forte. Mão forte não queria dizer crueldade. Queria simplesmente dizer que os Portugueses deviam vir em tal número e colocar-se em tais condições de firmeza e de força, que os Índios perdessem a idéia de se insurgirem, na certeza antecipada de serem vencidos. Lucrariam todos!

O Governador Geral, Mem de Sá, logo que chegou, adoptou o parecer de Nóbrega. Uma vez, os Índios do Paraguaçu tomaram à traição três Índios, amigos dos Portuguezes, mataram-nos e comeram-nos. Os Portuguezes exigiram a entrega dos matadores. Do Paraguaçu, cuidando que as coisas iriam como antes, responderam que os Portuguezes os fôsem lá buscar, que tinham milhares de arcos. Mem de Sá resolveu ir. O P. António Rodrigues reuniu os Índios amigos, e todos juntos infligiram aos do Paraguaçu tal derrota, que não se atreveram a maltratar daí em diante os Índios federados. E êles próprios quizeram pertencer a êste número, e puderam então ser catequizados, entrando pouco e pouco no grémio da civilização.

## **Armistício de Iperoig e conquista do Rio de Janeiro.**

Caso mais grave sucedia no sul. Durante o govêrno inquieto de D. Duarte da Costa, estabeleceram-se os Franceses, sob o comando de Villegaignon, cavaleiro de Rodes, numa ilha da baía de Guanabara. Aliaram-se com os Tamóios. Com um pé assim no Brasil, fácilmente atingiriam a Ilha de Santa Helena e o Cabo da Boa-Esperança. Dali a ter outro pé na Índia, como advertia Luiz de Góis, não ia muito. Semelhante escalracho, demais a mais herético, ameaçava cortar em duas a América Portuguesa. A sua infiltração entre as tribus vizinhas collocava-as em estado permanente de desassossêgo e revolta. Os Portuguezes, nestes encontros, nem sempre procediam com a devida justiça, e o mal estar aumentava. Nóbrega resolveu intervir. Pareceu-lhe que o mais expediente era

propor aos Tamóios pazes equitativas. Se êles as aceitassem, estava resolvida a dificuldade; se as recusassem, passava-se a justiça para o lado dos Portugueses.

Nóbrega foi amadurecendo o plano, desde 1561. Era a época das primeiras efervescências dos Índios. Os Tamóios já se tinham confederado contra os Portugueses, espicaçados pelos Franceses, de quem recebiam ferramentas, espadas e arcabuzes.

O estado da Capitania de S. Vicente era na realidade crítico. Os Tupis do sertão, amigos dos Portugueses, depois que os Tamóios alcançaram uma vitória dos Portugueses, começaram, como tôdas as civilizações inferiores (e até as superiores), a desamparar os vencidos, sem reparar que o eram talvez só na aparência ou de passagem. Ergueram-se contra S. Paulo de Piratininga. Foram derrotados, é certo, em 1562, mas inquietavam constantemente as fazendas dos brancos e impediam a penetração catequética.

Nóbrega meditou um golpe audacioso. Nada menos que separar os Tamóios da Costa, dos do Rio, e confederá-los depois com os Tupis de S. Vicente e Piratininga. Com o enfraquecimento da confederação geral dos Tamóios, seria possível ou mais fácil a fundação da cidade do Rio de Janeiro; com a aliança dos Tamóios com os Tupis fiéis, cortava-se o vôo às ousadias dos Tupis sertanejos. Entretanto, os Portugueses impor-se-iam definitivamente. E a colonização e a catequese prosseguiriam em paz.

Esse vasto plano tinha ainda um pouco do antigo sistema de dividir para reinar. Mas Nóbrega incluiu nele um meio simples, directo e imprevisto. Para o realizar otorecer-se-ia a si mesmo como retem, com risco de perder a vida. Era a mais perigosa embaixada de que ninguém jámais se encarregou, escreve Southey. Para o

bom êxito dela contava Nóbrega com a ajuda de Deus e com o prestígio dos Jesuítas entre todos os Índios do Brasil.

A proposta foi aceita com reconhecimento pelos colonos. Nóbrega escolheu para companheiro ao Irmão José de Anchieta, por ser conhecedor da língua brasílica, e homem de virtude e prudência.

O que passaram nesta célebre jornada, conhecida na história do Brasil com o nome de *Armistício de Iperoig*, é longo. Digamos simplesmente, que os Jesuítas captaram as simpatias de dois chefes Tamóios, Pindobuçú (Palma Grande) e Cunhambeba, e por êles foram livres da morte, e por êles conseguiram as pazes.

Não têm número as impertinências dos Índios, as fomes, os tragos de morte em que repetidamente se viram, os assédios contra a castidade; as obras de misericórdia e medicina empírica; a habiliçade de que deram provas para inutilizar intrigas e traições. E Anchieta, que ficou só algum tempo, enquanto Nóbrega preparava e tratava as pazes em S. Vicente, teve de se multiplicar em dedicação e solicitude para atrair e ao mesmo tempo dominar aquelas naturezas selvagens. Tudo isto é uma das mais belas páginas da Companhia de Jesus, do Brasil, e da Colonização Portuguesa.

O efeito immediato desta jornada heróica foi impedir que os Tamóios atacassem, com suas canoas guerreiras, a S. Vicente numa ocasião em que, andando rebelados os Tupis, se veriam os brancos entre dois inimigos.

Nóbrega envidou todos os esforços, ainda durante muito tempo, para que ninguém fizesse mal aos Tamóios que andavam na Capitania de S. Vicente. Queria provar-lhes que as pazes não se quebrariam da parte dos brancos, mesmo que não houvesse refens entre os Tamóios. Por sua vez, os Tamóios que aceitaram as pazes não tornaram a guerrear a Capitania de S. Vicente. Mas

Anchieta ainda temia: “agora, conclui êle, são tornados todos a suas terras e creio que à sua natureza cruel, amiga da guerra e inimiga de tôda a paz; a primeira vinda será a roubar e a matar como soem”.

Felizmente, pôde obstar-se a isso. A gente de Iperoig mostrou-se sempre fiel, ou por vontade ou por força. Porque, como os Tamóios de Guanabara e Cabo-Frio não quizeram pazes, foi-se preparando Mem de Sá, e entretanto chegaram navios e reforços de Portugal. E a conquista da baía de Guanabara, desalojando-se dela os franceses herejes, e a fundação da cidade do Rio de Janeiro foram um facto dentro de pouco tempo.

Com êste acto de fôrça impuseram-se os Portugueses. E pôde então, implantar-se a nossa civilização naquelas paragens, suprimindo-se, enfim, o perigoso hiato existente entre o Norte e o Sul.

\* \* \*

Factos, como êste, condicionados ou sugeridos pelos Jesuítas, repetiram-se a cada passo. Mas é forçoso concluir. E a conclusão será o próprio enunciado desta conferência, a saber, que foi realmente preponderante e por vezes decisiva a influência religiosa na formação do Brasil, na sua tríplice unidade de língua, religião e território. Queremos, contudo, que tire por nós esta conclusão alguém que não seja nem Português nem Religioso. Ouçamos a Joaquim Nabuco, antigo embaixador do Brasil nos Estados-Unidos e eminente orador e escritor:

“Acreditais se não fosse o Catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná? Acreditais, se não fôsse o Catolicismo, que êsse território não se teria pelo

menos dividido em três ou quatro imensos fragmentos: um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, o quarto apenas brasileiro como somos hoje? Isso quanto ao território, o soberbo apanágio português na América, intacto, enquanto o morgadio espanhol se desmembrou, e que faz dêste país uma das três ou quatro maiores casas da Terra.

Quanto à população, acreditais que sem o Catolicismo tivesse sido possível fundir pelo modo por que o foram, em uma nacionalidade homogénea, o indígena, o português e o africano?

O indígena? Duvidais de que sem a acção do Catholicismo o indígena teria sido exterminado pelo mais bárbaro dos cativeiros, após as mais terríveis de tôdas as razias?

O branco? Duvidais que a raça branca e os seus cruzamentos adquiririam nêssas atrozês correrias, nesses costumes de rapina humana, instintos que fariam do brasileiro o igual do caçador de escravos sudanês?

O africano? Supondes se não fora o Catholicismo, que o negro bárbaro da África daria em pouco tempo êsse sublime tipo de resignação e doçura, que foi tantas vezes o nosso escravo, o qual, escravo pelo cativeiro e pelo castigo, achava ainda meio de fazer-se escravo voluntário pela gratidão e pelo amôr? Ou pensais que tudo isso se teria dado, mesmo sem a Companhia de Jesus?

Não! O Catholicismo no Brasil foi por muito tempo, no período da formação, a Sociedade de Jesus, e não só o Catholicismo: o descobrimento, a exploração, a posse dos territórios na época da apropriação do Novo Mundo. Sem a larga passada do Jesuíta, Portugal não se teria antecipado assim em tão extensos domínios, e sem êle não teria mantido a sua posse. E' de todo duvidoso que existisse a unidade brasileira sem a unidade da Companhia; a probabilidade é que não haveria Brasil, se em



vida de Loiola não tivesse sido feita Província da Companhia". (2)

Descontando ao grande escritor o natural encarecimento oratório, resta ainda um magnífico substratum de verdade objectiva. E não foi atitude singular esta de Joaquim Nabuco.

Não há escritor brasileiro, que conheça a história da sua grande Pátria, que não sinta o mesmo. Da pléiade do Centenário, faziam parte, além dêle, Eduardo Prado, Teodoro Sampaio, Brasília Machado, Couto de Magalhães, Capistrano, Rui Barbosa. Rara vez se reuniu, para uma celebração histórica, um conjunto tão representativo de valores mentais e literários. Se formos hoje à Academia Brasileira, lá acharemos outro grupo não menos ilustre do que aquele, a repetir em mil páginas brilhantes a impressão de que "o nosso país deve aos Jesuítas tudo o que depois teve a fortuna de poder vir a ser".

Palavras idênticas a estas, de Félix Pacheco, encontramos em Afonso Taunay, Baptista Pereira e outros. Mas não é agora o momento de fazer a antologia dos escritores, que dentro e fora das Academias, dentro e fora dos Institutos Históricos Brasileiros, conhecem as origens da sua terra gloriosa. Far-se-á talvez um dia. Hoje e aqui, seria expôr-nos a um dêstes dois perigos: ou a cansar-vos ou a sermos incompletos. Valha-nos por todos alguém que, sendo príncipe das letras no Brasil, é também muito conhecido de nós todos, Afrânio Peixoto: "A epopeia dos Jesuítas no Brasil é uma das grandes campanhas de Portugal: se vivera, e pudesse conhecê-la, o nosso Poeta teria entoado o Undécimo Canto dos *Lusiadas*".

---

(2) Joaquim Nabuco, *José de Anchieta — a significação nacional do centenário anchietano em III Centenario do Veneravel Padre Joseph de Anchieta*, ps. 326-327, Paris — Lisboa, 1900.



## II

# AS PRIMEIRAS ESCOLAS DO BRASIL (\*)

CONFERÊNCIA NO INSTITUTO  
DE EDUCAÇÃO, RIO, NO DIA 7  
DE MAIO DE 1934

Falar das primeiras escolas do Brasil é evocar a epopeia dos Jesuítas do século XVI. Ainda não está feita a sua história, mas todos reconhecem já, sem esforço, que os Jesuítas ocuparam nela o primeiro lugar sob o aspecto da civilização e do progresso. Eles foram os protectores natos da liberdade dos índios; foram os seus farmacêuticos e os seus médicos, ensinaram-lhes as artes e os primeiros passos da indústria. Devassaram e descreveram a terra, sendo os mais categorizados historiadores, filólogos e etnólogos. Observaram os factos da natureza, e surgem-nos naturalistas eminentes no campo da botânica e da zoologia. Eles desenvolvem a riqueza da terra, com os seus trabalhos agrícolas, com as suas criações de gado seleccionado. São filósofos, oradores e poetas; arquite-

---

(\*) Conferência publicada em Separata da Revista da Academia Brasileira com uma dedicatória aos eminentes Jesuitólogos anotadores das *Cartas Jesuíticas*, Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia, A. de Alcântara Machado.

ctos, escultores e pintores. Eles ensinam a música, espalham nas selvas a harmonia dos cantos. Fundam escolas e colégios, e dão-nos os maiores mestres da língua. Temo-los canonistas, teólogos, jurisconsultos e fundadores de associações de carácter social, numa época em que não estavam em moda como hoje. Por toda a parte, e de maneira constante, desenvolvem a sua actividade múltipla e una, movidos por um fito de ordem sobrehumana, porque é mistér colocar na base de sua acção civilizadora aquilo que às vezes se tem receio de enunciar: sendo tudo isto, os Jesuítas foram, ou procuraram ser, primeiro que tudo, missionários e santos. E alguns testemunharam com o seu sangue que êste desejo não era veleidade sentimental, mas correspondia a uma realidade concreta da sua vida de apóstolos.

A explanação de tudo isto será um dia objecto da história; transcende porém os âmbitos de uma conferência e quereríamos ser, já nesta conferência, o que ambicionamos como historiador: narrar, sem ampliações nem verbalismos, a verdade simples dos factos, focando de preferênciã os seus aspectos mais importantes, alguns dêles pouco conhecidos ou totalmente ignorados.

Recebemos a incumbência de escrever a História dos Jesuítas no Brasil, do tempo em que o Brasil fazia parte da antiga Assistência de Portugal da Companhia de Jesus. Percorremos já os principais arquivos da Europa, em todas as nações depositárias de manuscritos respeitantes ao Brasil dos primeiros séculos, e dispomos das joias históricas encerradas até agora no rico escrínio da Companhia. Antes de começar a redacção documentada dessa história convinha-nos conhecer, e já agora conhecendo-o, amá-lo, o teatro glorioso da sua actividade.

Ora do confronto da história escrita e dos documentos relativos aos primeiros tempos do Brasil achamos, e já o esperava Capistrano de Abreu, assuntos, cujas páginas precisam de ser refeitas ou desenvolvidas. Neste momento recorro estes três, entre muitos: as relações de João Ramalho com os Jesuítas e a mudança de Santo André da Borda do Campo para São Paulo de Piratininga; a actividade e influência, que chamariamos política, de Nóbrega sôbre os seus contemporâneos e os governadores, em especial Tomé de Sousa e Mem de Sá; e os começos da instrução no Brasil.

O quadro para João Ramalho é naturalmente São Paulo; o da actividade colonial e nacional de Nóbrega não é para esta casa. Resta-nos a instrução. E parece-nos assunto maravilhosamente adaptado a um Instituto como êste, de alta cultura, onde com tanta competência se ensina e com tanta diligência se aprende a nobilíssima arte de ensinar.

Lancemos, pois, um olhar retrospectivo sôbre o desabrochar da cultura brasileira aqui neste mesmo lugar, coberto então de arvoredos e por toda a costa, quando o Brasil, ainda na infância, começava a soletrar o alfabeto, e os filhos dos portuguezes e os filhos dos índios, unidos nos mesmos bancos silvestres das primeiras escolas do Brasil, recebiam as primeiras luzes da instrução, dos seus primeiros mestres, os Jesuítas.

Permiti-nos, antes de começar, que relembremos o centenário do Ven. P. José de Anchieta, em cujo ano estamos, e a quem esta casa celebrou com tanto brilho e elevação. No honroso convite que nos fez o seu illustre director, dr. Lourenço Filho, havia estas palavras, aludindo a outras do grande espírito e glória das letras brasileiras, Afrânio Peixoto, a saber, que ao celebrar Anchieta se glorificava "o apóstolado jesuíta que educou

o Brasil infante. Antes dêle já havia jesuítas e jesuítas continuaram depois: a todos ia o nosso amôr e a nossa gratidão, celebrando a todos num dêles”.

Estas nobres palavras facilitam-nos a tarefa de historiador, que nas suas investigações e nos seus resultados, tem obrigação de olhar, e saber olhar, para *antes* e para *depois*. Mas, de qualquer lado que surja na perspectiva da história, o vulto de Anchieta ocupa uma posição central, como educador, com o prestígio da sua arte de gramática, as suas cartas e informações, as suas peças teatrais, os seus sermões e poemas. E' mestre no sentido de quem sabe e se impõe pelo seu saber e escritos. Outros mestres porém acharemos, antes dêle, sob o aspecto estritamente pedagógico, — e como iniciador entusiasta, responsável e superior de todos, a Manuel da Nóbrega, o glorioso “maioral dos Padres de Jesus” (3).

Pediremos a documentação segura, aqui e além inédita, o complemento ou esclarecimento de pontos obscuros, único meio ao nosso alcance para corresponder á gentileza da vossa presença e da vossa atenção.

\* \* \*

Quando o homem entrá num lugar escuro, o primeiro que faz, podendo, é munir-se de luz que o illumine. Achamos nalgumas cartas primitivas a dupla ideia do estado da terra à chegada dos Jesuítas. Os índios davam-se como “boçais”. Parece uma palavra dura, mas não é na realidade, porque pouco depois de chegar, conta Nóbrega, como coisa digna de se saber na Europa, que a disposição do Brasil era excelente, e que um

---

(3) *Documentos Históricos*, vol. XIII (XI) Bibl. Nac. do Rio de Janeiro, p. 441 (1929). *Manuel da Nóbrega maioral dos Padres de Jesus!* — que bela inscrição para o seu monumento!

índio principal aprendeu o ABC em dois dias (4). Boçal, portanto, significa naquelas cartas, falta de cultura, não significa falho de inteligência. E o facto de um índio aprender o ABC "todo" em dois dias prova que o discípulo era esperto. Prova também (porque não?) que o mestre sabia o seu ofício. João de Deus, Montessori ou outro mestre da Escola Activa não fariam mais, nem melhor, na actualidade.

Quando os Jesuitas chegaram ao Brasil os índios eram pois naturalmente incultos. Era preciso iluminar as suas inteligências com as ideias mais nobres da época. Feita a primeira experiência, com aquele e outros índios, a candeia da instrução começou a penetrar as selvas do interior num movimento envolvente e tríplice pela Baía, Porto Seguro e São Vicente.

E assim, na Baía, enquanto se fundava a cidade do Salvador, quinze dias depois de chegarem os Jesuitas, já funcionava uma "escola de lêr e escrever", início daquela sua política de instrução, que êles haviam de manter inalterável, através dos séculos, de abrir sempre uma escola, onde quer que erigissem uma igreja. O mestre desta primeira escola foi Vicente Rijo ou Rodrigues, irmão do célebre ministro do colégio de Coimbra, Jorge Rijo. Vicente Rodrigues é pois, historicamente, o primeiro mestre-escola do Brasil, a quem consagrou mais de 50 anos de uma vida, entrecortada de trabalhos e doenças — e benemerências (5).

O círculo não tardou a alargar-se. Em agosto já se faziam convites explícitos aos índios dos arredores

---

(4) Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil, 1549-1560*, p. 72. Rio de Janeiro, 1931. Tomo 1.º das *Cartas Jesuíticas*, com uma nota preliminar de Afrânio Peixoto e notas de Vale Gabriel e Rodolfo Garcia.

(5) *Id. ib.*, p. 72.

para aprenderem a lêr (6). E êles corresponderam de tal fôrma, que o povo se entusiasmou e Nóbrega, mesmo sem auxílio especial da metrópole, ordenou que se construissem casas “para se recolherem e ensinarem os moços dos gentios e também dos cristãos”, e “os moradores ajudavam com o que podiam” (7). O governador Tomé de Souza, amigo sincero de Nóbrega, doou em 21 de outubro de 1550 a estas escolas uma sesmaria, que ficou conhecida, por isso mesmo, com o nome de *Agua de Meninos* (8).

Qual era o fim deste movimento escolar?

Nóbrega explica-o. Este movimento escolar era útil evidentemente para a instrução considerada em geral, mas não só para isso. Os Jesuitas nada tinham de mestres anónimos e indiferentes. Eram sobretudo educadores. O movimento escolar que assim se iniciava havia de ser vantajoso para a catequese e também “para o sossego da terra e proveito da república” (9).

Enquanto esta atividade se desenvolvia na séde do governo geral, facto semelhante se notava em Porto Seguro, onde aprendiam a lêr e escrever os filhos naturais da terra (10); e pouco depois, no Espirito Santo, Afonso Braz “tem grande colégio de paredes” e “manda pedir meninos (ao P. Nóbrega) para o principiar”

(6) Nóbrega, *C. do B.*, p. 91.

(7) *Id. ib.*, ps. 115 e 126.

(8) *Bras. XI*, f. 21-22v.

(9) *Cartas Avulsas*, 1550-1568, p. 72, Rio de Janeiro, 1931. Tomo 2.<sup>o</sup> das *Cartas Jesuíticas*, com *Introdução* e *Notas* de Afrânio Peixoto. E esta e mais publicações da Academia Brasileira de Letras deu a mesma Academia, por decisão unânime de 25 de Junho de 1931, o título de «Colecção Afrânio Peixoto», justa homenagem à erudição, operosidade e elegância do seu promotor e director.

(10) *Ib.*, p. 69.



(11). S. Vicente assumiu logo importância com a chegada de Leonardo Nunes em fins de 1549. Fundou êle aqui uma espécie de seminário ou escola média, onde além da aula de lêr, escrever e contar, havia outra da lingua portuguesa e até latina (12).

\* \* \*

Uma circunstância particular, inédita em quasi todos os seus pormenores, ajudou muito a atrair e estimular os pequeninos índios no caminho da instrução. Todos sabem que para crianças não há distincção de raças. As crianças são por natureza universalistas e os Padres da Companhia, como psicólogos e educadores eméritos, compreenderam-no bem. Pero Doménech tinha fundado na capital portuguesa um Colégio de Orfãos, arrancados à Ribeira de Lisboa: se fossem para o Brasil alguns dêstes meninos? A hipótese em breve se converteu em facto. A segunda expedição de Jesuítas portugueses para o Brasil trouxe, já em 1550, sete dêstes órfãos. Embarcaram em Belém no galeão velho de Simão da Gama de Andrade.

Tais órfãos tornaram-se no Brasil apóstolos como os seus protetores e um dêles, o P. João Pereira, foi na expedição de 1574 a descobrir minas, até ao Rio de S. Francisco, sendo o elemento de concordia e o salvador da expedição (13).

---

(11) Carta de Nóbrega, de 10 de julho de 1552, *Bras.* 3 (1), f. 47.

(12) Simão de Vasconcelos, *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, n.º 71, Lisboa, 1865.

(13) *Carta de Inacio Tolosa*, da Baía, a 17 de Set. de 1575, na *Bibl. Nac. de Lisboa*, f. g., *ms.* 4532, ff. 161-167. Esta carta ainda não foi integralmente publicada. Transcreveu parte dela

Não sabíamos bem a influência que estes órfãos pudessem ter sobre os meninos índios, senão a sua camaradagem atraente, importante sem dúvida e mesmo decisiva para a civilização das aldeias, mas escasseavam os pormenores. Uma carta datada da Baía, “desta casa do Colégio dos Meninos de Jesus, hoje a 5 de agosto de 1552 anos”, e assinada por “vossos irmãos *Diogo Tupinambá Piribirá Mongeta Quatia*”, dá largas informações sobre a actividade comum dos meninos índios, com os órfãos. Entre outras notícias conta as entradas, que faziam a pé, pelo sertão, até distâncias consideráveis para o tempo e para a idade. Uma vez andaram sete léguas. Sofriam imenso na passagem dos rios. Só “as ostras eram bastantes para lhes cortar as pernas, se não fôra Deus com êles”. Ao chegarem às aldeias os índios varriam-lhes as estradas como a santos, e êles, com grinaldas na cabeça, faziam procissões, cantavam e dançavam. As florestas virgens do Brasil alvoroçavam-se com os primeiros acordes da liturgia cristã, simplificada, mas não menos bela, naquele grandioso cenário.

Ora os simpáticos meninos de 1552 formulavam um pedido. Onde quer que chegassem, era recebidos ao som da taquara e do maracá, que descrevem com pitoresca precisão. Não poderiam êles fazer o mesmo, mas já à moda europeia? “Parece-nos, dizem, segundo êles são amigos da música, que a gente, tocando e dançando entre

---

Felisbello Freire (*História de Sergipe*, pp. 6-13n) e o Barão de Studart (*Documentos para a História do Brasil*, I, p. 45, Fortaleza, 1904). E cita-a Rodolfo Garcia (*Porto Seguro, Hist. Geral*, I, 4.ª ed., p. 463) e A. de Alcântara Machado em *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta S. J.*, 1554-1594, Rio de Janeiro, 1933, p. 383- 3.º Vol. das *Cartas Jesuíticas* com nota preliminar de Afrânio Peixoto e notas de A. de Alcântara Machado.

êles, os ganharíamos. Pouca diferença há do que êles fazem e nós faríamos, se V.<sup>a</sup> R.<sup>a</sup> nos mandasse prover de alguns instrumentos para nós cá tocarmos (e envie algum menino que saiba tocar): flautas, gaitas e nésperas e uns ferrinhos com umas argolinhas dentro e um par de pandeiros com soalhas (14). E se vierem cá alguns tamborileiros e gaiteiros, parece-nos que não ficaria principal nenhum, que nos não desse os seus filhos para os ensinar. E como o P. Nóbrega determina de ir pela terra dentro, com isso iria seguro”...

Como o P. Nóbrega determina de ir pela terra dentro, com isso iria seguro! Singular meio de captar antropófagos: fazer entradas com tamborileiros e gaiteiros!

Mas tem a sua psicologia, mais fina do que parece!

A guisa de *post-scriptum* traz esta curiosíssima carta uma nota com outra letra, talvez de quem a enviou de Portugal para Roma. Diz que em Lisbôa se receberam mais cartas de meninos índios, até onze ou doze. Iam estes meninos pelas aldeias a surpreender os homens nas rêdes, e, depois de uma introdução festiva de cantos e danças, ensinavam-lhe “a Paixão de Nosso Senhor, os Mandamentos, o Padre-Nosso, o Credo e a Salve-Rainha, na língua dos índios. De maneira que os filhos na sua língua ensinam os pais e os pais, com as mãos postas, vão atrás dos filhos, cantando Santa Maria e êles respondendo *ora pro nobis*” (15).

Em que ano estamos? Em 1552. Os padres ensinam os filhos... e os filhos ensinam os pais!

---

(14) Instrumentos conhecidos. Das *nésperas* dá Morais a seguinte descrição: campainhas sem badalos que os bufarinheiros tangiam, tocando umas nas outras.

(15) *Bras.* 3 (1), ff. 64-67.

Também já nesta data se expunha aos índios do Brasil o principal da doutrina cristã. Ainda não eram decorridos três anos depois da chegada dos Jesuitas. Quem fazia as traduções? E' possível que vários. Todos mais ou menos procuravam aprender a língua brasileira e logo se admitiram na Companhia alguns que há muitos anos viviam no Brasil e possuíam relativa cultura, pois chegaram a ordenar-se (Simão Gonçalves, Manuel de Chaves, António Rodrigues, etc.). Pero Correia, o negociante rico de S. Vicente, que para servir os meninos deu a sua fortuna e se deu a si mesmo, fazendo-se Jesuita (depois foi mártir) em carta de 10 de Março de 1553, diz que prégava aos índios na língua deles, mas que não sendo latino, não podia utilizar o idioma de Cícero e pede vários livros "em linguagem". Por curiosidade, notemos na lista "um que se chama o doutor Constantino" — e que os mandem sem falta. Se não houver em Lisboa que se procurem em Sevilha, mas que venham, por que apesar de só falar aos índios "se um prègador não tem coisas novas enfastia" (16).

Dêstes irmãos línguas procederia o núcleo principal das traduções — pois que as tinham de prègar. Dos Padres chegados em 1549 o que fez mais rápidos progressos foi João de Aspilcueta. Este Jesuita, navarro de origem, em breve traduziu certos passos da Sagrada Escritura e compos alguns sermões nomeadamente sobre os Novísimos do Homem. È antes de ir à expedição das minas dá noticias mais pormenorizadas, em carta inedita, sobre as suas traduções e como já se pensava numa "arte" da língua tupí (17).

---

(16) *Bras.* 3 (1), ff. 84-87.

(17) *Bras.* 3 (1), f. 101; *Cartas Avulsas*, p. 76.

Em resumo, o balanço de 1552, além de grandes conhecimentos linguísticos, apresenta três escolas de instrução elementar, Baía, Espírito Santo e S. Vicente, a primeira e a última já com ressaibos de secundária, com as suas aulas de latim e português (18).

Nota para ser sublinhada nesta matéria de ensino. Naquele tempo (meados do século XVI) pouco se pensava na instrução das meninas. Em todo o caso dá-se o facto extraordinario de irem ter os índios com o P. Nóbrega a pedir que assim como havia padres para lhes educar os filhos, também desejavam mulheres virtuosas para as filhas. E queriam escrever, e realmente escreveram, à Rainha D. Catarina que as enviasse. “E pareceu isto tão bem a todos, tanto ao governador como à mais gente da cidade e aos nossos padres, que todos uns e outros escrevem sobre isto”.

A esta antecipação de quasi três séculos ao costume de educar as mulheres, à semelhança dos homens, chama Afrânio Peixoto “intuição quasi milagrosa” (19).

Referindo-se à escola da Baía, Nóbrega alude às dificuldades com que viviam (tudo o que recebiam era para os meninos e os Padres sustentavam-se de esmolas); o que não impedia de ir em aumento, de forma que se El-Rei a favorecesse, em breve se poderiam sustentar “cem meninos e mais” (20).

Os bons modos dos Jesuitas atraíam os meninos, e ganhava meças em tão civilizador mistér, o Ir. António Rodrigues, um antigo soldado, mais famoso nestas paci-

---

(18) Orlandini, *Hist. Soc.*, p. 197.

(19) *Cartas Avulsas*, pp. 229 e 231n.

(20) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, p. 129. Aqui lê-se «bem meninos e mais». (No ms. é cem. Ficamos também sabendo a data desta carta (até agora ignorada): 10 de Julho de 1552, Bras. 3 (1), ff. 47-48

ficas expedições em busca de catecúmenos e alunos, do que nas guerras do Paraguai, em que andou. Como era língua e fervente trabalhador, ia sempre adiante a “esmoitar a terra” (21). Uma vez que trazia vinte meninos, filhos do chefe Parajuba e dos seus parentes, escreve com o seu ar de graça: “a mim me pareciam êstes meninos estudantes pobres, que iam estudar a Salamanca”... (22)

\* \* \*

O progresso da instrução sofreu um compasso de espera com a chegada do Bispo, D. Pedro Fernandes Sardinha (22 de junho de 1552). O prelado, movido por alguns escrúpulos, nem sempre objectivamente fundados, opôs-se a que os meninos conservassem aquelas danças, música e cantares, tendo-os como ritos pagãos. Não vem a nosso propósito examinar aqui estes debates que constam de vários documentos, na sua maioria inéditos. O negócio dos meninos, o Bispo “favorece-o mui mal” — diz Nóbrega (23). E descoroçoado (veja-se aquela sua nobilíssima carta ao seu grande amigo e antigo governador, Tomé de Sousa) achou mais discreto retirar-se a S. Vicente (24).

E foi um bem! Conheceu mais a fundo estas prometedoras regiões, o perigo dos franceses calvinistas na Baía de Guanabara, a hostilidade dos tamóios, e, também, os recursos do planalto. Tanto, que resolveu fundar aqui a casa de estudos preparatórios reservados aos

---

(21) Nóbrega, *C. do B.*, p. 185.

(22) *Cartas Avulsas*, p. 234.

(23) Carta inédita de Nóbrega, *Bras.*, 3 (1), f. 71.

(24) Nóbrega, *C. do B.*, p. 195.

próprios Jesuítas. Ordenou em 1554 que o colégio de S. Vicente se mudasse para Piratininga, por ser melhor clima e mais fácil a sustentação — e também por amor dos índios. São palavras suas: “Nesta capitania de S. Vicente adquiriu o P. Leonardo Nunes naquele (primeiro) tempo mais moços dos índios, por meu mandado, do que em nenhuma parte. Estes coloquei em casa de seus pais em Piratininga, onde por sua contemplação principalmente fiz aquela casa” (25).

Nesta casa, para sempre afamada, de Piratininga, entra em cena o Apóstolo do Brasil. Anchieta acabava de chegar de Portugal. Nóbrega nomeia-o mestre de gramática dos seus colegas, que não tinham estudado em Coimbra como êle, mas, em compensação, sabiam já, alguns, a língua brasílica. E todos, por sua vez, mestre e discípulos, ensinam os filhos da terra, índios e brancos, costume introduzido noutras povoações.

Sucedia às vezes nestas escolas o que sempre acontece com meninos em todas as regiões do mundo: os alunos faziam gazeta! Ora o Ir. Pedro Correia, o que foi mártir, escreve de Piratininga em 1554, que quando algum era preguiçoso e faltava à aula, mandavam-no buscar por outros meninos” e seus pais folgavam muito de os castigar” (26).

Não sei se encontraríamos hoje pais com as mesmas enérgicas disposições... por mal dos filhos e dos mesmos pais!

Digamos, porém, para sermos completos, que isto não sucedia sempre como em Piratininga, nem em Piratininga sucedeu sempre como desta vez. Também houve ocasiões em que os filhos dos índios fugiram, e para

---

(25) Carta de Nóbrega (aut. e inédita) de S. Vicente, 12 de Junho de 1561, *Bras.* 15, ff. 116-118.

(26) *Cartas Avulsas*, p. 139.

não mais voltar (27). Era o sal da ingratidão a sazonar, para as fazer mais gostosas e meritórias, diante de Deus e dos homens, as lides do apostolado!

Em toda esta matéria do ensino o que mais preocupava Nóbrega era a questão económica, sempre a grande responsabilidade de todos os chefes. Era preciso garantir, com segurança, a discípulos e mestres, o comer e vestir. Sem isso, difficilmente se poderiam dar com tranquillidade ao necessário estudo e à evangelização e catequese. A decadência de S. Vicente reduzira as rendas de El-Rei. Nóbrega, em 1557, compreendia que não era tanto a êle que se devia recorrer.

“A Capitania de S. Vicente, como digo, vai piorando, e cada vez mais as rendas de El-Rei valem menos; e por isso me parece que não há que falar nisso nada. Sòmente se podia pedir a Martim Afonso de Sousa sete ou oito léguas de terra para o Colégio de Piratininga; e as mais convenientes que me pareciam eram começando no porto que agora chamam Piratinim, junto de uma alagoa, pelo Rio Grande abaixo, à mão esquerda, sete ou oito léguas de comprido e outras tantas de largo. E não é grande dada, porque é no sertão, onde não está dado a ninguém. E servirá isto para quando em algum tempo aquilo se povoar, o que se espera, se a terra melhorar, porque é a melhor cousa que há no campo. E não tenha por muito Martim Afonso dar isto a um colégio, pois há homens particulares em S. Vicente a quem se dá muito mais terra. E creio que se alguma cousa pode fazer que os moradores não despvoem aquella Capitania será estar ali aquella casa”. (28).

---

(27) Cf. por exemplo, *Bras.* 15, f. 116v e *Bras.* 3 (1), f. 146.

(28) Carta de Nóbrega a Laines, da Baía, a 2 de Dez. de 1557 (*Bras.* 15, ff. 43-44)



Não deixemos despercebidos estes pontos essenciais: a contraposição de colégios a pessoas particulares; o motivo por que se davam as sesmarias aos jesuítas: fundo de reserva para garantir estudos; e o peso que tinha um colégio da Companhia para prender e fixar numa terra moradores fáceis em mudar de poiso, — elemento, portanto, decisivo para a criação de núcleos povoados e fortes. A história da cidade de S. Paulo, que dêste colégio se trata, mostra até que ponto era clarividente o génio empreendedor de Nóbrega. Aliás, a idéia de considerar os colégios meios aptos de civilização era já antiga. Desde 1552 a comunicava Nóbrega a Luis Gonçalves da Câmara e êste por sua vez a transmitia para Roma (29). S. Inácio, consultado sôbre a criação de colégios no Brasil, animava a emprêsa — “parece-me que não pode ser senão bem” (30).

Sentindo-se no bom terreno, Nóbrega atirava a barra cada vez mais longe: “Estas terras, escreve com entusiasmo, todas são muito próprias para se fazerem colégios da Companhia e se sustentarem muitos irmãos pela bondade da terra e ela ser muito sã. E pelo menos podiam fazer-se colégios que servissem de enfermaria a todas as casas da Companhia” (31).

O Brasil sanatório geral da Companhia de Jesus! Bem sabia êle que os Jesuítas da Europa, vindo com achaque de doentes, aqui seriam trabalhadores exímios. Não tinha Nóbrega ali, diante dos olhos, o exemplo de Anchieta?

A isca dos sanatórios era para atrair operários a fim de desbravarem e cultivarem esta imensa vinha do Brasil

---

(29) Mon. Hist. S. I., *Laines*, VIII, p. 407.

(30) *Mon Ign.* 1.<sup>a</sup> série, VII, p. 327.

(31) Carta aut. de Nóbrega a Santo Inácio, de S. Vicente, 25 de Março de 1555 (*Bras.* 3 (1), ff. 135-136v).

— que ele pressentia feraz e prometedora. Enquanto se não abriam os colégios, Nóbrega tratou de mandar para Coimbra os estudantes brasileiros de mais talento para se formarem. Foram pelo menos dois (32). E com Leonardo Nunes queria que fossem quatro ou cinco, que lhe pareciam mais talentosos, mas não lho permitiram os que mandavam na terra, por medo dos índios. No entanto diz Nóbrega que estes os deixavam ir de boa-vontade (33).

Tais dificuldades contrariavam o grande apóstolo da instrução. Nóbrega pensava: se não deixavam, nem era fácil, irem preparar-se na Europa mestres e missionários, a não ser que de lá viessem, era preciso formá-los cá. Esta segunda alternativa, pareceu-lhe a mais prudente e segura. Mas onde estavam os Colégios? E escrevia carta sôbre carta e apelava para El-rei...

\* \* \*

Ora El-rei respondeu: “Numa nau, que veio do Reino, vieram duas cartas de El-Rei uma para o Governador (Duarte da Costa) e outra para o Bispo (D. Pedro Sardinha), recomendando-lhes que dêem ordem a que se faça nesta cidade (da Baía) um colégio ao modo do de Lisboa. Não se tomou até agora determinação sôbre isto, por se esperar pelo P. Nóbrega (34).

Com esta intervenção real restaurou-se um pouco o prestígio dos Padres, mas não se fez tudo o que era necessário, porque as desavenças costumam produzir esterilidade e elas ainda não tinham acabado entre o Governador e o Bispo. Contudo, Luiz da Grã pensou logo em

---

(32) Nóbrega, *C. do B.*, p. 131; *Anch., Cartas*, p. 474.

(33) *Bras.* 3 (1), f. 136.

(34) Carta de Luiz de Grã, a S. Inácio, da Baía, 27 de Dez. de 1555, *Bras.* 3 (1), f. 140-143.

abrir uma lição de casos (teologia moral) e outra de latim. Para esta, e em particular para os mais adiantados, faltavam livros e pedia que lhos enviassem de Portugal (35). Os livros vieram, e daí a pouco lia-se o 2.º livro da Eneida, e até o Bispo, já D. Pedro Leitão, vinha argumentar com os estudantes Brasis. Era o primeiro ensaio dos actos públicos, tão célebres mais tarde (36).

O novo Governador Mem de Sá, escrevendo a D. Sebastião, admirava-se do aumento da instrução popular nas aldeias dos Padres, e ilustrava a sua admiração com números: "há escolas de trezentos e sessenta moços que já sabem ler e escrever" (37).

Esta afluência escolar ia impor finalmente a criação de colégios com os requisitos europeus, e com as facilidades necessárias à eficiencia do ensino. O problema mais grave era o da subsistência do corpo docente. Lembremo-nos do que se passa hoje nas nossas Universidades, Liceus e Ginásios. Numa carta, inédita, de Luiz da Grã, expõe-se a questão com clareza meridiana. É de 1556 e trata de S. Paulo de Piratininga, mas as razões, que invoca, aplicam-se a todos os colégios: "O P. Nóbrega muito deseja ser esta Casa de Pratinga colégio da Companhia, por ser aqui escala para muitas nações de indios. Obsta a isto não haver com que se possa manter, pois as vacas são dos meninos da terra, entre as quais estavam as do meninos, que Pero Doménico cá mandou. Se nos fosse expediente fazer grangearia de mantimentos com escravos, que se podiam haver, bem se poderiam manter pela bondade da terra. Mas não o penso pela distração

---

(35) Carta de Luiz da Grã, diferente da anterior, da Baía, 27 de Dez. de 1555, *Bras.* 3 (1), ff. 144-146.

(36) *Cartas Avulsas*, p. 428.

(37) Documentos relativos a Mem. de Sá, *Annaes da Bibl. Nac. do Rio*, XVII, p. 226.

que nisso há. E assim o P. Nóbrega escreve ao Padre Doutor Torres (Provincia de Portugal) sôbre que El-Rei dê certos dízimos, que êle possui de um lugar aqui vizinho, com os quais se poderá principiar um colégio. Os meninos, somos cá de parecer não nos encarregar de os ter em casa, se não se tiver modo para que algum de fóra lhes procure o comer e o necessário, e a nós fique o assunto do seu ensino”.

Nas aldeias tudo é fácil, continuava êle; estando os meninos em casa dos pais, os próprios pais os sustentam. Não é assim nas terras maiores, em que os meninos de fora tenham que viver em casa, porque não se pode deixar aos Padres o onus de buscarem sustento para si e para os educandos, nem se podem sobrecarregar os particulares com despesas extraordinárias superiores às suas posses (38).

O raciocínio, aqui exposto por Luiz da Grã, quer dizer em linguagem moderna, que os gastos do ensino têm que ser, pelo menos em parte, por conta do Estado.

Assim mesmo! E tornava-se urgente resolver esta dificuldade, porque no Brasil, “em todas as partes já povoadas desejam muito e pedem com eficácia os Nossos”, escrevia o Provincial de Portugal, de Lisboa para Roma em Março de 1561; e ao mesmo tempo fazendo-se eco dêsses pedidos, propunha, que se fundassem tantos colégios de modo estável quantas as povoações firmes (39). A correspondencia sôbre esta matéria continuou activa entre Baía, Roma e Lisboa, até se chegar finalmente a um acôrdo de que resultou a applicação dos rendimentos reais do Brasil à dotação de três grandes colégios na Baía, Rio de Janeiro e Olinda.

---

(38) Carta de Luiz da Grã, de S. Vicente, 8 de Junho de 1556, *Bras.* 3 (1), ff. 147-149v.

(39) *Laines*, V, p. 398.

O primeiro colégio a ser dotado foi naturalmente o da capital da Colônia. Consta da "Provisão do Rei de Portugal em que manda ao capitão da Baía que veja quanto hão mister sessenta pessoas da Companhia no colégio de S. Salvador (*sic*); e se a redízima que lhes dei por fundação não lhes basta, supra o que faltar da fazenda de Sua Alteza" (40).

A Provisão é de 7 de Novembro de 1564.

É uma data a assinalar nos annais da instrução pública. É a fundação do primeiro colégio oficial do Brasil.

Este colégio central ia prestar ao Brasil, durante dois séculos, os mais relevantes serviços, não só dentro da sua finalidade específica de instrução e educação, mas até como defesa e ponto de resistência contra o estrangeiro invasor.

Fundado o colégio da Baía pensou-se logo noutro ao sul. Escreve El-rei, de Almeirim, a Mem de Sá, para ver como se poderá fundar um segundo colégio da Companhia para as bandas de S. Vicente, ali, ou noutro lugar da costa (41).

A vila de S. Vicente estava em decadência e o Rio de Janeiro era ainda pertença de Franceses e Tamoios, confederados. Mas já no momento em que D. Sebastião escrevia (15 de Janeiro de 1565), preparava Estácio de Sá, com o apoio de Nóbrega, a sua conquista (42).

---

(40) Dêste documento fundamental conservam-se no Arquivo da Companhia vários exemplares, entre os quais a própria Provisão com o selo e armas reais (*Bras. XI* ff. 1-4v) e o traslado autêntico do seu registro na Baía, com os *cumpra-se* autógrafos de Mem de Sá e Braz Fragoso (*ib.* ff. 70-71v). Em Lisboa pode ver-se no Arquivo Histórico Colonial, *Registos*, 1, ff. 233-234v.

(41) *Bras. XI*, f. 479-479v.

(42) Cf. Porto Seguro, *Hist. Geral*, T. 1, 4.<sup>a</sup> ed. pp. 407-421 e 427-431, com as preciosas notas de Capistrano e Rodolfo Garcia.

Em 1567 (20 de Fevereiro) escreve o Visitador, Inácio de Azevedo, a S. Francisco de Borja, uma carta notável pelas notícias qua dá da terra, muito "fertil", das lutas que ali se travavam, do auxilio que prestaram os Jesuítas, e termina: "Escrevo do Rio de Janeiro, que é uma povoação, que se fez de dois anos para cá, e agora a manda El-rei aumentar e quere que se faça uma cidade... Para colégio talvez venha a ter mais disposição que em outras partes do Brasil" (43).

Com tão boas informações, o caso decidiu-se rapidamente. O seminário-escola, estabelecido primeiro em S. Vicente por Leonardo Nunes, transferido e quasi fundado de-novo em Piratininga em 1554, elevado a Colégio por Nóbrega em 1556, que o dotou com todos os bens móveis e de raiz, pertencentes à Companhia no sul, e transferido outra vez para S. Vicente em 1561, ia fixar-se definitivamente, já oficializado e perfeito, no Rio de Janeiro.

Quanto à transferêcia de Piratininga para S. Vicente, mostrou Nóbrega em carta para a Europa os seus inconvenientes e de Roma responderam que se persistissem, voltassem o Colégio para Piratininga (44). A-pesar da mudança, permaneceu em Piratininga a maior parte dos Padres, com Vicente Rodrigues por Superior, e continuou a haver aulas, incluindo de gramática. Na realidade, e sob o ponto de vista do ensino, não se mudou: desdobrou-se em dois. O que se mudou foi a applicação dos bens. Anchieta ficou em S. Vicente (45).

A proximidade do Rio de Janeiro e a importância que logo alcançou, depois da vitória de Estácio de Sá, desviaram para a nova cidade as atenções gerais. Ainda

---

(43) Mon. Hist. S. I., *Borgia*, IV, pp. 411-413.

(44) *Lus.* 60, f. 156.

(45) Anchieta, *Cartas*, p. 325.

não era decorrido um ano, depois da informação do Visitador, e já a 11 de Fevereiro de 1568 se passava um "Alvará para que na Capitania de S. Vicente se fundasse um colégio para 50 Padres os quais houvessem o mesmo mantimento, que tinham os da Baía" (46).

O local escolhido foi o Rio de Janeiro, que a este tempo já era Capitania de El-rei.

Ainda que a dotação real é de 1568, é certo que o colégio começou a fundar-se ao mesmo tempo que a cidade, como se vê de um documento ou série de documentos tabeliônicos, reunidos com o título de "Terras que deu Estácio de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro" (47).

A *Informação do Brasil* diz que D. Sebastião o fundou em 1567 e que "nele houve sempre escolas de ler e escrever e algarismos e uma classe de latim e lição de casos de consciência para toda a sorte de gente e para aqui, como dito é, se mudou o primeiro colégio que houve em S. Paulo e em S. Vicente" (48).

"Dêste colégio do Rio de Janeiro foi o primeiro (Reitor) o Padre Manuel da Nóbrega, que o começou *a fundamentis* e nele acabou a vida, depois de deixar toda aquela terra sujeita e pacífica, com os índios tamóios sujeitos e vencidos, e tudo sujeito a El-Rei, sendo êle o que mais fêz na povoação dela, porque com o seu con-

---

(46) Arquivo Histórico Colonial, *Registos*, I, ff. 324-325. Duas cartas de D. Sebastião a Mem. de Sá, de 11 e 15 de Fevereiro de 1568; nesta se transcreve o alvará (*Bras.* XI, ff. 483-484); Vasconc., *Crónica*, III, n.º 115, também o transcreve e dá-lhe a data de 6 de Fevereiro de 1568.

(47) *Bras.* XI, ff. 416-423. Cf. *Terras que deu Estácio de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro*, documento inédito quinhentista, publicado e prefaciado por Serafim Leite, Lisboa, 1935. (Separata da Revista «Brotéria», vol. XX, fevereiro de 1935).

(48) Anchieta, *Cartas*, p. 326.

selho, fervor e ajuda se começou, continuou e levou a cabo a povoação do Rio de Janeiro”.

É testemunho de Anchieta (49).

\* \* \*

Nóbrega faleceu a 18 de outubro de 1570. Antes de deixar esta terra do Brasil, que tanto amava, e pela qual sacrificara a sua saúde e vida, o grande Jesuíta teve a consolação de ver que o Norte também não ficava esquecido. Já desde 1551, quando Nóbrega foi a Pernambuco pela primeira vez, notou o grande entusiasmo da terra e que até as índias forras iam arrebanhar meninos do gentio para se criarem e ensinarem numas casas, que para isso se ordenavam (50). Mas por não haver Padres, que ali ficassem, o assunto não teve prosseguimento estável. Todavia em 1568 já possuía Olinda algumas aulas gerais. Ambicionava porém um colégio. Alegava, entre outros motivos, o existir ali muitos moços, que queriam estudar, e muito clero que precisava de teologia, e haver à roda muitas povoações e engenhos, com muita escravaria, necessitada de quem a doutrinasse e ensinasse. E nada disto era possível sem aumentar o número dos Padres, e os Padres só aumentariam se houvesse ali colégio (51).

O desejo dos Pernambucanos foi atendido. Em 1575 o P. Vallereggio, procurador em Lisboa, dos assuntos da Índia e Brasil, dá para Roma a boa-nova de que se acabava de fundar um Colégio em Pernambuco, a requerimento dos

---

(49) *Ib.*, p. 327.

(50) Nóbrega, *C. do B.*, p. 120.

(51) *Congr.* 42, f. 321v.



*naturais da terra* (52). O Alvará de El-Rei D. Sebastião, para o mantimento de vinte Padres, tem a data de 6 de Janeiro de 1576 (53).

Com a fundação dèste Colégio ficou o Brasil suficientemente provido de estabelecimentos de educação e ensino.

Além dèstes três grandes colégios, da Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco, havia escolas menores em todas as terras onde existisse alguma casa da Companhia. Nelas os filhos dos índios, com aprenderem a lêr, escrever e português, se faziam "políticos e homens", — diz uma *Informação da época* (54).

Os progressos foram constantes, com pequeninas intermitências. Uma vez ou outra, surgia o problema dos professores, já previsto por Nóbrega. Apesar dos colégios, o campo era vasto demais e era necessário virem de fora. Portugal mandava os que podia, tinha porém que atender às necessidades doutros colégios não só na metrópole, mas na Índia e já se falava da China e do Japão. A formação de todos êsses missionários exigia despesas pecuniárias evidentemente avultadas. Uma carta do B. Inácio de Azevedo a S. Francisco de Borja, de 11 de março de 1569, diz que no Brasil há muitos mantimentos, mas que não há dinheiro. De maneira que "os que de Portugal tiveram de ir para o Brasil vão para ser recebi-

---

(52) *Lus.* 67, f. 212, e *Bras.* 12, f. 70 (*Hist. de la fundación del Col. de Pernambuco*). Gregório Serrão foi o interprete e portador deste requerimento.

(53) *Bras.* XI, ff. 443-446v; Arquivo Histórico Colonial, *Registos*, 1, ff. 129v-131.

(54) Anchieta, *Cartas*, p. 416. O exemplar do Arquivo da Comp. vem assinado por Cristóvão de Gouveia e o estilo é de Fernão Cardim, secretário de Gouveia. (*Bras.* 15, ff. 333-339).

dos lá, porque o Brasil não os pode sustentar em Portugal” (55).

Até parece uma carta dêste ano da graça de 1934!

\* \* \*

O estado da instrução no Brasil, em 1576, era o seguinte:

Em *Porto Seguro*, uma escola de instrução preliminar (ler, escrever e contar);

nos *Ilheus*, outra;

no *Espírito Santo*, outra;

em *São Vicente*, outra;

em *São Paulo de Piratininga*, outra.

No *Rio de Janeiro*: colégio, com uma classe de instrução preliminar e outra de latim e humanidades.

Em *Pernambuco*: colégio, com uma classe preliminar e outra de latim e humanidades.

Na *Baía*: colégio, com uma classe de instrução preliminar, duas classes de letras humanas, uma de Artes (Filosofia), outra de casos (teologia moral) para os de fora, e ainda outra de teologia para os de casa.

São dados oficiais (56).

Todos sabem o desenvolvimento que tiveram estes colégios, como se fundaram sucessivamente outros em São Paulo, no Espírito Santo, no Recife, na Cachoeira, na Paraíba, em Belém do Pará, no Maranhão, em Paranaguá, etc. Da sua influência nas letras brasileiras não há que falar. “O Brasil, diz o Barão do Rio Branco, deve às escolas fundadas pelos Jesuítas, quasi todos os

---

(55) *Borgia, V*, pp. 29-30.

(56) *Congr. 42*, f. 322.

nomes de vulto da sua história literária dos séculos XVI a XVIII" (57).

O estudo pormenorizado de todos estes estabelecimentos de ensino é um dos mais interessantes capítulos históricos da instrução e educação no Brasil. Não cabe numa conferência, e também nós só tínhamos prometido falar dos primeiros, e, ainda assim, demarcando apenas as suas linhas gerais.

Concluamos com a nota final de que se chegaram a dar graus em Artes (filosofia), no Colégio da Baía, no século XVI. A primeira colação de graus de bacharel em Artes é de 1575; e do ano seguinte a licenciatura (58). O caso é digno de ser assinalado e merece desenvolvimento particular, que faremos noutra oportunidade. Mas digamos desde agora que, subindo os estudos a esta altura, não causa já tanta admiração que houvesse festas literárias em que se exhibissem composições em prosa e verso, na língua portuguesa, latina e brasílica, não faltando até, coisa impressionante, quem alguma vez falasse em língua angolana, em homenagem aos pobres desventurados, que de Africa tinham vindo, para valorizar com o seu trabalho, as terras do Brasil.

Isto em pleno século XVI!

Não sei de outro exemplo de colonização em que assim se fundissem, numa harmonia profundamente humana, elementos tão heterogéneos!

\* \* \*

---

(57) E cf. o belo estudo de E. Viñena de Moraes, *Qual a influencia dos Jesuitas em nossas letras?* — *Rev. do Inst. Hist. Brasil.*, Tomo especial (1914), V, 633-673.

(58) *Bras.* 15, ff. 273, 288, 302v, 369v.

Antes de concluir, peço licença para recordar e até para me felicitar por três circunstâncias, que importam um triplice agradecimento:

Primeiramente, a imerecida fortuna de expor este punhado de factos históricos, alguns desconhecidos, sobre os primeiros mestres e escolas do Brasil, neste *Instituto de Educação*, escola de mestres, tão altamente classificada. Muito obrigado ao Sr. Dr. Lourenço Filho, seu ilustre Diretor.

Em segundo lugar, a honra de ter como Patrono e apresentante, uma das mais legítimas glórias do pensamento brasileiro e latino, e propulsor dos estudos jesuíticos, com tantos trabalhos seus, entre os quais basta lembrar os elegantes e eruditos prefácios às *Cartas Jesuíticas* e as anotações às *Avulsas*:

Muito obrigado ao Sr. Dr. Prof. Afrânio Peixoto.

E, finalmente, desvaneceme a certeza de que estes assuntos sérios, e espero também que úteis para a cultura histórica do Brasil, foram capazes de interessar inteligências de escól e reunir um auditório tão selecto como este, composto (e não excluo, antes acentuo, o esplendor da mocidade, que me escuta), por técnicos da educação e das ciências históricas, entre os quais vejo alguns vultos eminentes na Pedagogia, nas Letras e na Historiografia do Brasil.

A todos, e a cada um, muito obrigado !

E agora, uma palavra final. Como homens cultos e brasileiros que sois (há entre vós alguns nascidos além-mar, mas brasileiros pelo coração), haveis de reconhecer que aquella primeira instrução e educação dos Padres da Companhia de Jesus, com o seu sistema bem-dito de erguerem ao lado de uma igreja, uma escola, marcou, de modo indelével, para todo o sempre, a própria alma brasileira. Ficou-lhe um não sei quê religioso de

bom quilate, só raras vezes desviado do curso normal da brasilidade, por agentes ou elementos exóticos; ficou-lhe uma propensão inata para tudo o que é instrução e letras, num grau que difficilmente se encontra noutros povos da terra.

Se fosse possível, como numa visão de Ezequiel, chamar de novo á vida, aqueles homens, que deram o seu ser pela civilização do Brasil, e cujas cinzas, andam dispersas por estas regiões imensas de Pindorama, se os chamássemos á vida e lhes perguntássemos: reconheceis a vossa obra? — eu creio que êles se levantariam do seu túmulo ignorado e se poriam um momento à escuta; e ouvindo, aqui, nesta majestosa cidade do Rio de Janeiro, que êles ajudaram a fundar, e pelas mais terras dêsse Brasil além, ameaçado tantas vezes por estranhos, aquelas suaves palavras, que êles ensinaram nas suas primeiras lições do ABC: *mãe, pai, Deus, Pátria, Brasil...* êles, escutando estas doces palavras, na sua mesma harmoniosíssima língua, estremeceriam e responderiam: Sim! Nós reconhecemo-la. Ultrapassou a nossa expectativa, mas é a mesma. Aquellas primeiras letras que ensinamos outra aos filhos dos Índios e aos filhos dos Portuguezes, irmanados nos mesmos bancos rústicos das primeiras escolas brasileiras, á sombra das palmeiras ondulantes, refloriram através dos séculos em Universidades, Institutos e Colégios, e numa literatura brilhante e maviosa.

Deus abençoou o nosso esforço!

E êsses heróis beneméritos, recolhidos de novo á paz do túmulo e ao seu prêmio de glória imortal, poderiam acenar-nos ainda com um testamento de amor. As suas cartas, relatórios, catálogos e informações — testamento e repositório sagrado de tantas aspirações generosas, quando as deciframos e transpomos para a luz contem-

porânea, verificamos que são o próprio veredito da História sôbre a obra que deixaram. Entre as dificuldades multiplicadas daqueles tempos remotos, se ás vezes se nos depara alguma sombra, proveniente do jogo inevitável das actividades humanas, nem sempre concordantes, essas sombras são apenas o fundo escuro de um quadro de maravilha, donde resalta, mais palpitante, e emoldurada num resplendor de glória, bela e senhora dos seus destinos eternos, a grande Pátria Brasileira.

### III

## O PRIMEIRO VOCABULÁRIO TUPI-GUARANI

### “Portuguez — Brasiliano”

Os vocabulários tupis organizados pelos Jesuítas do Brasil deveriam ser a princípio simples listas de nomes, listas que iam passando de uns Padres a outros, ampliando-se ou aperfeiçoando-se sucessivamente.

A primeira vez que se nos depara referência concreta a vocabulário em forma é em 1585. Pedindo-se licença a Roma para se publicar a *Doutrina Cristã*, portuguesa, do P. Marcos Jorge, que Leonardo do Vale adaptara à língua tupi, pedia-se ao mesmo tempo licença para se imprimir o *Dicionário da Língua Brasileira* para utilidade dos que a aprendiam (59).

Em 1592 renova-se o pedido para a impressão dum léxicon tupi que se estava escrevendo (60).

Quem seria o escritor? Costuma falar-se de Anchieta. Seria êle de-facto?

---

(59) Scribitur etiam Dictionarium ejusdem sermonis ad nostrorum utilitatem, qui linguae addiscendae operam sunt navaturi. Visum est petendum esse facultatem a Nostro Patre Generali ut typis possint excudi. — *Congr.* 42, f. 321 v.

(60) *Bras.* 15, 397.

Nos documentos da época não achamos notícia de intervenção sua directa neste trabalho. Nos primeiros biógrafos, observa-se esta gradação: Quirício Caxa, enunciando as obras de Anchieta na língua tupi, não fala de vocabulário. (61); Pero Rodrigues já afirma que deu princípio ao vocabulário (62); Simão de Vasconcelos dá o passo final e escreve que “fez vocabulário da mesma língua” (63).

Certo é o seguinte: O Padre Provincial Marçal Beliarte, escrevendo da Baía a 21 de Setembro de 1591 e narrando a morte de Leonardo do Vale, em Piratininga, a 2 de Maio dêsse ano, chama-lhe “príncipe dos línguas brasílicos”, eloqüente como Túlio, que falava a língua com tanta perfeição que até os Índios se admiravam do seu talento e graça singular; companheiro do P. Nóbrega e dos primeiros Padres, autor do *Dicionário na Língua Brasilica*, ótimo, copioso e muito útil por onde facilmente se aprende: *composuit vero illius linguae optimum, copiosum et valde utile vocabularium ex quo facile est addiscere* (64).

O Vocabulário do P. Leonardo do Vale não se imprimiu. Andando porém em tôdas as mãos, deve ter

(61) Serafim Leite, *A primeira biografia inédita de José de Anchieta*, p. 13, Lisboa, 1934.

(62) Pero Rodrigues, *Vida de Anchieta*, in *Annaes da Bibl. N. do Rio*, XXIX, 199.

(63) Vasc., *Cron. I*, 156. Esta frase tem andado repetida por todos: Platzmann, Dahlmann, etc.: «Anchieta hinterliess noch ein Wöterbuch». — *Die Sprachkund und die Missionen* (1500-1800), p. 83, Freiburg in Breisgau, 1891; Vale Cabral, *Bibliographia das obras tanto impressas como manuscriptas relativas à língua Tupi ou Guarany, também chamada Língua Geral* in *Annaes*, VIII, p. 197.

(64) *Bras.* 15, 373 v; cf. *Hist. Soc.* 42, f. 33. Diz o Catálogo de 1574 (*Bras.* 5, 10): «Leonardo do Valle, coadjutor spual formado, es grande lingua. sabe mediocrementes casos es confes-



ido, com a gramática de Anchieta e a doutrina, até ao Tucumã e Paraguai com os primeiros Padres idos do Brasil.

Exaltando a unidade da Língua Geral (tupi-guarani), desde o “famoso Rio das Amazonas” aos Carijós, grande vantagem para a catequese, diz Pero Rodrigues, notando os instrumentos de trabalho de que dispunham; “por onde a Arte desta língua (a Arte de Gramática, de Anchieta) e as práticas e doutrinas que nela andam escritas servem também os Padres da Companhia que andam no Perú para ensinar os Índios do Tucumã, do Rio da Prata e outras terras que confinam com o Brasil” (65).

---

sor. entró en la comp.<sup>a</sup> año de 53. siendo de 15 años (es natural de bragança).

Rocha Pombo considerou-o mameluco (*Hist. do Brasil, III*, 362 nota).

Aqui fica expressa a sua naturalidade: Trás-os-Montes. Foi menino para o Brasil, levado pela família ou como órfão. No ano de 1553, dado pelo catálogo, devia ser apenas aluno, porque ainda não aparece no que organizou Anchieta em Julho de 1554 (*Arch., Cartas*, 37-38). Como tal andaria nos Campos de Piratininga, quando se fundou S. Paulo.

Nas Missões caminhava quasi sempre descalço «com alpergatas feitas de cardos brancos, qué era o couro daquele tempo» (*Vasc. Vida de Anchieta*, 44). Fêz os votos de Coadjutor Espiritual no ano de 1560, em Piratininga. Recebeu-os o P. Nóbrega. *Lus*, 1, 137.

Era sumamente estimado dos Índios, em cujo serviço gastou a vida, tanto dos livres como dos escravos e escravas (308; *Caxa, Bras.* 15, 278 v; *Vasc., Crón. II*, 5). Quando os da Aldeia de S. João, na Baía, fugiram para a selva, ocasião em que os Índios às vezes matam os brancos, não só não o fizeram, antes despediram-se do P. Leonardo do Vale, «dizendo-lhe que levavam grandes saudades dêle, e que se foram mulheres o choraram», *Cartas Avulsas*, 265 e nota 153 de Afrânio Peixoto.

(65) Pero Rodrigues, *Carta de 7 de Maio de 1597*, em Amador Rebelo, *Compendio de Alg. Cartas*, 236-237, Lisboa, 1598.

Os Padres do Brasil chegaram a Tucumã em 1587 e ao Paraguai em 1588.

Dêstes escritos tiveram, sem dúvida, conhecimento Barzana e Ruiz de Montoya, em cujos nomes andam os primeiros dicionários impressos. Outros os conheceriam no século XVIII, depois da extinção dos Jesuítas... (66).

Existirá hoje algum exemplar do Vocabulário dos primeiros Padres Jesuítas do Brasil?

No Arquivo Geral da Companhia não existe. Couto de Magalhães, falando dos primeiros livros sôbre o tupi, inclui um "*Vocabulário da lingua tupi* tal qual era falada em S. Paulo no século XVI, pelo P. Joseph de Anchieta" e acrescenta: a "edição está há muitos anos exgotada; mandei tirar uma cópia em manuscrito e vou reimprimi-la" (67).

Esta obra, que se diz impressa, não vem mencionada por Vale Cabral, nem está na *Bibliografia* que Plínio Airoso apõe a *O Caderno da Língua*, de Fr. Arronches. Será apenas um *glossário* das palavras usadas por Anchieta nos seus diversos escritos tupis?...

(66) Plínio Airoso, Prof. de Tupi na Universidade de S. Paulo, reeditou o *Dicionário Portuguez-Brasiliiano*, S. Paulo, 1934. E no *Prefácio*, p. 17, dá como autor a um Frei Onofre, Missionário do Convento de Santo António, no Maranhão, do qual tudo se ignora. Sem entrar agora em maiores averiguações, que reservamos para o estudo do século XVIII, averbemos desde já a opinião de Dahlmann (loc. cit.) segundo a qual o *Dicionário Portuguez-Brasiliiano*, publicado em 1759 (o mesmo que reeditou Plínio Airoso) se baseia no *Manuscrito da Língua Geral do Brasil*, saído, diz êle, com tôda a probabilidade da pena do famoso Jesuíta João Daniel. Cf. também Francisco Rodrigues. *A Formação Intelectual do Jesuíta*, 379, Pôrto, 1917.

(67) Couto de Magalhães, *O Selvagem*, p. 320, 3.<sup>a</sup> ed., S. Paulo, 1935.

Temos fortes razões para fazer remontar até os primeiros Padres o códice piratiningano de 1622. A exposição destas razões será também um esclarecimento necessário a duas cartas trocadas entre Felix Pacheco e o Autor, cartas que se tornaram públicas e deram algum brado.

Na nossa passagem pelo Rio de Janeiro em 1934, convidou-nos fidalgamente a visitar em Copacabana a sua biblioteca, o director do grande diário *Jornal do Comércio*, o ilustre e saudável Félix Pacheco, tão cedo arrebatado às lides literárias e jornalísticas. Não foi alheio a êste convite o insigne escritor Afrânio Peixoto. Mostrou-nos Félix Pacheco as suas raridades bibliográficas e, com verdadeira ufania, um manuscrito da lingua tupi, formando um só volume com *Os nomes das partes do corpo humano*, de Pero de Castilho.

Félix Pacheco conhecia Sommervogel, que dava Castilho como português e autor provável de um manuscrito, *Vocabulario da Lingoa Brasíllica* (Portuguez-Brasiliano, 4.º, pp. 368. "The last few leaves which countain lists of the names of parts of the body, etc. in Brazilian-Portuguese, and is dated 1613, were written by Padre Pero (*sic*) de Castilho da Companhia de Iesu who was probably also the author of the large Vocabolario". *Catal. de Quaritch*, juill. 1885, n. 30200). D'après ce titre, l'auteur ne s'appellerait-il pas plutôt: *Perez de Castilho*? (68)

Quem é êste Perez ou Pero de Castilho? — perguntou-nos êle.

Diante desta interrogação e dúvida, ao voltar a casa, consultámos os nossos verbetes verificando que o nome era na verdade Pero de Castilho, grande língua, e que

---

(68) Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, II, 846.

nascera no Brasil (69). Com justificado alvoroço, quisemos logo comunicar-lhe tão grata notícia. Organizámos uma nota com os dados biográficos de Pero de Castilho e remetemos-lha. Félix Pacheco escreveu-nos uma carta, que conservamos como tesouro precioso, e, já agora, como relíquia. Desta identificação e correspondência fêz êle uma erudita comunicação à Academia Brasileira de Letras, em 5 de Julho de 1934, publicada no dia seguinte no seu jornal e depois na *Revista da Academia*, no mês de Outubro do mesmo ano.

Isto pôsto, perguntamos: será, na verdade Pero de Castilho o autor do Vocabulário?

Existe uma dificuldade insuperável, proveniente dum incómodo *alibi*.

O manuscrito traz no alto da fôlha do rôsto estas palavras desenhadas; *Vocabulario na Lingua Brasilica, 1621*. E no fecho:

*Este livro intitulado / Vocabulario Brasil / Foi começado em Abril / Porem em Agosto acabado / 1622 / Aos 23 de Agosto oitava da Assunção de Nossa Senhora / Em Piratininga.*

Ora, em 1621, Pero de Castilho vivia no Colégio da Baía (70); e fêz, com o P. José da Costa, nesse mesmo tempo, e naquela região, uma entrada apostólica ao interior (71). Não podia estar em Piratininga em 1622.

Félix Pacheco viu a dificuldade e pedia-nos, precisamente, dados complementares, quando Deus o levou.

(69) Já o dizia Sommervogel, mas no *Suplemento*, vol. IX, 7.

(70) *Bras.* 5, 123.

(71) *Lettere Annue d'Etiochia, Malabar, Brasil e Goa* (1620-1624), p. 127-128, Roma, 1627.

Para nós, aquêles quatro ou cinco meses, de que fala a quadra piratiningana, deve ser o tempo gasto por algum Padre ou Irmão em *copiar* o dicionário, nas horas vagas do apostolado.

Bem vemos que o ser cópia não exclui a hipótese de ter como autor a Pero de Castilho, embora ausente. Mas a hipótese deve justificar-se por outra via. E não encontramos nenhum elemento positivo, que autorize essa conclusão.

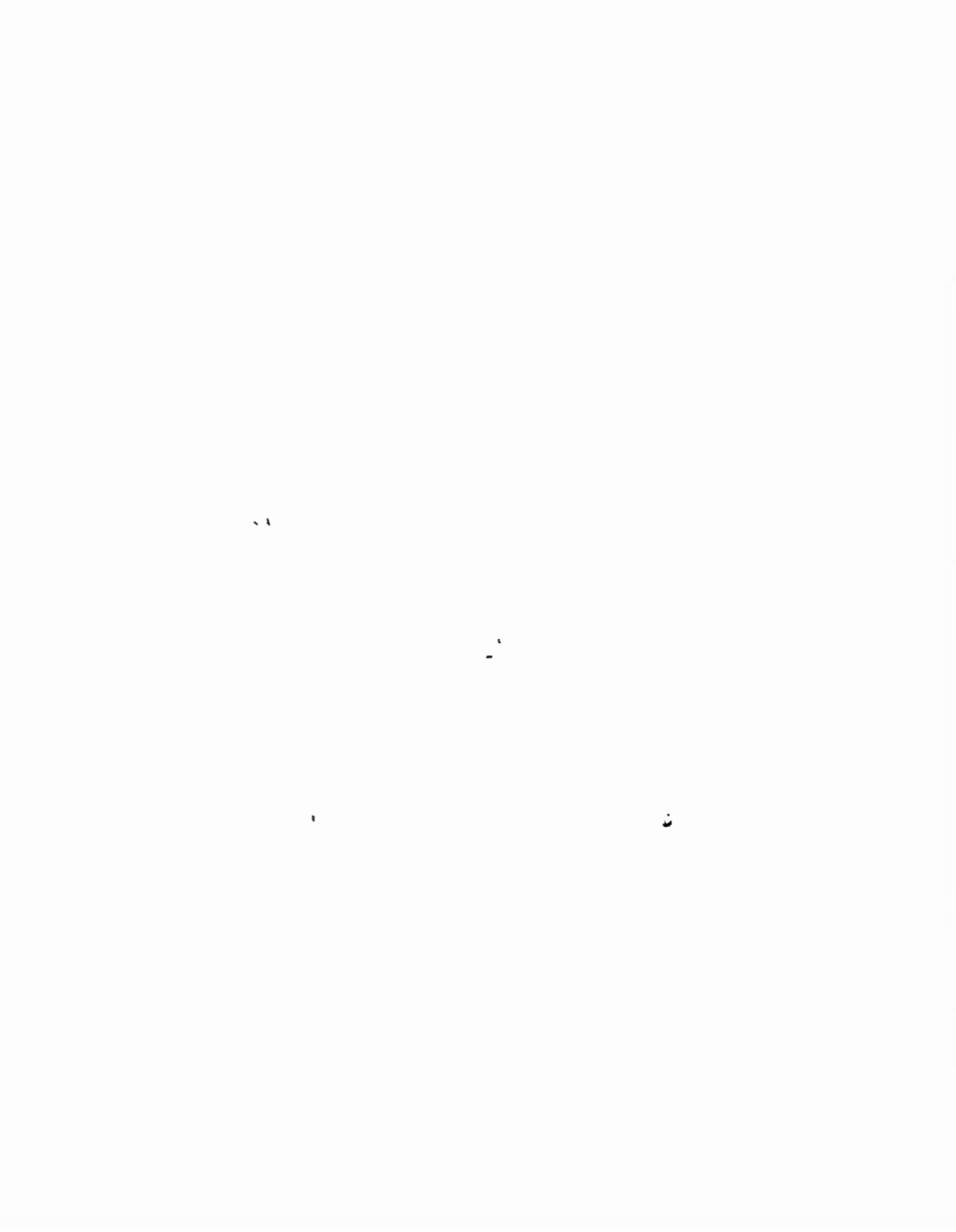
Quere dizer, no estado actual dos nossos conhecimentos históricos, aquêle *Vocabulário da Língua Brasilica*, obra certamente dos Padres Jesuítas, tem que se filiar em Leonardo do Vale, sem excluir, é claro, prováveis remodelações e aperfeiçoamento ulteriores, inclusive do proprio Anchieta.

Êste recuo no tempo dá-lhe, incontestavelmente, muito maior valor (72).

---

(72) O Governo do Estado de São Paulo adquiriu a livraria de Félix Pacheco e com ela o *Vocabulário Portuguez-Brasiliano*. «Dentro de poucas semanas, comunica-nos o Dr. Plínio Airosa, começarei a estudar e anotar esses papéis para a devida publicação».

Noticia duplamente auspiciosa! Por se ir enfim publicar o precioso *Vocabulário*, e por estar entregue a sua publicação a uma verdadeira competência.



#### IV

## O PRIMEIRO EMBARQUE DE ÓRFÃOS PARA O BRASIL

7 de JANEIRO DE 1550

(Um documento inédito) (73)

Com a ida do governador geral Tomé de Sousa e dos Padres da Companhia de Jesus, a colonização do Brasil ia entrar numa fase nova. Era necessário lançar pé na terra firme e penetrar o sertão. Até aí apenas se tinha arranhado a costa. O sertão porém estava povoado de índios selvagens e belicosos. E o português, contrário a guerras de extermínio, preferia a captação. Ora a captação só é exequível quando se suprimem as barreiras morais. Para começar a transpor as trincheiras da barbaria e da língua inventou-se, entre outros, um meio. Iriam de Lisboa crianças. Misturadas as crianças portuguesas com as crianças indígenas, operar-se-ia a transmissão da língua e talvez a fusão de ideais. Depois, lá estariam os Jesuítas para orientar o movimento e exercer

---

(73) Comunicação feita no Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, Lisboa, sessão de 21 de Maio de 1933.

aquela maravilhosa função de árbitros, que é um dos mais fortes aspectos da sua actividade no Brasil.

A primeira expedição destes órfãos realizou-se em 1550, "o dia depois de Reis, à tarde". Pertenciam ao Colégio de Jesus dos Meninos Órfãos, fundado pelo P. Pero Doménech, um ano antes, em Lisboa, numas casas junto do Colégio de Santo Antão. Ambos os colégios comunicavam por dentro. Semelhante comunicação local era uma transposição externa da comunicação do espírito. "Estes órfãozinhos criam-se com o mesmo espírito da Companhia, com muita caridade entre si", diz o seu fundador (74).

O P. Pero Doménech era catalão. Veio para Lisboa em fins de 1548 e retirou-se em 1553 para o mosteiro de Villabeltrán, de que era Abade. Desejou ser da Companhia de Jesus e parece que chegou a emitir os primeiros votos, cuja fórmula se conserva. Depois da sua retirada, em 1553, tomou conta do Colégio dos Órfãos o célebre Doutor António Pinheiro (75).

O P. Pero Doménech ia pela Ribeira de Lisboa e juntava, como podia, as crianças pobres, "moços perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam patifes" (76).

A palavra patife é expressiva. Naquele tempo não o seria menos, dados os equivalentes que tem. Será mais vivo o contraste. Porque êstes "patifes", transformados

(74) Monum. Hist. S. J., *Epp. Mixtae*, T. II, Carta de Pero Doménech ao P. Polanco, de Lisboa, a 5 de Agôsto de 1550, pág. 425.

(75) Cf. Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, T. I., vol. 1.º, Porto, 1931, págs. 700 ss.

(76) Mon. Hist. S. J., *Epp. Mixt.*, T. II, Carta de Pero Doménech a S. Inácio, Almeirim, a 7 de Fevereiro de 1551, pág. 504.



pela educação cristã, iam desempenhar agora no Brasil uma acção civilizadora.

Os Jesuítas influíram de-certo na sua ida. Não ficou alheio o rei, com certeza. E a protecção da metrópole também não os abandonou na colónia: “Dêstes meninos enviou el-rei o ano passado sete ao Brasil... Agora el-rei lhes manda vestidos, e camisas, e livros, e tudo o que pedem” (77). Deu-lhes casas onde morassem. Lê-se num documento de 1553: Pague-se a Luiz Dias, que foi mestre de obras na Baía, a quantia de 17\$000 reis “dumas casas que lhe foram compradas pelo Governador Dom Duarte e por êle, para Sua Alteza, para os órfãos” (78).

No Brasil ficaram os órfãos, ao comêço, sob a autoridade dos Padres da Companhia. Ao saírem às Aldeias dos arredores da Baía juntavam-se as crianças índias à sua roda, abraçavam-se, riam e brincavam, levando-os depois a suas casas. As crianças entendem-se fácilmente. E com mais facilidade simpatizam entre si. Como consequência, os filhos dos Índios iam à cidade pagar-lhes a visita. Pouco a pouco, as visitas transformaram-se em catequese e a catequese em aula. As crianças índias aprendiam o português, os órfãos portugueses a língua brasílica. A colonização progredia. As arestas limavam-se. Diz Nóbrega: “Os meninos órfãos, que nos mandaram de Lisboa, com seus cantares, atraem os filhos dos gentios e edificam muito os cristãos” (79).

Pouco depois vieram mais. Em 1557, uns 18 ou 20. Tantas bôcas a sustentar, em missão incipiente, causavam aos Padres graves apreensões financeiras (80). Mas os

---

(77) Id. ib., pág. 504.

(78) *Documentos Históricos*, da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro, vol. XIV (XII), pág. 359.

(79) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, pág. 115.

(80) Id., ib., págs. 150-152.

resultados excederam a expectativa. Quando os Jesuítas tiveram, por fôrça do seu Instituto, recentemente promulgado, de entregar a outrem o cuidado dos órfãos, verificou-se que, salvo dois ou três, que, por incapazes, teriam de ser reenviados a Portugal, todos os mais ou eram escolares da Companhia ou “dados a officios” (81).

Os estudantes iam levando a cabo o seu curso. Em 1560 celebrou um missa nova, na povoação do Espírito Santo, arredores da Baía; “o qual há-de ficar ali por capelão, por ser língua; êste é moço dos primeiros órfãos que cá nos mandaram, — muito boa coisa” (82). Em 1584, diz Anchieta que tinham ficado na Companhia muitos “orfãos que vieram de Portugal e alguns de cá recolhidos, que foram e ainda são, grandes obreiros nela, ocupando-se na conversão do gentio com a língua, que sabem, e o sacerdócio, que receberam” (83).

Conserva-se o nome de alguns. No jubileu de 29 de Junho de 1564, na igreja de S. Paulo, tomaram parte ao lado do Bispo D. Pedro Leitão, dois padres órfãos dos que vieram “haverá agora 8 ou 10 anos” e são “idóneos

---

(81) Id., ib., pag. 171. «*Dados a officios*»: Religião e Trabalho, os grandes factôres da civilização. Que melhor destino poderiam ter os órfãos «perdidos» da Ribeira de Lisboa?

(82) *Cartas Avulsas*, 1550-1568, Rio de Janeiro, 1931, Carta de António Pires, pág. 279. Tómo 2.º das *Cartas Jesuíticas*, com *Introdução* e notas de Afrânio Peixoto.

(83) José de Anchieta, *Enformação do Brasil e de suas Capitánias*, ms. da Bib. Púb. de Évora, cód. CXVI, 1/33, fol. 48 ss. Esta informação está publicada, com algumas deficiências, na *Rev. do Instituto Hist. e Geog. Brasileiro*, T. VI, 2.ª ed., págs. 412-443, sem nome de Autor e com a indicação de ter sido enviada de Lisboa por Varnhagen. Foi incluída nas *Cartas de Anchieta*, pág. 316.

ministros da conversão das gentes: chama-se um dêles António de Pina e o outro João Pereira” (84).

Nas Aldeias, com que os Jesuítas rodearam a primeira capital do Brasil, num círculo defensivo de cristandades, também êles tiveram, por si ou por seus amiguinhos, os Índios, uma quota parte.

Na Aldeia de “um grande e mais grave principal de todos os da terra, se pôs uma Cruz” — escreve Vicente Rodrigues em 1552; e um menino lhes explicou o mistério da mesma Cruz.

Ao ouvi-lo, que fêz aquele índio principal?

De lobo converteu-se em cordeiro. Não pôde ter as lágrimas e confiou o seu filho aos Padres para que lho educassem.

Pouco tempo antes, ainda comia carne humana.

Como êle, outros, vencidos do mesmo suave influxo, vinham requerer, com urgência, aos Padres que fôsem visitar e catequizar as suas Aldeias. E abriam-lhes “caminhos tão largos, por montes mui ásperos, como a estrada de Coímbra” (85)...

A abertura destas estradas era a suprema homenagem dos Índios do sertão. Por elas penetrava no interior do grande continente a civilização cristã e portuguesa.

Tal era, num rápido esbôço, o campo de actividade dos órfãos de Lisboa. Podemos agora assistir ao seu embarque. Vai-no-lo contar uma testemunha de vista. É o próprio Pero Doménech.

Escreve êle para Coímbra (86).

---

(84) *Cartas Avulsas*, Carta de António Blasques, por comissão de Luiz da Grã, pág. 421.

(85) *Ib.*, Carta de Vicente Rodrigues, pág. 119.

(86) *Carta que o abade Pero do meneque escreueo de Lisboa aos Irmãos da comp<sup>a</sup> de JESVS do Collegio de Coímbra aos 27 de Janr<sup>o</sup> de 1550*. Ms. da Bibl. Públ. de Évora, cód. CVIII, 2/I,

“Irmãos meus. Nosso Senhor Jesus Cristo quis escolher, dêstes órfãos, sete para irem prègar o seu santíssimo nome aos gentios e infiéis. E coube a sorte a quatro dêles, que foram dos primeiros que se tiraram da Ribeira, que foram os alicerces desta sua santa casa. E quis-lhes dar tanta fortaleza, que, por muitos rogos, amoes-tações e mêdos, que os seus parentes e amigos do Mundo lhes pintavam, nunca os puderam tirar do propósito em que estavam. E se alguma vez, a rogos dos seus parentes, lhes dávamos licença que fôsem a casa de seus pais ou mãis ou amigos, a comerem ou domirem, em lugar de êles chorarem e consentirem em seus rógos, os repreendiam e prègavam, dizendo que tudo era nada senão servir a Deus e morrer pela santa fé católica.

Diziam-lhes alguns:

— Vós sois ainda meninos e sabeis pouco para ensinar.

Respondiam:

— Deus é grande e nos esforçará e ensinará aquilo que havemos de dizer.

Diziam-lhes outros que no Brasil morrem os homens e comem carne humana. Respondiam êles que também em Lisboa morrem; e que depois os comem a terra e bichos, e que um só pai temos, que está nos céus.

De maneira que ficavam pasmados *et obmutescebant quia non poterant resistere spiritui qui loquebatur.*

Vésperas dos Reis, depois do jantar, com grandes fervores e postos de gíolhos diante de uma imagem de Nossa Senhora, tomaram sua cruz alevantada e abraçando alguns

---

fls. 152v-153v. Crêmos que é inédita esta carta. Não a transcrevemos tôda. Utilizamos apenas a parte, aliás contínua e principal, em que narra a despedida dos órfãos. Para a tornar facilmente acessível, com respeitar escrupulosamente o texto, actualizamos a ortografia e a pontuação.

irmãos, pequenos e enfermos, que em casa ficaram, pedindo-se perdão uns aos outros, com muitas lágrimas, se despediam dêles, e, acompanhados de todos os outros irmãos órfãos, andaram em procissão, cantando uma cantiga, que diz:

*Gran Senhor nos há nascido,  
Humano e mais divino.*

Tôdas as ruas e janelas, que estavam cheias de gente, uns choravam, outros alevantavam as mãos aos céus, dando louvores ao Senhor, outros os benziam, outros saíam com esmolos pelas ruas, outros andavam carregados, às costas, do seu fatinho, outros corriam para os ver, chamando-lhes Bem-aventurados. Era tanto [o] fogo por onde êles passavam, que me acendia o rosto como se estivera em uma estufa.

Ora que faria a outros, que têm outros espíritos mais limpos e mais elevados no amor do Senhor?

E assim, passando pela Rua Nova e pela metade da cidade, foram a pé até Belém, acompanhados de muitos devotos. *Et, ne deficerent in via*, quis a Providência Divina que certos devotos (87) nos esperassem na metade do caminho com refrescos de muito pão e muita fruta.

Chegados a Belém e postos de gíolhos diante do Santíssimo Sacramento, fizeram oração. E, esperando pelo batel, cantaram a Salvè Rainha e uma prosa a Nossa Senhora, onde estavam muita gente e muitos frades, que ficaram mui edificados. E cantando umas cantigas de Nossa Senhora, se alevantaram para se embarcar, acompanhados de muitos homens e mulheres.

Chegado o batel para se embarcar, vieram-se todos para mim, pecador. E, prostrando-se com muita humil-

---

(87) Aqui significa, sobretudo, *amigos devotados*

dade e lágrimas, pedindo-me perdão e a bênção, confesso minha fraqueza que, por muito que dissimulasse, *non potui continere lacrimas*. E abraçando-os, cum *osculo pacis et elevatis oculis in cælum*, lhes dei a bênção, que aquele Nosso Padre Eterno dispensa com suas criaturas por mãos de seus ministros.

Então abraçavam-se uns aos outros com muitas lágrimas e choros, dizendo:

— Irmãos meus, ficai muito embora!

Outros diziam:

Ó Irmão [s], como nos deixais!?

Era tanto o choro que grandes e pequenos, moços e velhos, que ali estavam, todos choravam.

Então um dêles, que se chamava Francisco Carneiro, saltou no batel, e arrimado à borda dêle, tomou a Cruz na mão; e, alevantada no ar, com grande fervor, começou a cantar a alta voz.

*Os mandamentos de Deus  
Que havemos de guardar,  
Dados pelo Rei dos Céus  
Para todos nos salvar.*

Andava tão fervente que parecia daqueles que vão a receber martírio. Então todos o seguiram. E êles, chorando no mar, e nós na terra fazendo *longum vale* (88), se partiram, sem partir-se nossos olhos dêles, até que chegaram ao galeão.

Os nossos meninos, que ficaram, sentiram tanto a partida dos seus caríssimos irmãos, que os não podíamos aquietar, que era já perto da cidade e ainda alguns dêles choravam.

O dia depois de Reis, à tarde, os Padres da Companhia e irmãos nossos, vestiram suas sobrepelizes e um

---

(88) Longo adeus.

dêles uma capa; e os meninos, com sua Cruz alevantada e um retábulo de Nossa Senhora [que] levavam no ar, cantado a Salve Regina, *dederunt vela ventis*.

E assim, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, se partiram”.

Aqueles Padres, a quem iam confiados os órfãos, chamavam-se Afonso Braz, Francisco Pires, Salvador Rodrigues e Manuel de Paiva, portugueses, que deixaram, todos quatro, notável fôlha de serviços. Afonso Braz e Manuel de Paiva pertencem mesmo ao grupo dos fundadores da cidade de S. Paulo, e êste último em lugar de honra, por ser o primeiro Superior da comunidade nascente (89).

Foram no famoso *Galeão Velho* do comando de Simão da Gama de Andrade. Simão da Gama, deixando depois a vida do mar, fixou-se na Baía, onde foi grande “republico”. Aparece como Padrinho, com sua mulher D. Leonor, em baptismos solenes de Índios, agenciados não raro pelos próprios órfãos (90).

O embarque de tôda esta gente, naquela tarde de Janeiro de 1550, além de ser um espectáculo cheio de

---

(89) Anchieta, *op. cit.*, fl. 48 (Rev. do Inst. H. e G. Brasileiro, VI, 2.<sup>a</sup> ed. pág. 429), e nas *Cartas*, pág. 314; Simão de Vasconcelos: *Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, I, ns. 80-81; *Vida do Veneravel Padre Joseph de Anchieta*, Lisboa, 16/2, págs. 43 e 46; Antonio Franco, *Synopsis Ann.*, 1550, n.º 6, etc.

(90) *Cartas Avulsas*, Carta de Leonardo do Vale, pág. 353; Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, publicada nos *Annaes da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro*, XIII, 1.º fasc. pág. 61. Ai se lê este curioso epitáfio:

*Pela summa charidade  
de Christo Crucificado  
está aqui sepultado  
Simão da Gama dandrade  
pera ser resuscitado.*

vida e de côr, evoca um pensamento mais alto. Ainda não é epopeia, contudo Camões já tinha nascido. E a disciplina e espírito da Companhia de Jesus também já dava aos homens — e até às crianças — a energia do aço. Na simplicidade concentrada desta narração sente-se perpassar, com a robusta decisão daqueles órfãos, um sôpro de grandeza antiga. Mas nós compreendemo-la perfeitamente, ainda agora, porque a beleza moral é de todos os tempos.

O sistema português de colonização não tem similar no mundo. Os seus frutos aí estão patentes no prodígio de unidade — tríplice unidade de território, de língua e de religião — que é o Brasil. Simplesmente — e faz bem recordá-lo — foi sobretudo com estas expedições obscuras, mas envôltas, no sacrifício fecundo da cristandade portuguesa, que começou a surgir para a civilização, na extrema do mar Atlântico, do outro lado das ondas, a grande Pátria Brasileira.



## V

# A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

## CARTAS INÉDITAS DE NÓBREGA

Santo André da Borda do Campo — João Ramalho —  
Os Jesuitas

CONFERÊNCIA NO INSTITUTO  
HISTÓRICO DE SÃO PAULO, 5  
DE JUNHO DE 1934.

O berço das nações como o das grandes cidades é estudo preferido pelos investigadores para esclarecer, definir ou interpretar factos que, por sua vez, expliquem a génese, progresso e até carácter desses agrupamentos humanos.

A grande cidade de São Paulo não foge á regra. E é de ver como procura avidamente tudo o que diz respeito á sua fundação: Jesuítas, João Ramalho, Tibiriça, Santo André da Borda do Campo, — nomes que evocam um passado de glória e têm sido objecto de longas e pacientes pesquisas. A exegese dos textos primitivos forma volumes. Chega porém um momento em que os melhores homens da hermenêutica histórica sentem a necessidade de renovação ou revisão de documentos, para

se não repetirem por palavras diferentes. Daqui, as magníficas publicações oficiais dos seus arquivos, *Registos Gerais, Sesmarias, Testamentos e Inventarios, Actas...*

Nestes assumptos paulistas é longa a série dos investigadores modernos, a'guns de nome illustre. Capistrano de Abreu, Eduardo Prado, Teodoro Sampaio, Orville Derby, Washington Luis, Gentil de Assis Moura, Benedito Calixto, Manuel Pereira Guimarães, Silva Leme, Machado de Oliveira, Antonio de Toledo Piza, Luiz de Toledo Piza e Almeida, Paulo Prado, João e Candido Mendes de Almeida, Alcantara Machado, Basílio de Magalhães, Ernesto Guilherme Young, Amaral Gurgel, Arquimedes Guimarães e outros, que trataram o mesmo assunto desta conferência, em opúsculo autónomo ou nas revistas dos vários Institutos Históricos.

Anotar aqui outras referências fragmentárias seria cansar-vos: não-mo tomem os seus autores à conta de menos estima. De propósito, deixei para o fim desta relação o nome insigne de Afonso de E. Taunay, o grande evocador do passado paulista, a quem nos é grato prestar aqui o preito da nossa homenagem, não só pela sua obra extraordinária de reconstituição, como pelas palavras com que sua fidalga generosidade houve por bem distinguir-nos.

O trabalho realizado por êstes exímios escavadores do passado paulista é realmente notavel, mas todos reconhecem, que ainda persistem zonas de obscuridade mais ou menos extensas e quanto apareça e concorra para que se dissipem é util á historia desta privilegiada cidade.

Foi esta convicção que nos animou o falar hoje sobre um assunto paulista de tal magnitude qual é o das suas origens. Na História da Companhia de Jesus no Brasil, no capítulo consagrado à fundação de São Paulo, talvez possamos escrever alguma coisa de mais definitivo.

Em todo o caso, acedendo ao convite do Sr. Dr. Torres de Oliveira, digno Presidente Perpétuo d'este Instituto, é com prazer que oferecemos, desde já, ao público as primícias das nossas investigações sobre a extinção de Santo André da Borda do Campo e sobre João Ramalho, hauridas em documentos contemporâneos dos primeiros dias de São Paulo.

Não podíamos achar terra mais a propósito para a sua divulgação do que a projecção actual, de uma extraordinária vitalidade, do antigo burgo de Piratininga; nem, dentro de São Paulo, se nos poderia deparar recinto mais honroso que o d'este Instituto Histórico.

Sirvam estas singelas palavras de homenagem ao Instituto e à grande, culta e industrial cidade, que tão alto sabe honrar e elevar a memória dos seus fundadores, entre os quais está, e em lugar de primazia, o P. Manuel da Nóbrega, autor das cartas inéditas, que vamos revelar e comentar.

\* \* \*

Porque é que se mudou Santo André da Borda do Campo para São Paulo de Piratininga?

Têm-se excogitado mil razões para explicar esta transferência. Algumas delas ficam dentro da verdade ou da verosimilhança; outras é difficil enquadra-las dentro das boas normas históricas, — descaem no género secundário da polémica.

Coloquemo-nos nós estritamente no campo dos documentos.

O primeiro que teve a palavra nesta matéria (primeiro em a dar a conhecer ao público e não em a referir) foi Simão de Vasconcelos. Cronològicamente, pertencem a época anterior as Actas da Câmara de Santo André e de São Paulo e algumas cartas, dos próprios

que intervieram nos acontecimentos, mas o seu conteúdo andou por muito tempo ignorado.

Simão de Vasconcelos precisamente por ser o primeiro, é que tem tido maior influência sobre os historiadores. Ora da sua *Cronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* fica a impressão de que as relações entre João Ramalho e os Jesuítas foram pouco amistosas e não se lhes vê o termo.

O caso começou assim:

Uma vez que o P. Leonardo Nunes (o *Aberebêbê*) estava para celebrar missa, entrou João Ramalho na igreja. Leonardo Nunes entendeu que estando ele sob a alçada de uma pena canónica, não convinha escandalizar os fieis com a sua presença, e convidou-o a retirar-se (91).

Fomos consultar as fontes. Elas mostram-nos infelizmente que o facto é verdadeiro. Narram-n'o os Irmãos Pedro Correia e Diogo Jácome.

Diz Pedro Correia, escrevendo de São Vicente, e referindo-se ao valor e zêlo das índias cristãs: "Algumas destas índias assim doutrinadas, são espelho não somente a seus parentes e parentas, mas a muitas das mulheres de Portugal que cá há. E uma destas se achou umas 10 leguas daqui onde quizeram tratar mal o nosso Padre [Leonardo Nunes]; o ameaçador foi um homem que há 40 anos que está nesta terra e anda excomungado, e o nosso Padre não quis dizer missa com ele. E daqui veio, depois da missa acabada, a querê-lo maltratar, porque ele é possante; mas a índia, ali, prérgou muito rijo e com grande fé, oferecendo-se a sofrer de companhia com o Padre se cumprisse" (92).

Diogo Jácome carrega mais as côres, afirmando que João Ramalho tinha sido excomungado pelo vigário se-

(91) Vasconcelos, *Chronica* n. 77.

(92) *Cartas avulsas*, p. 92.

cular, antes talvez da vinda dos Padres da Companhia. Jácome contudo faz derivar mais a exaltação da desforra sobre os filhos de João Ramalho que chegaram a ameaçar de morte o Padre Leonardo Nunes (93).

José de Anchieta, que chegou mais tarde, alude ainda a certos cristãos, nascidos de pai português e mãe brasileira, que aconselhavam, com a conivência do pai, a abandonarem os índios a povoação de São Paulo e a passarem-se para a de Santo André. E narra a seguir varias acções hostis dos filhos de João Ramalho, sem se referir ao pai (94).

Ainda se encontra em Vasconcelos outra referência à hostilidade dos Ramalhos: É o abandono de Maniçoba por causa dos andreenses. Mas este facto não o vimos até agora confirmado em narrativas da época. Vasconcelos fala neste caso unicamente de *mamalucos Ramalhos* e não do pai (95).

Como se vê, apesar de ser quasi tudo provocado pela attitude irrequieta daqueles primeiros *mamalucos*, nados e criados como se foram índios, o primeiro contacto de João Ramalho com o *Aberebêbê* e os Padres não foi extremamente ameno.

Viciaria porém êste conflito inicial tôda a vida e tôdas as relações subseqüentes de João Ramalho com os Jesuítas?

Teria sido a causa da mudança de Santo André?

Durante muitos anos os documentos, que aduzimos, foram as únicas fontes conhecidas acêrca das relações entre João Ramalho e os Padres. Inferiram daí alguns publicistas que esta animosidade foi contínua e influiu naquella transferênciã.

---

(93) *Cartas Avulsas*, p. 104.

(94) Anchieta, *Cartas*, p. 46.

(95) Vasc., *Chronica*, n. 163.

Mas tal conclusão não está contida nas premissas. Se aqueles factos provam mais alguma coisa do que atri-tos isolados e comuns no trato dos homens, é que as relações entre João Ramalho e os Padres foram tensas *durante algum tempo*. Para se afirmar a *continuidade* desta animadversão é preciso prová-la.

Ora nós não conhecemos nenhum escrito daquela época que invoque tal razão para a mudança de Santo André da Borda do Campo para São Paulo de Piratininga.

Inventariemos sumariamente os documentos existentes.

Primeiro, o dos Padres fundadores de São Paulo:

Nóbrega, em carta já divulgada, falando de Piratininga, diz que “fica perto da vila de Santo André, que é de cristãos, e *todos* os cristãos desejam ir ali viver (em São Paulo) se lhes dessem licença” (96).

Anchieta dá como causa da transferência a dificuldade em prestar auxílios espirituais aos andreenses, porque não possuíam sacerdote e era necessário ir lá de São Paulo com notável incómodo (97).

Segundo Nóbrega e Anchieta, Santo André mudou-se para ser mais facilmente assistida e porque todos queriam mudar-se.

Agora os depoimentos civis:

*Nas Actas da Câmara de Santo André da Borba do Campo* deparam-se-nos várias disposições elucidativas. Umas vezes conta-se que a vila estava aberta aos ataques dos contrários e queurgia a defesa; outras, que na borda do campo morria o gado frêchado pelos índios; outras ainda, que a mandioca, espremida ao pé dos caminhos, matava os suínos e não raro escorria para a aguada donde bebiam os homens... No dia 20 de Setembro de 1557

---

(96) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, p. 154.

(97) Anchieta, *Cartas*, p. 321.

expressava-se o desejo dos andreenses nesta frase cheia de desalento e pouco lisonjeira para a sua vila: “reque-reu o percurador do conselho aos oficiais, em nome do povo, como estavam em esta dita vila, e morriam de fome e passavam muito mal, e morriam o gado, e que se fossem dentro do termo dela, de longo de algum rio” (98).

O povo estava descontente e queria ir-se dali!

Depois da transferência, confirma êstes dêsejos uma carta fundamental, escrita de Piratininga a 20 de Maio de 1561, à Rainha D. Catarina e assinada por Jorge Moreira e João Eanes. Refere-se à atividade hostil dos índios, instigados pelos Franceses e Tamóios de Guanabara, e às medidas que se tomaram para a defesa da terra. A certa altura diz: “Este ano de 1560 veio a esta Capitania Mem de Sá, governador geral e [...] mandou que a vila de Santo André, em que antes estávamos, se passasse para junto da Casa de São Paulo, que é dos Padres de Jesus, porque *nós todos* lho pedimos *por uma petição*, assim por ser o lugar mais forte e mais defensável, assim dos contrários como dos nossos índios, como por muitas outras causas, que a ele e a nós moveram” (99).

Capistrano de Abreu, comentando esta carta, diz que ela “rasga muitas páginas de história fantasiada” (100).

Por nossa vez confiamos que acabará emfim de esc'arecer êste relevante episódio da primitiva vida de São Paulo, dando-lhe o rumo que exige a verdade histórica,

---

(98) *Actas da Camara de Santo André da Borda do Campo*, S. Paulo, 1914, p. 67.

(99) Porto Seguro, *Historia Geral do Brasil*, 4.<sup>a</sup> ed., I, São Paulo, pp. 400-401. Porto Seguro chama a um daqueles vereadores, Joanes Alves; nas Actas de Santo André vêm as graphias seguintes: Jo<sup>o</sup> Eanes, Joane Anes, Joã Neanes, Joane Enes.

(100) Madureira, *A liberdade dos Indios, a Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados*, vol. I, Rio, 1927, p. 17 n.

uma carta ainda inédita, e em parte autógrafa, de Manuel da Nóbrega, datada da Baía e dirigida ao Provincial de Portugal. Nela conta Nóbrega o estado em que se achava o Brasil, exprime o desânimo que lavra na Capitania de São Vicente e como se despovoa, lembra a importancia do colégio de São Paulo para fixar a gente na terra, e continúa:

*“Tambem me parece que se devia dizer a Martim Afonso e a sua Alteza que se quer que aquella Capitania se não despovoe de todo, que dêem liberdade aos homens para que os do Campo se ajuntem todos juntos no Rio de Piratininga, onde eles escolheram. E os do mar se ajuntem também todos juntos onde melhor for por estarem mais fortes, porque a causa de despovoarem é fazerem-nos viver na vila de Santo André a borda do Campo, onde não têm mais que farinha e não se podem ajudar do peixe do rio, porque está três leguas daí, nem vivem em parte conveniente para suas criações e se os deixassem chegar ao rio tinham tudo e sossegariam”* (101).

Este notável testemunho de Nóbrega está perfeitamente de acôrdo com as Actas de Santo André e com a carta dos vereadores de São Paulo à Rainha; e engloba, na sua maravilhosa concisão, os argumentos de todos: mudando-se os andreenses, ficariam mais fortes e teriam melhores meios de vida!

Na sua simplicidade documental reduz-se tudo ao seguinte: Havia duas povoações próximas. Surgiriam competições entre ambas? É possível, como em todas as terras vizinhas. Os documentos não autorizam porém uma conclusão certa. Mas se houvesse, não se poderia levar a mal aos Jesuítas o concorrem para o triunfo de São Paulo. Seria, historicamente, o primeiro acto do seu lema *Non ducor, duco!* (Não hei de andar na órbita de



influência dos outros, mas os outros na minha!). Seria também o triunfo mais nobre que consiste, não em aniquilar o competidor, mas em absorvê-lo e dirigir-lhe a atividade. Contudo, o que unicamente se pode afirmar diante da verdade histórica, é que São Paulo incorporou a si a vila de Santo André por esta razão, válida em todos os tempos e em todas as regiões da terra: enquanto Santo André tinha vida precária, exposta aos ataques dos índios, vida difícil em que se "morria de fome", São Paulo era mais defensável e dispunha de vida para si e para os outros!

Viria Ramalho de boa vontade? Não existiriam dois partidos, um pró e outro contra os Ramalhos?

Não repugna a hipótese, faltam porém as provas. Atendo-nos aos documentos, e só a êsses podemos recorrer, veio porque quis e porque também pediu. Se *todos* os cristãos desejavam vir para São Paulo, se *todos* os de *Santo André* pediram, Ramalho, como andreense, está naturalmente incluído neste número como parte no todo. Aliás, tinha forma de se retirar, como fez mais tarde.

Ha ainda o facto de continuar o Capitão e Alcaide-mor de Santo André a sua ação municipal em São Paulo como antes. Logo em 1562, aos 24 dias do mês de Junho, vemos o grande sertanista assinar a acta em que jura aos Santos Evangelhos o cargo de Capitão-mor de São Paulo de Piratininga, para que fôra designado por "vozes e eleição" (102).

E agora perguntamos: Em que ficou aquele antigo dissídio com os Padres? Poderíamos quasi dizer, sem mais razões, que se dissipou. Bastava a circunstância de vir para junto do Colégio dos Jesuítas. Mas ha um

---

(102) *Actas da Camara da Villa de São Paulo*, I, p. 14, S. Paulo, 1914.

documento novo, revelador de factos grandemente expressivos e até agora ignorados.

No ano de 1553 percorria Nóbrega os Campos de Piratininga, onde se ergue hoje esta capital. Andava a estudar a possibilidade de estabelecer aqui um colégio da Companhia. Feriu-lhe a atenção a fertilidade da terra, a benignidade do clima, muito semelhante ao da Europa, e escolheu junto de Tieté, perto da confluência do Tamanduaté um local para o colégio que queria fundar, posição magnífica "por ser aqui escala para muitas nações de índios". O lugar que escolheu ainda é hoje o coração da cidade.

Em São Vicente, Leonardo Nunes já ensinava os meninos da região de Piratininga. Nóbrega deu ordem, pouco depois, daí a seis meses, que se transferissem para o planalto e "*os coloquei em casa de seus pais em Piratininga, onde por sua contemplação principalmente fiz aquella casa*" — são palavras suas (103).

Ora, nestas andanças pelos Campos de Piratininga, Nóbrega encontrou-se um dia com João Ramalho. Nesse tempo Santo André não possuía ainda foral, que só lhe foi outorgado uma semana depois, a 8 de Setembro, e talvez não fosse estranho a isso o próprio Nóbrega.

Como se daria o encontro?

Certo que João Ramalho lhe contou o seu passado. Natural de Vouzela, vila da Beira Alta, no moderno distrito de Viseu, em Portugal, pátria de S. Frei Gil e do P. Simão Ródrigues, companheiro de Santo Inácio em Paris e introdutor da Companhia de Jesus em Portugal, Ramalho viera moço para o Brasil aí por 1513 ou talvez antes. Quando veio era casado na sua terra. Aqui, na atmosfera primitiva, cálida e selvagem em que se viu, isolado, sem vida civil regular, juntou-se com Isabel, filha do chefe

índio Tibiriçá. Fruto, igualmente do tempo e do meio, teve também os seus deslises com outras índias parentas, talvez até irmãs, e êste seu estado acarretou-lhe a excomunhão imposta pelo vigário secular e foi ocasião de investir contra o P. Leonardo Nunes. Agora, que via a civilização cristã apossar-se pouco e pouco daqueles campos, não haveria meio de regularizar a sua vida? Desejava-o também de certo a própria Isabel e o Chefe Tibiriçá, inclinado aos Padres. Que seria feito da sua primeira mulher? Teria morrido? É bem possível, pois já lá vai tanto tempo! Se assim fosse, não seria fácil obter licença para casar com Isabel? Se houvesse gastos, ele tinha açúcar...

O P. Manuel da Nóbrega ouviu-o e compreendeu-o. Ambos eram feitos para se entenderem. Deveria ter agradado à decisão e iniciativa do grande Jesuíta a rudeza beirôa daquela alma. Pegou na pena e, dali mesmo, do sertão escreveu para Portugal. Mas a quem havia de confiar tão delicado assunto? Dirigiu a carta a um dos Padres da Companhia que então mais prestígio tinham na côrte de Lisboa, tanto que viria a ser depois mestre de El-rei D. Sebastião.

A carta de Nóbrega, ainda inédita, ao P. Luiz Gonçalves da Camara, cheia daquele seu costumado bom-senso prático e daquela nobreza antiga, que ainda hoje nos causa vénéração e entusiasmo, vale a pena consignar-se aqui na íntegra (104).

---

(104) *Bras.* 3 (1), ff. 99-99v. — E' uma copia ou melhor uma tradução castelhana. Sendo de português para português não seria escrita naquela lingua. Traduziu-se com o fim de ser acessivel a Santo Inácio ao ser enviada de Lisboa para Roma. Por nossa vez, e pelo mesmo motivo, para o publico a que se destina, a restituimos fielmente á nossa lingua.

**Carta de Manuel da Nóbrega a  
Luiz Gonçalves da Camara**

(do Sertão de São Vicente, 31 de Agosto de 1553)

*I. H. S. Pax Christi.* — Esta escrevo a V.<sup>a</sup> R.<sup>a</sup> estando no sertão desta Capitania de São Vicente, onde fiquei este ano, vindo na armada.

O fruto que nesta terra se faz, pelas cartas dos Irmãos, que estão em São Vicente, o saberão, porque escreverão de mais perto.

Ontem que foi dia da Degolação de São João, vindo a uma aldeia onde se ajuntam novamente e apartam os que se convertem e onde pus dois Irmãos para os doutrinar, fiz solenemente uns 50 catecúmenos, dos quais tenho boa esperança de que serão bons cristãos e merecerão o baptismo e será mostrada por obras a fé que tomam agora (105).

Eu vou adiante buscar alguns escolhidos que Nosso Senhor terá entre estes gentios: lá andarei até ter novas da Baía dos Padres que creio que serão vindos (106).

Pedro Correia foi já adiante a denunciar penitência em remissão dos seus pecados. Levou todos os modos com que mais nos parece que ganharemos as vontades dos gentios. — Os moços principalmente vêm-se para nós de tôdas as partes (107).

(105) E' a própria Aldeia de Piratininga, que daí a alguns meses se baptizaria com o nome de São Paulo. A data de 30 de Agosto de 1553 é, pois, a primeira data histórica — a data precursora — de S. Paulo de Piratininga. Cf. Serafim Leite, *Os Jesuítas na Vila de São Paulo*, p. 16, S. Paulo, 1936.

(106) E' a terceira expedição de Jesuítas saídos de Lisboa, a de Luiz da Grã, em que tambem viria Anchieta. De facto tinham chegado á Baía em 13 de Julho de 1553.

(107) Pedro Correia, o fazendeiro rico de São Vicente, que pela educação dos meninos e pela civilização do Brasil deu a sua fortuna e se deu a si mesmo, e até o seu sangue, porque morreu depois às mãos dos Carijós.

Neste Campo está um João Ramalho, o mais antigo homem que está nesta terra. Tem muitos filhos e mui aparentados em todo este sertão. E o mais velho dêles levo agora comigo ao sertão por mais autorizar o nosso ministério. João Ramalho é muito conhecido e venerado entre os gentios e tem filhas casadas com os principais homens desta Capitania e todos êstes filhos e filhas são de uma Índia, filha dos maiores e mais principais desta terra.

De maneira que nele e nela e em seus filhos esperamos ter grande meio para a conversão dêstes gentios.

Êste homem, para mais ajuda, é parente do Padre Paiva, e cá se conheceram. Quando veio da terra, que haverá 40 anos e mais deixou a sua mulher lá, viva, e nunca mais soube dela, mas que lhe parece que deve ser morta, pois já vão tantos anos. Deseja muito casar-se com a mãe dêstes seus filhos. Já para lá se escreveu e nunca veio resposta deste seu negócio.

Portanto é necessário que V.<sup>a</sup> R.<sup>a</sup> envie logo a Vouzela, terra do P. Mestre Simão, e da parte de Nosso Senhor lho requeira: porque se êste homem estiver em estado de graça, fará Nosso Senhor por êle muito nesta terra. Pois estando êle em pecado mortal, por sua causa a sustentou até agora.

E pois isto é cousa de tanta importância, mande V.<sup>a</sup> R.<sup>a</sup> logo saber a certa informação de tudo o que tenho dito.

Nesta terra ha muitos homens que estão amancebados e desejam casar-se com elas e será grande serviço de Nosso Senhor. Já tenho escrito que nos alcancem do Papa faculdade para nós dispensarmos em tôdos êstes casos, com os homens que andam nestas partes de infieis. Porque uns dormem com duas irmãs e desejam, depois que têm filhos de uma, casar-se com ela e não podem. Outros têm impedimentos de afinidade e consanguinidade,

e para tudo e para remédio de muitos se deveria isto logo impetrar para sossego e quietação de muitas consciências.

E o que temos para os gentios se deveria também ter e haver para os cristãos destas partes, ao menos até que do Papa se alcance geral indulto. Se o Núncio tiver poder hajam dele dispensa particular para êste mesmo João Ramalho poder casar com esta Índia, não obstante que houvesse conhecido outra sua irmã e quaesquer outras parentes dela. E assim para outros dois ou tres mestiços, que querem casar com índias de quem têm filhos, não obstante qualquer afinidade que entre eles haja.

Nisto se fará grande serviço a Nosso Senhor.

E se isto custar alguma coisa ele o enviará de cá em açúcar. Haja lá algum virtuoso que lho empreste, porquanto me achei nestas necessidades e com grande desejo de ver tantas almas remediadas.

Escrevo isto a V.<sup>a</sup> R.<sup>a</sup> para na primeira embarcação mandar resposta a esta capitania de São Vicente.

O demais escreverei para a ida dos navios, se me achar em parte para isso; e senão os Padres e Irmãos suprirão. A uma carta, que neste São Vicente recebi, tenho já respondido. As que vieram por via da Baía ainda as não vi. E' mais fácil vir de Lisboa recado a esta Capitania do que da Baía.

*Vale, Pater.* Deste sertão a dentro, último de Agosto de 1553 anos.

Filho inútil de V.<sup>a</sup> R.<sup>a</sup>,

NÓBREGA

Este precioso documento prova que João Ramalho estava em bons termos com os Padres da Companhia de Jesus, pois recorre aos seus serviços. E o tom com que fala Nóbrega, a sua insistência, a oferta do açúcar, o

recurso ao Núncio e ao Papa, mostra que a sua vontade de servir a João Ramalho era também eficaz.

O resultado dêste inquerito sobre a primeira mulher de João Ramalho ainda o não achamos. Existirá elle? Para facilitar o casamento dos mestiços, vimos, sim, diferentes disposições emanadas de Roma.

A carta de Manuel da Nóbrega toca alguns pontos dignos de registo. A chegada de Ramalho foi em 1513 ou antes (este *antes* podia ser, por exemplo, 1511, segundo a carta acima mencionada de Pedro Correia); supprime a extravagante lenda do judaismo exoterico-teosófico, que tantos tratos de cabeça deu a Horácio de Carvalho; dá uma idéia do estado moral da terra à chegada dos Jesuítas; reflete o carácter conciliador, clarividente e dedicado do próprio Manuel da Nóbrega; conta a ida comsigo do "primeiro paulista", o filho mais velho de João Ramalho, para mais autorizar o seu ministério, facto já conhecido de Polanco (108), aduz o parentesco entre Ramalho e o P. Manuel de Paiva, circunstância talvez pela qual foi escolhido para primeiro superior do Collegio de São Paulo...

São pontos importantes estes, mas ha dois que sobrelevam os mais. O primeiro é a vocação cristã da gente de São Paulo, afirmada por Nóbrega.

O primeiro Jesuita que pisou terras de America e escolheu sítio e mandou fundar o colégio de São Paulo de Piratininga, que é o mesmo que dizer a cidade de São Paulo, na sua excursão apostólica por estas regiões, poucos menses antes dessa mesma fundação, quando aqui se ouvia apenas o rumorejar dos ventos na floresta, olhou para aquele grupo humano inicial, o Adão e Eva da gente de São Paulo, João Ramalho e Isabel, e declara isto, que é mais do que uma esperança, porque foi uma

---

(108) Polanco, *Chronicon*, III, p. 472.

profecia: — *Nele e nela e em seus filhos esperamos ter grande meio para a conversão destes gentios!*

Que belo cumprimento à geração paulista!

O mais extraordinário porém de toda esta carta é o reconhecimento explícito da função cristã do próprio Ramalho, naqueles tempos ainda indecisos e tumultuários do Brasil infante, função talvez inconsciente da sua parte, mas consequência da sua raça portuguesa, impregnada por muitos séculos de um catolicismo forte. O grito de alma de Nóbrega ao futuro mestre de D. Sebastião para intervir na regularização da vida de João Ramalho deveria ter raízes profundas no amor desta terra. Nas Actas de Santo André achámos às vezes a recomendação das autoridades maiores para que se cumpra tudo o que ordenar o Capitão e Alcaide-mór João Ramalho “em pról e serviço de Deus e de El-rei nosso senhor”. Como esta frase clássica se ilumina agora de uma nova luz, bem diferente do que estávamos acostumados a ouvir, quando vemos o grande espírito de Manuel da Nóbrega afirmar esta coisa maravilhosa e inaudita que Ramalho, apesar de viver como vivia, *conservou esta terra até agora, por causa de Deus.*

João Ramalho, paladino de Cristo! — que inesperada e esplêndida revelação!

.....

E agora, uma palavra final. Aquela pleiade gloriosa de 1553 e 1554, que lançou os fundamentos e estabilizou São Paulo — Nóbrega, Anchieta, Manuel de Paiva, Afonso Braz, Caiubi, Tibiriçá, João Ramalho, etc. — não poderia supor nunca o desenvolvimento extraordinário, imprevisível então, que havia de tomar o pequenino, mas não menos glorioso burgo piratiningano.

Mas já, na decisão e tino prático de Nóbrega, na dedicação de Anchieta, na actividade de Afonso Braz, na



fidelidade de Tibiriçá e Caiubi, e na energia de João Ramalho, se podem vislumbrar as qualidades mestras da raça paulista.

E' por isso que nós dizíamos, ao comêço, que êstes estudos sôbre as origens de um povo são úteis para se interpretar e fixar a própria indiossincrasia dêsse povo. Na história dos primeiros dias de São Paulo permanecia obscuro um ponto, contrário ao modo de ser paulista: era como que a desunião constitutiva dalguns dos seus elementos primevos. A carta que hoje desvendamos veio demonstrar que essa desunião era mais aparente que real; e que já na vela de armas, que precedeu a fundação de São Paulo, nos Campos de Piratininga, o chefe civil, João Ramalho, e o chefe religioso, Manuel da Nóbrega, tinham dado o abraço de paz, como que a indicar o caminho de todo o progresso no mundo.



## VI

### UMA GRANDE BANDEIRA PAULISTA IGNORADA

Pedro Taques refere que em 1615 saíu de S. Paulo António Pedroso de Alvarenga com alguns companheiros e que andaram mais de 300 léguas, chegando ao Rio Paraupava "ao norte da Capitania, que hoje é de Goiazes e encaminha o curso das suas águas a sepultá-las no caudaloso Rio Maranhão". Segundo Alfredo Ellis esta bandeira teria partido de S. Paulo na primeira metade de 1615 e voltado em junho de 1618, data em que se acostou o testamento de um dos expedicionários morto no caminho. Pelo testamento dêste e doutro bandeirante, igualmente falecido, tiram-se os nomes de mais vinte e um. Cita-os a todos e dá-nos estas notícias Afonso Taunay na sua grande *História Geral das Bandeiras Paulistas* (109). Que teria sucedido a este "nobilíssimo facto da história das bandeiras", como lhe chamã Ellis?

Deparou-nos a boa fortuna em um arquivo estrangeiro uma narração feita por António de Araujo, da Companhia de Jesus, em que recolhe as informações de Pero Domingues, um dos que nela tomaram parte. Propunha o P. Araujo que se fundasse nova missão no

---

(109) Affonso de E. Taunay, *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, 1, p. 193, S. Paulo, 1924.

Pará e que por ali se pusessem em comunicação os Jesuítas de S. Paulo com os que já missionavam o Maranhão. Não traz a data em que foi redigida, mas infere-se qual seja. Nota o P. Araujo que a entrada foi em 1613, gastando nela 19 meses, e que se realizára “haverá oito para nove anos”. Escrevia portanto ao redor de 1623.

Não se conciliam bem estas datas. Mas Pedro Taques diz que a bandeira foi promovida por D. Luiz de Sousa e como se sabe existiram dois governadores homónimos: D. Luiz de Sousa, governador geral do Brasil, “que tomou posse no dia 1.º de Janeiro de 1617”; diz Vicente Viana (110); e D. Luiz de Sousa, governador efémero das Capitanias do Sul, desde a morte de seu pai, D. Francisco de Sousa, até 24 de abril de 1613 (111). Esta última data condiz perfeitamente com a afirmação de Pedro Taques e com a bandeira descrita por António de Araujo. Também neste ano, a 12 de novembro de 1613, saiu para o sertão Diogo de Quadros. Não se sabe o rumo que tomou, nem se teve alguma conexão com Pero Domingues (112).

Dêste sabemos, com certeza, que estava no sertão com a bandeira de António Pedroso, no dia 25 de abril de 1616, em que assina o testamento de Francisco de Almeida; e no dia 29 de dezembro de 1617, “neste sertão de Paraupava”, fica por fiador de Gonçalo Gil, que arrematára uns objectos do espòlio de Pero de Araujo que acabava de falecer. Este facto, com o de ficar também fiador de Ascenso Luiz Grou, arrematante

---

(110) Francisco Vicente Viana, *Memoria sobre o Estado da Bahia*, Baía, 1893, p. 121.

(111) Rodolfo Garcia, in Porto Seguro, *Historia Geral*, 2, 3.ª ed., S. Paulo, p. 164.

(112) *Actas da Camara da Villa de S. Paulo*, vol. 2, p. 342 (acta de 21 de novembro), S. Paulo, 1925.

duma espada em caso idêntico, prova que Pero Domingues era homem de consideração e de posses (113).

Prova também (ao que parece, segundo os documentos) que houve duas entradas em que tomou parte Pero Domingues: a de 1615-1618, que consta dos inventários referidos, e a de 1613-1614, de que até hoje se não conhecia notícia alguma concreta, e cujos sucessos se narram no documento que publicamos agora. Mas, ainda que fôsse uma só, tem êste singular valor, porque é o primeiro a descrever a comunicação interna de S. Paulo ao Pará, e porque esta entrada significa, sob o aspecto geográfico, o maior arranque paulista, na cronologia bandeirante, para a penetração, via-norte, do *hinterland* brasileiro. Só muitos anos mais tarde será ultrapassada.

Segundo a narrativa de Antônio de Araujo, clara e ordenada, 30 moradores de S. Paulo, com outros tantos índios, de que se compunha a bandeira, depois de andar pelo sertão alguns meses, foram dar às cabeceiras de um rio, cheio de raias, a que chamaram, por isso, Iabeberi, algum dos que formam o leque do alto Tocantins (Urubu, Almas, Maranhão); e, descendo por êle até à confluência do Araguaia, descobriram o baixo Tocantins, "fermoso braço do grande e afamado Pará". Então, deixando o Iabeberi ou Tocantins à mão esquerda, voltaram, subindo o Araguaia, rumo de S. Paulo. Aí foi a tragédia, que veremos.

Pero Domingues achou de-certo que a viagem pelo Araguaia tinha vantagens, porque é esta que o P. Araujo anota e prefere para entradas futuras. A Ilha de Santa Ana ou do Bananal está perfeita e indubitavelmente definida com os dois braços do rio, que se tor-

---

(113) *Inventários e Testamentos*, 5, pp. 152, 188, 192, S. Paulo, 1920.

nam a juntar ao cabo de trinta léguas; e opta-se pelo da esquerda que é, de-facto, o mais largo.

Na escala das distâncias calcula-se, descendo, um rio que os exploradores navegaram, subindo; haverá pois cálculos aproximativos, como em geral em todos os números e medidas da época. Mas bem podia Pero Domingues completar na segunda entrada o que viu na primeira, na hipótese de serem duas.

São preciosas as informações sôbre as tribus de índios e aldeias que escalonavam, aqui e além, tão longo itinerário. Os franceses, repelidos sucessivamente da costa brasileira, agarravam-se ao extrêmo norte e por ali fundavam fortalezas e estabeleciam comércio. Os bandeirantes acharam entre os índios do Araguaia não só os resgates habituais de cunhas, machados e fouces, mas chapéus da Europa e camisas de Ruão.

Não deixa de ter interesse histórico a matança de sete franceses; e pode mesmo ter significação antropológica a geração que deixaram, representada na mulher de certo índio, bem apessoada, "da qual dizia o informante que a natureza se esmerára em dotar das partes requisitas para a perfeição corporal". Esta mulher, geração de franceses, foi como que a vingança póstuma dos vencidos de S. Luiz do Maranhão. A posse dela originou um drama terrível. E assim se malograram os esforços dos bandeirantes, que se atreveram a devassar tão longínquas paragens, perdendo muitos a vida.

Mas o conhecimento da terra estava feito.

Tudo isto sucedia dois ou tres anos antes de Francisco Caldeira Castelo Branco chegar e escolher, a 12 de janeiro de 1616, o local da futura cidade de Belém do Grão-Pará.

INFORMAÇÃO DA ENTRADA QUE SE PODE FAZER DA VILA DE S. PAULO AO GRANDE PARÁ, QUE É O VERDADEIRO MARANHÃO, CHAMADO TAMBÉM RIO DAS ALMAZONAS, CUJA BARRA ESTÁ NA COSTA DO MAR DE PERNAMBUCO CONTRA AS ANTILHAS 340 LÉGUAS, E DA BAHIA DO SALVADOR 440.

DADA POR PERO DOMINGUES UM DOS TRINTA PORTUGUESES QUE DA DITA VILA O FORAM DESCOBRIR NO ANO DE 1613. CONFORMAM COM ELE OS MAIS COMPANHEIROS QUE HOJE VIVEM.

Pera mais clara intelligencia suponhamos primeiro que a demarcação de todo este Estado do Brasil, Provincia de Santa Cruz, está fechada com dois limites como com duas chaves, uma das quais é o nomeado Rio da Prata, que está em 35 graus da linha pera o sul; a segunda é o afamado Pará, que por sua notável largura mereceu que os naturais lhe pusessem o tal nome, que significa mar; porquanto a tem tamanha que sua barra se não satisfez com menos que com cento e mais léguas. Sua primeira ponta da parte do sul dista da equinocial pouco mais de um grau e a do norte pouco mais de meio. Fecham estas duas chaves 900 léguas per costa não fazendo caso das voltas das particulares enseadas.

Da Capitania de S. Vicente (que está em 24 graus da linha pera o sul) 18 léguas contra o sertão, está a Vila de S. Paulo, donde acaso se foi descobrir aquele Grande Pará que tomou o nome de um espanhol que o tinha por alcunha (114), o qual fugindo à morte que por mandado do seu rei se lhe ordenava nas partes do Perú, embarcado naquela famosa lagoa chamada Parau-paba (donde nascem varios e fermosos rios) navegan-

---

(114) O nome de Marañon já existia na Espanha em 1206. (Berredo, *Annaes Historicos*, Florença, 1905, 1, p. 7).

do per êste ao som de sua corrente, e tendo andado mais de 500 léguas, desembocou per sua barra, cheia de inumeráveis ilhas e deu consigo no mar largo, 340 léguas de Pernambuco. Porque a do outro rio, a que o vulgo ignorante chama Maranhão, dista do mesmo 285 sòmente, e da linha pera o sul 3 graus e 1/2; e dêste deitaram fora os nossos Portugueses aos da nação francesa, por ordem de Gaspar de Sousa, Governador Geral dêste Estado.

Suposto êste fundamento digo que haverá 8 pera 9 anos que da dita Vila de S. Paulo partiram 30 aventureiros moradores seus, com outros tantos índios a correr mundo e como à caça do gentio. Estes, depois de gastados alguns meses no discurso de vários sertões, foram dar com as cabeceiras de um rio chamado Iabeberi, nome que lhe deram as muitas raias, que nele há. Aqui descobriu o informante um mineral de salitre que conheceu mui bem pela experiência que dêle tomára entre os castelhanos das partes de Vila Rica. E dêle tomou um pouco que purificado guardou; e depois perdeu em um naufrágio ocasionado da revolta, que abaixo apontarei.

No dito rio fizeram suas canoas pera navegarem ao som de sua corrente. Seguindo esta derrota a poucas jornadas tiveram vista de algumas 500 canoas de gentio, que por ter visto os cavacos da feitura das nossas, que a corrente lhes levára à porta, imaginando serem de quem os ia molestar, embarcado com suas famílias, ia fugindo a mais levar. Mas deixando êste successo, em que o dito gentio ficou salvo, continuando os nossos por sua derrota, acaso foram desembocar em um feroso braço do grande e afamado Pará.

Navegando contra sua corrente, tanto quanto como duas léguas da barra do Iabeberi, que deixavam atrás à mão esquerda, a esta mesma deram com 7 aldeias mui



grandes, plantadas ao longo da borda do dito braço do Pará. Os índios delas se chamavam Caatingas. Sua língua era a geral desta costa. Entre êles acharam os nossos muita ferramenta, fouces, cunhas, machados, muito velório, grande número de camisas de Ruão, com muitos chapéus, o que tudo disseram iam resgatar por penas, frecharia, de que tinham cheias muitas canoas dentro em suas casas, e por algodão, com os Franceses que afirmaram distarem dêles onze jornadas pelo rio abaixo, em uma fortaleza que havia muitos anos aí fizeram; ajuntando mais que os ditos tinham engenho de açúcar, que faziam dos canaviais que possuíam. Confessaram que tinham dado a morte a 7 franceses, que deviam de ter fugido da dita fortaleza dos seus, por cujo recado decreto os ditos índios os matariam. E, sem serem perguntados, disseram que daí a tantas jornadas, em outro braço do mesmo Pará, habitavam as que nós chamamos Almazonas e eles *Camaïma*, sc., mulheres sem peito. Afirmaram outrossi que pelo rio abaixo, de uma e de outra banda, havia grande número de Aldeias, das quais não faltavam muitas pelo mesmo rio acima, mas pela terra dentro.

Os das sete começaram logo a despachar mensageiros aos das outras pedindo-lhes que fossem visitar os brancos que com êles estavam. Temendo-se os 30 e receando alguma traição determinaram fazer aí pouca demora. Pregam-lhes nil louvores dos brancos, pedem-lhes que se venham com êles pera S. Paulo, onde estarão todos juntos com suas igrejas e com o mais necessário para a própria salvação, mas tudo com engano, profissão de sertanistas. Abalam 3.000 almas. E como havia pouco tempo que tinham mudado sítio, e os cirios de farinha, das roças que disfizem no que deixaram, eram quasi sem número, em 4 dias de detença se embarcaram em 300 canoas das muitas que possuíam.

Ao embarcar tiveram os 30 modo pera tomarem aos abalados todos os arcos e frechas. Começam pois a navegar pelo dito rio acima, tomando todos os dias terra, onde descançar e dormirem. Entre as 3.000 almas vinha uma índia (que devia ser filha dalgum dos 7 franceses, dos quais ali não faltava geração), mulher de um filho de certo principal que seguia os nossos. Esta (da qual diz o informante que a natureza se esmerara em a dotar das partes requitas (*sic*) pera a perfeição corporal) deu o capitão a um seu apaniguado, o qual por se ver livre ou mais cativo dos cuidados que lhe causava a presença do marido tornou a dar esta ao próprio capitão. Sentiu tanto o triste índio o esbulho do seu natural matrimónio, e todos os mais o verem-se a poucas jornadas repartidos, que em certa hora e paragem entre si acordaram e se alevantaram contra os 30 dos quais mataram 16 e alguns índios dos que levaram de cá. E dando-se por satisfeitos com a morte dêstes fizeram volta pera as suas aldeias nas mesmas canoas.

Os 14 que escaparam, nas que puderam haver, continuaram pelo rio acima não trazendo mais que dous dos ditos Caatingas, que não quiseram ou não puderam seguir os mais. Chegaram estes à Vila de S. Paulo, donde tinham partido havia 19 meses, e donde nós agora podemos fazer a entrada que disse, em demanda de tantas mil almas, seguindo a derrota por onde êles voltaram na maneira seguinte:

Hão-se de embarcar em um pôrto do Rio Anhembi, chamado Pirapetingui, 25 léguas de S. Paulo as quais se podem andar em 3 dias.

Ao som da sua corrente irão em demanda do Iguaçú, sc. Rio Grande, onde o Anhembi se vai meter. No que se gastam 12 dias.

Entrados no Rio Grande irão contra sua corrente até que à mão esquerda dêem com a barra de outro chamado Bogi, que entra naquele; e isto em 3 dias.

Navegarão pelo Bogi até que deixando à mão esquerda as barras de três rios, achem a barra do quarto, que os índios chamam Apari à mesma mão; no que poderão gastar 8 dias; indo pelo Apari acima, em obra de 25 dias lhe darão fim e em parte que não dista mais que duas léguas do princípio daquele braço do grande e verdadeiro Maranhão.

Estas duas léguas atravessarão por terra pela qual poderão levar suas canoas à outra banda, deixando sempre nas costas o fim do rio, onde desembarcaram.

Tornados pois a embarcar no dito braço seguirão sua corrente. E sem perigo algum, em 25 dias (a 3 por dia somente como até aqui) darão com uma ilha cujo principio fica onde êste se divide em dous braços, que a fazem. E feita de comprimento de 30 léguas com 6 de largo, se tornam a unir em um.

Tomando pela da mão esquerda irão vendo à direita, dentro nela, muitas aldeias de índios chamados Caraiáunas, com os quais já estiveram moradores de S. Paulo, que dêles receberam bom gasalho, posto que sua língua é diferente da geral. Andam-se as 30 léguas em 10 dias.

Da última ponta desta ilha em 30 dias darão com as ditas 7 aldeias dos Caatingas, as quais lhe ficarão agora à mão direita e as mesmas duas léguas acima da barra do Iabeberi, donde êles disseram distar a fortaleza dos franceses onze dias de jornada. Esta fortaleza dista 60 léguas da famosa barra do Pará, conforme a informação do Capitão Francisco Caldeira, que a foi descobrir e navegou por ela acima.

Desta barra do Pará ao chamado vulgar e impròpriamente Maranhão, onde estão os nossos Portugueses e Padres da Companhia há 55 léguas. Donde consta que

desta sua estância, com as 55 léguas de costa, há às ditas 7 aldeias, 148 léguas. E que aí, per razão da grande distância como das inumeráveis almas que há naquele e em outros braços do Pará, se deve procurar outra nova e diferente conversão (115)

Desta relação se colige claramente a facilidade com que os da nossa Companhia (cujo Instituto é buscar e converter almas a Deus) podem ir prègar a lei divina às inumeráveis que habitam à sombra das trevas da morte naquele e nos mais braços daquele grande Maranhão. Convem:

1.º — Porque sempre vão por rios de agua doce, cousa de suma importância pera os Missionários, por cuja carestia foram sempre e são hoje tão custosas e difíceis as Missões a outros sertões, em demanda dos quais andavam 3 e 4 dias contínuos sem acharem gota de água para refrigerarem a sêde, causada do intolerável cansaço do caminho.

2.º — Porque de uma e da outra banda dos ditos rios há grande abundância de caça, mel e palmeiras de que se faz farinha, e dentro neles tanto peixe, que navegando se vai matando à fiska e nas reboleiras de matos, a que os sertanistas chamam capões, posto pelos campos vizinhos tanto das primeiras 3 cousas, que se não pode encarecer.

3.º — Porque podem levar quanta farinha de mandioca quiserem nas canoas com o que ficam os índios forrando o imenso trabalho que lhes custa levá-la às cos-

---

(115) À margem da folha estão dispostos em ordem vertical os dias acima indicados, com um traço por baixo, e a soma e dizeres seguintes: «119 dias (4 meses menos 3 dias); a 3 léguas por dia somam 357 léguas. A 6 léguas por dia andar-se-iam em dous meses. — O que se entende até às 7 aldeias primeiras dos Caatingas».

tas quando connosco vão a outros sertões. Do que redundava a facilidade.

4.º — Porque levando a dita farinha em canoas poderão andar mais léguas no dia, porquanto neste caso basta tomar porto a horas que bastem para matarem alguma caça, furar mel e quando se arrancharem com de dia.

5.º — Porque desta maneira ficam todos livres de doenças causadas do trabalho e moléstia do contínuo caminhar e de outros muitos perigos assi de alarves tapuias, como de cobras. etc.

6.º — Porque em caso que não hajamos de habitar com os índios em suas terras e os possamos dobrar a que se chegarem pera parte onde assistamos com êles, ficamos fora de temores ou de todos ou da maior parte dêles se tornarem pera suas terras por não poderem aturar o aperto de caminhar ou a falta do necessário pera suas famílias, que por êstes rios o têm em toda a abundância.

7.º — Porque raro será o da Companhia que não possa deitar mão desta emprêsa, e que a não tenha per recreação, assi do corpo per razão da facilidade do navegar e de todo o necessário pera êle quando o não tenham por supérfluo, como do espírito, que tanta consolação ha-de receber, vendo-se levado só do zêlo da salvação de tantas almas.

8.º — Porque além de que esta entrada é tão fácil e tão certa, nas nossas doutrinas de S. Paulo há hoje alguns índios que acompanharam nela aos 30 Portugueses com muito mais gôsto nos guiarão agora a nós; pois não imos a guerrear ou cativar, mas a converter e libertar. E pera prova de tudo isto advirto que cincoenta moradores de S. Paulo estiveram já apostados e quasi abalados, pera com suas famílias irem por esta derrota a povoar aquele braço do Pará, como êles mesmos confessam; e advirto que por aqui nos podemos comunicar com os Padres daquelas partes.

Pelo que peço a Deus Nosso Senhor mova os corações dos Superiores a que concedam esta tão gloriosa empresa aos que elle já tem movido com desejos de a porem em execução pera maior gloria sua e proveito daquelas almas. Amen.

ANT.º D'ARAUJO (116).

\* \* \*

O P. António de Araujo nasceu na Ilha de S. Miguel, Açores, em 1566. Levado novo para a América Portuguesa, entrou na Companhia de Jesus na Baía, em 1582, tendo 16 anos de idade. Percorreu os estudos da praxe, Humanidades, Artes e Teologia, sendo admitido à profissão de quatro votos em 1608. Superior nas Aldeias dos índios, desempenhou o cargo de procurador do colégio da Baía; e era consultor do de Pernambuco, em 1613, onde exercia, além disso, o officio de prégador. Falleceu em 1632 (117).

Grande cultor da língua dos índios, compôs o *Catecismo da lingua brasilica* (Lisboa, Pedro Craesbeck, 1618), de que fez nova edição, aumentada, o P. Bartolomeu de Leão (Lisboa, Miguel Deslandes, 1686) (118).

O P. Araujo era de génio vivo e um tanto melindroso. Compensou-o porém com um verdadeiro zêlo das

(116) *Bras.* 8, 152-153.

(117) *Bras.* 5, 102 v; *Hist. Soc.* 43, f. 68.

(118) Descreve ambos os catecismos Sommervogel, 1, col. 507-508, e mais amplamente Vale Cabral, *Bibliographia das obras tanto impressas como manuscriptas relativas à lingua tupi ou guarani, também chamada Lingua Geral do Brasil nos Annaes da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro*, 8 (1881), p. 160.

almas. Trabalhou junto com o P. João de Almeida, de quem era superior, na difícil missão dos Carijós (119).

Prova do seu zêlo é ainda a presente proposta para as missões do Pará, que êle não chegou a ver, mas que tão importantes haviam de ser mais tarde.

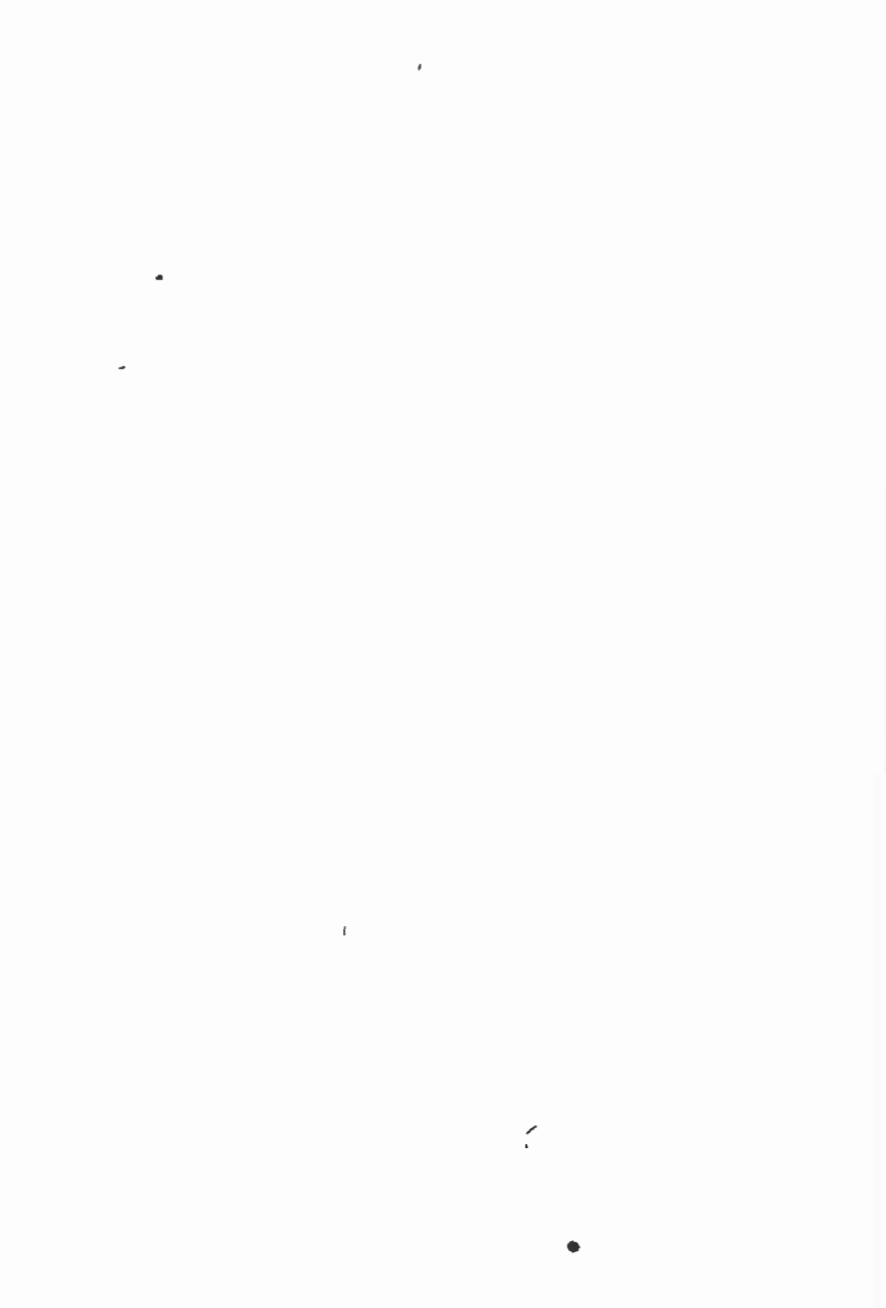
Apalpa-se o entusiasmo com que os Jesuítas utilizavam todos os conhecimentos susceptíveis de alargar o âmbito da conquista das almas e da civilização. E nem sequer esqueciam as possíveis facilidades de subsistência e de transporte, para suavizar aos Padres, e mais ainda à comitiva dos índios, as viagens penosas!

Um último ensinamento — e, já agora, proveito: — os Jesuítas aprendiam a escrever... para escrever. Eram diligentes. Dos seus escritos, até quando tinham apenas intuitos missionários, recolhemos agora o mais rico *substratum* histórico de regiões que mal podem acompanhar, ainda hoje, distanciadas da costa e dos grandes centros, o ritmo regular da civilização moderna.

Homem de Melo, no seu *Atlas do Brasil* (Rio, 1909) não aponta uma única povoação na extensa Ilha do Bananal, que pouca diferença devia fazer então do modo como a viram há mais de três séculos aqueles Paulistas ou Portugueses da Vila de S. Paulo, raça de gigantes, que pegaram na linha famosa de Tordesilhas e, depois de a terem bem segura na mão, riscando fronteiras ao Brasil, a atiraram para longe, — tão longe, que por pouco (uns doze graus escassos) ia cair, do outro lado do continente, no Oceano Pacífico.

---

(119) Simão de Vasconcelos, *Vida do Ven. P. João de Almeida*, pp. 161 e 166 ss.





## VII

# DA VILA DE SÃO PAULO AO RIO DE S. FRANCISCO

### ROTEIRO INÉDITO DA 3.<sup>a</sup> DÉCADA DO SÉCULO XVII

Ainda que de menor extensão que o anterior, êste Roteiro não deixa de ter a sua importância para a história, geografia e etnografia do Brasil. Relator e informador: os mesmos.

### RELAÇÃO DADA PELO MESMO [PERO DOMINGUES] SÔBRE A VIAGEM QUE DE SÃO PAULO FÊZ AO RIO DE S. FRANCISCO, CHAMADO TAMBÉM PARÁ

Antes que entremos na dita relação advertamos que o dito rio entra no mar largo, entre o tão nomeado Cabo de S. Agostinho e a cidade da Baía do Salvador, da qual dista cincoenta léguas para o norte, e da equinocial para o sul pouco mais de onze graus. E' largo, e sua barra tem tanta capacidade que quási se não enxerga uma pessoa da outra banda.

Desta barra obra de 400 léguas, pelo rio acima, está o sertão do gentio chamado Amoipira, com o qual se foi ajuntar outro de várias nações, mas da mesma língua, scilioet Temiminó, que despovoando o Itinga, Rio das

Águas Brancas, braço do Iabeberi, se foi misturar com aquele; Tamiã, os Tamóios, que fugindo dos confins do Rio de Janeiro e passando pelas aldeias dos Amoipiras, com os quais se detiveram 6 meses, se foram aposentar ao longo do Iuna, Rio Preto, 8 jornadas mais adiante; e outro de várias nações que dividem aquele grande sertão como em vários reinos.

Algumas léguas do mar, faz o dito Rio de S. Francisco uma alta cachoeira razão de cujo precipício não fica êle navegável (120); e não falta quem diga que tem seu nascimento naquela tão afamada lagôa chamada Paraúpaba, donde é cousa certa procede o Grande Pará verdadeiro Maranhão.

Por causa da dita cachoeira, quando nossos Padres foram duas vezes ao sertão dos Amoipiras, partiram da Baía e caminharam sempre por terra 4 e mais meses, em que andaram algumas trezentas léguas, padecendo muitas necessidades assim de água, por 4 dias contínuos, como de comer, passando dias inteiros com sós sete grãos de milho. O que foi ocasião de que à volta se lhes tornassem para suas terras muitas das almas que consigo traziam.

Pelo que se pode agora ter por alvitre dado do céu achar-se que da vila de S. Paulo se pode ir em canoa até aos portos dos Amoipiras, cujas primeiras aldeias, distam do Rio S. Francisco 20 léguas, as quais são sempre mui cursadas de inumeráveis índios, que com suas famílias descem a gozar da fartura do dito rio, ao qual não habitam por causa dos muitos mosquitos que ha nos matos a êle vizinhos. Digo que se deve estimar muito o alvitre de podermos ir pela derrota apontada, ora seja para habitarmos lá com os ditos índios, ora para os tra-

---

(120) E' a célebre cachoeira de Paulo Afonso nos lindes dos Estados de Alagoas, Baía e Sergipe.

zermos para as terras de S. Paulo, ora para os levarmos pelo rio abaixo para a Baía ou para onde os nossos Padres possam ser providos e visitados. E nesta conformidade é cousa certíssima que a missão dos Amoipiras se poderá fazer no modo seguinte:

Ir-se-ão embarcar num porto do Rio Anhembi chamado Pirapetingui, que dista 25 léguas de S. Paulo, as quais se andam em 3 dias.

Ao som de sua corrente irão demandar o Iguaçu, Rio Grande, no qual aquele se mete no que gastarão 12 dias.

Contra a corrente navegarão até que à mão esquerda achem a barra de outro chamado Aguapeí de trás de um salto, dito Pirapora, no que se gasta mês e meio.

Entrando pelo Aguapeí irão por êle acima obra de 4 dias, a duas léguas por dia, porque é rio estreito e de grande corrente até darem, à mão direita, com o primeiro porto, que é uma língua de campo limpo que contesta com a borda dêste rio: e nele desembarcarão. E advirtam que nele, daqui para cima, ha infinito peixe.

Dêste porto, obra de légua e meia, está o nomeado Rio de S. Francisco, em demanda do qual irão, deixando sempre o dito porto nas costas e caminhando ao som do mesmo campo, e podem levar por êle as canoas, se não quiserem fazer outras.

E, diz o informante, que catando a terra do primeiro pôrto, onde se embarcaram, acharam grãos de ouro e que a menor grandeza dos menores era como a de meio grão de milho.

Navegando, pois, pelo dito Rio de S. Francisco abaixo, darão à mão direita com a barra de outro chamado Goiabií, que se mete naquele. No que gastarão 30 dias.

Deixando a dita barra e continuando pela mesma derrota do Pará, em 2 dias darão à mão direita, digo esquerda, com a barra de outro, dito Paracatú.

Desta barra do Paracatú, 15 dias de jornadas pelo Pará abaixo, estão os portos dos Amoipiras à mão esquerda: e advertam que durante estas 15 jornadas se aposentem à mão esquerda, e com vigia, por razão de certos Tapuias, que da parte direita passam às vezes à outra banda (121).

Nos portos dos Amoipiras terão logo vista dos que descem à comédia do rio, onde começarão a lhes descobrir a espiritual das almas, que com tanta facilidade, fundada nas oito que, na entrada do Maranhão deixamos apontadas, descobriram nesta era que, com fundamento, se pode chamar dourada, por razão do finíssimo ouro das almas que nela nos inculca aquele Senhor que as remiu com o preço inestimável do seu precioso sangue.

ANTÔNIO D'ARAUJO (122)

\* \* \*

Tal é o Roteiro. Como se vê corta regiões que pertencem aos três Estados modernos de São Paulo, Minas Gerais e Baía: interesse geográfico evidente.

Notícias históricas mais dignas de relêvo são as que se referem aos Amoipiras, às migrações dos Tamóios, fugidos do Rio de Janeiro, ao aparecimento do ouro, e às entradas dos Jesuítas por terra "algumas trezentas leguas", para atingir e civilizar os Indios do sertão longínquo...

---

(121) À margem estão dispostos em linha vertical os dias acima indicados, com um traço por baixo e o seguinte: «114 dias (3 meses e 24 dias) A 3 léguas por dia somam 342 léguas. A 6 léguas por dia andar-se-ão em 2 meses menos 3 dias».

(122) *Bras.* 8, f. 153.

## VIII

# ANTÓNIO RODRIGUES, SOLDADO, VIAJANTE E JESUÍTA PORTUGUÊS NA AMÉRICA DO SUL, NO SÉCULO XVI

COMUNICAÇÃO FEITA AO XXVI  
CONGRESSO INTERNACIONAL  
DE AMERICANISTAS, SEVILHA,  
A 18 DE OUTUBRO DE 1935.

Entre os documentos inéditos para a história da Companhia de Jesus no Brasil aparecem com frequência alguns, cujo alcance transcende os limites daquela história. Um dêles é uma carta do Irmão António Rodrigues, português, e natural de Lisboa, segundo Simão de Vasconcelos.

Ao entrar António Rodrigues na Companhia, em S. Vicente, no ano de 1553, ordenou-lhe o seu Superior, P. Manuel da Nóbrega, que resumisse as vicissitudes da sua vida. E isto com o fim, confessado, de avivar o zelo dos estudantes de Coimbra para o apostolado entre os Índios da América.

Sem atribuir a êste documento valor sensacional, cremos todavia que, tratando um assunto relacionado com o Rio da Prata e suas nações ribeirinhas, a cujas origens traz alguma coisa de novo, não será fora de propósito dá-lo a conhecer num Congresso Internacional como este. Tanto mais que as referencias que faz à primeira fun-

dação da grande cidade de Bueno-Aires têm o relevo circunstancial de celebrar-se agora o seu quarto centenario.

\* \* \*

António Rodrigues foi durante 18 anos soldado dos exércitos de Espanha na América do Sul. Como tal assistiu à fundação das cidades de Buenos-Aires e Assunção, acompanhou Irala através do Chaco, e foi, com Ribera, pelo Rio Paraguai ao centro do Brasil. E' portanto uma época importante, talvez a mais decisiva da conquista do Rio da Prata, desde 1536 até 1553.

Depois que António Rodrigues entrou na Companhia de Jesus, a sua vida é relativamente conhecida. Foi um dos fundadores de S. Paulo e o instituidor mais eficaz das célebres aldeias jesuíticas da Baía de Todos os Santos. Com a sua habilidade para o canto, com a sua arte maravilhosa de tocar flauta, atraía os índios e se lhes impunha com a sua autoridade antiga de soldado e o seu conhecimento prático da língua tupi-guarani.

Morreu o já Padre António Rodrigues no ano de 1568 no Rio de Janeiro, que acabava de se estabelecer, e a cujos combates definitivos contra Franceses e Tamoios ainda assistiu e talvez dirigiu com a sua experiencia militar.

A crónica, que nos deixou era ignorada até hoje; e acrescenta aos factos, divulgados por outras vias, pormenores novos; e difere, no seu espirito de todas as relações conhecidas.

A mais célebre dentre elas é a de Ulrico Schmídel, alemão de Taubinga, que embarcou com António Rodrigues em Sevilha, na armada de Dom Pedro de Mendoza. Existem outras informações menores que Lafone Quevedo reuniu nos *Apêndices* da sua edição de Schmídel, sendo as mais importantes as de Francisco Villalta, Pero Her-

nández e Martin Gonzales. Todas elas têm um fim particular. Schmídel prefere o que poderia causar admiração aos seus conterraneos alemães. O próprio título da primeira edição é claro: propõe-se narrar “os perigos, peijas, escaramuças entre eles e os nossos, tanto por mar como por terra, âcontecidos de uma maneira extraordinaria, assim como da natureza e costumes horripelmente singulares dos antropófagos, que nunca foram descritos noutras historias ou crónicas”.

É evidente o empenho em ressaltar o pitoresco da paisagem e amplificar o aparato bélico. E amplifica-o tanto, que os seus quadros militares nos fazem sorrir hoje um pouco.

Villalta sente-se preterido na repartição dos empregos públicos: olha os funcionarios com certa inveja. Mas tambem por isso dá noticias pessoais preciosas.

Martin Gonzales, e sobretudo Pero Hernández, inimigos ambos de Irala, pintam com cores sombrias a administração do Governador, carregando o mau e omitindo o bom.

António Rodrigues coloca-se acima de semelhantes paixões.

Escreve em geral dos costumes dissolutos, sem especificar ninguém; e quando assinala determinadamente a pessoas como faz com João de Salazar é para dizer que era valente capitão.

Fala, também evidentemente, da cobiça do ouro, e insiste nisso. É um facto histórico indiscutível. Ainda que repelimos a ideia de certa escola social que tudo põe em função do económico, todavia, ontem como hoje, ninguém abandona o lar e a patria senão por alguma compensação positiva. O missionario tem de colocar-se, por definição, em categoria à-parte.

Se queremos encorporar os factos particulares que narra António Rodrigues aos já conhecidos e que foram

as ideias directrizes da conquista, encontramos por exemplo no que toca às qualidades dos Índios, um critério objectivo para classificá-los. São bons os que recebem bem os conquistadores; são maus os que os recebem mal, e os antropófagos, como os Carijós, em extremos crueis, e os Pagais, que mataram a gente de Ayolas por achá-la desprevenida e em condições de inferioridade, doentes e perdidos os bergantins. Para António Rodrigues, os Índios são não exclusivamente bons nem exclusivamente maus: bons e maus, segundo as circumstancias, que é o meio termo da verdade. Se me fora permitido invocar a minha pequena experiencia pessoal, com os índios pouco civilizados dos confins amazónicos do Brasil, Colombia e Venezuela, onde vivi alguns anos antes de entrar na Companhia (um pouco como António Rodrigues) diria sem hesitação que o homem branco está de mais entre os índios no dia em que mostra fraqueza; — que é precisamente o caso de João de Ayolas, narrado por António Rodrigues.

\* \* \*

O presente documento encontra-se no Arquivo Geral da Companhia de Jesus (Arch. S. I. Roman., *Bras. 3 (1)*, 91v-93v). E' uma copia da época. António Rodrigues como de português a portugueses te-lo-ia escrito em sua língua materna. Ao ser enviado a Roma a Santo Inácio, traduzir-se-ia ao castelhano. Êste facto de ser tradução e cópia explica suficientemente um erro de data, troca de números, 1523 em vez de 1535, ano em que D. Pedro de Mendoza saiu de Sevilha. Não são para admirar tais deslizes. Schmídel fá-lo sair também erroneamente em 1534. Naqueles tempos a cronologia era secundaria; o essencial, os factos que se narravam.

Esta carta de Rodrigues acha-se intercalada com outras que se guardam como uteis para a historia da Com-



panhia no Brasil, em sua maioria desconhecidas e inéditas. A que se segue a esta é uma do P. Manuel da Nóbrega, o primeiro jesuita que pôs pé em terras americanas, dirigida ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara, confidente do Santo Fundador da Companhia e pouco depois confessor de El-rei D. Sebastião de Portugal. Dá-se a coincidência de ser escrita em S. Vicente, no dia 12 de junho de 1553, véspera da chegada de Ulrico Schmidel. Trata igualmente de assuntos relacionados com o interior da América do Sul e dos desejos e tentativas dos Jesuitas para ir lá.

Esta carta de António Rodrigues apresenta-se como um incentivo à juventude do Collegio de Coimbra. Dá portanto importancia a certos factos que os outros crónistas do Rio da Prata preteriram ou consideraram de modo diverso. Atende de preferencia às qualidades morais dos índios, se são antropófagos, e às condições economicas do seu viver, como que insinuando a facilidade ou dificuldade de estabelecer missões entre eles.

António Rodrigues escreve já como missionario. O seu testemunho ao falar dos maus costumes dos colonizadores pode padecer de encarecimento. Tem, sob este aspecto, que ser confirmado por outros testemunhos, não quanto à veracidade dos factos senão quanto à sua generalização ou intensidade. Mas vemos certamente os mesmos factos confirmados e até sobrecarregados nos referidos cronistas do tempo, Francisco de Villalta, Martim Gonzales e Pero Hernández.

Devemos considerar também tais factos como quasi moralmente inevitaveis. E convém observá-los não à luz das nossas preocupações modernas. Já lá vão quatro séculos. E tanto peca por anti-critico o que olhe para a América só através dos conquistadores, como só através dos missionarios. A realidade é que da conjunção de uns e outros surgiu a obra imensa da Colonização da América, com todos os seus erros e com todas as suas grandezas. E,

somando tudo, o resultado é de signo positivo e alto. E nisto consiste a gloria de Espanha; ou, para incluir-me modestamente na conta, toda a gloria luso-espanhola, que soube vincular às nossas linguas de Cervantes e Camões, e à nossa religião e cultura, a maior parte do grande e glorioso Continente Americano.

Lisboa-Sevilha, Outubro de 1935.

\* \* \*

CÓPIA DE UMA DO IRMÃO ANTONIO RODRIGUES  
PARA OS IRMÃOS DE COIMBRA.

*De S. Vicente, do ultimo de maio de 1553.*

*Pax Christi.* — Ainda que até agora, com muitos perigos, andei navegando por este mar do sul, onde há tantas tormentas, que poucos navios escapam, contudo confesso, Caríssimos Irmãos, até agora ter navegado por outro mar mais perigoso, que é o deste mundo e suas vaidades, onde tantos se perdem, do qual Nosso Senhor me livrou por meio do Padre Manuel da Nobrega, recebendo-me na santa Companhia de Jesus, trazendo-me já Nosso Senhor movido para entrar nela, vendo quanto tempo e com quantos perigos tinha sido soldado no mundo com tão pouco proveito, e que entrando nela entrava em melhor batalha, que é de almas, e com tão grande premio que é a remuneração eterna.

Mandou-me o Padre que eu vos desse conta da minha vida, e das mercês, que Nosso Senhor me tinha feito, e por eu ter ido daqui do Brasil ao Perú, por terra e tornado (123); vos escrevesse também dos gentios que por

---

(123) «Daqui do Brasil ao Perú». Rodrigues foi de Assunção ao Perú; mas os Jesuitas consideravam então o Paraguai como parte integrante de um todo geográfico; o Brasil.

essas terras há, esperando ser ajudados de vós para a sua salvação, e o aparelho que têm para receber a nossa santa fé; e para vos dar esta conta vos quero escrever desde o principio da minha vinda a estas partes.

E é que eu e outros Portugueses, assim por vaidade como por cobiça de ouro e prata, no ano de 1523 (124), partimos de Sevilha em uma armada, que fazia Dom Pedro de Mendoza, na qual éramos 1.800 homens (125); e todos carregados de nossa cobiça, chegamos, com próspero vento, ao Rio da Prata, e entramos pelo rio com as naus 60 leguas (126).

Logo quiseram vir em terra todos para edificar uma cidade: e os primeiros seis que saíram para ver o lugar onde se podia fazer mataram-nos as onças bravas (127). Nem por isso se deixou de edificar ainda que cada dia as onças matavam homens. Prouve a Nosso Senhor castigar a nossa cobiça e pecados, que soldados comumente fazem; permitiu vir tal fome ao arraial que não davam a comer a cada um, cada dia, senão seis onças de pão. E, porque a gente por esta causa, com a fraqueza, não podia trabalhar, era muito castigada dos officiais da ordem da guerra, porque lhes davam com paus, e assim morriam cada dia 4 ou 5. Ainda que não deixou Nosso Senhor a estes que

---

(124) 1523, erro de cópia. A armada partiu em 1535 saindo do porto de Boñança (Sanlúcar) no dia 24 de agosto de 1535 (Paul Groussac, *Mendoza y Garay — Las dos fundaciones de Buenos Aires*, (1536-1580), 2.<sup>a</sup>, p. 60, Buenos Aires, 1916.

(125) O mesmo, Villalta. Schmidel dá exageradamente 2.650 (cf. Ulrich Schmidel, *Viaje al Rio de la Plata* (1534-1554) — Notas bibliográficas y biográficas por Bartolomé Mitre, edición Lafone Quevedo, p. 304, 138, B. A., 1903.

(126) «Entrante el año 1536», Villalta (cf. Schmidel — Lafone, 303).

(127) Esta referencia concreta às onças é interessante. Outros falam mais vagamente. «Los jaguares infestaban entonces esta región», Groussac, *o. c.*, 161.

castigavam aos outros sem castigo, porque vieram os gentios um dia de Corpus Christi e mataram 40 dos mais nobres e esforçados (128).

Aconteceram nesta fome, com que Nosso Senhor nos castigou por nossos pecados, coisas semelhantes às que aconteceram aos judeus em Jerusalem no cerco de Tito e Vespasiano. Porque enforcando-se a dois soldados, lhes comeram as panturrilhas; e um homem matou em sua casa a um seu primo e comeu-lhe a assadura. Acabando de a comer o acharam que estava para morrer, permitindo Deus por seu justo juízo que o matasse a comida com que a morte do primo procurou. Aconteceu também comerem uns o excremento que outro depois de ter comido deitava, ainda que pela corrupção dos corpos era aquilo tão peçonhento que quem o comia logo morria (129). E

---

(128) Corpus Christi em 1536 caiu a 15 de junho, *Id. ib.*, 173.

(129) Cf. Schmidel, cap. IX. A edição de Hakluyt acima de exagerados os horrores da fome descritos pelo alemão. Rodrigues, que foi vítima dela, como Schmidel, não deixa a menor dúvida. Villalta igualmente o confirma (Schmidel Lafone, 305). Confirma-o ainda mais a *Real Ordem* que perdoa aos comedores de carne humana. Escreve Herrera: «Y como se entendió que a extrema hambre que aquellos castellanos auian padecido los auia forçado a comer carne humana, y que por temor de ser castigados se andauan entre los Yndios, viviendo como Alárabes, el Rey los perdonó y mandó que los recibiesen sin castigarlos por ello, teniendolo por menos inconveniente, atenta la gran hambre que a ello los necesitó, que permitir que passassen la vida sin oír los divinos officios, ni hazer obras de Christianos» (Herrera, *Hist. de las Indias Occidentales*, Década VI (1613), p. 101. E' curioso notar que D.<sup>a</sup> Catarina de Guevara, escrevendo à princesa D.<sup>a</sup> Juana, de Assunção, a 2 de julho de 1556, tres anos depois de Antonio Rodrigues, traz a mesma nota erudita: esta fome foi tamanha que nem a de Jerusalem se lhe pode igualar» (Schm.-Lafone, 388).

Cf. Barco Centenera, *Argentina*, Cant. IV, p. 24 ss.. Lisboa. 1662.

desta maneira uns com fome, outros por os matarem as onças e outros os gentios, morreram neste tempo, que se fez a cidade, 600 homens.

O Governador vendo ir a gente desta maneira voltou para a Espanha, o qual morreu no caminho; e deixou em seu lugar a João de Ayolas, o qual em bergantins subiu pelo rio 350 leguas, deixando a cidade sepultura de mortos; e praza a Deus que não seja o inferno sepultura das almas e não sejam lá castigadas como foram cá seus corpos. Digo isto, Caríssimos Irmãos, porque claramente se vê ter Nosso Senhor permitido tantos males por nossos pecados. Porque ali renegavam e blasfemavam de Deus, ali os falsos testemunhos, ali as injustas justiças e vinganças, ali os oficiais da ordem da guerra diziam:

— Bem é que morram, porque não haverá ouro para tantos!

Estes morreram ainda mais miseravelmente, porque os seus corpos careceram até de sepultura.

Deixando isto, andando as 350 leguas, achamos uns gentios que chamam *Timbos* (130), os quais são muitos. Não comem carne humana, antes se afastam disso. São muito piedosos, porque indo nós muito sumidos e os dentes e beiços negros, levando figura mais de homens mortos que vivos, nos levaram nos braços e nos deram de comer e curaram-nos com tanto amor e caridade, que era para louvar a Nosso Senhor, ver, em gente apartada da fé, tanta piedade natural, que com tanta mansidão e amor tratavam a gente estrangeira, que não conheciam. Acha-

---

(130) Assim *Timbos*, à portuguesa, indicio de que o original também seria português. Por cima está escrito *Timbunes*. Foi descobri-los Gonçalo da Costa, morador de S. Vicente, com 16 homens, um dos quais Bartolomeu Garcia, testemunha o facto Cf. Schmidel, *Historia y descubrimiento del Rio de la Plata y Paraguay*, p. 224, ed. Pelliza, Buenos Aires, 1881.

mos ali um espanhol e sabia bem a lingua deles a qual tem muitas palavras latinas (131).

Há muitas terras povoadas deste genero de gentios, os quais obedecem a seus principais, e neles há grande disposição para se fazerem cristãos. Praza a Nosso Senhor de mandá-los visitar, porque a nossa, porque não era para ganhar as suas almas senão para ver se tinham ouro, não lhes fez nenhum proveito na fé.

Há, adiante destes gentios, outros que chamam *Corumna*, outros *Aquilocos* e *Chenatimbos* e *Qeuvas* selvagens e *Quirandas* e *Chandues* e *Garinas*. E estes Garinas têm guerra com todos os vizinhos e comem-nos; e se captivam meninos fazem-nos à sua maneira. Estes nos mataram muita gente.

Deixamos alguma gente entre os Timbos e fomos cerca de 60 homens em bergantins que fizemos, com a nossa cobiça às costas (132) pelo rio acima a serviço da avareza, a buscar o governador João de Ayolas, o qual tinha subido, com tres bergantins e 160 homens, pelo rio 380 leguas. E deixando os bergantins com 30 homens foi-se pela terra dentro com a outra gente em busca dos gentios chamados *Carcara*, que têm ouro e prata. E antes que chegassem lá houve muita prata, a qual não se sabe quanta era. E voltando para tornar com mais poder para sujeitar aqueles gentios, adoeceu a gente que trazia à volta; e, não achando os bergantins no porto, foi ali toda a gente sem ficar nenhum, mortos por uns gentios chamados *Pagaes* (133).

(131) Rodrigues não sabia latim, a não ser alguma frase solta. Aquele espanhol era Gonçalo Romero (Herrera, *o. c.*, 310), ou Jerónimo Romero (Villalta, Schmidel-Lafone, 307). Romero tinha ficado da armada de Sebastião Caboto.

(132) Sairam do porto de Buenos Aires a 15 de Janeiro de 1537, escreve Pero Hernández (Schmidel-Lafone, 327).

(133) «Nenhum deles escapou», Schmidel, ed. Lafone, 185.

Muito de considerar é, caríssimos irmãos, os trabalhos que os homens levam pelas cousas deste mundo e quão poucas vezes são galardoados mesmo destas cousas baixas dele; porque comumente os prémios dos trabalhos tomados pelo mundo são outros maiores trabalhos nele, deixando o perigo que tem de cair em pena eterna; e todavia há tais que os sigam e tanto sofram por ele; e por Deus que dá premio eterno e até *centuplum in hac vita* não há quem faça nada. E aqueles que especialmente se dedicam a seu serviço são tão excedidos dos do mundo, que têm farta matéria de confusão em vê-los correr mais depressa à morte do que eles à vida.

Indo nós em busca do Governador passamos por muitos gentios que seria longo contar. Somente direi alguns, a saber: *Os Mearetas*, que nos carregavam os bergantins de peixe curado ao sol, e muita mantença, porque disto se mantêm. É gente que não come carne humana; tratam muito bem os cristãos; são também piedosos como os Timbos, que nos receberam em suas casas; e os *Mepe-nes*, que são muitos e da maneira destes, e os *Cuchamecas* e os *Agazes*. Todos estes gentios não comem carne humana.

Chegamos à terra dos *Carijós*, que são gentios muito poderosos e grandes lavradores, e naquele tempo em extremo crueis, que comiam carne humana. Chegamos com muita fome e falta de mantimentos, por haver seis meses que a remos tínhamos caminhado, sem ter um só dia vento de vela. Ia por nosso capitão um homem chamado João de Salazar, muito capaz na guerra, o qual como nos via ir cansados de caminhar, tomou conselho do que seria bom fazer, e concluiu-se que fizesse ali fortaleza. E assim saltamos em terra as tres partes da gente, ficando os bergantins apercebidos para a guerra no rio. E um homem, que levamos, que sabia a lingua, começou a dizer àqueles gentios (que quando nos viram eram tantos sobre nós que

cobriam a terra), que nós éramos filhos de Deus, e que lhes trazíamos nossas cousas, cunhas, facas e anzóis; e com isto folgaram e nos deixaram em paz fazer uma fortaleza muito grande de madeiras muito grandes. E assim pouco a pouco fizemos uma cidade aonde trouxemos toda a gente que vinha atrás, e outra que o Imperador depois enviou, de maneira que se juntaram nela 600 homens (134). Os quais vieram a tanta cegueira, que pensaram que o preceito *crescite et multiplicamini* era valioso. E assim dando-lhes os gentios as suas filhas encheram a terra de filhos, os quais são muito habeis e de grande engenho.

Estando nesta cidade, chamada de Nossa Senhora da Assunção, por ser começada neste dia (135), nos livrou Nosso Senhor daí a algum tempo no mesmo dia de umas traições, que os gentios nos fizeram; e prouve a Nosso Senhor que foram vencidos. E daí em diante começaram a temer-nos muito (136).

(134) Schmidel conta o facto com a sua maneira de habitual grandiosidade. Houve luta. Morreram 16 homens dos espanhóis. Depois fizeram um tratado com os índios, comprometendo-se estes a dar 8.000 homens para auxiliar os espanhóis na guerra (Schmidel-Lafone, 176-177). A narração de Rodrigues parece mais natural. Villalta não fala de luta. Nota apenas que os índios não queriam dar a madeira senão por *puro resgate* (ib. 313), que é o caso das cunhas, facas e anzóis de Rodrigues. Pero Hernández por sua vez, diz que João de Salazar de Espinhosa fizera aquela povoação «em concórdia dos naturais da geração Cariós» (ib., 327-328).

(135) «La cual yo fundé el año de treinta y sete» — Carta del Capitán Juan de Salazar a El rey, del puerto de Santos y San Vicente, 25 de junio de 1553, Arch. de Indias, Mexico, 168. Cf. também Schmidel-Lafone citando o Dr. Dominguez, p. 176, e Ruiz Guifiázu, *Garay, fundador de Buenos Aires*, p. CXV, Buenos Aires, 1915.

(136) Rodrigues distingue pois o dia da fundação do da escaramuça, que parece ter sido, de-facto, *daí a algum tempo*.



Desta cidade fomos mais adiante a conquistar terras e subimos mais acima 250 leguas e chegamos perto do Maranhão e das Amazonas. Chegamos aos *Parais*, gente lavradoras, muito amigos dos cristãos; têm um principal a quem obedecem que em sua lingua chamam *Cameri*. Não comem carne humana. Perto destes estão os *Barbacanes*, os *Sabacoces*, os *Saicoces*, todos gente lavradora de muitos mantimentos e docil para receber a fé de Cristo. Passamos por outros gentios de que não fizemos caso, por não serem lavradores, a que chamam *Pagais*, os quais mataram a nosso governador João de Ayolas. Estes são pescadores e caçadores. Achamos também outros gentios chamados *Gaxarapos*, mui ruim gente, e outros que chamam *Gatos*.

E não achando nesta saída prata nem ouro, tornamos a nossa cidade, cansados e em excesso trabalhados (137).

Neste tempo os Carijós tomavam muito bem a doutrina de Cristo, como abaixo contarei.

Fomos outra vez no ano de 1548 (138), que entramos caminho do poente, buscando a gentilidade *Carcara*, que tem ouro e prata. Fomos vinte de cavalo e 250 de pé e 3.000 Carijós, homens de guerra. E assim caminhamos pela terra dentro 70 leguas e chegamos a uns gentios, chamados *Maias*, que são seis povoações e uma e meia (139)

---

(137) E' a viagem de Fernando Ribera, enviado por Cabeça de Vaca. Lafone pergunta se os indios Syeberis (grafia de Schmidel) não serão os indios *Parecis*. Syeberis pode-se confundir na boca de um alemão com *Cameri*, lendo-se *Çameri*. A nós parece-nos que *Parais*, sugere também a ideia de *Parecis*. Os indios *Parecis* vivem actualmente no Estado de Mato-Grosso, Brasil.

(138) 1548 parece ser a data de chegada. Domingos de Irala, que era o chefe da expedição, diz em carta sua de 24 de julho de 1553, que saíram da Assunção no mês de Novembro de 1546 (*Cartas de Indias*, 573, Madrid, 1877).

(139) *Sic*. Mas deve interpretar-se; e uma em meio.

onde estava o seu principal. É gente de muitos mantimentos e grande lavranças. Não comem carne humana. E vendo-nos não ousaram esperar-nos e fugiram desamparando as suas casas. Mas o principal nos enviou um presente de certas peças de prata e muitas mantas de algodão, que suas mulheres fiam e tecem (140). Têm entre si uns, a que chamam *Taonas*, e a estes dão a comer os seus inimigos, quando os tomam.

E deixando estes fomos adiante sempre por povoado, e achamos outra muita gente, a saber: Os *Laenos*, *Qui-chaqueanos*, *Soporeanos*, *Madepenos*, *Canes*, todos gente lavradora, de muitos mantimentos. Achamos também outros chamados *Cororés*. Estes nos esperaram para pelear, mas os de cavalo os desbarataram.

Tinham uma povoação de bj (sic) casas com praças no meio, bem feitas e poços de beber, muito fundos, por não haver rios por toda aquela terra. E logo achamos outros chamados *Caporés*, os quais tinham uma povoação de 300 casas. Estes nos enviaram muitos avestruzes e outras carnes, porque isto é o que mais há naquela terra. Achamos logo adiante outros, chamados *Severis*; é povoação mais pequena. Deram-nos também do que tinham, e nos deram noticias da gente que tinha ouro e prata, que se chamava *Carcara*. E assim passamos aos *Corcorones*, boa gente; e depois a outros, que não nos esperaram por terem medo. Toda esta gente é boa e não come carne humana.

Dali passamos um despovoado de 50 leguas, mas sempre por bons caminhos; e chegamos a umas *salinas*, coisa muito para ver, porque são cerca de meia legua de com-

---

(140) Segundo Schmidel ofereceu 4 coroas de prata e 6 lâminas de prata das que atam à cabeça; e acrescenta que os Maias eram 20.000 e quiseram surpreender os espanhois, mas que foram vencidos, havendo «uns 1.000 mortos da gente deles» (Schmidel-Lafone, 250).

prido, onde há sal branco e limpo e em muita abundancia e está longe do mar 400 leguas. E há muitos povos ao redor destas salinas, de que me esquecem os nomes.

Chegamos, depois de tão grande deserto, a uns gentios chamados *Morianos* (141), e sem ter que comer, com muita fome e trabalho; e achamos mantimentos de favas e outros legumes, patos e galinhas.

Depois fomos adiante aos *Bracaños* e aos *Paicunos* e estes somente achamos comer carne humana, porque lhes encontramos as panelas ao lume com metade de pés e mãos de homens. E daí fomos aos *Morganos*, que nos esperaram de guerra, e nos mataram um homem e feriram XX (142). E depois fomos a outra povoação destes, que também nos esperaram, mas a todos cativamos, excepto os que fugiram.

Dai fomos aos *Brotoquis* e *Cevichococis*, *Oricicocis*, *Tarapacocis*, todos em uma terra muito boa, que não comem carne humana. As mulheres fiam e tecem muito bem, nem se ocupam noutra coisa, porque os homens têm cuidado das roças que são as suas lavranças. Ha deste muitas povoações em X e XII leguas em roda.

Aqui tivemos noticias dos *Carcaraes*. E fomos adiante, com homens que sabiam a terra, por um deserto de 55 leguas; e chegamos aos *Tamochois*, que tinham muitos cães de Espanha. E ali soubemos estar perto do Perú, e que aqueles gentios por não estar sujeitos aos Cristãos, fugiram para aquela terra (143).

---

(141) Martin Gonzales escreve *Moyanos*, em Schmidel-Lafone, 477.

(142) «Do fenescieron algunos Christianos» — Martin Gonzales, em Schmidel-Lafone, 478.

(143) *Carcarás* «se nos declaró muy particularmente ser las Charcas y estar ganado y ocupado por los Conquistadores del Perú», Irala (Id. *ib.*, 40).

E assim enviando lá 4 homens, que chegaram daí a 90 léguas, aonde estava um cavaleiro chamado Dom Pedro (144), nos voltamos muito tristes, por não achar ouro nem prata, a nossa cidade, querendo ainda o Governador seguir o caminho do norte.

Isto vos digo, Caríssimos Irmãos, para que vejais quanta gente se perde por falta de operarios, que sem dúvida se os houvesse toda esta gente se converteria facilmente à nossa santa fé; e para que vos espanteis do que os homens do mundo sofrem por uma esperança vã das coisas dele, para que assim vos animeis em trabalhar e aperfeiçoar as vossas almas e vir ajudar esta gente tão desamparada.

Tornando à nossa cidade, achamos admiravel fruto feito com os gentios, porque um Padre, chamado Nuno Gabriel, deixando uma capellania que tinha na igreja se deu de todo a doutrinar estes gentios; e tomava os principais deles e os filhos dos principais e os tinha em uma casa grande e ali os ensinava a ler e escrever e sabiam o Pater Noster e Ave-Maria, Credo e Salve-Rainha, Mandamentos e finalmente toda a doutrina (145). Fez-lhes

---

(144) Pedro Anzures, fundador de Chuquisaca, Lafone, nota a Schmidel (Id. *ib.*, 265).

(145) Pregunta Carlos Pereyra (*Historia de América Española, IV — Republicas del Plata*) que resultados apóstolicos se tiraram da expedição de Mendoza, e responde que nenhuns. Facto é uma novidade histórica este apostolado de Nuno Gabriel. Quem era este Padre? Com aquele nome não se encontra em nenhuma relação do Rio da Prata. Mas entre os partidarios de Irala, e portanto entre os que Pero Hernandez denigre em 1545, há um «Juan Gabriel de Lescaño, vecino de Valladolid, clérigo» — Schmidel-Lafone, 353. Entre a gente que foi na armada de Don Pedro de Mendoza está «Juan Gabriel de Lescaño, clérigo, hijo de Juan Sanches de Lescaño /y/ de Catalina de Villegas, v.º del Valle de Salzedo» — Arch. de Indias, *Contratación*, 5536, L.º 3, 389. A este Nuno ou melhor Juão Gabriel deixou Ruiz Galán na Assunção, no ano de 1538, como raçoeiro e adjunto do

cantigas contra todos os seus vícios, a saber, para não comerem carne humana, para não se pintarem, para não matarem, etc.

Foi coisa para louvar a Deus o fruto que com estes gentios fez este Padre e a mudança que fizeram, porque sendo dantes grandes comedores de homens agora já vj leguas em roda os não comem. É tanto o fervor que têm, que ainda não é manhã, quando se enchem os caminhos dos que vêm à missa. Melhor sabem as festas que muitos cristãos. Vem à missa um principal com toda a sua aldeia e depois outro com a sua e assim por diante os outros e muito cedo para tomar lugar na igreja. Fazia este Padre com eles procissões e levava consigo os que doutrinava, cantando louvores de Nosso Senhor e especialmente nas procissões de Corpus Christi, cantando muitos louvores do Santissimo Sacramento; pregava-lhes cada dia; e vinham de 5 leguas as mulheres com os seus filhos às costas, por frios grandíssimos, fomes e muitos trabalhos, a baptizar-se; e ainda agora lhes parece que fazer mal a um cristão é o maior mal que se pode fazer.

Vendo o inimigo da humana geração este fruto, buscou modo para o impedir e o achou. Porque os cristãos de cá, (146) que ali estão, desbaratam tudo, escandalizando muito aqueles novos cristãos, porque não deixam aos pobres índios, mulher, nem filha, nem roça, nem rede, nem cunha, nem escravo, nem cousa boa que lhes não tomem e roubem. Levam-nos como escravos até o Perú e aqui já trouxeram muitos cativos. Assim que, com o

---

P. Francisco de Andrade, português, primeiro chefe da nascente igreja (Cf. Schmidel-Lafone, 489).

(146) Recorde-se a nota 123; trata-se dos espanhois do Paraguai, que então se considerava também Brasil; porisso diz genericamente: cristãos de cá.

desamparo, se perdem por não haver quem os socorra (147).

Eu falei com o P. Manuel da Nóbrega que fosse ou mandasse lá um da nossa Companhia, porque ali perto há outros gentios, que não comem carne humana, gente mais piedosa e aparelhada para receber a nossa santa fé, por ter em grande estima e crédito aos cristãos.

Agora tenho desejos de ser de 20 anos e ter longa vida para ir com alguns Padres da nossa Companhia, por eu ter mais experiencia da terra e gastar as minhas forças e vida em ensinar esta gente. Vinde, pois, caríssimos irmãos, pois há tanto que fazer e tanta gente se perde por falta de operários!

Acrescentou-se o desamparo daqueles Carijós, que foi agora um capitão com gente da cidade de Nossa Senhora da Assunção a buscar as Amazonas, onde dizem haver ouro e prata. E aquele Padre, que tinha doutrinado aquela gente, já enfastiado de ver tantos males dos cristãos, foi com eles e não há agora quem tenha cuidado daquela gente senão para a destruir e assolar.

Neste estado deixei aquela terra, rogando a Nosso Senhor, me desse caminho para a minha salvação; e assim vim aqui que são perto de 360 leguas, por uns gentios, cha-

---

(147) «Tomamos até uns 2.000 prisioneiros, homens, mulheres, meninos e meninas, depois queimamos as suas aldeias, e lhes tiramos quanto tinham»...; «matamos e cativamos homens, mulheres e meninos em número como de 3 mil pessoas. Eu tirei desta escaramuça mais de 19 pessoas, homens e mulheres, que não eram velhas, porque sempre gostei mais da gente moça que da velha»...»; nesta viagem tomamos de homens, mulheres e crianças até o número de 12.000 pessoas a quem obrigamos a ser nossos escravos; também me tocaram por minha parte umas 50 pessoas entre homens, mulheres e meninos». Isso diz Schmidel (*o. c.*, 227, 251, 274). Mesmo baixando muito, fica margem bastante para o apêlo missionario e generoso de Rodrigues: perdem-se por não haver quem os socorra!

mados Topinaquinas e embarquei para Portugal para dar lá larga conta destas necessidades e se me quisessem receber na Companhia para fazer penitencia dos meus pecados. Mas tornando a arribar, e movendo-me mais Nosso Senhor, pedi ao Padre Manuel da Nobrega me recebesse; e ele me recebeu nesta santa Companhia. E assim me trouxe Nosso Senhor, depois de tantos trabalhos, a porto tão seguro e me fez tão grande mercê, qual eu nunca saberia agradecer.

Assim pois vos contei, Caríssimos Irmãos, a messe que há nesta terra, tanto em todos estes gentios e Carijós, como no Perú, onde há grande necessidade de Padres da Companhia, porque afinal, os que lá vão, levam mais o seu intento no ouro do que nas almas, e mais impedem com a sua cobiça a salvação deles.

Já o caminho está feito daqui ao Perú, e a gente muito aparelhada para receber a nossa santa fé. Não falta senão que venham da Companhia, uns para as partes do Perú, outros para aqui, a colher tanta messe, até que pelo tempo, Nosso Senhor queira que se ajuntem; porque há alguns anos que foram dois frades franciscanos, e entraram cerca de 50 leguas daqui desta Capitania, pela terra dentro, caminho dos Carijós, e a uma aldeia deles chamaram Provincia de Jesus, onde fizeram admiravel fruto (148).

Isto digo para que vejais a disposição desta gente, principalmente a dos Carijós, que estão desejando quem os favoreça; e muitos espanhois que ali estão o desejam.

---

(148) Fr. Bernardo de Armenta e Fr. Afonso Lebrón estavam na costa de Santa Catarina, quando chegou o Governador Albar Nuñez Cabeza de Vaca, e com ele passaram a Assunção; o governador chegou a esta cidade no dia 11 de março de 1548. — Pero Hernández, Carta de Assunção, a 28 de janeiro de 1545, em Schmidel-Lafone, 340. 353.

E assim escreveu já dali um Padre ao nosso Padre Leonardo Nunes, pedindo com muita instancia que vá lá.

Nas orações dos Padres e Irmãos muito no Senhor me encomendo.

[Arch. S. I. Roman., *Bras. 3 (1)*, 91v-93v]



## IX

# POR COMISSÃO DE MANUEL DA NÓBREGA...

**A última carta: 21 de maio de 1570 (inédita)**

Um dos abençoados usos da Companhia de Jesus era a troca de correspondência entre os Padres. Se não fôra esta lei, que tinha duplo fim: dar informações para o acêrto do govêrno, e manter o espírito de família e mútuo estímulo entre as diversas casas, espalhadas pelo universo — quantos conhecimentos úteis se não teriam irremediavelmente perdido!

Nem sempre havia a necessária diligência em escrever, mas nunca faltou quem compreendesse bem o alcance de tão previdente lei. Dêste número foi Manuel da Nóbrega, escrevendo sempre que podia ou mandando escrever em seu nome. É assim que das *Cartas Jesuíticas*, edição benemérita da Academia Brasileira de Letras, um volume é só seu (*Cartas do Brasil*); e das que se encontram nos dois outros volumes, consagrados, um a Anchieta, outro a Avulsos, muitas foram escritas por ordem sua, isto é *por comissão de Manuel da Nóbrega...*

Não é êste um dos menores serviços prestado à historiografia do Brasil pelo grande jesuíta!

Pertence ao número destas cartas por comissão, uma, verdadeiramente histórica, que vamos publicar. Vejamos, primeiro, sumariamente as circunstancias dela.

Esta carta foi escrita, no Rio de Janeiro, no ano de 1570. Para o Rio é ainda a "fruta verde" de todos os princípios e não são abundantes os documentos coevos. Por êste ficamos a conhecer a tática do Capitão-mor, Salvador Correia de Sá, de dar ou diferir as pazes aos Tamoios, inimigos da véspera; as honras que presta aos aliados; e como já filhas de branco se não dedignam de casar com índios, quando êstes, é claro, se chamam Martim Afonso Arariboia... Em meia dúzia de linhas evoca-se todo o pitoresco de uma festa de outrora, na Baía de Guanabara, com as canoas engalanadas, o jogo da artilharia e a camaradagem entre índios e portugueses. Note-se também a piedade sincera do grande chefe índio e o estado incipiente da actual metrópole brasileira, já então vencedora de crises, que noutras terras acarretariam a fome, aqui não, por ser "fertil".

Arquivam-se nêste documento as últimas notícias directas sôbre Manuel da Nóbrega, que havia de succumbir daí a menos de cinco meses, a 18 de outubro. O santo velho acabava de resistir, ainda uma vez, a um ataque agudo da sua grave doença e prègava na sé, quando podia, e *dêste trabalho sempre se segue fruto às almas.*

Eram seus companheiros Fernão Luiz e Gonçalo de Oliveira.

O Padre Fernão Luiz Carapeto, amigo pessoal de Tibiriçá, assistiu à sua morte em S. Paulo de Piratininga, em 1562, a chamado seu; naufragou na foz do Rio Doce, com Inácio Tolosa, Luiz da Grã, que esteve em risco de perecer, e outros; fez votos de Coadjutor Espiritual em S. Vicente, a 8 de abril de 1577. Grande lingua. Como tal, sendo sacerdote, foi com o Irmão Gaspar Lourenço, encarregado da expedição enviada de S. Vicente a Mem

de Sá, em 1560, para a tomada do forte de Villegaignon. Faleceu no Rio de Janeiro em 1583 (149).

O Padre Gonçalo de Oliveira, redactor desta carta, prestou grandes serviços ao Brasil e é uma das figuras interessantes dos primeiros tempos, prejudicada com a publicação de dois papeis de caracter íntimo, sôbre os seus bens e profissão religiosa, que esclareceremos agora (150).

Natural de Arrifana de Santa Maria, distrito de Aveiro, Gonçalo de Oliveira deve ter ido cedo com a família para o Brasil, pois ao entrar lá na Companhia de Jesus, em 1552, era apenas de 17 anos de idade (151). Desde o começo é assinalado como grande conhecedor da língua brasílica. (Notemos de passo como escreve *Tamũos*, com til e trema, e *Arariboia*...).

Assistiu como intérprete à conquista do Rio de Janeiro, animando os combatentes e o próprio chefe índio, de quem se conservou amigo e se vê pelo teor desta carta. Era já sacerdote e permaneceu no Rio, durante tôda a campanha, mesmo quando Anchieta, seu companheiro, teve que ir à Baía para se ordenar.

No dia 1 de julho de 1565 recebeu de Estácio de Sá, para o futuro colégio do Rio, e em nome do Padre Nóbrega, uma água "que poderá estar légua e meia desta cidade, a qual chamam *Iguaçu*... do nascimento dela, donde entra na baía, para a banda do nordeste, até à tapera que chamam *Inhaum*, outro tanto em quadra".

A doação, feita assim em termos vagos e de terras pouco conhecidas, suscitou dúvidas. Procedeu-se pois às devidas demarcações (cujos trâmites e locais se descrevem minuciosamente). Fez partes das testemunhas in-

---

(149) *Hist. Soc.* 42, f. 32 v; *Anch., Bras.* 8, f. 4 v-5; *Lus.* I, f. 156.

(150) Aqueles papeis acham-se em Anchieta, *Cartas*, 457-465.

(151) Catálogo de 1567, *Bras.* 5 f. 13.

quiridas, Martim Afonso, "índio do hábito de Cristo". Presidiu a tudo Gonçalo de Oliveira, que assina os autos finais em 1574 (152).

Os Reitores do Colégio do Rio de Janeiro gostavam de utilizar os seus préstimos e facilidade para a correspondência. Além da presente carta, existe na Biblioteca Nacional de Lisboa, outra, que escreveu por comissão do P. Braz Lourenço, a 9 de novembro de 1573, carta que por sua vez inclui uma de Inácio Tolosa, Provincial, enviada do Espírito Santo, cinco meses depois do referido naufrágio (153).

Referir-se-á a Gonçalo de Oliveira o Padre Fernão Cardim quando fala de um sacerdote abastado, que havendo pertencido à Companhia de Jesus, nela queria reentrar, e em janeiro de 1584, numa aldeia da Baía, recebeu principescamente, "com todo o bom serviço de porcelanas da Índia e prata", o Visitador Cristóvão de Gouveia e o mesmo Cardim?

Sugere-o primeiro Rodolfo Garcia e aceita-o Alcântara Machado (154). Hoje não resta a menor dúvida, sobretudo depois que uma carta do mesmo Visitador vem contar expressamente como o caso se passou.

Em novembro de 1584, antes do dia 5, chegou à cidade do Salvador o Padre Anchieta vindo de convalescer nas Aldeias da Baía, da grave enfermidade que o teve à morte. Anchieta trouxe consigo o P. Gonçalo de Oliveira para ser readmitido na Companhia. Tinha estado 30 anos nela. Saiu, com licença, para ficar com a sua mãe, viuva. Depois que esta morreu, retirou-se para uma fazenda que herdara, confessou-se sempre com o Padre Anchieta

(152) *Bras.* XI, ff. 416-423.

(153) *Bibl. Nac. de Lisboa*, f. g. 4532, ff. 36 v-38.

(154) Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Rio, 1925, pp. 302 e 337 e nota XL de Rodolfo Garcia; Anchieta, *Cartas*, nota 660 de Alcântara Machado, p. 459.

e fez as boas obras que pôde ao Colégio. Afirmava que ainda havia de morrer na Companhia. Pediu para entrar nela há mais de um ano. O Visitador dilatou-lhe a admissão. O principal obstáculo eram os seus bens (três ou quatro mil cruzados em terras, gados e escravos).

Queria o Visitador que os deixasse aos pobres; êle ao colégio. Afinal depois de se nomear uma comissão para examinar e decidir o assunto, prevaleceu a vontade do P. Gonçalo e fez doação pública de tudo ao colégio de Baía de forma irrevogável. Tencionava o Visitador levá-lo agora consigo para o Rio de Janeiro para fazer lá a costumada provação (155).

O P. Oliveira ainda estava na Companhia em 1590, data das informações já conhecidas. Quando nestas se diz que o induziam os Jesuítas a deixar os bens "*a se ut parentes ou outros pobres*" é claro que não se trata de frase nenhuma latina, mas de uma erronea interpretação. Aquilo é simples português: "*a seus parentes* ou outros pobres". O tom com que estão redigidas tais informações fazia prever nova saída, que de-facto se deu, pouco depois, antes de 21 de setembro de 1591. Marçal Beliarte conta o facto e acrescenta que lhe foram restituídos "todos os seus bens com aumento" (156). Tornou a entrar na Companhia, por último e definitivamente, cumprindo-se assim as suas esperanças, em 1610.

O catálogo de 1613 traz o seguinte: "P. Gonçalo de Oliveira, de Aveiro, diocese de Coimbra, 74 anos, adoentado, admitido neste colégio [de Pernambuco] pela 3.<sup>a</sup> vez, em 1610. Estudou humanidades e casos de consciência, que sempre applicou bem. Confessor. Sabe com perfeição a língua brasílica" (157).

---

(155) Carta inédita de Cristóvão de Gouveia, *Lus.* 68, f. 412.

(156) *Bras.* 15, f. 373-373 v.

(157) *Bras.* 8, f. 103 v-104.

A idade de 74 anos estará aqui favorecida. Seria para legitimar de alguma forma a sua readmissão na Companhia, tão alcançado em dias?

Estas divergências de datas nos catálogos antigos compreendem-se aliás facilmente, numa época em que entravam para a Companhia, no Brasil, pessoas nascidas em Portugal, de pais, que se não preocupariam demasiado com certidões de idade ao aventurar-se por novas terras.

A *Anua de 1620*, que descreve a morte edificante do Padre Gonçalo de Oliveira, ocorrida nêsse ano no colégio de Pernambuco, faz recuar o seu nascimento para 1527, com dar-lhe à data da morte, 93 anos de idade (158).

A preciosa carta, que tinha escrito mais de meio século antes, é como segue:

CARTA DO P. GONÇALO DE OLIVEIRA A S.  
FRANCISCO DE BORJA

† Jesus, Maria. Mui Reverendo em Cristo Padre. *Pax Christi.* — Tudo o que ainda agora dêste Rio de Janeiro se pode escrever a Vossa Paternidade em comparação das muitas e boas novas que doutras partes lhe irão, se pode chamar mais fruta verde e imperfeita, que outra cousa. Mas como é cousa mandada pela obediência, cuido que agora a trará Nosso Senhor a tempo de perfeição, por orações de Vossa Paternidade.

Primeiramente, estamos nesta casa 3 Padres, *scilicet*, o P. Manuel da Nóbrega, Superior, e o P. Luiz e eu, todos ao presente, pola bondade de Deus, de saúde. Ainda que o P. Manuel da Nóbrega, como é já muito velho e quebrado dos muitos trabalhos que nestas terras tem levado, se anda são um mês, logo o paga em doenças que lhe acodem, como pouco tempo há lhe acudiu tão

fortemente que cuidamos que fôsse a derradeira, porque depois duma rija cólica, lhe deram câmaras que o puseram na hora da morte. E porém faltando todos os remédios de física nesta terra, não falta o de Deus, que nos tais tempos acode, olhando a falta que fará sua morte, onde tão poucos há.

Os exercícios, em que se ocupam, são os acostumados da Companhia com o próximo. Prega o Padre, as vezes que a doença lhe dá lugar, ora na sé, ora em nossa igreja, e deste trabalho sempre se segue fruto às almas. É pera a pouca gente que há na terra, acodem arrezoadamente às confissões. Não falo na escravaria, porque essa parece que leva vantagem aos senhores nesta parte e no acudir à doutrina.

Temos uma igreja de São Lourenço, daqui uma légua, na aldeia de Martim Afonso Arariboia de muita gente Temiminó, tôda cristã, na qual ainda que se não reside de contino, por falta de companheiros, é visitada por um dos Padres, língua, a-miúde, que lhes diz missa todos os domingos e santos, onde lhe [s] faz suas doutrinas e práticas de Deus. E o que muito nos consola é vê-los perseverar na vida que tomaram, sem faltar a suas missas e doutrinas, como se nisso se criaram tôda a vida.

Ajuda muito a isto o ser principal, Martim Afonso, muito bom, que no conhecimento de Deus e mais costumes lhe não faz vantagem nenhum branco. A êste conhecem os seus por capitão e têm obediência e respeito como a pai. Poucos dias há que o casaram com uma mamaluca, filha de branco, com muito contentamento de tôda a gente assi portuguesa como temiminó. Ao dia em que o haviam de casar veio êle, com tôda a sua potência, da sua aldeia, mui galante, por mar, em seis canoas grandes e bem esquipadas de gente luzida, com grande festa. E da cidade saiu o capitão com tôda a gente a aguardá-lo ao porto; e daí o trouxe à sé, onde ouviu

missa e recebeu o Santíssimo Sacramento da mão do Vigário, que os recebeu com tôda a solenidade. E depois disso o foi embarcar o capitão, com tôda a cidade, mandando disparar algumas peças de artilharia. Foram alguns portugueses acompanhá-los com suas mulheres até a aldeia, onde tinha grande banquete aparelhado e se deu fim às festas.

Este ano morreram muitos inocentes nesta aldeia e muitos adultos, todos pola bondade do Senhor, baptizados e os que eram já pera isso, confessados, com tão bons sinais de cristãos, que era muito para louvar a Nosso Senhor. E finalmente esta acho que é a melhor parte que nos cabe neste Rio, por ser o fruto mais certo e o trabalho bem empregado.

Ao Padre que os tem a' cárrego têm muita obediencia e amor; não há vez nenhuma que lá vá que não recebam com muita alegria e seus *ereiupe paigoe*? E ouvindo tanger acodem com diligência a ouvir a palavra de Deus, cujo nome seja para sempre louvado.

Confessou-se tôda esta aldeia, passada a Páscoa, com devoção. E assi por duas vezes que o Padre Provincial (159) baptizou e casou a muitos no tempo que aqui esteve, como desta terceira vez em que se baptizaram e casaram os que então se não puderam aparelhar, se enxergou grande fervor neles e vivos desejos de sua salvação, que era cousa de assi o Padre Provincial, como o Padre que os instruía, acharem leve todo o trabalho, que então passaram, que foi mui grande. E neste visitar se passaram muitas lamas e chuvas, por caminhos molhados, descalços e bem mortos de fome, que é cousa mui saborosa nestas partes por amor de Cristo Crucificado.

Poucos dias há que se mandou um Padre, daqui algumas léguas, a uma aldeia de Tamüios, onde foi rece-



bido com grande festa e prazer de toda a gente, assi homens como mulheres, meninos e meninas, que todos o vieram a visitar com suas ofertas e seus *erejupe xeramuim*? E falando-lhes nas cousas de Deus havia muitos que lhe vinham depois a perguntar polo que havia dito e pediam-lhe que lhes ensinasse as cousas verdadeiras, com que folgavam muito. Ensinou a doutrina os dias que lá esteve, a que se ajuntava grande soma de meninos, afora a mais gente. Um menino Tamũio veio a tomar tanto amor ao Padre que se determinou vir com êle; e pera isto pediu ao mesmo Padre que rogasse a seu pai e mãi que o deixasse vir. Anda agora nesta casa aprendendo a doutrina, pera com ele pescarmos outros muitos, que o Senhor tem predestinados pera o céu. Bautizou lá o Padre duas crianças, que estavam para morrer, que daí a poucos dias se foram para o céu.

Quanto ao material desta casa está ainda por acabar todo o começado. Até uma casa, que deixou já principiada o Padre Inácio de Azevedo, pera que por entretanto se recolhessem nela os Padres, está coberta de telhas; e à minguia de carpinteiro e taboado não é acabada. Até agora estamos ainda recolhidos em uma casinha, que será do tamanho de dous cubiculos, e nela cabemos com tudo o que temos, que sempre nos cheira a santa pobreza, por estarmos faltos de tudo, que nem farinha pera hóstias, nem vinho pera missas tínhamos, senão nos socorreu o Padre Provincial, quando ia da Capitania do Espírito Santo, com uma esmola, por entretanto.

Quanto à terra até agora esteve em guerra, mas já agora pola bondade de Deus começam os Tamũios a pedir pazes, e a alguns as tem já dado o Capitão e a outros as dilata, pera maior bem. Alguns saltos fizeram, neste tempo que estavam alevantados, em a gente da nossa parte. E porém eles sempre ficaram com a pior. Agora prazerá

a Nosso Senhor, que ficarão com estas pazes fixos, pera que muitos dêstes se salvem como esperamos.

Uma grande perda recebeu a terra este ano que foi apodrecerem quási todos os mantimentos, por causa das grandes chuvas, enchentes e enxurradas, que houve, que parece que queria ser outro segundo dilúvio, que queria alagar a terra. Esta perda abrangeu a brancos e a indios, que pôs a terra em algum apêrto de fome. E porém como é este Rio fertil não se sentiu tanto quanto se sentiria em outras partes.

Muitas cousas outras houvera que apontar, e porém a pressa deste navio, que acertou de tomar este porto acaso, não dá lugar a mais que, por rematê de tudo, nos encomendarmos em as orações e santa bênção de Vossa Paternidade, cuja vida o Senhor nos conserve pera amparo nosso e aumento de sua santa Companhia. Desta casa de São Sebastião do Rio de Janeiro, a 21 de maio de 1570 anos.

Por comissão do Padre Manuel da Nóbrega. De Vossa Paternidade *filius indignissimus* — Gonçalo de Oliveira.

[*Fora*] Ao mui Reverendo em Cristo Padre, o Padre Francisco de Borja, Nosso Padre Geral da Companhia de Jesu. Em Roma. Do Rio de Janeiro (160).

## A PRIMEIRA BIOGRAFIA INÉDITA DE JOSÉ DE ANCHIETA

### Apóstolo do Brasil

Publicou-se há pouco no Rio, a obra em prosa de Anchieta. Como sabem, o grande missionário reunia às suas preclaras qualidades de apóstolo, a de ser escritor, naturalista e poeta — e é, portanto, precursor da literatura brasileira. Ora neste livro há uma nota de Alcântara Machado sobre Quirício Caixa, que diz: Quirício Caixa “com informações dadas pelo Provincial Pero Rodrigues, chegado ao Brasil em 1593, escreveu uma biografia de Anchieta, que Fernão Cardim levou para Roma em 1598 e *cujo destino se ignora*” (161).

Isto publicou-se no ano passado de 1933.

Por felicidade, as nossas investigações levaram-nos ao conhecimento dessa biografia em três exemplares manuscritos, um em Roma, provavelmente o que levou Fernão Cardim (162), outro na Biblioteca Municipal do Pôrto (163) e um terceiro na Biblioteca da Ajuda, Lisboa (163-a)

---

(161) Anchieta, *Cartas*, p. 346.

(162) *Bras.* 15, ff. 447-453.

(163) Bibl. Públ. do Porto, *Ms.* 554, ff. 61 v-68. A êste já se refere Francisco Rodrigues na sua excelente *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, T. I, vol. I, Pôrto, 1931, pág. 475n.

(163-a) Bibl. da Ajuda, *Jesuitas na Asia*, 49-VI-9, ff. 113 v-122 v. E' um volume que contém várias biografias ilustres. Também a ff. 130-152 está a dos BB. Inácio de Azevedo e Comp. Mártires, ou seja a «Historia dos Padres e Irmãos que morreram hindo pera o Brazil por mãos de Francezes herejes anno 1570. Aos 15 de Julho». E consta de 21 capítulos.

Dado o valor intrínseco dêste precioso documento, resolvemos publicá-lo. Será também a nossa homenagem a Anchieta, neste quarto centenário do seu nascimento. Cremos que não nos fica mal recordar esta data, tão celebrada no Brasil. Anchieta, o estudantinho de Coimbra, ao entrar na Companhia de Jesus na Província de Portugal, integrou-se, por êste simples facto, no movimento civilizador da Nação Portuguesa.

Ao Brasil irmão pertence glorificá-lo; a nós não esquecê-lo.

Utilizamos para esta publicação o manuscrito da Bibliotheca do Pôrto, cotejando-o, nalguma leitura difícil, com o da Ajuda. O *ms.* do Pôrto é uma cópia, como os outros, e encontra-se num tômo in-fólio, sòlidamente encadernado. Na lombada lê-se em caracteres de imprensa: *Cartas | da Companhia | de Jesu.* No rosto vem ao alto, à direita, mas riscado: *Da Casa da Provação.* Ao centro, o título seguinte, manuscrito:

I H S. | *Memorial de | Varias Cartas e cousas de | edificaçam dos da Comp.<sup>a</sup> | pera uso e proveyto spūal dos Noviços uendo o | exemplo dos Antigos | Anno | 1596.*

Êste memorial conta de 172 folhas numeradas, além de outras em branco. São cartas, noticias e biografias escritas por várias mãos e com letra boa. Na folha 61v., está a biografia de Anchieta que ocupa catorze páginas. Transcreveu-a gentilmente, a nosso pedido, o Sr. Júlio de Moraes.

A ortografia dos três textos que conhecemos, varia ao sabor do copista; resolvemos pois uniformizá-la conforme a actual.

O *ms.* do Pôrto escreve Joseph, o da Ajuda, José, que preferimos. Conservamos porém, segundo a praxe, as formas antiquadas: *pera, pola*, etc., quando expressamente

escritas. As abreviaturas *Ds.*, *p.<sup>a</sup>* desenvolvemo-las de acôrdo com a ortografia moderna. Notemos ainda que a qualidade de espanhol do seu autor deixou vestígios na ortografia do *ms.* do Pôrto, se é que se não devem atribuir antes ao copista primitivo.

Tem particular sabor na sua boca aquela frase de que Anchieta aprendeu em Coimbra o “português tam pròpriamente como se mamara essa língua no leite, cousa que raramente se acha nos que tem a língua castelhana por natural”. A observação aplica-se por sua vez — e perfeitamente — a Quirício Caixa.

Quirício Caixa ou Caxa (164) aportou à Baía na 7.<sup>a</sup> expedição de Missionários da Companhia de Jesus, a 1 de Maio de 1563 (165). No Brasil foi prègador de fama, catedrático de teologia e um dos poucos professos de quatro votos dos primeiros tempos. Ocupou o cargo de Vice-Reitor do Colégio da Baía, durante a ida a Roma de Gregório Serrão. Com êle se aconselhava o Visitador, Cristóvão de Gouveia, ainda que por essa época requeria ao seu Superior Geral licença para voltar a Portugal e daí a Andaluzia. Foi-lhe concedida em Roma essa licença com a condição de ser aprovada no Brasil (166). Mas, ou por não ter essa aprovação ou por êle desistir dos seus propósitos, não voltou à Europa. Os últimos anos passou-os achacado e retraído. Deu-lhe para se julgar pouco estimado de Pero Rodrigues, Provincial (167). No

---

(164) Na fórmula da profissão, feita na Baía, no dia 1 de Janeiro de 1574, nas mãos de Inácio Tolosa, assina Caxa. O mesmo vimos noutros autógrafos seus (*Lus.* 1, f. 50; *Congr.* 41, f. 300v.).

(165) Carta de Sebastião de Pina, *Cartas Avulsas* (Rio 1931) pág. 395.

(166) *Epp.* NN. 1, f. 172.

(167) *Bras.* 15, f. 469v., Carta do P. Inácio Tolosa ao P. Geral, da Baía, 17 de Agosto de 1598.

entanto é o próprio Pero Rodrigues que o encarrega de redigir a biografia de Anchieta e por ela talvez permaneça mais indelével o seu nome no mundo.

Quirício Caixa foi exemplar e culto. Era competente sobretudo para a resolução de casos difíceis de contratos e outras questões de consciência, que então havia no Brasil. Quando escreveu esta biographia lia uma lição de teologia moral “mas já lhe disse que a não lesse por sua pouca saude” (168). Faleceu na Baía, a 18 de Fevereiro de 1599 (169).

A “Breve Relação” que nos legou é utilíssima para fixar o processo da santidade de Anchieta. Dirigia-se aos da sua ordem para que com o exemplo do grande morto “procuremos ser fiéis a Deus e verdadeiros filhos da Companhia”.

Com ter este carácter de edificação, traz contudo preciosos elementos informativos e é a base das biografias subseqüentes. Foi escrita logo depois da morte do Apóstolo do Brasil, por quem tinha convivido com êle e com as pessoas que mais intimamente o trataram. Fernão Cardim refere-se à *Breve Relação* nestes termos: “Escrita pelo P. Quirício Caixa conforme as informações muito certas que o P. Pero Roiz sendo Provincial lhe deu por escrito, de padres nossos que com o P. José trataram em diversas casas da costa.

Foi lida nos Colégios de Portugal, em Roma e outra parte com admiração dos Nossos, e causou novos desejos de perfeição ouvirem tão raros exemplos de virtude” (170).

Que resultado novo poderá trazer hoje esta biografia? Um — e de suma importância! — a saber, que nem

(168) *Id. ib.*

(169) *Hist. Soc.* 42, f. 33; *ib.* 43, f. 65.

(170) *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXIX, pág. 183.

tudo o que se escreveu depois procede da idealização inconsciente do povo, apostado em fazer do grande missionário, um santo. Encontram-se já nela as virtudes características de Anchieta, positivamente afirmadas e provadas. Só as profecias se envolvem ainda num discreto *parece*. E o que há de mais extraordinário, como a familiaridade com as onças, "cada hũa assentada a sua ilharga", foi acrescentado, já depois de Caixa concluir a sua relação. O que se lê em seguida ao *Amen*, da pág. 67 do *ms.* talvez seja de mão estranha. Quirício Caixa, tão excelente humanista não repetiria inutilmente o caso da doença de Aires Fernandes, inserta já no texto.

Note-se também a ausência dalguns exageros de Simão de Vasconcelos (171).

E da pseudo-execução de João Bolés, nada!

Em Quirício Caixa e no seu segundo biógrafo, Pero Rodrigues (172) aparece Anchieta em certo sentido mais santo, porque sente-se mais humano. O que não quer dizer que não surja, dentre a parcimónia do historiador, o que na realidade é, homem de virtude, heróica, acima da craveira comum.

---

(171) Simão de Vasconcelos: *Vida do veneravel Padre Joseph de Anchieta da Companhia de Jesu, Tarmaturgo do Nouo Mundo, na Provincia do Brasil*, Lisbôa, 1663.

(172) Pero Rodrigues: *Vida do Padre José de Anchieta*, nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIX (1897) págs. 1-49 e vol. XXIX (1909) págs. 181-287.

BREVE RELAÇÃO DA VIDA E MORTE DO P. JOSÉ DE ANCHIETA, 5.º PROVINCIAL QUE FOI DO BRASIL, RECOLHIDA POR O P. QUIRÍCIO CAIXA, POR ORDEM DO P. PROVINCIAL PERO ROIZ NO ANO DE 98

DO SEU NASCIMENTO E ENTRADA NA COMPANHIA

CAP. 1

Nasceu o P.º José de Anchieta numa Ilha das Canárias. Seu pai era biscaíno, sua mãe procedia dos gentios naturais que nela se acharam quando foi pelos Cristãos conquistada. Aí aprendeu a ler e escrever e alguma cousa de latim; foi enviado a Coimbra, onde com [a] grande habilidade que tinha cedo se mostrou dos melhores da primeira classe, e juntamente aprendeu a falar portuguez (173) tão pròpriamente como se mamara essa língua no leite, cousa que raramente se acha nos que têm a língua castelhana por natural.

Ouviu Dialéctica, e tendo ouvido já um pedaço da philosophia, com pouca difficuldade foi recebido na Companhia pelas muitas esperanças que dava com sua boa índole, muito engenho e felicíssima memória. Entrando, começou logo a ser um vivo exemplo de virtude, em especial de devoção, humildade e obediência. Ajudava cada dia oito, dez e mais missas de geolhos, com muito gôsto e devoção, ainda que com muito custo de sua saúde. Porque da continuação dêste exercício, de ir por essa causa comer tarde e comer pouco, se lhe veio [a] gerar uma dor numa ilharga, que o atormentava muito. Mas êle não deixava de ir por diante com a sua santa occupação, nem lhe applicava outra mèzinha mais que quando estava

---

(173) No *ms.*: «latim, diguo portuguez».



de geolhos lhe dava torcer o corpo, e apertar com a mão, posta no ourelo, o lugar onde lhe doía. Tantas vezes fêz isto e com tanta fôrça, por causa da grande fadiga, que veio a fazer tão grande abalo nas costas, que as tirou de seu lugar, ficando o espinhaço feito um S, com uma ponta para o ombro direito, e a outra para a ilhargá esquerda. Sucedeu-lhe daí grande doença da qual nem as costas tornavam a seu lugar, nem êle nunca pôde cobrar saúde, pôsto que foi curado com mui grande diligência e os médicos fizeram nele quanto sabiam de sua arte.

## DE COMO FOI ENVIADO AO BRASIL

### CAP. 2

Não tendo já os médicos que fazer, tendo novas os Padres da terra do Brasil (174), ser muito sãdia, determinaram com parecer também dos médicos que fôsse enviado a ela, e que poderia ser que com o novo céu, nova terra, novos ares e novos mantimentos houvesse nele e em sua disposição alguma mudança. Parece que por êstes meios quis o Senhor nesta terra transplantar esta generosa planta, onde desse muito mais excelente e copioso fruto do que puderam dar em Portugal, inda que tivera perfeita saúde, e assim para bem de muitos veio em companhia do P.<sup>o</sup> Luiz de Grã no ano 53 onde pola misericórdia do Senhor com a benignidade do clima, favor dos ares mais puros, facilidade dos mantimentos, cobrou perfeita saúde, qual em corpo tão desengonçado se podia esperar, e nêle viveu 44 anos com grandes trabalhos e incomodidades e notável falta das cousas necessárias para vida humana como, em parte, desta Relação se verá.

---

(174) No ms.: «os Padres da Companhia, diguo da terra do Brasil».

Entrando no navio lançou logo mão do fogão e cozinha, a assi da dispensa dos Nossos (175) com que [62] a todos veio servindo, começando Nosso Senhor a lhe dar esperança de melhor disposição, que lhe havia de conceder, pois êle assi o mostrava, que assi se havia de aproveitar dela, e empregá-la (176) em servir a Deus como sempre fêz.

Chegando à Baía, em que esteve pouco tempo (177), foi enviado à capitania de S. Vicente, onde residia a maior parte dos da Companhia que no Brasil estavam. Aí achou o P.<sup>o</sup> Manuel da Nóbrega, o qual conhecendo a muita virtude do Irmão e as muitas partes que nele havia, pera se poder ajudar dêle, lançou dêle mão, e o teve por companheiro quási em todos seus trabalhos e occupaões, em especial depois que chegou a saber a língua do Brasil, que em tudo lhe servia de intérprete.

## DE COMO LEU LATIM

### CAP. 3

Como em S. Vicente estava a maior parte dos nossos que então havia no Brasil e não tivessem nenhum género de estudo por falta de mestres, o P.<sup>o</sup> Nóbrega não nos deixava estar ociosos: antes com muito fervor que êle tinha e grande zêlo da perfeição os trazia abrasados em fervor de devoção, mortificação e tôdas as mais virtudes com vivo exemplo e contínuas práticas espirituais. E assi, enquanto não tiveram estudo, tôda a sua occupação era vacarem a Deus com muita oração e procurarem

---

(175) *Nossos*: termo com que os Padres da Companhia falam entre si, uns dos outros.

(176) No *ms.*: «empregando».

(177) No *ms.*: «nela e».

muito de propósito sua própria perfeição. E com isto Nosso Senhor os quis dispor para que depois as letras fizessem melhor assento.

Chegado pois o Ir. José a S. Vicente logo o P.<sup>o</sup> ordenou lêsse gramática aos Nossos e a muitos moços de fora, filhos de portugueses. O qual êle fêz por alguns anos em Piratininga (178), por haver lá mais comodidade para a sustentação dos Nossos, com muito proveito de todos e não com menos trabalho seu. Porque além do que o ler traz consigo, e sofrer a rudeza ou negligência dos discípulos, teve êle outros particulares, pola muita pobreza que se padecia e faltas de outras achegas necessárias. Não havia artes nem livros por onde os estudantes aprendessem, pelo que lhe era a êle necessário suprir com a sua pena escrevendo-lhes por sua mão o necessário para suprir a falta dos livros. E como todo o dia tinha bem ocupado, era forçado cortar pelo sôno. E assim ordinariamente não dormia senão 3 ou 4 horas e às vezes menos, e algumas noites, e não poucas, lhe aconteceu passá-las em claro escrevendo até pola manhã.

Também a casa de sua habitação, onde liam, era tal e tão pequena que o fumo de tal maneira tomava posse dela que lhes era necessário, e menos trabalho, saírem à rua e sofrer os grandes frios e geadas que a êle. Junta-se a isto que como não tinham outra cama senão redes, nem outros cobertores mais que o fôgo debaixo delas ao modo dos Índios, e os frios dali são muito grandes, era-lhes necessário, acabada a lição da tarde, irem mestre e discípulos buscar a lenha e trazê-la às costas, e depois bôa parte do sôno gastavam em atizar o fôgo para poderem dormir alguma coisa (179). Por tudo isto passava

---

(178) A actual cidade de S. Paulo.

(179) Cfr. *Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554*, do próprio Anchieta. Anchieta, *Cartas*, Rio, 1933, pág. 43.

o Irmão com muita igualdade de ânimo e alegria de coração por ver que com êstes seus trabalhos se iam preparando obreiros que trabalhassem nesta grande vinha do Senhor, da conversão dos naturais da terra.

## DE COMO APRENDEU A LÍNGUA DO BRASIL

### CAP. 4

No meio destas occupações e outras muitas com que o P.<sup>o</sup> Nóbrega se aproveitava de sua indústria, diligência e conselho, aprendeu a língua da terra, pondo de sua parte, além da muita facilidade que Deus para isso lhe tinha dado, muita diligência e aplicação, com o grande desejo que [62v.] tinha de ajudar as almas dos naturais que por falta de obreiros padeciam muitas necessidades espirituais. E tanto de raiz aprendeu que não somente chegou a entendê-la e falá-la com tôda a perfeição, e compor nela e trasladar as coisas necessárias para a doutrina e catecismos: mas veio a reduzi-la a certas regras e preceitos e compor arte dela, com que os Nossos que aprendem a língua muito se ajudam (180).

Foi coisa maravilhosa o fruto grande que com esta sua língua fêz em proveito das almas, porque além do exemplo que deu aos mais e fervor que causou neles para aprenderem com diligência, além da muita doutrina e práticas espirituais, assí públicas como particulares; além das

---

(180) *Arte de grammatica da lingoa mais usada na Costa do Brazil*. Feyta pelo padre Joseph de Anchie'a da Companhia de Iesu. Com licença do Ordinário do Preposito Geral da Companhia de Iesu. Em Coimbra per Antonio de Mariz. 1595. In. 8.<sup>o</sup> com 2 fls. preliminares de frontispício e licenças não numeradas, e 58 folhas numeradas. O exemplar, que se acha em *Opp. NN.* 21, traz no fim um breve aditamento manuscrito pelo próprio Anchieta.

muitas confissões que fêz, sendo intérprete; além dos muitos que aparelhou para o baptismo e para bem morrer, que por seu meio, quanto se pode crer, estão na glória, ajudou a compor a *Doutrina*, ou foi o principal autor dos *Diálogos das coisas da fé* (181), *Confessionário* (182), *Instrução para os que hão-de ser baptizados, e para ajudar os que estão para morrer* (183), de que os Nossos, que não são tam boas línguas, em extremo se têm ajudado e ajudam.

E, porque lhe não ficasse coisa, com que pudesse aproveitar, compôs também *Cantigas* devotas na língua, pera que os moços cantassem, porque para tudo tinha habilidade (184). Uma vez a este propósito, desejando o P.<sup>e</sup> Nóbrega impedir alguns abusos que se faziam em autos nas igrejas, lhe mandou que para a noite do Natal fizesse um modo de representação devota, em português e na

---

(181) *Doutrina do V. Padre Joseph de Anchieta*. Escrita de sua mesma letra. *Opp. NN. 23*. Este opúsculo autógrafa está no começo de outro maior, que contém várias poesias de Anchieta, copiadas, «puesto que no todas *ad litteram*», pelo P. João António Andreoni.

(182) *Devocionario Brasilico*, id., *ib. 22*. E' todo em língua brasílica, excepto os títulos das matérias e dos capítulos que são em português. Apógrafa.

(183) Na Biblioteca de Évora, Cód. CXVI-1-33, existem a fls. 177 e seg. umas instruções sobre o baptismo dos Índios do Brasil e outras *para aparelhar a bem morrer*. Procederão de Anchieta?

(184) *Opp. NN. 24*. E' uma coleção de poesias em português, espanhol, latim e língua brasílica. Algumas au ógrafas, outras não. E' possível que nem tôdas sejam de Anchieta. Além destas *Cantigas*, compôs o belo poema, em latim, *De Beata Virgine Matre Maria*, já publicado por Simão de Vasconcelos, no fim da sua *Crónica* (1663); e o poema *De gestis Mendi de Saa, praesidis in Brasilia*, cujo original se encontra na família Zuazola, de Algorta, na Biscaia — Cf. F. Ogara, *L'Apostolo del Brasile Ven. P. Giuseppe Anchieta S. I.*, em *La Civiltà Cattolica*, anno 85.<sup>o</sup> (17 Feb. 1934) vol. I, pág. 352n.

língua [dos índios], com que todos se aproveitassem em devoção e alegria espiritual. Esta se fez em muitas partes da costa, com muito fruto dos ouvintes que com esta ocasião se confessavam e comungavam. E para N. S. mostrar que esta obra lhe era aceita succedeu o seguinte. Havia-se de representar em S. Vicente, tendo-se já representado em Piratininga, e como, com o português, tinha muitas coisas na língua, ajuntou-se tôda a capitania, véspera da Circuncisão. E estando tôda a gente junta sobreveio uma grande tempestade, e sôbre o teatro se pôs uma nuvem negra e temerosa, que começou [a] lançar de si algumas gotas de água grossas. Com isto se começou a gente a inquietar e a levantar. Acudiu o irmão José dizendo que se aquietassem que não era nada. Fêz-se a obra, que durou três horas, com muita quietação, devoção e lágrimas, e, depois da gente recolhida em suas casas, descarregou a nuvem com tão grande tormenta de vento e água que a todos fêz espantar e louvar ao Senhor.

Este zêlo, de por via da língua aproveitar aos Índios, não se diminuiu nele com a velhice e pesadas enfermidades que com ela lhe sobrevieram. Porque tendo trazidos ao mar por via dos Nossos uns Índios chamados Marumimis, que é uma nação mui estendida pelo sertão, já que por outro modo não tinha forças para os ajudar, determinou-se de reduzir a certas regras sua língua, e fazer dela arte para com ela os Nossos com mais facilidade poderem aprender sua língua. Ajudou-se para isso alguns assim Nossos como Índios que sabiam sua língua e da costa. E saiu com seu intento e abriu caminho para ajudar uma nação tão grande e que tem algumas cousas que facilitam sua conversão: scilicet, não comer carne humana, não ter mais que uma mulher no comum e serem muito amigos dos Portugueses e muito mais dos Padres que tem cuidado dêles.

## DE COMO ESTEVE CATIVO ENTRE OS TAMÓIOS

## CAP. 5

Padecia a capitania de S. Vicente grandíssima opressão dos continuos saltos que os Tamóios nela faziam levando-lhe seus escravos e algumas vezes as próprias mulheres, que estavam em suas fazendas, entre as quais houve algumas das doutrinadas pelos Nossos, que fizeram finezas, ainda que eram mestiças, deixando-se matar por não perderem a castidade. Sabia [63] bem o Padre Nóbrega que a justiça estava da parte dos Tamóios pelos muitos agravos que tinham recebido dos Portugueses sem nenhuma satisfação, e posto que com muitas missas, orações, disciplinas e outras asperezas, procurava aplacar a justa ira de Deus contra seu povo: vendo que isto não bastava, determinou de procurar se fizessem pazes com êles com condições honestas e justas, porque concluindo-se, ficava a Capitania livre, engeitando-as êles ou quebrando-as, a justiça da guerra se passava aos Portugueses.

Tratou isto com os da terra e ofereceu-se a ir êle em pessoa aos Tamóios para as negociar, dali 26 léguas por mar. Partiu com o Ir. José, seu fidelíssimo companheiro. Ambos padeceram muito e passaram por muitos tragos da morte polas muitas vezes que Índios do Rio de Janeiro vieram para os matar. E uma que com êles vinha a êsse efeito um crudelíssimo francês e inimicíssimo dos Padres e Portugueses foi necessário para escaparem, o Ir. José passar às costas o Padre Nóbrega, que com as poucas fôrças deu com êle na água, e assi molhados se esconderam no mato, até que passou aquele perigo. Mas porque disto se trata na vida do Padre Nóbrega sòmente direi aqui o que pertence ao Ir. José.

Depois de estarem como dois meses entre os Tamóios foi necessário o Padre Nóbrega tornar-se para S. Vi-

cente e deixar o Ir. por arrefêns das pazes. O qual em 3 meses que com êles esteve só, aproveitou muito àquela gente, com doutrinas e práticas das coisas de sua salvação e com o vivo exemplo da vida, e muitos se puderam baptisar se estiveram em parte mais segura de não tornar atrás. Pasmavam os carnais Tamóios de vêr um mancebo rodeado todo de um fogo babilónico e estar nele sem se lhe chamuscar um cabelo. Para se livrar dêstes ardentíssimos perigos e propinquíssimas ocasiões usava de muita oração e comunicação com Deus. Encomendava-se fortíssimamente a N. Senhora de quem era e foi devotíssimo, em especial de sua puríssima Conceição. Usava da disciplina, que sempre teve em costumê por presentíssimo remédio para tôda a doença em especial para esta; e quando o Padre Nóbrega o deixou, bem sabia quem deixava, de quem não menos confiava nesse particular que de si mesmo. Muitas vezes vieram os Tamóios de outras partes para o matar, mas sempre Deus o livrou por meio de seu hóspede, a quem ficou entregue, que era um Índio mui principal e respeitado dos outros (185).

## DO FRUTO QUE N. S. TIROU DO SEU CATIVEIRO

### CAP. 6

Maravilhoso é Deus em suas obras! Por êstes meios tão estranhos veio êle rodeando a execução de sua divina predestinação de três almas que para si tinha escolhidas.

A primeira foi dum menino que, por não ser legítimo, uma velha sua avó o enterrou vivo, como o têm por costume fazerem [a]os tais. Ouviu o Ir. acaso falar

---

(185) Por nome *Caoquira*. Também teve por amigo e defensores a *Cunhambebe* e *Pindobuçú* (Palma Grande). Cf. Vasconcelos, *Crônicas*, III, 8, 15; *Vida de Anchieta*, pág. 79-83.



nisso a umas mulheres e perguntando onde o tinham enterrado, o desenterrou, e tendo passado mais de meia hora o achou vivo e o baptizou, e com muitos rogos alcançou de algumas Índias lhe dessem de mamar, porque todos tinham nôjo dêle. Viveu com isso algumas semanas, e foi-se para quem para tanto bem o tinha escolhido.

A 2.<sup>a</sup> foi de uma menina a qual baptizou por estar *in extremis*.

A 3.<sup>a</sup> foi de um Índio o qual seus contrários queriam matar em terreiro com suas festas acostumadas. Era isto noutra aldeia duas ou três léguas da em que êle estava. Teve novas destas cruéis e bárbaras festas, e começou a entrar em consideração se estava obrigado [63 v.] a acudir àquela alma, que parece estava em extrema necessidade espiritual. Por outra parte punha-se-lhe o evidente perigo da vida a que se punha, diante dos olhos por haver de ir só e sem companhia de quem o defendesse, por seu hóspede estar ausente, como a incerteza de conseguir o intento que pretendia; todavia vencendo o amor do próximo ao próprio e natural, posposto todo o temor, *non faciens animam suam pretiosiore[m] quam se*, se resolveu esperando somente na Providência divina, de acudir àquela alma rompendo por tudo. Favoreceu Deus tão santa determinação. Chegou à aldeia sem perigo; deram-lhe lugar os Tamóios com tôda a sua fereza para falar com êle. Deu-lhe notícia das coisas necessárias para sua salvação conforme a estreiteza do tempo; obrou Deus interiormente e desejou ser cristão. Baptizou-o logo e feito filho de Deus foi morto pelos filhos de Satanaz e sua alma foi recebida do que *ex utero matris eius* o tinha segregado para tão ditosa ventura e sorte. O Irmão se tornou para sua aldeia sem perigo e com abundantíssima consolação em sua alma por ter ganhado para Deus, com tanto custo seu, aquela alma, que fôra comprada com o sangue de seu Unigénito Filho.

Com êstes bons successos se lhe fazia mais tolerável o seu cativeiro, o qual como disse, durou quâsi 3 menses. Ao cabo dos quais concluidas e confirmadas as pazes, entrando já seguramente os Tamóios, e como amigos, na capitania de S. Vicente, se determinaram os que para lá iam de o levar comsigo como levaram numa canoa de casca (186). No cabo da jornada lhes deu tal tormenta, que nunca o Irmão até então como êle dizia, viu tão perto a morte; mas pela misericórdia do Senhor depois de 7 dias, porque eram vinte e seis léguas de caminho, chegaram a S. Vicente. A vista do Irmão, encheu de alegria não somente ao Padre Nóbrega e aos Nossos, mas a tôda a Capitania, porque de todos era mui amado e com aquella obra os tinha a todos mui obrigados, e por seu respeito trataram muito bem e fizeram muito agasalhado aos Índios que o levaram.

## DE COMO CONTINUOU NA CONVERSÃO DOS ÍNDIOS

### CAP. 7

Tirado o Ir. José do cativeiro tornou a continuar na conversão dos gentios e doutrina dos já convertidos. Era muito amado dos Índios pela muita brandura com que procurava o bem de suas almas. Era muita a sua caridade para com êles, ou curando-os em suas enfermidades ainda que fôsem muito nojentas e asquerosas. Uma

---

(186) Las pazes no quedaron tan fixas como se deseava y assi el P. Joseph tuvo recado del P. Nobrega que se viniese secretamente y un indio amigo suo lo truxo secretamente en una canoa a S. Vicente. — *Historia de la fundacion del Collegio del Rio de Henero y sus residencias*, Bras. 12, f. 50. Êste documento é de 1574. Foi publicado nos *Annaes da Bibl. Nac.* do Rio de Janeiro, vol. XIX. Mas aí (pág. 126) vem suprimida a negação, ficando a frase às avessas.

vez tomou um índio pagão para o curar duma lepra, e fazendo-o cristão, o sarou da lepra da alma e do corpo; não se negava para lhes acudir, nem de dia nem de noite, nem arreceava caminhos por ásperos e compridos que fôsem, nem chuvas nem calmas, nem fomes, nem outros perigos que cada passo se ofereciam. Seu caminho era a pé e descalço por praias, montes e vales, o qual modo nem sendo provincial mudou, visitando as aldeias dos Índios. A cada passo achava encontros de almas, que parece não esperavam mais que por êle, ou para o baptismo ou para a confissão, e daí a pouco se iam para Deus. Muitas vezes ia com um Padre por uma praia, e quási movido por outrem se desviava do caminho para o mato e dava com um índio doente em alguma choupana e sabida sua necessidade vinha com muita alegria a chamar o Padre para [o] baptizar ou confessar: em que muitas vezes se viu claro a Providência de Deus para com todos, em especial de seus escolhidos, acudindo-lhes em tais tempos com remédios tão pouco esperados.

Uma vez, cansado o Padre e êle das muitas confissões que tinham feito, sendo êle intérprete, se foram à praia que estava perto a tomar um pouco de alento e descanso. Acharam nela um Índio ao parecer de cento e trinta anos, falou-lhe o Irmão das cousas de Deus das quais nenhum [64] conhecimento tinha. Recebeu muita consolação e mandou chamar seus filhos e netos, que tinha muitos, que ouvissem também aquelas cousas e ajudassem [a] aprendê-las. Não dormia de noite o bom velho com o gôsto e cuidado que tinha, ouvindo, e mostrava grande sentimento de seus antepassados carecerem de tanto bem. Finalmente depois de bem instruído por alguns dias foi baptizado na igreja, da qual se não queria ir para casa, senão logo daí para o Céu. Mas pouco tempo lhe dilatou N. S. êstes desejos levando-o para si como êle desejava.

Tratando uma vez na salvação dos negros, disse que folgaria de morrer atolado num lameiro por acudir a sua salvação.

Nisto mesmo continuou e com mais fervor e zêlo depois de sacerdote que foi no ano de 65 quando já por si só podia dar remédio. O' quantas vezes o vimos assentado sobre um tição pegado com a rêde do índio doente, e às vezes de doenças que podiam causar horror, consolando-o e esforçando-o com não menos affecto e brandura, do que uma mãe pode ter em tal tempo com um filho que muito ama! E parece verdadeiramente que assim como seu gôsto em vida foi tratar com os Índios e empregar-se todo em seu remédio, assim Deus lhe quis dar por última consolação que morresse entre êles, como adiante se dirá.

Como dito temos não somente procurava a salvação dos Índios, mas, como bom filho e bom discípulo do Padre Nóbrega, por todos os modos defendia sua liberdade. E em prègações e práticas, reprendia e estranhava os maus tratamentos que os Portugueses lhe faziam. Querendo uns homens em S. Vicente fazer uma entrada aos Carijós, fizeram dois navios prestes. Acudiu o Padre José e publicamente repreendeu aquela ida pelas muitas injustiças que contra os pobres Índios se haviam de cometer; mas êles foram por diante com sua determinação. O capitão dum dos navios sonhou uma noite pelo mar que caía por um rochedo abaixo, e que o Padre José lhe pegara pelo cabeção e o livrara, repreendendo-o do caminho que levava. Acordando pela manhã, mandou virar a prôa e tornou-se para sua casa. O outro quis continuar sua viagem, mas êle e tôda a gente se perdeu.

DE COMO FOI AO SERTÃO EM BUSCA DE UNS  
HOMENS ALEVANTADOS

## CAP. 8

Como a caridade do Padre José era universal, não se contentava com acudir aos Índios mas a tóda a necessidade de seus próximos se estendia assim espiritual como corporal. Havia na capitania de S. Vicente uns mestiços, ou mamalucos, que com mêdo do castigo por algumas graves culpas, que tinham cometidas se recolheram ao sertão com mulheres e filhos e mais família. Eram êles valentíssimos homens, grandíssimos línguas e de consciências mui rotas e estragadas: pelo que se temia que apelidando-se o gentio viessem a destruir a S. Vicente e as mais povoações de Portugueses. Vendo isto o Padre José, e que não havia forças humanas para estorvar êstes males, doendo-se juntamente da perdição de suas almas, se ofereceu a os ir buscar e trazer levando para isto perdões gerais do passado.

Foi com êle o Padre Vicente Roiz e outros não sei quantos homens. E como Deus com sua infinita sabedoria sabia o que no caminho lhes havia de acontecer, proveu logo de remédio movendo um índio que se fôsse com êles tendo-lhe nascido naquele dia um filho, que é tempo em que êles por nenhum modo saem de suas casas, e nisso [têm] muito agouro. Mas por isso tudo rompeu movido pelo que só podia mover-lhe a vontade, como Senhor absoluto dela. Tendo pois andado oito jornadas, indo por um rio abaixo numa canoa de casca, chegando perto de uma cachoeira ou salto grande [64v], que fazia a água, com a fôrça da corrente caiu por ela e nunca mais apareceu nem cousa que fôsse nela. Iam a êste tempo os Padres rezando as horas da Conceição de Nossa Senhora, mas para maior glória sua foi servida, dar-

lhes este maior trabalho. Todos foram ao fundo, que seria de altura de quatro ou cinco braças, mas todos saíram a nado, só o Padre José não aparecia. Andou este índio de que acima falei muito tempo debaixo da água em sua busca, e não o achando se veio para cima a tomar fôlego e a descansar. Mas não lhe sofrendo o coração que o Padre ficasse ali sem saber que era feito dêle, tornou com grande esfôrço a mergulhar e teve o Senhor por bem que depois de bom espaço deu com êle no fundo, pegou-lhe do fato e trouxe-o para cima vivo e são. A alegria que Deus a todos deu com este bom successo foi bastante para temperar a tristeza passada. O Padre enquanto esteve no fundo não perdeu o sentido, antes se guardou de beber água, e sempre chamou por S. Maria, Jesus. Estava tanto em seu acôrdo que não aferrou com o índio, porque não succedesse afogarem-se ambos, como às vezes acontece; mas deixou-se levar por donde dêle aferrara.

Não se acabaram aqui os trabalhos daquele dia porque era já noite e chovia e achavam-se nos matos mui espessos, sem fato para mudar, nem mantimento para comer, nem fogo para se remediar, nem uma choupana para se meter, nem caminho que pudessem seguir; mas como Deus, ainda que prova seus servos todavia não nos desampara nas tribulações, assim, às apalpadelas, foram dar nas casas daqueles homens que iam buscar, os quais vendo os Nossos daquela feição, de tal maneira lhes moveu o coração que se lançaram aos pés do Padre dizendo: ainda meus pecados abrangerão a V. R. E., provendo-os de todo o necessário, os agasalharam com muita benignidade e caridade, e logo se resolveram de se vir com êle, como de feito vieram, posto que um dêles no caminho se começou a arrepender. Mas a muita brandura do Padre e grande paciência, ajudando o Irmão, foi bastante pera com êles chegar a salvamento a S. Vicente. Por estas

cousas e outras era o Padre sumamente amado, como verdadeiro pai de todos, e por tal era tido e reverenciado assim de Índios como de Portuguezes.

## DE COMO FOI FEITO PROVINCIAL

### CAP. 9

Estando N. Padre Everardo Mercuriano, de boa memória, inteiramente informado e satisfeito das muitas partes que concorriam no Padre José pera se lhe poder entregar seguramente o cargo desta Provincia, nomeou-[o] por provincial nela, mandando-lhe sua patente ao Padre Inácio Tolosa, que acabara de o ser, que lha entregasse, o que foi feito no ano de 78 (187). E foi o 5.º provincial do Brasil, contando por 3.º o Padre Inácio de Azevedo, que vinha por provincial, quando o Senhor lhe fez mercê que derramasse seu sangue por sua fé juntamente com seus companheiros.

Andava a êste tempo o Padre José dando remédio a muitos Índios que então nele havia, que parece Deus o quis tirar como outro David do meio de suas ovelhas para lhe dar cargo doutras mais racionais e de quem êle mais se servia. Estava êle assentado sôbre um tição confessando uma índia doente. Quis o senhor da pousada dar-lhe outra cousa em que se assentasse, que não quis aceitar, dizendo que antes que acabasse aquela con-

---

(187) Depois de 8 de Abril de 1577 e antes de 7 de Junho de 1578. No dia 8 de Abril de 1577 fez a sua profissão solene, em S. Vicente, nas mãos do P.º Inácio Tolosa. Cf. fórmula autógrafa em *Lus.* 1, f. 57. Só depois da profissão é que poderia ser Provincial; mas já o era em 7 de Junho de 1578. Escrevendo nesta data, a Gaspar Schet, de Antuérpia diz: «Resido agora nesta cidade da Baía porque me deitaram às costas o cargo de Provincial». Cf. *Anchieta, Cartas*, pág. 265.

fissão lhe haviam de trazer outro assento de menos gôsto seu. E assim foi, porque antes de acabar chegou o barco em que o chamavam pera lhe entregar o cargo.

Pôsto no cargo, que aceitou com muito sentimento e angústia do seu coração, não mudou nada de seu andar comum e acostumado, nem para com os Índios, aos quais sempre acudia a pé e descalço, todas as vezes que podia furtar o corpo às obrigações de seu ofício, nem no tratamento de sua pessoa que sempre foi [65] abatido e baixo e pouco oneroso a seus Irmãos, como se dirá em seu lugar. Em tôdas as viagens que fêz por mar, quási tôda a noite vigiava, não por mêdo que tivesse, que assaz era animoso e intrépido, senão porque os mais dormissem descansados. E quási todo êste tempo gastava em contínua oração. Uma vez, tendo já pôsto o amito na cabeça, e começando a tomar a alva, veio-lhe dizer o porteiro que um homem lhe queria falar. Tornou a tirar o amito, dizendo: melhor é a misericórdia que o sacrificio. E depois veio a dizer a missa. O que aqui se podia dizer da mansidão, humildade, caridade com que governou, tocar-se-á no seu próprio lugar, pois estas virtudes e as mais não foram nele novas no tempo de seu govêrno, senão acostumadas em todo o tempo de sua vida. Teve o cargo perto de 7 anos.

## DAS LETRAS E PÚLPITO QUE O P.<sup>o</sup> JOSÉ TEVE

### CAP. 10

O Padre José não teve mais estudo, do que teve antes de entrar na Companhia. Mas contudo teve sufficiente doutrina, não sòmente para entender, mas também para resolver qualquer questão das ordinárias da Teologia, assim especulativa como moral, e para poder prè-



gar, sem perigo de dizer alguma dissonância. Pera o qual além de ter maravilhoso natural se ajudou muito da comunicação do Padre Nóbrega e do Padre Luíz da Grã. Também o ajudou muito a diligência e estudo que pôs para fazer o *Diálogo da Fé*, no qual se tratavam as principais matérias da Teologia, e se resolviam suas ordinárias dificuldades com tanta exacção, como se se fizera para os Japões. Recopilou também com muita facilidade Soto, *De Just. et Ver.* e os dous tomos *De sacramentis* do mesmo, apontando em seus lugares os doutores e opiniões que se encontravam com êle.

Da Escritura Sagrada teve muita notícia, e a trazia freqüentemente em suas prègações e mui a propósito por ter felicíssima memória. Aconteceu-lhe que desejando reduzir a um que se tinha saído da Companhia, por ter muito boas partes para ela, escreveu-lhe uma carta tôda de autoridades da Escritura sem misturar palavra sua, mas tão travadas e encadeadas e tão a propósito umas doutras, e tão acomodadas ao que pretendia, que não parecia senão carta feita dos próprios conceitos (188). Esta mesma notícia da Escritura e uso dela se vê bem na vida que fêz de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> em versos elegiacos.

A sua prègação mais cheirava à muita oração, contemplação e mui íntima comunicação com Deus, que a muito estudo por livros; mas como tinha o entendimento fecundo e o engenho delicado, tinha muita cópia de conceitos subidos e delicados, e com isto alcançava duas cousas: uma, que era a que êle pretendia, acender o auditório e movê-lo à devoção, compunção de seus pecados e lágrimas, aborrecimentos de vícios, e amor de virtudes, à freqüência dos sacramentos, confissão e comunhão, e

---

(188) Não será a carta «a um sacerdote recém-ordenado, tôda de palavras da Sagrada Escritura»? — Anchieta, *Cartas*, pág. 261.

exercício de tôda a obra de virtude; outra, que êle não buscava, admiração e aplauso popular, *quare nunquam sic locutus est homo*, cousas que raramente combinam e se acham juntas. Mas desta não fazia êle mais caso do [que] quanto ajudava ao crédito e autoridade com que o que êle dissesse fôsse melhor recebido e com mais proveito das almas.

## DA MORTE DO P.º JOSÉ

### CAP. 11

Teve sempre o Padre José no Brasil doenças, causadas como de raiz da que teve em Portugal e do desencadernamento das costas, e ajudadas nesta terra com os muitos trabalhos, frios, fomes, cansaços e outras mil incomodidades corporais. Mas, com o grande vigor do ânimo e fôrça do espírito e idade, a tôdas contrastava e de nenhuma se deixava acanhar nem sopear, até que ajuntando-se com elas a velhice e muita idade o derrubaram e venceram.

Estava [65v] na Capitania do Espírito Santo, e achando-se já muito fraco, desejou que o levassem a alguma aldeia de seus queridos e amados Índios. Parece queria entregar a Deus o espírito, entre aqueles entre os quais havia ganhado, com muitos trabalhos, grande parte da perfeição dêle. Esteve aí alguns dias fazendo a doença alguns termos diferentes, até que, sendo o Senhor servido de lhe dar o ditoso prémio de seus trabalhos, que, por seu amor e das almas que êle criou e com seu sangue remiu, tinha em 44 anos padecido no Brasil, apertou-o tanto a doença que o acabou, recebidos

os sacramentos com muita devoção, a 9 de junho de 1597 (189).

Acharam-se à sua morte cinco Padres dos que residiam nas aldeias, que logo entenderam em o levar à vila, temendo-se de alguma notável corrupção, porque por alguns sinais que em sua doença viram, se tinham persuadido que tinha gastados os intestinos e membros interiores. Em sabendo os Índios das aldeias de sua morte fizeram um grande pranto como soem fazer na morte de seus mui grandes principais. Porque bem entendiam que haviam perdido um pai que muito os amava e trabalhava muito por êles. Já na vila se sabia sua morte e querendo o Senhor honrar seu servo com um nobre e solene enterramento, causou um notabilíssimo abalo e movimento em tôda a gente da Capitania.

Acudiram ao porto onde haviam de desembarcar com êle da passagem dum rio, o Administrador (190) com todos seus clérigos, os religiosos de S. Francisco que ali têm casa, o provedor e irmãos da Santa Misericórdia, com sua bandeira e tumba ricamente ornada, tôdas as confrarias com sua cêra e todos os mais da vila, altos e baixos, grandes e pequenos, homens e mulheres, escravos e forros. E com esta pompa e honrado enterramento, que era tudo o que podia dar a terra, o trouxeram o provedor e irmãos mais nobres da Misericórdia em sua tumba até à porta da Igreja, onde os nossos Padres o tomaram e o levaram ao lugar da sepultura. O Administrador com seus clérigos e os religiosos lhe fizeram o ofício com tôda a solenidade e música, e ao outro dia lhe disseram a missa, e prègou o Administrador, dizendo dêle muitas coisas

---

(189) Em Reritiba, hoje Anchieta.

(190) Bartolomeu Simões Pereira. A êle tinha dirigido Anchieta algumas poesias em português, entre as quais a que começa: *Onde vais tam apressado | periquito tangedor.* — *Opp. NN.* 24, fl. 176 v.

de muito louvor, chamando-o Apóstolo do Brasil (191), e dizendo que bom pai e protector haviam perdido assim todos os Índios como Portugueses. Houve grandíssimo movimento de lágrimas em todos geralmente, assi no acompanhamento da praia como no ofício e prêgação, porque de todos era geralmente amado e reverenciado, e muitos pola opinião grande que tinham de sua santidade, em vez de o encomendarem a Deus, se encomendavam a êle, que os favorecesse com Deus, tendo por certo que estava diante dêle, gozando de sua glória. Morreu de idade de 64 anos dos quais serviu a Deus 47, e os 44 no Brasil.

DE ALGUMAS VIRTUDES QUE MAIS SE  
ENXERGARAM NO P.º JOSÉ

CAP. 12

Se é verdade que tôdas as virtudes andam juntas como boas irmãs, certo é que o Padre José as teve tôdas, e em muita perfeição, como no decurso desta Relação em parte se tem mostrado. Mas contudo algumas foram nele mais illustres e assinaladas, das quais tocaremos alguma coisa, com tôda a brevidade.

ORAÇÃO. — Dizendo primeiro da tonte, donde elas tôdas se regam, crescem e têm sempre notável frescura, que é a oração e comunicação com Deus, da qual o Padre José teve sempre muito uso, não só da ordinária da Companhia, mas daquela que N. Padre Inácio desejava fôsse mui familiar aos Nossos, que consiste na continua presença de Deus em todos os officios e exercícios, contínua actuação de bons desejos e propósitos de crescer

sempre na perfeição. E verdadeiramente que fôra impossível levar o Padre por tantos anos o pêso de tão contínuos trabalhos e incomodidades se, como outro S. Paulo, lhe [não] comunicara Deus neste modo de raptó, algumas migalhas do [66] prêmio que por isso lhe estava guardado.

Gastava muita parte da noite em tratar com Deus, não lhe sendo o sono impedimento pelo muito uso que tinha de vigiar a maior parte dela. Ela era sua companheira nos caminhos, sua consolação nos trabalhos, seu estímulo e alento para acudir tanto á sua custa, de noite, de dia, por chuvas e calmas, com fome, frio, riscos e perigos da vida, às necessidades espirituais e corporais de seus próximos. Finalmente daí tirava muita facilidade e suavidade no exercício de tôda a virtude.

DEVOÇÃO. — Era mui devoto de Nossa Senhora, em especial de sua Puríssima Conceição; compôs sua vida em versos elegíacos, onde bem se enxergam os seus affectos abrasados e ferventíssimo amor para com ela (192). Foi também devoto doutros santos Mártires e Virgens e a todos compunha hinos mui suaves e devotos. Sempre disse missa enquanto o vigor do espírito podia mover o corpo, ainda em suas passadas e contínuas doenças, e quando não podia comungava, porque era devotíssimo do Santíssimo Sacramento, o que lhe fazia ser mui sinalado no sermão do Mandato.

CARIDADE. — Da sua caridade e amor de Deus e do próximo muito se tem visto no passado. Era tam maviOSO que muitas vezes lhe acontecia levantar-se de noite a atçar o fôgo e botar brasas debaixo das redes dos Índios com quem caminhava, estando êes dormindo. Daí também lhe procedia trabalhar muito, ainda que fos-

---

(192) Cfr. supra, pág. 157, nota 184.

se com padecer mais, por não dar moléstia nem trabalho aos Irmãos, que polos não acordar de noite se compunha com suas necessidades e as passava em gemer. Muitas vezes deixava de dormir de noite por vigiar e acudir às necessidades dos Irmãos que estavam enfermos. Estando muito doente desta derradeira doença se alevantou uma noite e se foi à cosinha a fazer uma purga para outro doente, onde lhe deu um acidente, com que caíu em terra da muita fraqueza, que lhe causou agravar-se-lhe muito a enfermidade.

MANSIDÃO. — Desta mesma raíz procedia nunca o verem agastado contra ninguém nem de fora nem de casa. Tudo acabava com brandura. Era mui compassivo para os atribulados e tentados e tinha excelente maneira para os consolar e aplacar. Nunca soube querer mal a ninguém, e dizendo-lhe uma vez que parecia ter ódio a certa pessoa, respondeu que nunca em sua vida soubera que cousa era querer mal a ninguém.

CONFIANÇA EM DEUS. — Tinha grande fé e confiança em Deus, gerada e confirmada muitas vezes que N. Senhor, por meios não esperados, o livrou de perigos evidentíssimos e lhe acudiu a suas necessidades, quando todo o remédio humano faltava, e lhe dava saída e bom remate em negócios importantes que parecem estavam desesperados; e assim nos perigos por grandes que fôsem, nunca se desinquietava, mas sempre se conservava em grande paz e serenidade do ânimo; o qual, além do dito, lhe nascia também de ter boa consciência satisfeita e contente que o não mordía (193) nem molestava, ainda no tempo da morte presente, quando se mostra mui delicada e que nada dissimula.

---

(193) No *ms.* do Porto: dormia.

**OBEDIÊNCIA.** — Na obediência foi sempre um espelho de todos, porque era nela mui pontual, não somente nas cousas ordinárias e comuns, mas também nas árduas e ásperas e aí se refinava como por tóda sua vida mostrou. Estando nas aldeias do Espírito Santo, no cabo de uma doença, o Superior da casa da vila lhe mandou dizer, seria [66v] bom se viesse para a vila. Perguntou êle a alguns Padres que aí estavam se lhes parecia que estava para se bolir, sem notável perigo, para o tornar a propor. A todos pareceu que de nenhuma maneira estava para isso. Com isto pareceu aos Padres que ficava quieto, porque se recolheu na cama como quem queria repousar; mas daí a pouco disse que estava resoluto em se ir para a vila, e que se morresse no caminho, pouco se perdia. Não quero, disse, agora no cabo da vida, deixar aos mancebos exemplo de desobediência. E assim o fêz. E foi o Senhor servido, parece que por este acto de obediência, dar-lhe saúde daquela vez, e mais um ano de vida. Perguntado uma vez porque mostrava tão particular afeição a um Irmão, respondeu: porque é obediente. E assim era, porque a estes tinha particular amor e respeito.

**HUMILDADE.** — Era humilde em grande maneira e verdadeiro desprezador de si mesmo. Sempre andava pobremente vestido e calçado, e fazerem-lhe trazer uma roupeta nova era tormento para êle. Ainda no tempo que era provincial nunca se lhe enxergou, pretendesse louvor de ninguém, tendo tantas cousas de que com razão poderã ser louvado, nem com êle tiveram nunca entrada, os que por essa via pretendem valia com os superiores. Folgava com singelos, obedientes e devotos, e bem se podiam ter por tais os que com êle tratavam.

**A POBREZA. ASPEREZA.** — Daqui lhe nascia a pobreza de espírito que êle muito amava. Nunca teve nada.

O mais pobre e velho breviário e chapéu era o seu. Não tinha cousa nem possuía, em que a cobiça ou curiosidade se pudesse levar. E sendo pera todos brandíssimo, para si só era áspero. E tendo paz com todos, só consigo tinha guerra. Sentia de todos altamente e de si só, baixamente. Tomava disciplinas cruamente e muitas vezes. De ordinário nunca dormiu em cama, senão, dobrado o colchão, sobre êle vestido como andava, para ter mais facilidade para se alevantar de noite a ter oração.

CASTIDADE. — De sua castidade está dito o que basta no capítulo 5.

MORTIFICAÇÃO E PACIENCIA. — Foi muito mortificado em suas paixões, e de tal maneira as trazia sopeadas, enfreadas e sujeitas à razão, que nunca o desinquietavam, nem lhe causavam descompôr-se em alguma cousa, por muita ocasião que se oferecesse. Foi um retrato vivo de paciência, a qual sempre se viu e notou nele assi nos trabalhos e encontros desgostosos que se ofereciam, como nas doenças que teve, que foram muitas e graves. Em especial depois que a idade foi carregando e as fôrças começaram a desfalecer, sofria suas dôres e moléstias com grandíssima quietação e paz, sem ser molestado a ninguém quanto em ele foi.

## DO ESPÍRITO DE PROFECIA QUE PARECE TEVE

### CAP. 13

Muitas cousas se contam deste servo de Deus neste género, que pôsto que são todos ditos singulares, são porém tantos os que os contam e em tão vários tempos e lugares que fazem grande probabilidade, e quási certeza moral de N. S. haver comunicado a êste seu servo sobre-



natural conhecimento de algumas cousas, que êle naturalmente não podia alcançar. Destas contarei algumas, que parecem mais notáveis.

Vindo o P.<sup>o</sup> José com o P.<sup>o</sup> Nóbrega de Piratininga para S. Vicentê agasalharam-se no caminho numa choupana. Vinha com êles um homem muito amigo da Companhia por nome Aires Fernandes. Estando já recolhidos, disse o P.<sup>o</sup> José ao P.<sup>o</sup> Nóbrega: [67] Dorme V. R.? E, respondendo que não, lhe disse: Pois demos graças a Deus N. S. que os nossos alcançaram vitória dos contrários a cuja guerra tinham ido. Isto ouviu o mesmo homem, que fazia que dormia, e depois o contou aos Nossos.

Êste mesmo homem trazia metido numa perna um pelouro de espingarda. Disse-lhe o P.<sup>o</sup>: ha-vos de cair em tal parte, sinalando-lhe a Lágua da barra [d]o Rio de Janeiro. E assim foi, que indo depois folgar numa canôa por aquêlê lugar, veio um que o botou sôbre aquela pedra. E com êste movimento e fôrça lhe caíu.

Êste mesmo homem adoeceu no Rio de Janeiro, estando o P.<sup>o</sup> na Ilha de Maricá, a 7 ou 8 léguas do Rio, fazendo uma pescaria. Chegou muito ao cabo com a doença e desejava muito vêr o P.<sup>o</sup> José antes de morrer. Um seu amigo escreveu ao P.<sup>o</sup> uma carta do que se passava. Andava o P.<sup>o</sup> uma noite passeando fora da choupana e sendo chamado por algumas vezes, disse para ir[em] cear: que ceassem e guardassem o seu quinhão. Daí a pedaço chegou um escravo de Aires Fernandes com a carta. Entrou o P.<sup>o</sup> para dentro e mandou agasalhar o moço com o quinhão da sua ceia, dizendo que de propósito a mandára guardar para aquele escravo. E a seu senhor mandou dizer que não morreria daquela. E assim foi (194).

---

(194) Adiante, p. 181, nova versão dêste caso.

Na Capitania do Espírito Santo deram por novas a uma mulher que seu marido havia sido morto pelos franceses, indo para o reino. Vendo-a sua mãe tão desconsolada lhe disse: vai-te confessar com o P.<sup>o</sup> José, e atenta muito bem pelo que te disser. Depois da confissão lhe disse o P.<sup>o</sup> que seu marido fôra roubado, mas que não era morto, que cêdo viria e traria algum remédio de vida. E assim sucedeu.

Indo êste mesmo homem, depois disto, a Angola, vieram novas à mulher que morrera lá. O P.<sup>o</sup> lhe disse que não chorasse, que não era morto e que em tal dia lhe entraria pola porta. E assim sucedeu, daí a 7 ou 8 dias.

Adoeceu um índio nas Aldeias do Espírito Santo por nome José; chegou a tais termos que o julgaram por morto e, assim, as índias se lançaram sobre o seu corpo como têm por costume. Ao pranto acudiu um P.<sup>o</sup> e apartando a gente e achando ainda sinal de vida no coração lhe deu a unção, e mandou logo recado ao P.<sup>o</sup> José que lhe encomendasse a alma a Deus. Respondeu que já encomendara a Deus José e que não morreria daquela. E viveu alguns anos depois disto.

Na Capitania do Espírito Santo uma mulher, com pretexto de confissão e doença, mandou chamar um P.<sup>o</sup> com danada intenção. O P.<sup>o</sup>, favorecendo-o Deus, se livrou de suas mãos (195) com um bom ardil que usou. Tornando para casa achou o P.<sup>o</sup> José que acabava de dizer missa e se estava despindo. E antes do P.<sup>o</sup> lhe dizer nada o P.<sup>o</sup> José lhe disse: *Et ego rogavi pro te, Petre*, que assim se chamava o P.<sup>o</sup>, *ut non deficiat fides tua*. Parece que Nosso Senhor lhe revelou o perigo em que estava.

---

(195) No *ms.* do Pôrto: *armas*; no da Ajuda: *mãos*.

Caminhando uma vez com um Irmão, se levantou uma escuridade que metia medo, com uma nuvem mui negra sobre êles. Disse o P.º ao Irmão: não hajais medo e confiai em Nosso Senhor que não nos havemos de molhar. E assim foi que chovendo por tôdas as partes, êles não se molharam, indo sempre seu caminho. E o P.º lhe disse que o não dissesse a ninguém.

Também se contam dêle algumas cousas maravilhosas, como que com seu barrete sarou um homem no Espírito Santo com o pôr na cabeça estando para morrer. Que 8 ou 10 homens o viram dizendo missa na Igreja de Nossa Senhora, da Vila de Porto Seguro, alevantando um [67v] pedaço do chão, e querendo notar o dia e a hora não o ousaram, temendo não se agravasse o P.º disto, que tão grande conceito tinham de sua grande humildade.

Também se tocou arriá no cap. 7 que tomando um índio pagão para o curar da sua lepra, baptizando-o ficou livre da lepra da alma e do corpo.

Isto é o que brevemente se pode coligir da vida e morte dêste servo de Deus por relação dos P.ºs e Irmãos nossos, assim antigos como modernos, que o conheceram e conversaram, de algumas pessoas de fora, tais, que se lhe pode e deve dar crédito por razões que nela[s] concorrem de virtude e verdade.

O que com o que está contado se pretende é, que pois sabemos o caminho por onde foi e os meios de que usou para alcançar tanta virtude e perfeição, ponhamos os pés nas pègadas, que êle nos deixou sinaladas, e procuremos ser fiéis a Deus e verdadeiros filhos da Companhia, porque sem dúvida por aí iremos parar no lugar onde êle agora está, gozando daquele que tantas mercês lhe fêz e com tantas bênçãos o proveu. Amén.

Depois de isto estar escrito um P.º da nossa Companhia contou algumas cousas que, por êle ser testemunha

de vista delas, e por elas serem dignas de memória pareceu bem apontá-las aqui.

Estando no Colégio da Baía uns pedreiros assentando uns sinos, disse o P.<sup>o</sup> José a um dêles, por nome João Fernandes, que acunhasse bem aqueles sinos, porque vós diz, eis de ser o primeiro Irmão da Companhia por quem se êles hão-de dobrar neste lugar. E a êste tempo era êle casado. E assim aconteceu daí a oito meses pouco mais ou menos, porque estando êle doente em casa já no cabo, arribando o P.<sup>o</sup> duma viagem de Pernambuco, por ventos contrários, se foi logo aonde êle estava, e lhe disse: João Fernandes, a Virgem Maria Nossa Senhora, diante da qual vos haveis de ver daqui a 8 dias, me mandou cá para que vos recebêsse hoje na Companhia (era provincial a êste tempo), na qual vos eu recebo por seu mandado. Peço-vos vos lembreis de mim quando vos virdes diante dela. E assim foi, que daí a oito dias faleceu Irmão da Companhia, por neste tempo não ter já mulher. E por êles se dobraram a primeira vez os sinos (196).

Na Capitania desta costa estava uma mulher honrada, doente. Não falava já e os dentes tão fechados, que nem com facas os podiam abrir. Havia já muitos dias que parecia endemoninhada. Mandou lá o P.<sup>o</sup> José a êste P.<sup>o</sup> e lhe dissese à orelha que o diabo lhe fechava a boca e tinha fala, pera a levar ao inferno, por haver 30 anos que se não confessava por vergonha de certo pecado, nomeando-lho. O P.<sup>o</sup> lhe deu o recado e logo falou e se confessou e sarou da sua doença e ainda vive.

Navegando uma vez, com outros da Companhia, uma noite lhe deu tão grande tormenta que todos se confessaram e aparelharam para o que Deus [fosse] ser-

---

(196) João Fernandes faleceu em 1581, *Hist. Soc.* 42, f. 32 v.

vido. Foi-se êste P.<sup>o</sup> que acima disse confessar com êle, o qual lhe respondeu: Basta agora. Perguntou-lhe: porque? Não se há de perder o navio? Respondeu: não. E tornando-lhe a perguntar: E havemo-nos de afogar e morrer aqui? Respondeu, como agastado: Não. Pois vou, disse êle, dizer isto aos P.<sup>os</sup> que estão mortos [de medo]. Não vades, disse êle, que se perde que chamem a Deus?

Estando numa ilha, fazendo uma pescaria para o colégio do Rio de Janeiro, uma noite mandou guardar do que ceavam uma porção. E dizendo-lhe este P.<sup>o</sup>: deixe-me V. R. comer que tenho fome, respondeu êle: mais fome tem para quem a eu guardo. Depois de deitados, o P.<sup>o</sup> se levantou e assentou sôbre os tições e disse aos companheiros que encomendassem [68] um moço que ia para êles, e em tal parte, nomeando-a, está em muito perigo das onças. Lá encontra [sic] a meia noite chegou um preto da Guiné, todo molhado e morto de frio, pola noite ser de grande tormenta, com uma carta. Agasalhou-o o P.<sup>o</sup> e deu-lhe o que lhe tinha guardado, e tomando-lhe a carta sem a abrir, nem o preto poder falar com o frio, disse a este P.<sup>o</sup> o que nela vinha, que era que Aires Fernandes estava muito no cabo e unguido. O preto depois que comeu e aqueceu do frio, contou o perigo das onças em que se vira no caminho. E dizendo ao outro dia missa polo doente o P.<sup>o</sup> disse, sendo perguntado, que não morreria daquela, mas que passaria mal. E assim foi (197).

Nesta pescaria desapareceu o P.<sup>o</sup> um dia por espaço de 4 horas e buscando-o por diversas partes, foi este P.<sup>o</sup> dar com êle, assentado na borda d'águas e costa brava, com os olhos no céu e as mãos postas debaixo dos braços.

---

(197) Supra, p. 177, outra versão dêste caso.

Fêz estrondo e chamou por êle, mas não acudiu, até que chegou e puxou por êle. Era quási preiamar, e sendo a praia tôda igual, tôda estava coberta de maré, tirando um espaço por onde êle passou primeiro, e o lugar onde estava assentado, que seria de comprido como dez ou onze braças e 4 de largo. Indo-se o P.º, como ia saindo daquele espaço assim a maré o vinha logo cobrindo até chegar a seu lugar acostumado, dando bem a entender que o Senhor daquele furioso elemento lhe pôs freio por aquele espaço de tempo, para que não espraiasse por aquele lugar, como outras vezes soía fazer, por respeito e consolação de seu servo.

Na mesma pescaria faltou (198)) o P.º um pedaço da noite da choupana, e tornando para dentro lançou fora uma penca de bananas, respondeu: a minhas companheiras. Pola manhã acharam, fora da choupana, o lugar onde o P.º estivera; e rastro de duas onças que o acompanharam, cada uma assentada a suailharga.

\* \* \*

Tal é a primeira biografia do Apóstolo do Brasil.

Pero Rodrigues ampliou a que êle próprio tinha mandado escrever a Quirício Caixa. Simão de Vasconcelos exagerou-a. António Franco resumiu-a. Os autores seguintes, e são muitos, repetiram mais ou menos a Rodrigues, Franco e Vasconcelos. Acrescentaram-lhe algum pormenor disperso, mas a diferença de uns para outros

---

(198) No *ms.* do Pôrto, *fallou*; no da Ajuda *faltou*, mas com emenda contemporânea de *fallou para faltou*. O *ms.* da Ajuda é uma cópia do século XVIII para uso da Província de Goa.

é quasi só de estilo. Neste ponto preponderam Celso Vieira, Pedro Calmon e Jorge de Lima (199).

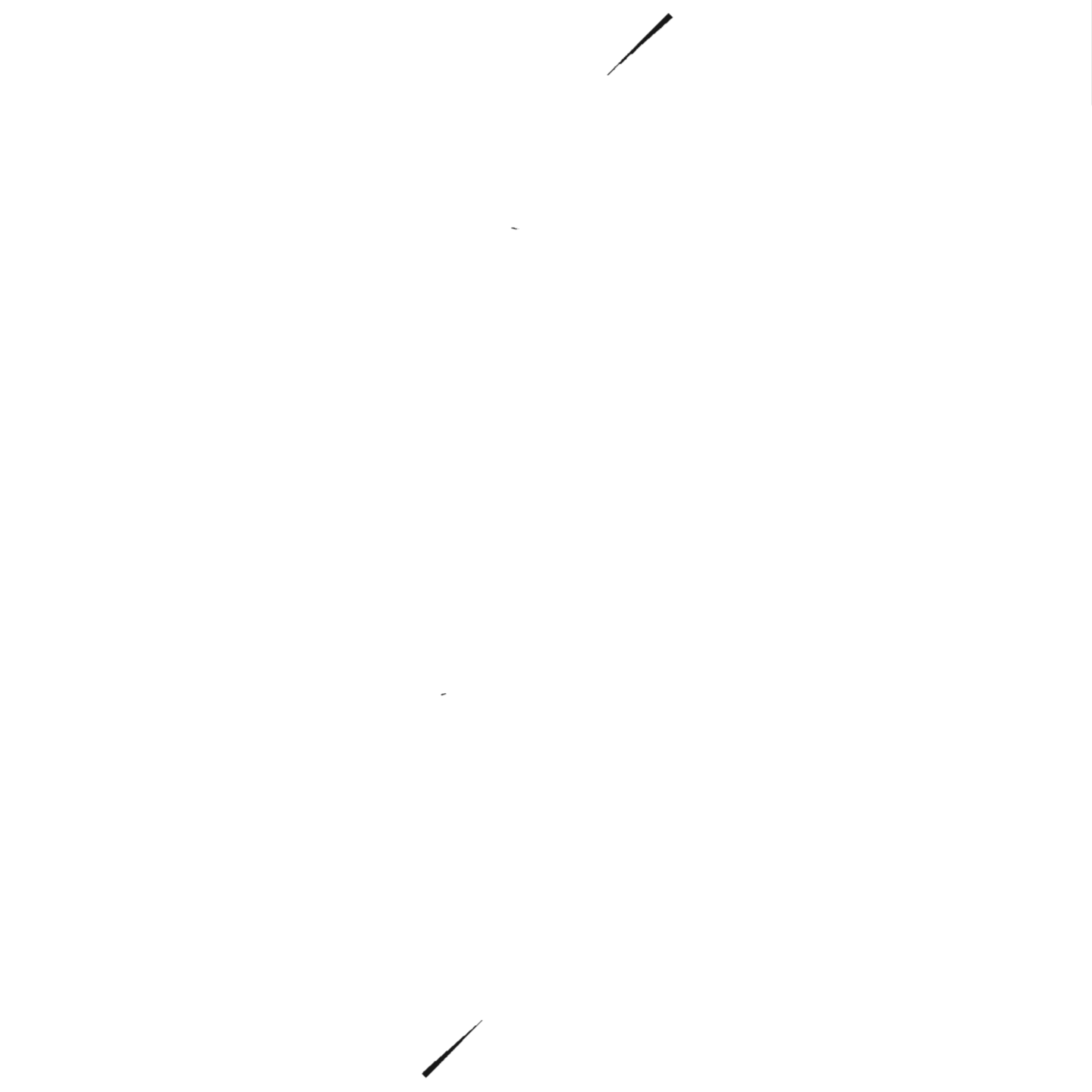
A vida científica de Anchieta está ainda por escrever. Para se realizar obra digna do grande Apóstolo é mister remontar às fontes. E quanto mais próximas de Anchieta, mais puras. Sob êste aspecto o subsídio, que hoje oferecemos aos historiadores, é de-certo inestimável.

A seu tempo publicaremos outros, não menos valiosos para o estudo da época e até da vida de Anchieta. Entre êles há algumas cartas inéditas de Manuel da Nóbrega, seu superior, mestre e modêlo, que, no dizer de Southey, era o homem de mais senso e iniciativa no Brasil do terceiro quartel do século XVI.

Ficam bem aqui, reünidos, os nomes gloriosos de Nóbrega e de Anchieta.

---

(199) Ocuparam-se de Anchieta os maiores escritores brasileiros — lista ilustre, mas longa de-mais para se incluir aqui. Também possuímos vidas de José de Anchieta (traduções ou adaptações) em latim, castelhano, francês, inglês, italiano e flamengo.





## QUANDO NASCEU JOSÉ DE ANCHIETA?

Tem sido tal a diversidade de pareceres sôbre a data do nascimento de Anchieta, que na verdade há lugar para dúvidas.

Quanto ao ano, os Autores dividem-se, quási por igual, entre os de 1533 e 1534; e, pelo que toca ao mês, tirando um ou outro que adopta o mês de Abril, todos os que não ficam na generalidade do ano, dão o mês de Março, e nêste, o dia 19 (200).

Ora, andando eu a coligir documentação para escrever a História da Companhia de Jesus no Brasil, desde a sua entrada lá até à perseguição pombalina, pareceu-me que para deslindar êste assunto do nascimento de Anchieta, o melhor, seria recorrer à própria fonte.

---

(200) Um dos primeiros que deram o ano de 1533 foi o P. Pero Rodrigues contemporâneo de Anchieta. Escreveu a *Vida do Padre José de Anchieta*, de que há duas cópias: uma na Biblioteca Pública de Evora, cod. CX/1-17, e foi publicada nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIX (1897), págs. 1-49; a outra, na Biblioteca Nacional de Lisboa (fundo de Alcobaça), codice 431 antigo 306 moderno) págs. 1 a 59 e foi publicada nos citados *Annaes*, vol. XXIX (1909) págs. 181-287. Cf. para a primeira, P. I, cap. 1.<sup>o</sup>, pág. 3, e para a segunda, Livro I, cap. IV, pág. 197. Como o P. Pero Rodrigues foi contemporâneo de Anchieta alguns o seguiram depois.

Brasílio Machado: *Anchieta — Narração da sua vida*, em *III Centenário do Veneravel Joseph de Anchieta*, Aillaud & C.<sup>a</sup>, Pa-

Pedi, pois, para La Laguna, terra da naturalidade de Anchieta, a certidão do baptismo, e, por gentileza cativante do seu Pároco, o Sr. Dr. Juan Cerviá y Noguér, a recebi na volta do correio. Por ser documento de suma importância, e pela oportunidade do centenário, desde já a publicamos, certos de que prestamos um bom serviço aos investigadores e eruditos.

Don Juan Cerviá y Noguér, presbítero, Licenciado en Sagrada Teologia por la Universidad Pontificia de Tarragona, cura párroco del Sagrario Catedral de La Laguna, diócesis e provincia de Tenerife

Certifico: Que entre las partidas bautismales del año de mil quinientos treinta y cuatro, teniendo el número veinte y siete de este año, consta una que dice exactamente así || Jusepe hijo de Jñ de ancheta y de su mujer fué bautizado en VII del mes de abril por Jñ gtr<sup>a</sup> Vc.<sup>o</sup> fueron sus padrinos Domenigo Rico y Doña [aquí ahy una palabra que parece decir Fongo] || = También certifico: Que esta partida tiene una nota marginal que dice así = Joseph Ancheta fué de la Compañía de Jesus y se tiene por Santo y se venera por tal en la provincia del Brasil en donde y es llamado el apostol || = *El libro es el 1.<sup>o</sup> de bautismos.*

Concordan con su original; de lo que doy fe en La Laguna a cinco de Noviembre de mil novecientos treintadós.

(L. do sêlo)

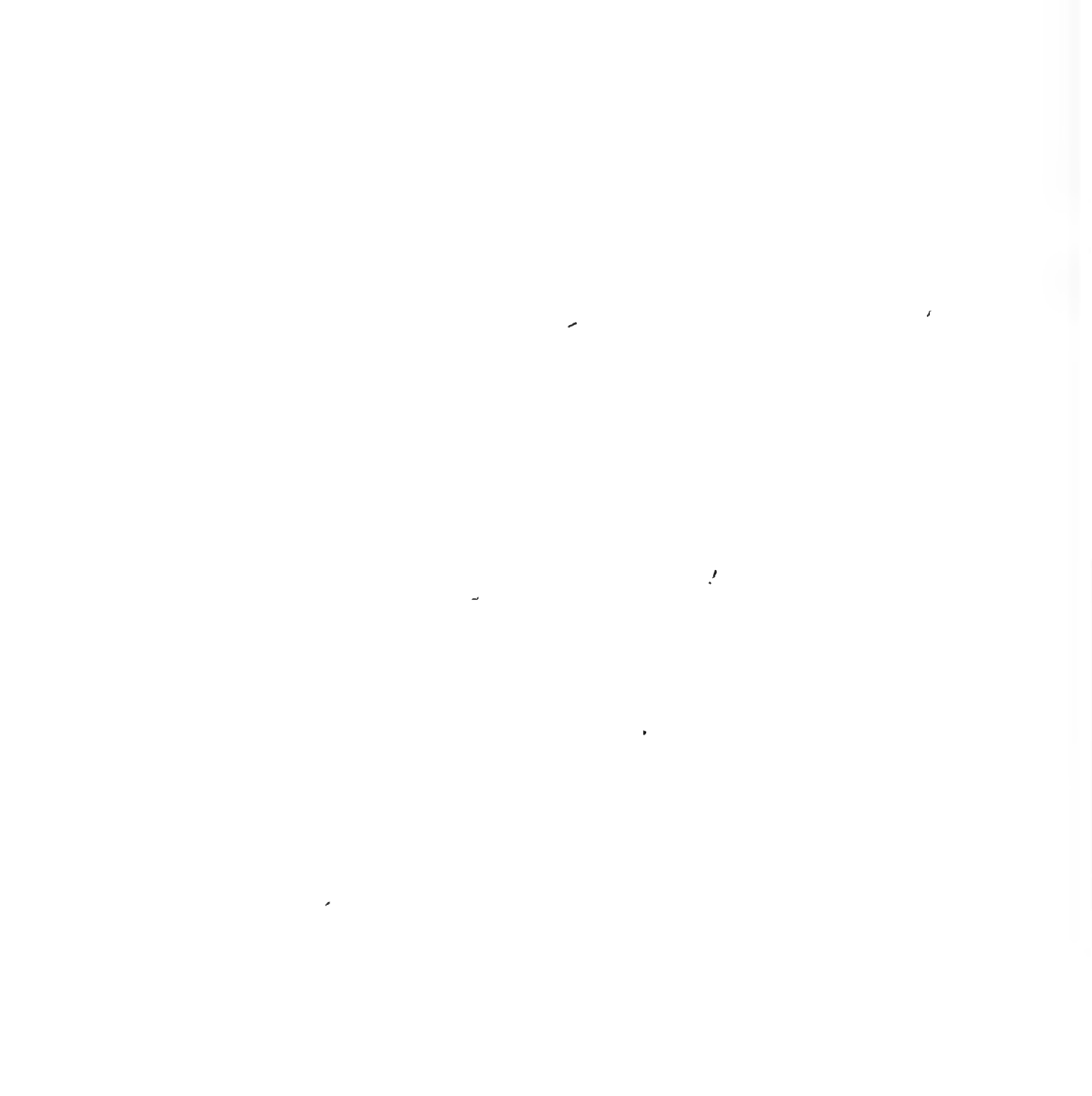
(a) JUAN CERVIÁ, PÁRROCO.

ris-Lisboa, 1900, pág. 74, afirma que Anchieta nasceu aos 19 de Março de 1534, e invoca o testemunho dum sobrinho seu: «Vide *Compendio de la vida del apóstol del Brasil... v. P. José de Anchieta...* por D. Baltasar de Anchieta, Cabrera y Samartin su sobrino. En Xerez de la Frontera, Año 1677». Outros o seguiram.

Alfredo do Vale Cabral, *Bibliographia das obras tanto impressas como manuscriptas relativas á Lingua Tupi ou Guarani, tambem chamada Lingua Geral do Brazil*, em *Annaes da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro*, vol. VIII, pág. 146, traz como data do nascimento 7 de Abril de 1534.

O documento é valioso. Ainda assim, omite a data precisa do nascimento. Mas há de positivo o seguinte: que José de Anchieta foi baptizado no dia 7 de Abril de 1534. E isto é importante. Porque os pais não esperariam, para o baptizar, tanto tempo. Mais de um ano! Sobretudo sendo cristãos, como eram, e naquela época.

Como a data de 19 de Março é admitida por quasi todos, julgamos que nos é lícito concluir, que foi, na realidade, a *19 de Março de 1534*, que nasceu o grande Jesuíta, apóstolo do Brasil e um dos fundadores de São Paulo.



## XII

# UM AUTÓGRAFO INÉDITO DE JOSÉ DE ANCHIETA

Foram tais serviços prestados por Anchieta à causa da civilização no Brasil, que este o considera, e com razão, como um dos seus patriarcas. Não admira, pois, que procure e guarde como relíquias tudo o que pertence ao grande Jesuíta.

Patrocinado pela Academia Brasileira, saiu este ano dos prelos um livro contendo as *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta S. J.*, Rio de Janeiro, 1933. Procuraram os editores incluir nesta obra todos os documentos existentes, incluídos em cada uma daquelas mencionadas rubricas.

Deparou-se-nos, porém, uma carta que se não encontra ali, nem cremos que fôsse nunca publicada. Dela, como doutros escritos de Anchieta, já conhecidos, foi remetida há anos uma cópia fotográfica a Capistrano de Abreu. Não sabemos o que é feito dela. Capistrano de Abreu morreu alguns anos depois. E se o grande historiador a tivesse dado à imprensa, não se justificaria a sua ausência na colectânea de 1933. Vamos pois publicá-la, tanto mais que ela se refere directamente à própria pessoa de Anchieta, surpreendendo-a num momento de desânimo ou, mais certo, de verdadeira humildade.

É dirigida ao Padre Geral da Companhia de Jesus, em Roma.

† *Jesus. Muito Reverendo em Cristo P. N. — Pax. Xi — Desde o primeiro de Março, — em que daqui partiu o Padre António Gomes, procurador, pelo qual escrevi extensamente a V. P. — até agora, não tive um dia de saúde. E porisso não escrevo esta por minha mão, nem pude acompanhar o Padre Visitador Cristóvão de Gouveia na visita ao Colégio de Pernambuco onde agora está.*

*Como a minha doença começou há muitos anos e agora, com a idade e os trabalhos, apertou mais, há poucas esperanças de saúde; e assim espero que o Padre Visitador me tirará o cargo da Provincia, se a morte não tiver cuidado de o fazer antes. E como êle dá extensa conta de tudo; e os Reitores dos seus colégios, e eu estou da maneira que digo, não pretendo com esta senão pedir a V. P. a sua santa bênção e a ajuda dos seus santos sacrificios e orações e de todos os padres e irmãos da Companhia, assim para a vida como para a morte. Dêste Colégio da Baía de Todos os Santos, 8 de Agosto de 1584.*

*O Padre Vicente Rodrigues persiste na sua pretensão de morrer em Portugal. E diz que tem medo de ficar louco neste Brasil com imaginações. Veja V. P. se convirá conceder-lhe isto na sua velhice, ne quid ei deterius contingat. — De V. P. filho indigno in Domino — Joseph de Anchieta.*

*Ao muito R.<sup>do</sup> em X.<sup>o</sup> P. N., o P. Cláudio Aquaviva, Prepósito Geral da Companhia de Jesus, em Roma. — Do Brasil — Do P. Provincial — 1.<sup>a</sup> via (201).*

---

(201) *Epp. N. N. 95, f. 120-120v. Ei-la no seu original castelhano: « † Jesus — Muy Reverendo en Christo P. N. — Pax xi — Desde el primero de Março enque partio de aqui el Padre Antonio Gomes procurador por el qual escreui largo a V.*

Ainda que o P. Anchieta começa por dizer que não escreve por sua mão, o facto é que a segunda parte desta carta é autógrafa. No original, que temos à vista, tudo a seguir à data de 1584 é do próprio punho do Apóstolo do Brasil. Refere-se Anchieta a dois Padres de categoria, António Gomes e Cristóvão Gouveia, e faz dois pedidos, um para si, outro para o P. Vicente Rodrigues ou Rijo, natural de Lisboa, e irmão do P. Jorge Rijo, célebre ministro do Colégio de Coímbra. Este é, em summa, o conteúdo da carta.

O P. Cristóvão de Gouveia é muito conhecido e os principais sucessos da visita official que fez às casas e colégios da Companhia de Jesus no Brasil, a que alude Anchieta, deixou-os Fernão Cardim na sua elegante, clássica e deliciosa *Narrativa Epistolar*, muitas vezes publicada.

P. hasta agora no he tenido hundia de salud, Epresso no escriuo esta por mi mano ni pude acompanhar alpadre visitador Christoual de Gouea enla úisita del collegio de Pernãbuco adonde agora esta.

Como mi enfermedad comêço a muchos años e agora con la edad, & trabajos-passados ha cargado mucho ai pocas esperanças desalud y assi espero que elpadre visitador mequitara lacarga dela provincia, si lamuerte notuviere cuidado dehazerlo primero, y como el delarga cuenta detodo ylos Rectores de sus collegios y yo estoi tal como digo, no pretendo enesta mas quepedir a V. P. susanta bendición y ayuda de sus santos sacrificios y orações, y de todos los padres y hermanos dela Com.<sup>a</sup> asi para la uida como para la muerte. Deste collegio dela Baya detodos los santos 8 de Agosto de 1584.

El P. V.<sup>to</sup> Roiz persiste en su pretentio' de morir En Portugal, y dize q' haa miedo de hazerse loco eneste Brasil có imaginations, Vea V. P. si co'uendra cóncederle esto En su vejez ne quid ei deterius cótingat. — De V. P. Hijo Indigno Jn Dño. Joseph de anchieta. — Al muy R.<sup>do</sup> En X<sup>o</sup> P. N. El P.<sup>o</sup> Claudio Aqua Viva PrEposito general dela Comp.<sup>a</sup> de Iesu — En Roma — Del Brasil — Del P. Provincial — 1.<sup>a</sup> Via.

Do P. António Gomes há menos notícias. Foi natural de Nossa Senhora do Souto, Arquidiocese de Braga, e entrou na Companhia em 1569 ou 1570. Em 1574 era mestre da escola de meninos e as informações que se davam dêle eram que tinha geito para os estudos e prudência para mandar (202). Depois de sacerdote, ocupou o cargo de ecónomo do Colégio da Baía, durante 7 anos, e na Congregação Provincial, reünida em Dezembro de 1583, foi eleito para ir a Roma como procurador do Brasil. Levou a correspondência de Anchieta. Concluída a sua missão à Europa, tornou à Baía em 1587 e neste colégio morreu prematuramente no dia 5 de Janeiro de 1589, contando apenas 40 anos de idade. A opinião, que dêle havia resume-a numa frase, breve, mas expressiva, a *Ánua* correspondente. O P. António Gomes, diz, era homem *propter egregias animi dotes vel admiratione vel amore dignissimus* (203).

Das duas propostas de Anchieta nenhuma teve andamento.

Pedia o Provincial para si que fôsse dispensado do seu honroso cargo. O motivo que invocava, com ser verdadeiro, não o impedia de governar. Porisso ainda ficou à frente da Província do Brasil por mais três anos, além dos sete que já levava.

Anchieta também tinha certo empenho em que fôsem satisfeitos os desejos de Vicente Rodrigues, seu grande amigo e participante de comuns fadigas. Infere-se do argumento que dá, realmente forte. Parece que as saúdades da Mãe Pátria, amontoadas durante 35 anos, mergulhavam aquêlo operário da primeira hora numa neurastenia passageira. Como quer que seja, estas legítimas saúdades

(202) *Bras.* 5, f. 11 v.

(203) *Ib.* f. 20; *Annuae Litterae* 1589 (Romae, 1591), pág. 461.



diluiram-se no intervalo da resposta. Por êsse tempo, ou pouco antes, vivia êle em Porto Seguro, perto da igreja de N. Senhora da Ajuda, que tinha fundado em 1551. Aqui "arrebentou uma fonte de água que sai de baixo do altar da Senhora e faz muitos milagres ainda agora". Este "ainda agora" é Setembro de 1583. Tinha então licença, acrescenta Fernão Cardim, para se enterrar nessa igreja quando morresse (204). Tais eram nessa época as disposições do P. Vicente Rodrigues.

Mas os homens põem e Deus dispõe. O antigo companheiro de Nóbrega no glorioso grupo de Jesuítas, que primeiro pisaram terra americana, com o Governador Geral, Tomé de Sousa, em 1549, nem ficou na Ajuda, nem voltou a Portugal. Faleceu com 72 anos de idade, no Colégio do Rio de Janeiro, a 9 de Junho de 1600, três anos, contados dia por dia, depois da morte de Anchieta (205). E tinha dado ao Brasil mais de meio século de actividade apostólica, entrecortada de graves perigos e naufrágios, dois dos quais com o próprio Tautomurgo, nos Abrolhos em 1553 e quando foram à terra dos contrários, pouco antes de 1572 (206).

Começou Vicente Rodrigues por ensinar a doutrina e a lêr e escrever aos Índios dos arredores da Baía, que

---

(204) Fernão Cardim, *Narrativa Epistolar*, na *Rev. do Instituto Historico Brasileiro*, LXV, 1.ª P., pág. 21.

(205) «Falecerá nesta Provincia o anno passado de 600 até Julho de 601, hú p.º e dous Irmãos. s. o P.º Vicente Roiz no Collegio do Rio em 9. de junho de 600»... Catálogo dos Padres e Irmãos da Prov. do Brasil, Julho de 1601. — *Bras.* 5, f. 50. Até agora os Autores davam a data de 1598.

(206) Anchieta, *Epist. Quamplurimarum Rerum Nat.*, Olissipone, 1799, págs. 6-8; *De la ida del p.º Joseph con el padre Vicente roiz e traer los mestiços q. estauá entre los contrarios* — *Bras.* 12, ff. 50-51. Cf. *Historia de la fundacion del Collegio del Rio de Hencro y sus residencias em Annaes da Bib. Nacional*, XIX (Rio, 1897), ps. 126-127.

se fundava. E depois, já sacerdote, percorreu o Brasil de então, e ocupou o ofício de Superior local em diversas povoações por mais de vinte anos. Andava no campo de Piratininga quando se fundou S. Paulo, e era ali Superior, em Julho de 1562, que é uma data histórica (207). Nela se deu o grande ataque dos Índios a Piratininga. E foi êle, com os seus companheiros e Martim Afonso, o nobre Índio cristão, conhecido por Tibiriçá ou "Vigia da Terra", que salvaram a civilização nascente naquela guarda avançada do interior do Brasil.

---

(207) Anchieta, *Cartas*, págs. 181 ss.

### XIII

## OS JESUÍTAS NO BRASIL E A MEDICINA

Os Jesuítas Portuguezes, ao chegar ao Brasil em 1549 com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, viram-se logo a braços com as doenças tropicais, sem médicos. Para a manutenção da saúde ou sua reintegração, utilizaram naturalmente, por um impulso de defesa e de caridade, os escassos meios que tinham trazido da Europa ou que o país, onde deveriam exercer a sua actividade, lhes oferecia. Vivendo em pleno século XVI, e não sendo a medicina a sua profissão, tinham por fôrça de manter-se dentro da terapêutica empírica e duma profilaxia rudimentar. Evitaram contudo o escôlho do curandeirismo pela cultura humanista que possuíam, a mais alta do seu tempo. Tiveram, na verdade, que se premunir sòlidamente contra êle. Os Índios, com a sua mentalidade primitiva, exigiam curas maravilhosas, como se na mão dos Jesuítas estivessem a vida e a morte. Não se servindo os Padres, um dia, dos remédios de que dispunham "no curativo de um indivíduo atacado de doença contagiosa, que parecia a lepra", custou a convencer a gente de que era cura superior às suas possibilidades (208).

Contendo-se dentro desta posição, discreta e científica, nem por isso deixaram de captar a confiança abso-

luta dos índios, que chamavam aos Padres o seu *poçanga*, isto é, a sua verdadeira medicina: e “nisto dizem verdade, escreve Blasques, porque em suas enfermidades não têm outros físicos (209).

E temos que os Jesuítas, indo para o Brasil como médicos das almas, viram-se obrigados, pela fôrça das circunstâncias, enquanto não vieram profissionais, a ser também médicos do corpo.

São inúmeras as cartas e relações, onde consta da sua actividade médica. A *Informação do Brasil para Nosso Padre*, escrita por Fernão Cardim, traz uma secção relacionada directamente com a medicina. O prof. Lopes Rodrigues classifica o seu conteúdo médico da seguinte forma: “clima e feridas; feridas nas pernas, na cabeça; mortandade e mortalidade infantis, na Baía; diferença de salubridade entre as várias terras do país; de como passam os Padres nelas, melhor do que em Portugal, mesmo os que sofrem de “sangue pela bôca”, catarros, dor de pedra, cólica, dor de cabeça e peitos” (210).

Entre o tratamento que faziam os Jesuítas, estava também o clássico de “levantar a espinhela”.

Não há lista sistemática de manifestações patológicas ou de doentes no século XVI; e, evidentemente, “as curas [operavam-se] segundo requeria a sua doença” (211). Dalguns tratamentos ficaram notícias mais circunstanciadas. Merecem menção particular a cirurgia de urgência, a flebotomia, a assistência nas epidemias, as doenças venéreas, e talvez o cancro; também assume importância, com o tempo, a descoberta e manipulação de medicamentos nas suas oficinas ou laboratórios privativos.

---

(209) *Cartas Avulsas*, p. 300.

(210) Lopes Rodrigues, *Anchieta e a Medicina*, p. 232, Belo-Horizonte, 1934. Lopes Rodrigues fala na hipótese da Informação ser de Anchieta, e como tal aparece em *Anch. Cartas*, 424-434.

(211) *Anch., Cartas*, 227.

## Cirurgia de urgência

As feridas mais comuns entre os índios eram as que êles recebiam quer guerreando entre si, quer com tribus inimigas. Uma vez um índio feriu gravemente um irmão seu, mais novo, com um manchil. Intrometendo-se na briga fraterna um índio estranho, a mãe dêles pegou num arco e enfiou-lhe duas frechas "pelo estômago". O filho mais velho, para evitar a guerra com a tribo ou família do índio intrometido, enforcou a própria mãe, a pedido dela mesma. O ferido levaram-no ao P. Anchieta. Feitos os curativos, ficou bom (212).

São freqüentes os casos de índios frechados em guerras, e que os Jesuítas curaram. Nóbrega, narrando a primeira fase da Guerra do Paraguaçu, na Baía, e, encarecendo a boa ajuda que nela prestaram os Índios das Aldeias dos Padres, nota que nenhum morreu, "posto-que vêm dêles feridos; e são curados de nós com a caridade que podemos" (213). Distinguiram-se na cirurgia de urgência os Padres José de Anchieta e João Gonçalves (214).

Além dos ferimentos por desordem das guerras, havia outros de origem infecciosa. Em 1561 foi Luiz Rodrigues mordido por uma cascavel. Os Padres curaram-no e escapou (215). Estando Anchieta como refém entre os índios de Iperoig, veio um com intenção, ao que parece, de o matar. Caído doente, corrompeu-se-lhe a mão, inchando-lhe todo o braço. O tratamento consistiu em excizar profundamente a palma da mão com uma lanceta: e o doente recuperou a saúde (216).

---

(212) Anch., *Cartas*, 100.

(213) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, 183-184.

(214) Anch., *Cartas*, 146, 148, 162.

(215) *Cartas Avulsas*, 374.

(216) Anch., *Cartas*, 227-228.

O modo como operavam os Jesuítas, naqueles primeiros passos da cirurgia brasileira, está expresso nesta passagem: Era a grande epidemia de varíola de 1563-1564. Os índios mandavam fazer "umas covas longas à maneira de sepultura, e depois de bem quentes com muito fogo, deixando-as cheias de brasas e, atravessando paus por cima e muitas ervas, se estendiam ali tão cobertos de ar e tão vestidos como êles andam, e se assavam, os quais comumente depois morriam, e suas carnes, assim com aquele fogo exterior como com o interior da febre, pareciam assadas. Três dêstes achei, revolvendo as casas, como sempre fazia, que se começavam a assar, e, levantando-se por fôrça do fogo, os sangrei e sararam pela bõdade de Deus. A outros, que daquele pestilencial mal estavam mui mal, esfolei parte das pernas e quási a todos os pés, cortando-lhes a pele corrupta com uma tesoura, ficando em carne viva, coisa lastimosa de ver, e lavando-lhes aquela corrução com água quente, com o que pela bondade do Senhor sararam; de um em especial me recorde que com as grandes dôres não fazia senão gritar, e, gastado já todo o corpo estava em ponto de morte, sem saber seus pais que lhe fazer, senão chorá-lo, o qual, como lhe cortámos com uma tesoura tôda aquela corrução dos pés e os deixámos esfolados, logo começou a se dar bem e cobrou a saúde.

É gente miserável, que em semelhantes enfermidades nem sabem nem têm com que se curem, e assim todos confugem a nós outros, demandando ajuda, e é necessário socorrê-los não só com as medicinas, mas ainda muitas vezes com lhes mandar a levar de comer e dar-lho por nossas mãos. E não é muito isto com os índios, que são paupérrimos: os mesmos Portugueses parece que não sabem viver sem nós outros, assim em suas enfermidades próprias, como de seus escravos: em nós outros têm médicos, boticários e enfermeiros; nossa casa é botica de

todos, poucos momentos, está quieta a campainha da portaria, uns idos, outros vindos a pedir diversas cousas, que só o dar recado a todos, não é pouco trabalho, onde não há mais que dois ou três que atendam a isto e a tudo o mais" (217).

## Flebotomia

A flebotomia estava muito em voga na Europa. Os Jesuítas também a utilizavam em larga escala. Não tardou, porém, a suscitar-se um caso de consciência. É interessante examiná-lo rapidamente e a solução que teve, porque daqui se infere o espírito com que procediam: fim caritativo e humanitário. Fora disso, não.

Conta Simão de Vasconcelos que Santo Inácio, consultado sobre se os Padres poderiam ou não exercitar a flebotomia, respondeu que a tudo se estendia a caridade (218).

Nada tem de inverossímil a resposta do Santo. Mas achamos que pouco depois estava proibida essa prática e que sempre houve tal ou qual resistência contra ela. Em 1578 regularizou-se o assunto.

Como se sabe, uma das irregularidades canônicas para a admissão às ordens sacerdotais ou para o seu exercício é o homicídio voluntário.

Inclui-se nesta irregularidade o uso da medicina e da cirurgia "se dela resulta a morte". Tratando-se de médicos de profissão, êstes casos fatais são contingências da arte, sem outras conseqüências. No sacerdócio, traz a suspensão *ipso-facto*. Daqui, o ser a sangria uma fonte de escrúpulos para gente de fé. A-fim-de se atalharem,

---

(217) Anch., *Cartas*, 239-240.

(218) Vasc. *Vida do P. Joam d'Almeida*, p. 74, Lisboa, 1658; Id., *Crón.*, I, 162.

proibiu-se. Todavia nisto, como em muitas outras matérias, o Brasil necessitava de uma legislação especial. Os Padres recorreram portanto a Roma, para que se levantasse a proibição, ainda que fôsse com dispensa do Papa. Por um lado, não se via inconveniente em que êsse mister fôsse desempenhado por Irmãos coadjutores leigos: por outro, a sangria, então em voga, parecia necessária em certos casos urgentes, numa terra onde não havia “físicos nem barbeiros”, e, quando houvesse, não se podia contar com êles nas aldeias. Diante de tais motivos respondeu o P. Geral afirmativamente, dizendo que os Irmãos coadjutores temporais, não sendo sacerdotes nem se destinados a êsse estado, ficava afastada a hipótese de irregularidades canônicas. Recomendava contudo que só se usasse em caso de verdadeira urgência, e o Irmão, encarregado de a fazer, fôsse experimentado e apto. Acima do preceito eclesiástico, positivo, colocava-se o “preceito natural da caridade” (219).

Com isto, vinca-se o espírito da concessão. E expressa-o mais claramente o Visitador, Cristóvão de Gouveia, em 1586: “Ninguém dos Nossos sangrará, por si mesmo, senão em urgente necessidade, se a doença for grave, e não houver outrem que o faça” (220). Por outras palavras: praticar a sangria, fora de caso de urgência, não é da competência dos Jesuítas, mas dos profissionais.

Ora, durante muito tempo, não os houve. Por isso, nos primeiros anos, foram os Padres os verdadeiros peritos da arte.

Movidos, portanto, pela necessidade, e urgência dos casos, afiaram os canivetes de aparar penas (as lancetas

---

(219) Algunas cosas que de la Provincia del Brasil se proponen a nuestro Padre General este año de 1579 y respuestas a elas. — *Bras.* 2, 29 v., 45.

(220) *Bras.* 2, 145 v.



chegaram depois), e meteram mãos à obra. Acudiram “a todo o género de pessoas, Portuguezes, Brasis, servos e livres”, sobretudo nas Aldeias, aos Índios, onde os Padres “os sangram” e curam em tôdas as suas enfermidades (221).

A experiência mostrou que as sangrias eram úteis naqueles climas tropicais quando sobrevinham os grandes calores, pelo mês de Dezembro. Tal prática tinha não só carácter curativo, mas também, como êles diziam e criam, profiláctico, para prevenir “priorizes” (222). Nas epidemias de 1561 verificou-se, na vila de S. Paulo de Piratininga, que “pela mesma diligência que os Irmãos nisso punham, não morreram ali tantos como noutras partes onde isso faltava” (223).

A flebotomia, uma vez regularizado o seu uso, foi praticada com mais ou menos êxito até ao século XVIII.

Na *Collecção de Receitas*, que adiante veremos, encontra-se um excelente desenho a côres com o sistema venoso para ensinar o melhor modo de a fazer.

## Epidemias

O Brasil foi muitas vezes fustigado por grandes “pestes”, “epidemias”, ou “doenças gerais”: “bexigas, priorizes, tabardilho, câmaras de sangue, tosse e catarro”.

---

(221) Martim da Rocha, *Carta de Setembro de 1572*, Bibl. Nac. de Lisboa, fg. 4532, f. 33 v.; Anch., *Cartas*, 63, 151, 178-179; *Cartas Avulsas*, 260-261, 450; Vasc., *Crón.* I, 57, 162, *Vida do Ven. P. Anchieta*, 31, Lisboa, 1672.

(222) Anch., *Cartas*, 179.

(223) Anch., *Cartas*, 173, 178, *Sôbre os barbeiros de S. Paulo* cf. Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 95 ss., S. Paulo, 1929.

Nestas ocasiões, os Padres não descansavam e nisso gastavam a vida (224).

Havia o sarampão, a malária ou impaludismo, a que já alude Nóbrega em 1549. De impaludismo adoeceram alguns Padres e d'êle morreu o P. Diogo Jácome. São as terças ou quartãs renitentes, "as terríveis maleitas, a mais mortífera das epidemias nacionais, novidade velha de séculos" (225). Estas manifestações maláricas eram o mais grave da patologia indígena. Outra epidemia, que causava muitas vítimas: câmaras de sangue ou desinteria hemorrágica (226).

Era extrema a depressão de ânimo por ocasião das epidemias: "Muito trabalho nos dá a imaginação desta gente nos tais tempos de doenças, porque quási tantos parece que morrem dela como da peste".

Uma pobre mulher a quem morreu o marido que ela muito amava, "se foi lançar na rêde, dizendo: quero morrer. E assim morreu, deitando-se muito sã" (227).

De tôdas as epidemias, a que fêz maiores estragos, e cuja existência é assinalada várias vezes, foi a varíola. Grassou de forma violenta em 1563. Morreram "30.000 no espaço de 2 ou 3 meses" (228).

(224) Anch., *Cartas*, 323; *Cartas Avulsas*, 258-259; Anch., *Bras.* 15, 325 (Carta de 1 de Janeiro de 1581; *Annuae Litt.* 1581, p. 106, Roma, 1583. Nesta epidemia, que durou 3 meses, chegavam a morrer nas aldeias 5 pessoas por dia. Fernão Guerreiro, *Relação Anual*, I, 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra, 1931, pág. 391.

(225) Afrânio Peixoto, in *Cartas Avulsas*, nota 26, p. 85.

(226) Anch., *Cartas*, 173; Vas., *Crón.* II, 116; Blasques, *Cartas Avulsas*, 405-406.

(227) Leonardo do Vale, *Cartas Avulsas*, 388.

(228) *Discurso das Aldeias*, in Anch., *Cartas*, 356; *Cartas Avulsas*, 405-406; Vasc. *Crón.* III, 1-2. Também ficou célebre a epidemia de bexigas de 1597 (Anua de 1597, *Bras.* 15, 430; Tolosa, *Bras.* 15, 433.

É quasi milagre não sucumbirem os Padres a estas epidemias. Pelas câmaras de sangue foram contagiados várias vezes; pela varíola, raras. Leonardo do Vale deixou-nos dos efeitos desta enfermidade uma descrição extremamente realista, que recorda a peste de Milão de *I Promessi Sposi* de Manzoni (229). Os Jesuítas assistiam aos doentes (curavam-n'os; e "muitas vezes lhes ficava a pele e carne dos doentes pegadas nas mãos; e o cheiro era tal, que se não podia sofrer" (230).

### Assistencia domiciliária e hospitalar

As epidemias eram esporádicas. Mas sempre havia doentes. Uma das formas da caridade cristã é a visita aos enfermos. Os Padres praticaram-na sempre. E também nestas visitas, não se contentavam só com boas palavras. "Aconteceu que uma velha pobre tinha um filho entrevado e todo chagado". A pobre mãe trabalhava para o filho; mas um dia adoeceu e "não havia quem desse um jarro de água a um nem outro e depois que os vizinhos viram que os Nossos os visitavam, fazendo-lhes a cama, que também lhes acudiam de esmolas e lhes lavavam os vasos, varriam a casa e traziam água, lenha para o fogo, e comer, ficaram tão envergonhados e comovidos com êste exemplo, que daí em diante não se contentavam com os ir a casa servir com seus escravos e escravas, mas, por si mesmos, os visitaram e socorreram; de maneira que, não havendo dantes quem lhes lavasse uma camisa, ainda que pagassem muito bem à lavadeira, por se arrecearem todos do mal que era contagioso, houve depois mulheres, que tinham bem por quem o mandar fazer e não queriam senão por suas próprias mãos lavar

---

(229) *Cartas Avulsas*, 382-384, 390, e notas de Afrânio, p. 394.

(230) *Discurso das Aldeias*, em *Anch.*, *Cartas*, 380, 238-240.

as camisas, lençóis e tudo mais, e finalmente daí por diante não lhes faltou nada do necessário, nem escravos que lho ministrassem. Deus Nosso Senhor, por cujo amor êles o faziam, lhes diga no dia de Juízo aquilo que há de dizer aos que tais obras por seu amor nesta vida fazem, e a nós outros dê graça, para que demos sempre o exemplo que todos de nós esperam, tendo os olhos postos em nós, como em lume que de noite aparece aos que andam em trevas” (231).

Assistência caridosa, assistência médica, e, também, assistência alimentar. Nas aldeias, cada dia, iam os Padres visitar os doentes; se viam que tinham necessidade dalguma coisa, acudiam-lhes com ela (232). Só numa aldeia faziam comida para “60 e 70” pessoas e, se lhes os Padres faltavam com isto, faltava-lhes o remédio (233). Na grande epidemia de 1597, além disso, pôs-se o carro do colégio à disposição dos doentes para carrear os géneros mais indispensáveis à vida, como água, legumes, fruta, etc. (234).

Além dos domicílios visitavam os Padres os hospitais onde os havia (235) e em 1574 introduziram êles próprios nas suas Aldeias enfermarias e hospitais para os pobres (236).

Teriam os Jesuítas fundado a Misericórdia do Rio de Janeiro? Conta Vasconcelos que ao chegar ao Rio a Armada de Diogo Flores Valdez trazia muitos doentes, e Anchieta “deu traça que se lhe assinalasse casa de hos-

(231) *Cartas Avulsas*, 493.

(232) *Discurso das Aldeias*, in Anchieta, *Cartas*, p. 381.

(233) *Discurso das Aldeias*, in Anchieta, *Cartas*, p. 380.

(234) *Ann. Litt.* 1597, p. 493-494, Neap. 1607.

(235) *Fund. de la Baya*, 23v (98); *Cartas Avulsas*. 187.

(236) Caixa, *Bras.* 15, f. 260: «infirmis pauperibus valetudinaria». Cf. *Fund. de la Baya*, *Bras.* 12, f. 37v (113): «Este año [de 1574], se ordenó que uiesse hospital en cada aldea».

pital que té então não havia naquela cidade” (237). Inferiram daqui alguns historiadores que êle fundara a Santa Casa da Misericórdia (238).

Capistrano de Abreu acha mais provável que a Misericórdia existisse desde o comêço da cidade (239). Somos da mesma opinião por dois motivos positivos: porque a 25 de março de 1582, data em que a Armada de Flores Valdez aportou ao Rio, relata Sarmiento que ao chegarem à cidade “os *confrades da Misericordia* dêste povo receberam os doentes, e, com a sua pobreza, na verdade muita, começaram a curar os doentes” (240).

Segunda e principal razão: uma *Carta Anua*, inédita, assinada pelo próprio Anchieta, contando o que se fazia em diversas partes do Brasil, ao falar do Rio, pormenoriza como os Padres e moradores receberam e trataram os doentes daquela Armada; e, dando relêvo ao entusiasmo com que o povo, e em particular os índios das Aldeias, construíram casas para os doentes, diz expressamente que as construíram por êles “*não caberem no hospital*” (241).

Existiam, portanto, hospital e confrades da Misericórdia no Rio de Janeiro antes de 1582, ano em que chegou a Armada de Flores Valdez.

---

(237) Vasc. *Vida de Anchieta*, p. 270-271.

(238) Cf. Madureira, *A Liberdade dos Índios*, I, p. 24-25, onde cita Brasília Machado, Barão de Studart, José Vieira Fazenda e Fr. Agostinho de Santa Maria.

(239) Cf. Madureira, *loco cit.*

(240) Sarmiento, *Relaçion de lo suçedido a la Armada Real de su Magt. en este viage del Estrecho de Magallanes*. Rio Janeiro, 6 de janeiro de 1583, publicada por Pastells, *El descubrimiento del Estrecho de Magallanes*, p. 586, Madrid, 1920.

(241) ...in domibus praesertim conficiendis (cui operi nostri Indi diligenter insudarunt) quibus male affecti reciperentur, nullatenus enim eos hospitale capiebat, quamquam multi in navibus remanerent — Carta da Baía, 1 de Janeiro de 1584, *Bras.* 8, f. 5; *Annuae Litt.* 1583, p. 203, Romae, 1585.

Desde quando?

Creemos, repetimos, que a Misericórdia seja coeva da fundação da cidade. Onde quer que os Portuguezes se estabeleciam fundavam Misericórdia, como em Santos e na Baía (242).

Aliás consta que a Misericórdia do Rio de Janeiro já existia, pelo menos, em 1570 (243).

Quere dizer, se quiséssemos dar à Misericórdia da capital do Brasil origem jesuítica teríamos que pronunciar o nome de Nóbrega, Superior do Rio desde 1567 a 1570, período em que ela sem dúvida se fundou. Mas para quê atribuir aos Jesuítas glórias incertas, se lhes sobejam as verdadeiras? Certo é que o Colégio do Rio, por ocasião da chegada da armada, lhe prestou serviços extraordinários, promovendo a construção de pavilhões hospitalares, distribuindo remédios, comida, carne, peixe e farinha. não só pelas casas como na portaria do Colégio. Vasconcelos faz ainda recair todo o louvor destas benemerências sôbre Anchieta (244).

Anchieta era bem capaz disso e de mais. Todavia, o reitor do colégio de 1582, portanto o responsável imediato de tãda a actividade do mesmo colégio, era o P. Pero de Toledo.

## Doenças venéreas

Discute-se, se a sífilis foi da Europa para a America ou se veio da América para a Europa. Karl Sudhoff,

---

(242) Já a 6 de Nov.<sup>o</sup> de 1549 existe uma ordem de pagamento a favor de Diogo Moniz, «Provedor do Hospital desta cidade do Salvador» (*Doc. Hist. XIII*, p. 327).

(243) Cf. Duarte Nunes, *Almanac Historico: Noticia da Fundação da Santa Casa da Misericordia*, — *Rev. do Inst. XXI*. p. 158-159).

(244) Vasc., *Vida de Anch.* 270-271.

director do Instituto de História de Medicina da Universidade de Leipzig, manifesta-se contrário à origem americana da sífilis (245). Ricardo Jorge aceita-a sem a menor hesitação (246). Carlos França também é favorável à origem americana. O principal argumento é o seguinte testemunho do Padre Anchieta, referindo-se à lagarta preta (socauna) semelhante à centopeia. É uma lagarta comprida e preta, de cabeça vermelha, com pêlos compridos venenosos, que excita o libido. "Os Índios costumam applicá-las às partes genitais, que assim excitam para o prazer sensual. Incham elas de tal modo que em três dias apodrecem, donde vem que muitas vezes o prepúcio se fura em diversos lugares, e algumas vezes o mesmo membro viril contrae uma corrução incuravel. Não só se tornam feios, pelo aspecto horrível da doença, como também mancham e inficionam as mulheres com que têm relações" (247).

Aquela ulceração, seguida de adenites, o contágio sexual, a certeza de que a maior parte dos agentes patogénicos de vertebrados tiveram por hóspedes primitivos invertebrados, leva Carlos França a ver naquele facto a origem da sífilis: "quem sabe, pergunta êle, se o treponema de Schaudinn não será o descendente adaptado ao homem dalgum organismo parasitando as lagartas, a que em 1560 se referia Anchieta? Os nossos actuais conhecimentos parasitológicos não permitem considerar ridícula esta ideia" (248).

---

(245) *Investigación y Progreso*, Madrid, Setembro de 1929.

(246) Ricardo Jorge, *La Médecine et les Médecins dans l'expansion mondiale des Portugais*, p. 4, Lisboa, 1935.

(247) Anch., *Cartas*, 116, 136; Gabriel Soares, *Tratado Descritivo do Brasil*, 246, 286-287, Rio, 1879.

(248) Carlos França, *Os Portugueses do século XVI e a Hist. Natural do Brasil*, in *Rev. de Hist.* vol. 15, p. 64, Lisboa, 1926.

Até ao século XIX andaram confundidas as doenças venéreas e a sífilis. Abrangiam-se tôdas, entrè nós, com o nome de mal gálico (em França era mal americano). Pois, logo em 1549, escreve o Padre Manuel da Nóbrega: "a terra é sã; desde que aqui estamos nunca ouvi dizer que morresse algum de febre, mas sòmente de velhice e muitos de mal gálico" (249). Diogo Jácome conta o caso de um homem, que há muitos anos vivia na terra, doente; padecia dos males "comuns aos que ao pecado da luxúria se dão... assim está comido de chagas" (250). Afrânio Peixoto, que também é médico, não infere que fôsse necessàriamente a sífilis; poderiam ser "leishamainoses cutâneas" ou "discrásicas ulcerações devidas a ancilostomose". (251).

O certo é que destas doenças venéreas (sífilis ou outras), se sofria no Brasil à chegada dos Jesuítas. E êles as trataram como souberam e puderam. A mulher antiga de um Português, com quem vivera 40 anos, estava atacada dessa terrível doença. Assistiram-lhe até à morte, tratando-a, espíritual e medicalmente, os Padres Afonso Braz e Gaspar Lourenço. Ela tinha "corrutos os membros secretos (esta era sua enfermidade, que é mui comum nestas mulheres do Brasil ainda virgens)", esclarece Anchieta (252).

Por êstes e outros tratamentos, chama o Prof. Lopes Rodrigues a Anchieta o primeiro ginecólogo do Brasil. O epíteto não deixa de ser ambicioso; corresponde, contudo, mais generalizado, à verdade dentro da relatividade dos tempos.

---

(249) Manuel de Nóbrega, *Cartas do Brasil*, 111, Rio, 1934.

(250) *Cartas Avulsas*, 103.

(251) *Cartas Avulsas*, nota 56, p. 107.

(252) Anch., *Cartas*, 148-149.



## Cura do cancro?

Para Anchieta o cancro curava-se no Brasil, e diz como: "Aquecem ao fogo um pouco de barro bem amassado, com que se fazem vasos; e, tão quente quanto a carne o possa suportar, o aplicam aos braços do cancro, os quais morrem pouco a pouco; e tantas vezes repetem êste curativo até que, mortas as pernas, o cancro se solta e cai por si".

Esta experiência tinha-se feito pouco havia numa mulher, e com resultados felizes (253).

Seria verdadeiramente um cancro, dêstes que em medicina se chamam epitelomas, sarcomas, etc.? Os especialistas inclinam-se a dizer que não. Assim Olivério Mário (254). Carlos França chama-lhe cautelosamente neoplasia, sem especificar mais. Contudo, acrescenta: "Não se poderá ver nesta terapêutica indígena, descrita por Anchieta, uma antepassada da diatermia empregada em nossos dias? Não haveria nêsses barros quaisquer substâncias radioactivas?" (255)

## Medicamentos

Os Padres levaram consigo os remédios indispensáveis para a travessia do Atlântico, e para as primeiras necessidades. Mas, em chegando à terra, viram-se na contingência de ampliar a reserva, bem escassa, dos seus remédios. Entre os Padres das primeiras expedições foram alguns doentes. E é curioso verificar que foram precisamente os mais atacados os que melhores serviços prestaram, talvez pela própria experiência. João Gon-

(253) Anch., *Cartas*, 113.

(254) Anch., *Cartas*, 133.

(255) *Os Port. do século XVI e a Hist. Nat. do Brasil*, in *Rev. de Hist.*, vol. 15, p. 57, Lisboa, 1926.

çalves e José Anchieta, doentes no Colégio de Coimbra, repartiram a sua actividade no Brasil: o primeiro na Baía, o segundo na Capitania de S. Vicente. Anchieta, que ficou no sul, arribou da sua doença, porque “os opilados e meio doentes”, vindo para Piratininga, saram (256). O que um era no sul, outro era na Baía. Entre as muitas curas que operou o Padre João Gonçalves, antes de falecer, conta-se a de certa índia “que estando mui ao cabo, de câmaras, e não tendo remédio os parentes com que as estancar, lhe fêz uns emplastros com almécegas e azeite (porque cá não há outros materiais) e logo a deu sã” (257).

Além dos remédios indígenas, as plantas medicinais. Nóbrega, em 1561, manda para os doentes de Portugal algumas conservas, cujos efeitos terapêuticos especifica: “ananazes para dor de pedra, os quais, pôsto que não tenham tanta virtude como verdes, todavia fazem proveito. Os Irmãos, que lá houvesse desta enfermidade deviam de vir para cá, porque se achariam cá bem, como se tem por experiência. Vão também marmeladas de ibas, camucis, carazases para as câmaras” (258).

A respeito do tabaco, escreve: “nesta terra tôdas as comidas são difíceis de desgastar, mas Deus remediou a isto com uma herva cujo fumo muito ajuda a digestão e a outros males corporais e a purgar a fleuma do estômago” (259). Anchieta descreve a ipecacuanha e outros arbustos purgativos numa relação em que trata expressamente das plantas “úteis à medicina” (260).

(256) Anch., *Cartas*, 63.

(257) *Cartas Avulsas*, 162; Anch., *Cartas*, 178.

(258) Nóbrega, Carta de 12 de Junho de 1561, *Bras.* 15, 114.

(259) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, 11-112; Fernão Cardim chama-lhe «erva santa». — *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, p. 75-76. Rio, 1925.

(260) Anch., *Cartas*, 127.

Fernão Cardim compõe expressamente uma informação a-respeito-do *Clima e Terra do Brasil e de algumas cousas notáveis que se acham assim na terra como no mar*, de interesse médico evidente. Um dos capítulos trata das *ervas que servem de mēzinhas*, onde descreve as propriedades curativas de 14 espécies de plantas. Ao corrente do saber do seu século, “especialmente da ciência médica”, diz Rodolfo Garcia, eram-lhe familiares os tratados do médico sevilhano Monardes, “como seriam os de Clusius, Garcia da Horta e outros” (261).

A *Informação do Brasil para Nosso Padre*, atribuída a Anchieta, mas que nos Arquivos da Companhia tem a assinatura autógrafa de Cristóvão de Gouveia (o estilo é de Fernão Cardim, seu secretário), traz, além doutras notícias de interesse médico, a que já nos referimos, uma secção sôbre higiene alimentar.

Não menos valioso é o tratado que Francisco Soares nos deixou, *De algumas cousas mais notaveis do Brasil e de alguns costumes dos Indios*.

O capítulo 2.º da 2.ª Parte trata das “ervas [de] que Dioscórides não teve conhecimentos nem fêz menção alguma” (262).

(261) Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, p. 28, 33, 73.

(262) *Rev. do Inst. Hist. e G. Brasileiro*, vol. 148, p. 402. Sôbre o autor desta obra, considerado anónimo, publicámos na *Brotéria*, vol. XVII, p. 93-97 (1933), um estudo, propondo, como solução provisória, o nome de Luiz da Fonseca. Depois disso, achámos na Biblioteca de la Academia de la Historia, de Madrid, *Jesuitas*, 119. n.º 254, um *ms.* com êste título «*Das cousas do Brasil & costumes da terra*, polo p. Francisco Soares». Êste *ms.* omite a parte histórica do comêço; mas da parte pròpriamente naturalista e científica fica desvendado agora o Autor: Francisco Soares. A êle quadram, efectivamente, as considerações que fizemos sôbre Luiz da Fonseca. E tem a vantagem sôbre aquele de aparecer agora o seu nome expresso. Por êste tempo existiam no Brasil dois Padres Jesuitas com o mesmo nome de Francisco

Carlos França, numa série de monografias já estudou a contribuição dos Jesuítas para a cultura científica em geral. Em "Os Portugueses da Renascença, a medicina tropical e a parasitologia", fala dalgumas doenças descritas e caracterizadas pelos Padres Fernão Cardim e José de Anchieta (263); em "Os Portugueses do século XVI e a fauna brasileira" anota as observações de animais até então desconhecidos, feitas por êles (264); e em "Os Portugueses do século XVI e a História Natural do Brasil" (265), examina os escritos daqueles mesmos Jesuítas, a que junta Nóbrega e Gaspar Afonso. A êstes podemos acrescentar nós Francisco Soares. Digamos de passo que Soares, Anchieta e Cardim descrevem, um século antes de Redi, a sede dental do veneno ofídico. "A peçonha [da jararaca] vem das gengivas e corre por um rêgo que o dente tem, como eu o vi" — diz Francisco Soares" (266).

Os Jesuítas sempre foram homens práticos. As suas observações não ficavam só no campo da especulação. Gradativamente, todos êstes elementos da flora e da fauna americana se utilizaram na sua farmacologia. A quina, que os Jesuítas revelaram ao mundo, levou muito

---

Soares. Deve tratar-se do que voltou à Europa em 1589 com o Visitador Cristóvão de Gouveia e com o P. Fernão Cardim. Cativos dos piratas franceses, a 6 de Setembro, o P. Francisco Soares tomou terra na Biscaia alguns dias depois, a 15; e dali veio por terra até Bragança (Cardim, *Tratados*, 367-371). O P. Francisco Soares já estava em Lisboa a 1 de Dezembro, e tinha «muitos anos» de Brasil. — *Lus.* 70, 290 v.

(263) *O Instituto*, vol. 73, p. 4-42, Coimbra, 1926.

(264) *Memórias e Estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra*, série 1, n.º 9, Coimbra 1926

(265) *Rev. de Hist.*, vol. XV, p. 52.

(266) Francisco Soares, *op. cit.*, p. 396.

tempo o nome de “mèzinha dos Padres da Companhia” (267).

Para veicular as tisanas, havendo falta de vinho na terra, prepararam uma beberagem de milho cozido a que adicionaram mel, muito mais fácil de achar (268). O mel servia também “para curar feridas”.

Em cada um dos colégios e nas principais residências, onde se criavam e viviam muitos Irmãos e Padres, havia uma parte principal do edifício, bem orientada e com as condições higiênicas requeridas, segundo aliás as ideias do tempo, mas não inferiores a elas: era a enfermaria. “A enfermaria da Baía está mudada em outra e o tratamento dos enfermos o melhor que se pode dar” (269). Anexa, havia a farmácia, de que se abastecia também a gente de fora. E, em casos de epidemia ou calamidade pública, a botica do colégio era a botica de todos (270). Estas boticas dos Jesuítas tornaram-se famosas. Com o andar do tempo foi-se enriquecendo a sua farmacopeia, sobressaindo com renome quási lendário a *Triaga Brasília*. Por ocasião do sequestro do Colégio da Baía, diz o desembargador, que procedeu ao arrolamento, que êste remédio tinha grande consumo “por ser pronto o seu efeito e que não faltaria quem desse pelo segredo três ou quatro mil cruzados” (271).

Considerava-se perdida a fórmula desta extraordinária triaga. Possuímo-la. E' longa demais para se trans-

---

(267) Luiz Gonzaga Cabral, *Jesuítas no Brasil*, p. 215-216, S. Paulo, 1925.

(268) Anch., *Cartas*, 44.

(269) Pero Rodrigues (1598), *Bras.* 15, f. 468.

(270) *Cartas Avulsas*, 451.

(271) Ofício do Desembargador Francisco Antônio Berquó da Silveira Pereira (para Tomé J. Côte-Real), da Baía, 30 de Julho de 1760, no Arquivo Hist. Colonial, Baía, n.º 5018. Cf. Inventário de Castro e Almeida, *Ann. da Bibl. N. do Rio de Janeiro*, XXX, p. 401.

crever aqui. Mas daremos notícia do manuscrito onde se encontra, livro precioso, que se publicará um dia.

Eis sumàriamente, as suas características:

*Coleção de Varias Receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macao, e do Brazil compostas, e experimentadas pelos Melhores Medicos, e Boticarios mais célebres que tem havido nessas partes. Aumentada com alguns índices, e noticias curiosas e necessárias para a boa direção, e acerto contra as enfermidades.*

Desenho pequeno de um coração encimado pela cruz.

*Em Roma ano M.DCC.LXVI. Com todas as licenças necessárias.*

Mede 134 × 200 mm. e tem 10 + 610 + 22 páginas de índice e um desenho no fim, a côres, representando um homem e o sistema venoso com o modo de se fazer a flebotomia.

Abre com uma “Dedicatória ao Coração Santíssimo de JESUS”.

Uma gravura grande, a côres, do mesmo Coração rodeado de anjos e querubins.

Prólogo.

Pág. 1 — *Agoa Cordial*, etc.

Está distribuido pelo abcedário. Cada uma das letras A, B, C, D... é um desenho à pena, primoroso, quási sempre com um ou dois animais, cuja inicial começa com a letra respectiva, como fazem alguns dicionários modernos.

De letra a letra, há algumas páginas em branco, destinadas a receber novas receitas.

Além da *Triaga Brasílica* encerra outras notícias sobre medicamentos e irmãos farmacêuticos dos Colégios do Brasil (272).

\* \* \*

Lopes Rodrigues, já citado, Prof. das Universidades de Belo-Horizonte e Rio de Janeiro, publicou há pouco um volume intitulado *Anchieta e a Medicina*. Condecora-o com os títulos de clínico, cirurgião, higienista, parasitologista, psicoterapeuta, naturalista, ginecólogo, e até parteiro, ainda que não nos parece que este último título se possa definitivamente sustentar, dado que só consta de dois casos, e neles o Jesuíta não interveio junto da parturiente, mas só com a criança recém-nascida e abandonada (273). Lopes Rodrigues manteve-se dentro do seu objecto, que era Anchieta, a quem chama *Galeno Jesuítico do Brasil*. Ampliando nós o quadro a todos os Jesuítas, a êles em geral, uns mais outros menos, pertencem aqueles títulos. E àqueles títulos deve-se juntar o de farmacólogos distintos como se prova pela sua mesma actividade e pela *Collecção de Receitas*, que revelamos.

A-pesar-das apreciações competentes dos especialistas e médicos, não nos iludimos. Sabemos que, diante dos extraordinários progressos da medicina e da cirurgia mo-

---

(272) *Op. NN.* 17. Este manuscrito, quando se publicar, prestará serviços não só à história da medicina no Brasil, mas no Oriente, onde os Jesuítas realizaram obra notável, em particular no Japão. Cfr. Dorotheus Schilling O. F. M., *Das Schulwesen der Jesuiten in Japan* (1551-1614). Münster in Westf., 1931, e Dr. Arlindo Camilo Monteiro, *De l'influence portugaise au Japon*, pp. 19 ss., Lisboa, 1935.

(273) *Anch., Cartas*, 218-219. Achamos também um caso de intervenção com a parturiente, em 1568, mas não se nomeia o Padre. O facto é narrado pelo P. Baltazar Fernandes e parece tratar-se d'êle próprio: «Se porventura acontece algum achar-se

derna, aquelas práticas e tratamentos do século XVI farão sorrir complacentemente. Não nos fazem sorrir também os mestres e especialistas de então, a "Polianteia Medicinal" de Curvo Semedo, por exemplo? Só na perspectiva do tempo se pode julgar com justeza a actividade dos nossos antepassados. E é inegável que os Jesuítas do Brasil, dentro da sua múltiplice actividade, souberam também, nesta matéria, escrever uma página científica e humanitária, digna de especial menção na história geral da Cultura Portuguesa através do mundo.

---

*in extremis*, se nos dão recado, quando quer que seja, quer chova, quer faça sol, quer de noite, quer de dia, uma légua e mais, corremos quanto podemos pera chegar ao pobre com remédio da alma como do corpo. Aconteceu que dando-nos recado de uma índia, que não era cristã, que estava pera morrer de parto, tanto que o soubemos fomos muito depressa; chegando, já quasi não falava. Aparelhamo-la e baptizamo-la; e depois que acabamos de entender na cura espiritual, entendemos também na corporal, pola necessidade assim o pedir, por remédios que lhe fizeram pera beber. E quis Nosso Senhor, por sua misericordia, que uma e outra obrassem». — *Cartas Avulsas*, 500-501.



## XIV

# CONQUISTA E FUNDAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

A-pesar-de destruído o forte de Coligny em 1560, Mem de Sá não pôde ficar no Rio de Janeiro “por não ter o Governador gente para logo o povoar e fortificar como convinha” (274). Ora a fortaleza podia reerguer-se. E’ o que expõe o Padre Manuel da Nóbrega ao Cardial Infante, lembrando a necessidade de se povoar o Rio de Janeiro e de “fazer-se nele outra cidade como a Baía, porque com ela ficaria tudo guardado, assim a Capitania de S. Vicente como a do Espírito Santo, que agora estão bem fracas”. Tal empresa deve-se tomar a peito, encarecia êle, “porque a fortaleza que se desmanchou, como era de pedras e rocha, que cavaram a picão, fâcilmente se pode tornar a reedificar e fortalecer muito melhor” (275).

A fortaleza não tornou a erguer-se, mas os Tamóios entricheiraram-se em terra. E os franceses não desampararam a região. Leonardo do Vale assinala a presença das seguintes naus francesas nos portos do Brasil, uma na Baía, sete no Rio, duas das quais foram atacar o Espírito Santo (276). Falava-se que viria socorro da Fran-

---

(274) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, p. 227.

(275) Nóbrega, *ib.*, 227.

(276) *Cartas Avulsas*, 339-340; 362-364.

ça. A Capitania de S. Vicente via-se realmente em situação melindrosa, quando em 1563 sucedeu o duplo facto do armistício de Iperoig e da volta ao Brasil de Estácio de Sá, com duas naus grandes (277).

Neste mesmo ano recolhia Anchieta a informação de que todos os franceses do Rio eram protestantes e até perseguiam e matavam a quem celebrasse missa (278), motivo a mais para se apressar a empresa. D. Catarina, o Governador, a gente do Brasil, os Jesuítas, todos a achavam urgente. E os Jesuítas talvez mais do que ninguém. A experiência de Iperoig mostrava-lhes que os Tamóios, instigados pelos franceses do Rio e Cabo Frio, queriam a guerra. Anchieta conta as terríveis depredações que os Tamóios iam fazer em S. Vicente depois das pazes e como "tinham determinado pôr tudo a fogo e sangue" (279).

Em S. Vicente esperava-se a armada de Estácio de Sá. Depois que chegou à Baía deu-lhe o Governador alguns reforços. No Espírito Santo recolheu o Capitão-mor Melchior de Azeredo e Araribóia, chefe Temiminó. Mem de Sá encomendou ao sobrinho que não arriscasse nada sem ouvir primeiro o Padre Nóbrega. Estácio assim o fez; "apenas chegou ao Rio mandou um navio pequeno a S. Vicente para com cujo conselho se assentar o que se havia de fazer. Nóbrega, trazendo Anchieta, partiu a 19 de março e chegou ao Rio a 31, sexta-feira-santa, à meia noite. A esquadra de Estácio de Sá, que saiu dois dias antes, voltou, obrigada pelo tempo, no sábado

---

(277) *De algumas cousas mais notáveis do Brasil*, in *Rev. do Inst. Histórico Brasileiro*, 94 (Rio, 1927), p. 378; *Vasc., Cron.* III, 56.

(278) *Anch., Cartas*, 208-209.

(279) *Anch., Cartas*, 235.

de aleluia" (280). Esta volta foi a salvação de ambos, senão teriam sido infalivelmente capturados pelos Tamóios. Domingo de Páscoa, Nóbrega celebrou missa na Ilha de Vil'egaignon, já abandonada. Havia quasi dois meses que viera Estácio de Sá. O Padre, vendo a attitude hostile dos Tamóios e como se haviam entricheirado, foi de parecer que convinha melhor preparação. A armada portugueza fêz-se na volta de S. Vicente.

A preparação meticulosa da campanha levou dois meses. Foi extraordinária a actividade de Nóbrega: alistar combatentes, ajudado pelos seus Padres e Irmãos. Havia quem se opusesse "assim do povo de S. Vicente como dos capitães e gente da armada, aos quais parecia impossível povoar-se o Rio de Janeiro com tão pouca gente e mantimentos". Estavam firmes Estácio de Sá e o ouvidor Braz Fragoso, que também viera da Baía. E poucos mais. Estácio de Sá perguntou ao grande jesuíta:

— "Padre Nóbrega! E que conta darei a Deus e a el-Rei, se lançar a perder esta armada? Respondeu êle, com confiança mais que humana:

— Senhor, eu darei conta a Deus de tudo: e se fôr necessário irei à presença do Rei e responderei aí por vós" (281).

---

(280) Capistrano in Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, 4.<sup>a</sup> ed., I, 406; Anch., *Cartas*, 236; Vasc., *Cron.* III, 58-59.

(281) Vasc., *Cron.* III, 62, citando Anchieta. Antes de Vasconcelos, e citando o mesmo Anchieta, António de Matos: «Qualem (rationem) Pater mi, Deo me Regique praestabo si m.lites meos Tamoyarum, Gallorumque armis mactandos trucidandosque tradidero? Nam etsi illi fortes aeque ac leones sint, ipsa tamen certe barbarorum multitudine, cum perpauci sint, opprimuntur. In me, ait Nobrega, sceleris istius culpa refundatur. Hac ipsa aspergar ignominia. Ego Regi pro te Deoque Optimo Maximo satisfaciam». António de Matos, *De Prima Collegii Fluminensis Januarii Institutione*, p. 21, Roma, Gesù, fondo gesuitico, n.º 201 (Rio de Janeiro).

Emquanto se aprontou a armada, Nóbrega convidou Estácio de Sá e os outros capitães a visitar as casas dos Jesuítas em S. Vicente e S. Paulo e apresentou-lhe os índios principais e publicou perdões em nome do Governador (282). O resultado não se fêz esperar. Escreve Leonardo do Vale alguns meses depois: "A maior parte dos índios que a armada levou consigo a povoar o Rio são os nossos discípulos de Piratininga, os quais têm tanto conhecimento do amor com que a Companhia os trata, e trabalha por sua salvação, que, com terem bem que fazer em defenderem suas casas, e sabendo que se apregoava guerra contra êles, sofreram deixar suas mulheres e filhos e repartirem-se por favorecer a armada, que sem êles mal se podia povoar, e lá andam" (283).

Para lhes assistir e os animar seguiram o Padre Gonzalo de Oliveira e o Irmão José de Anchieta. Anchieta ia ser o cronista da expedição (284).

No dia primeiro de Março de 1565 estabeleceu-se o Capitão-mór à entrada da baía no sítio limitado da parte do mar pelos dois morros *Cara de Cão* e *Pão de Açúcar*, e pela parte da baía pelo mesmo *Cara de Cão* e outro morro, que vai até junto ao *Pão de Açúcar*. E' o espigão da *Urca*. Aí armaram os soldados as tendas e construíram casas de palha. Do lado dos morros defendia-os a

(282) Vasc., *Cron.* III, 63-64.

(283) *Cartas Avulsas*, p. 451; J. C. Fernandes Pinheiro, *Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos Jesuítas no Brasil*, in *Rev. do Inst.* 19, 2 P. (Rio, 1856) 387.

(284) Anch., *Cartas*, 245-254. Da sua carta de 9 de julho de 1565 dão os diversos autores resumos ou interpretações próprias. A mais objectiva é a de Capistrano de Abreu, in *Porto Seguro*, H. G., I, 427-429. E antes dêle Felisbello Freire, *História da Cidade do Rio de Janeiro*, p. 34.

própria natureza. Do lado das praias cravaram-se estacas (285).

O arraial de Estácio de Sá recebeu a invocação de S. Sebastião, homenagem a El-rei, e deu-se a princípio, na cidade que se fundava, a uma administração rudimentar, mas disciplinada. Com o inimigo iniciou-se um regime de ciladas e escaramuças "de sorte que até princípio de 1567 todo o dia era de guerra. De manhã uma emboscada no francês, de tarde uma sortida valente no tamóio. Só a presença dos Padres e a certeza da proteção de S. Sebastião, sem se contar com a valentia provada de Estácio, davam uma coragem religiosa à população, tôda ela tornada guerreira, com a tenção única

---

(285) Tal é a localização do acampamento de Estácio de Sá, segundo Antônio de Matos. Diz êle que o Capitão-mór *«locum pro castris delegisse ante ipsum Januarii sinus ostium quam ex parte littoris maritimi duae ingentes claudunt rupes (una Canis Vultus altera Sachareus Panis appellatur); ex parte vero alterius littoris sinuosi scilicet, eodem Canis Vultu et altera rupe usque ad Sachareum Panem decurrente, clauditur. Eo in loco ad planum tentoria ceu mapalia, siccato foeno tecta, disposuere milites; et ex parte littorum sudibus in terram defixis munierunt; nam caetera natura munivit (De Prima Institutione, f. 16). Se êste texto fôsse conhecido antes, poupar-se-iam algumas canseiras tanto a Veira Fazenda na determinação deste local, Fundamentos da cidade do Rio de Janeiro, in Rev. do Inst. 71, I p. (Rio, 1908) 23-31; 80, p. 532-550, como a Morales de los Rios Subsídios para a história da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, in Rev. do Inst. Tomo Especial do Congresso de História, 1914, Parte I, p. 1161-1220. Aliás o Roteiro do todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas que há na Costa do Brasil, códice quinzentista da Biblioteca da Ajuda e publicada na História da Colonização Portuguesa do Brasil, vol. III (Porto, 1924) pp. 230-231, indica a cidade velha entre o Pão de Açúcar e o Cara de Cão (morro de S. João), o qual, colocado no extremo da península vai do mar à Baía, como precisamente aponta o P. Antônio de Matos, reitor do Colégio do Rio de Janeiro, e conhecedor de visu dos locais que descreve.*

de desbancar o contrário, extinguindo a heresia e seu aliado selvagem" (286).

O primeiro mês foi para se fixarem e estabelecerem a defesa. Fizeram-se plantações e constituiu-se um baluarte de taipa e pilão, munido de artilharia. Ergueram-se guaritas de madeira. Para ficarem ao abrigo de incêndios cobriram-nas de telha trazida de S. Vicente. Também se fortificaram numa eminência vizinha, miradouro donde dominavam todas as evoluções do inimigo de terra e mar. Maravilha de tática e defesa, posição verdadeiramente inexpugnável para o tempo. Todavia, como os Tamóios por sua vez se entrincheiraram em terra e na Ilha do Governador, era mistér desalojá-los sob pena de se eternizarem uns e outros inútilmente nas posições respectivas. Tanto mais que os Franceses iam passando palavra e não tardariam a concentrar-se no Rio as naus artilhadas que êles tinham pela costa ou em Cabo Frio ou poderiam vir da Europa. Dos dois Jesuítas, presentes no arraial, um era sacerdote, outro não. E' inegável que se ambos o fôsem mais úteis seriam os ministérios. Resolveu Nóbrega enviar à Baía o Irmão Anchieta para se ordenar. Ao mesmo tempo informaria Mem de Sá da situação do Rio de Janeiro e da necessidade de vir refôrço para a conquista efectiva. O socorro só havia de chegar em 1567. Anchieta partiu no dia 31 de Março de 1565 (287). Daí em diante (22 meses) Gonçalo de Oliveira trabalhou incansavelmente no Rio de Janeiro, com brancos e índios; e de S. Vicente ia enviando Nóbrega outros companheiros ao Padre Oliveira e os ia revezando por vezes "com ocasião de so-

---

(286) Jorge de Lima, *Anchieta*, 179, Rio, 1934; Vasc., *Cron. III*, 76-77, 84, *Vida de Anch.*, 103-118; *Anch.*, *Cartas*, 307; *Cartas, Avulsas*, 452-454; Pero Rodrigues, *Vida de Anch. in Annaes*, XXIX, 212-213.

(287) *Anch.*, *Cartas*, 252-253.

corros que mandava freqüentemente ao capitão-mór e soldados de refresco, canoas e índios, animando-os e consolando-os (288). Os Tamóios de Iperoig permaneciam fieis. Estava portanto assegurada a comunicação pacífica entre o Rio e S. Vicente; e é de crer que não só por meio de emissários, mas pessoalmente, se tivessem avistado e falado Nóbrega e Estácio de Sá. Chegaram a acôrdo que era de absoluta necessidade a vinda de uma poderosa armada. Nóbrega escreve para Portugal e insiste que venha quanto antes, e que traga também novos obreiros para a Companhia, porque fazem falta. Luiz da Grã, corrobora o pedido, "para que se não perca por negligência e descuido o que com tantos trabalhos, como cá se sabem, se ganhou" (289). Anchieta reflete o mesmo espírito e insinua que Bois-le-Comte se aprestava (ao que corria) para vir em socorro de Tamóios e Franceses (290). O Governador Geral fazia instâncias semelhantes. Esta unanimidade não deixou de impressionar Lisboa que aliás ardia no desejo de arrancar, enfim, de Guanabara o escalracho inimigo.

Sob o comando de Cristóvão Cardoso de Barros chegou a armada à cidade do Salvador no dia 24 de Agôsto de 1566. Nela vieram também o Padre Visitador Inácio de Azevedo e mais três padres e quatro irmãos (291).

A armada constava de três galeões. O Governador Geral junta-lhes três caravelões, gente e mantimentos e vai pessoalmente ao Rio, saindo da Baía em Novembro e

---

(288) Vasc., *Cron.* III, 86.

(289) *Cartas Avulsas*, 454.

(290) Anch., *Cartas*, 253.

(291) *Lus.* 61, f. 289; *Lus.* 62, f. 22; Franco, *Synopsis*, an. 1566, n.º 6; Vasc., *Cron.* III, 90. A Armada saiu de Lisboa antes de 6 de Junho, de 1566; nesse dia escreve o P. Leão Henriques que «o padre Inácio de Azevedo já partiu com seus companheiros para o Brasil», *Lus.* 62, f. 44 v.

chegando no dia 18 de Janeiro de 1567. Vñham na armada, além do bispo D. Pedro Leitão, seis jesuítas: Inácio de Azevedo (Visitador), Luiz da Grã (Provincial), José de Anchieta, recém-ordenado, António Rodrigues, Baltazar Fernandes e António da Rocha (292).

A posição dos Tamóios, à chegada de Mem de Sá, é a seguinte. Possuem três redutos fortificados: O de "Biroaçu-mirim, grande principal e muito guerreiro" (em Vasconcelos e na maior parte dos historiadores, Uruçú Mirim). Ficava numa posição altíssima onde havia alguns franceses, sítio que Capistrano identifica "sem grande risco de errar", com o actual Morro da Glória (293). Outro na Ilha do Governador, a que Mem de Sá chama Paranapecú; outro ainda, guarnecido de muitos franceses, com três cêrcas fortíssimas, baluartes e casas fortes.

Observada a situação, logo se resolve o ataque geral e sucessivo. No dia 20 de Janeiro, dia de S. Sebastião, patrono da cidade, investe-se Biroaçu-mirim. E' o maior feito de armas desta conquista. Vencem os Portugueses. Mas a luta é renhidíssima e nela fica ferido o Capitão-mór.

A seguir impugna-se a fortaleza da Ilha do Governador, sendo tomada depois de três dias de combate (294). A terceira fortaleza não chega a ser combatida: é simplesmente entrada. Os inimigos, desmoralizados com as duas derrotas precedentes, fulminantes, antes de serem atacados, escreve Mem de Sá, "logo me vieram pedir pa-

---

(292) Vasc., *Cron. III*, 93 e 100. De Baltazar Fernandes existe uma carta referente a esta viagem, *Cartas Avulsas*, 481-487. A António Rodrigues, como antigo soldado e experimentado já nas guerras do Paraguai e da Baía, foram confiados os índios, recebidos no Espírito Santo. (Ant. Matos, *Prima. Inst.*, p. 22 v. 23).

(293) In Porto Seguro, *H. G.*, I, p. 430.

(294) Vasc., *Cron. III*, 101-103,



zes e fhas outorguei com ficarem vassallos de Sua Alteza" (295).

Para contrastar estes triunfos, Estácio de Sá sucumbe no dia 20 de Fevereiro de 1567 aos ferimentos recebidos um mês antes no Morro da Glória, conquistando-a para si eternamente. A morte dêste jovem capitão encerra o ciclo heróico da conquista (296).

Do fundador da cidade do Rio de Janeiro traçou Anchieta as seguintes palavras, que valem pelo maior elogio: "Nesta conquista que durou alguns anos andavam os homens como religiosos, confiados em Deus e na presença do capitão-mór, Estácio de Sá, o qual, além do seu grande esforço e prudência, era todo exemplo de virtude e religião cristã. E bem mostrou o Padre Nóbrega, que foi regido nesta matéria pelo Divino Espírito, pelas muitas e insignes vitórias que por misericórdia sua houveram tão poucos Portuguezes de tanta multidão de Tamóios ferocíssimos, costumados por tantos anos a serem vencedores, e dos Franceses luteranos, que consigo traziam" (297).

"E' notório a todos, diz Leonardo do Vale, em carta de 23 de Junho de 1565, nos começos da campanha,

---

(295) *Instrumento dos serviços de Mem de Sá*, in *Annaes da Bibl. Nac. do Rio*, vol. 27, pp. 135-136.

(296) Estácio de Sá sepultou-se na capela dos Jesuítas da Cidade Velha. Teve exéquias solenes. Antes de 1583, transferiram-se os restos mortais do capitão-mór para a igreja de S. Sebastião. E ali permaneceram até ao presente século. «Em 1921, informa Rodolfo Garcia, com o desmonte do Morro do Castelo, foram os restos de Estácio de Sá trasladados para o novo convento dos Capuchinhos à Rua Conde de Bonfim» (In Porto Seguro, *H. G.*, I, 417). Vieira Ferreira publicou a fotografia da lápide primitiva, *Antigas inscrições do Rio de Janeiro e Niterói*, in *Rev. do Inst.* 160 (1930) gravura n.º 96. Cf. Max Fleiuss, *História da Cidade do Rio de Janeiro*, p. 49, S. Paulo, 1928.

(297) *Vasc. Cron.*, III, 105,

serem tantos e tão evidentes os prodígios que se viram na fundação desta cidade e nos combates, que houve, que podem já esquecer os da Índia e África” (298).

Mem de Sá mudou no dia 1 de Março de 1567 a cidade para sítio mais amplo, a uma légua, no *Morro do Castelo*, actualmente arrasado e que teve também, segundo o Barão do Rio Branco, as seguintes denominações: *Morro do Descanso*, *Alto da Sé*, *Alto de S. Sebastião* e *Morro de S. Januario* (299).

Neste morro célebre fundaram os Jesuítas o seu Colégio. Estabeleceram-se logo ali mais de 150 moradores (300). E aqui começou a desenvolver-se a actual capital do Brasil, para cuja posse tinham concorrido portugueses, mamelucos e índios de todas as missões jesuíticas, numa coadjuvação valente e leal. Nestes dias históricos, o Rio de Janeiro foi teatro de grandes actos de heroísmo individual e colectivo. Silva Lisboa traz uma lista “das pessoas distintas que ajudaram a fundação e edificação do Rio de Janeiro”, com os dados biográficos de cada qual (301).

A parte que coube aos Jesuítas foi grande. Ferdinand Denis exagera-a attribuindo a êles tudo: “Emquanto os franceses trabalhavam por se estabelecer nestas regiões, os Jesuítas, que haviam adquirido já grande influência sôbre os colonos da Capitania de S. Vicente, se decidiram a expulsá-los completamente. Aprestou-se a expedição” e operou-se a conquista (302). A Heulhard

---

(298) *Cartas Avulsas*, 448, Leonardo do Vale, Carta de 23 de Junho de 1565.

(299) Rio Branco, *Ephemerides Brasileiras*, in *Rev. do Inst.* vol. 82, dia 1 de Março de 1567; *Bras.* 15, f. 183.

(300) *Cartas Avulsas*, 482-483.

(301) Baltazar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, Tomo I, cap. VII, Rio, 1834. Esta lista acha-se também na *Rev. do Inst.* 4, p. 318-330.

(302) Ferdinand Denis, *Brazil*, I, 77.

parecia-lhe tão grande a parte dos Jesuítas, que, para a explicar, os multiplica, escrevendo que Tomé de Sousa trouxera "*six bons vaisseaux chargés de Jésuites, admirables propagandistes, patients, insinuants, infatigables et disciplinés, tous formés en bataillon carré*" (303).

A verdade é que com Tomé de Sousa vieram apenas seis Jesuítas!

Sem chegarmos aos exageros dos historiadores franceses é certo que a iniciativa, intervenção e laboriosidade dos Padres foi preponderante e decisiva.

Três merecem especial referência.

José de Anchieta que esteve no arraial o primeiro mês, levou informações a Mem de Sá, e assistiu ao embate final.

Gonçalo de Oliveira, capelão militar da praça, companheiro de Estácio e assistente dos índios, todo este tempo, desde o primeiro dia até ao último. A êle se refere este passo de Pero Rodrigues: "algumas vezes deram os inimigos assalto na cidade, que não era mais que uma cêrca de pau a pique e casas de palha; e, uma delas, ajuntando-se muitos imigos, estava o padre junto do altar de giolhos, e as flechas, que vinham de mais alto, passavam o telhado de palha e se pregavam no chão ao redor dêle sem lhe tocarem". Os soldados, vendo isto, "cobravam ânimo e tornavam ao combate, com mais esforço, até que de todo fizeram fugir o imigo" (304).

Emfim, Manuel da Nóbrega, que antes e durante a conquista atendeu com energia e providência de chefe, para que nada faltasse aos combatentes e se mantivesse

---

(303) Heulhard, *Villegaignon Roi d'Amérique*, p. 112, citado por Morales de los Rios, *Rev. do Inst. Tomo Especial do Congresso de História* (1914), P. I, p. 1172.

(304) Pero Rodrigues, *Vida do P. José de Anchieta*, in *Annaes XXIX*, p. 214.

bem desperta a coragem e confiança geral no triunfo definitivo. Nóbrega foi o verdadeiro animador desta gloriosa emprêsa. Os escritores brasileiros modernos notam que lhe não tem sido feita a devida justiça. Fale por todos Capistrano: "O primeiro reitor do Colégio dos Jesuítas do Rio foi o Padre Manuel da Nóbrega, que tanto concorreu para a fundação da cidade, sem o qual Estácio de Sá não poderia ter vindo reforçado de S. Vicente, de modo a arrostar Franceses e Tamóios durante quási dois anos. Esse Jesuíta benemérito não tem sido condignamente apreciado; com grande desprêzo da perspectiva histórica, Simão de Vasconcelos esfumou-o na irradiação de Anchieta, seu discípulo querido; tácita ou explicitamente outros o têm imitado (305).

---

(305) Capistrano de Abreu, in *Porto Seguro, H. G., I*, 431 e 393.

## DERROTA DE MAURÍCIO DE NASSAU NO CÊRCO DA BAÍA

### Relação diária, inédita

*Papeis de serviço* — Baía, 1638, lê-se na capa de alguns documentos reunidos provisoriamente, com outros, num maço ainda não classificado do Arquivo Histórico Colonial.

Apesar de cota tão pouco aliciente, estes *papéis de serviço* são nada menos que uma *Relação Diária* do sítio da Baía, por testemunha presencial. Num rótulo solto, já gasto, escreveu-se o que continha. A letra, daquele tempo, é de pessoa pouco familiarizada com as coisas do Brasil, pois em vez de Maurício escreveu Enrique: 1638 — *Bahia de todos os S.<sup>tos</sup> / Cartas de Pero de Cadena de / Vilhasanty / Prouedor mor da fazenda de S. Mag.<sup>da</sup> do Estado do Brasil / en que relata o suseso que ouue todos / os dias / e vitoria que tiverão contra / Enrique de Nezáo e das ofertas que ali se fizerão a sua M.<sup>da</sup> / He segunda via / A primeira já se vio no Conselho de fazenda. Esta se mandou goardar.*

A segunda via que se mandou guardar é precisamente a que falta. Conservam-se, porém, a primeira e terceira vias. As cartas são tôdas de amanuense e trazem a as-

sinatura autógrafa do Provedor-mor do Brasil. Na última, de 12 de Junho de 1638, diz ele:

“Senhor: Tenho dado conta a Vossa Magestade de tudo quanto se tem oferecido neste sitio que nos puseram os holandeses, por *Relação Diaria*, desde 16 de Abril até 29 de Maio, que o inimigo desapareceu desta Costa, em carta particular de cada dia, tirados os de 18 e 19 de abril, que as occupações não deram lugar a fazê-lo. As copias de todas serão aqui...” (306).

Nem Southey, nem Pôrto Seguro, nem Rocha Pombo conheceram esta *Relação*, como nenhum dos autores que consultámos. Rodolfo Garcia, digno sucessor de Capistrano, nas anotações a Varnhagen, assinala as *Memórias Diárias* de Duarte de Albuquerque e as *Cartas Nassovianas* do próprio Nassau (307).

É pois inédita esta narrativa do célebre cerco e dalgúem que estava presente com um cargo oficial, apto

---

(306) Além dos 6 volumes de E. de Castro e Almeida, *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, publicados no Rio de Janeiro, de 1913 em diante, existem milhares de outros, que se vão destrinchando e recolhendo em títulos correspondentes às diversas Capitania do Brasil Colonial. Os da Baía e Rio de Janeiro, não conhecidos de Castro e Almeida, ficarão em Apensos, cronologicamente. Aquela *Relação Diária* ficará pois nos *Apensos da Baía*, 1638. Já aqui se encontram alguns documentos do mesmo Pedro Cadena, desta e outras datas, referentes aos sucessos de Pernambuco e a questões económicas. O antigo Arquivo de Marinha e Ultramar chama-se hoje *Arquivo Histórico Colonial* e acha-se magnífica e inteligentemente instalado no Palácio da Ega, à Junqueira, Lisboa. Neste Arquivo se encerra grande parte da História do Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX (antes de 1822) e possui também alguma documentação quinhentista (Livros de Registos, etc.).

(307) Porto Seguro, *Hist. Geral do Brasil*, T. II, 3.<sup>a</sup> ed., p. 363, nota 47, S. Paulo, s/d.

a notar pormenores que, por serem da sua alçada, os ignoravam os outros relatores ou conheceriam mal. Depoimento, portanto, de valor — e mais ainda para o estudo da vida económica do Brasil.

Logo desde o comêço vai dando o Provedor notícias desta natureza. Os holandeses cuidavam render a cidade pela fome. Para escusar temores elucida êle que havia na cidade 10.000 alqueires de farinha, 60 pipas de vinagre, 200 barris de azeite, 30 quartas de farinha do reino, 400 alqueires de sal.

De vez em quando fala de iniciativas urgentes. A 27 de Abril montou-se uma fábrica de vinho de mel “que ajuda muito a sustentar”. A 20 de Maio já se tinham feito 80 pipas.

Narra também pequeninos factos que são a trama daqueles dias heróicos. Os entrincheiramentos, o castigo dos espiões, as constantes “brigas” com o inimigo, os rebates verdadeiros ou falsos com que procurava intimidar os baianos: “de noite tocaram cinco vezes arma os holandeses” (4 de Maio); depois do dia 19 de Maio eram os nossos que tocavam arma: “hoje tocamos arma tres vezes” (dia 21).

Aqui e além, com freqüência, surge a nota da valentia: “A gentecita mui animada: mandou-se a Souto que fôsse tomar um flamengo para tomar prática: trouxe nove e matou cinco” (1 de Maio). Novas façanhas de um Rabellino, dum Lourenço de Brito Correia, doutros mais...

Como em todas as guerras há também, infelizmente, o inevitável, a morte dêste ou daquele, a do Alferes Gonçalo do Vale (29 de Abril), a de Mitarte, Roxas e a mais dolorosa de todas, a de Sebastião do Souto, “passado de parte a parte pela barriga”. O dia 12 de Maio tem uns laivos de tragédia: “Hoje veio a nós um trombeta com um menino e uma negrinha, que nos cativaram, havendo-lhes morto sua mãe e avós com tirania e crueldade, a que

veio dar satisfação e desculpa o dito trombeta, da parte de Nassau ao do Bonhol, queixando-se [este] da guerra, que fazia, que é bem suja, não de príncipe, assim nas mortes cruéis que fazia, não perdoando a mulheres e meninos e velhos, como em nos atirarem pelouros venenosos, de que nos têm morto os feridos da primeira escaramuça; e ultimamente morreu hoje o capitão Salvador de Mitarte, que era o derradeiro ferido deles. E nós, em recompensa destas crueldades, a todos os presos, que tomamos, não fazemos mais que metê-los na cadeia e dar-lhes de comer. Mas eles são herejes e nós católicos”.

As desculpas do holandês não eram tão desinteressadas, como se poderiam crer, nem de pura elegância. Aquele emissário vinha para se informar... Quando o Conde de Nassau julgou o momento oportuno deu o ataque à cidade. Foi na noite de 18 para 19 de Maio. Ia decidir-se a sorte da Baía. É o momento solene. O Provedor começa a carta a El-rei com frase que recorda o título dum livro célebre moderno:

“Senhor: *Não houve novidade* na noite passada, mais que a que aviso. O dia se gastou em baterias de parte a parte, sem dano nenhum nosso. Às sete da noite tocou o inimigo arma e nos investiu por três partes. A primeira intentou ganhar o reduto de Luiz Barbalho com 500 homens. Estavam em posição por aquela parte junto à casa queimada as três companhias de D. Pedro de Roxas e Antonio Roiz, e D. Gregorio Cadena Bandeira de Melo, do térço castelhano do mestre de campo João Ortiz, com o sargento maior dele, D. João de Estrada. Rechaçaram o inimigo muito valentemente. Nas primeiras cargas feriram logo os capitães D. Pero de Roxas e Antonio Roiz, ficando só D. Gregorio com o posto, que o defendeu até o fim da briga, com muita constancia e valor, havendo-lhe morto quasi toda a sua companhia e parte das dos



outros, ficando ele com mui pouco gente, sem perigo nenhum, sem embargo a lhe darem cinco pelouradas, milagrosas, sem ferida de consideração. Logo acudiu o Governador e Conde de Baholo nas trincheiras e reduto de Santo Antonio, que estava a cargo do mestre de campo D. Fernando de Ludenha (*sic*), aonde o inimigo acometeu com tanto impeto com dous mil homens, ajuramentados a levá-lo ou morrer na empresa, aonde se pelejou tão constantemente de parte a parte, por espaço de quatro horas, que durou a briga, que se tem pela maior batalha que houve nunca no Brasil, pela firmeza com que se pelejou. O inimigo se meteu no nosso fôssos fazendo escadas pela muralha, com ferramenta que traziam, que chegaram a subir arriba muitas vezes, donde foi rebatido galhardamente, sem embargo de nos abrasarem com muitas granadas; se bem é verdade que estava ali o Governador, o Conde, e Duarte de Albuquerque, o tenente general Alonso Ximenes e o da artilharia Francisco Peres de Soto, pessoas de grandissima importancia e outras muitas pessoas particulares da Baía e muita infantaria, que todos fizeram gentilmente sua obrigação.

O mestre de campo Luiz Barbalho e o seu sargento maior Francisco Duarte, os capitães do seu têrço e o de Portugal, do exército de Pernambuco, com o sargento-mor Antonio de Freitas da Silva, pelejaram também valentemente, picando por um lado ao inimigo, com grande dano seu. Mas nem com tudo isso desistiam da pretensão os holandeses, como gente obstinada, — e bêbados, como depois entendemos. Acudiu lá Heitor de la Calche com o seu têrço, que serão 200 homens, e o Camarão por outra parte, já a tempo que o inimigo enfraquecia. E no meio desta peleja nos tocaram arma os inimigos por mar no forte de Santa Maria e Santo António e S. Diogo, dando mostra de quererem botar gente em terra. Entendi eu que aquilo era divertimento, por ver se desistiamos da resis-

tencia, que faziamos nos redutos de Santo António e de Luiz Barbalho. Avisei ao Governador e Conde que se não inquietassem nem lhe dessem cuidado, porque não era cousa que lho pudesse dar. Contudo socorremos logo os ditos fortes com quatro companhias, a dos Capitães Pero de Lima, Manuel Mendes Flores, Paulo de Barros e Cristovão da Cunha. Quando lá chegaram não foi necessário, porque se haviam retirado mui bem canhoneados dos fortes.

Acabada a briga, reconhecemos havermos morto muita gente ao inimigo, de que darei conta a V. Majestade na relação de amanhã, porque o tempo agora não dá lugar para mais que acudir à cura dos nossos feridos, de que já temos no hospital a esta hora, que é meia noite, em que faço esta, 110, fora os capitães, que recolhi em casas particulares. E temos já recolhidos trinta e três mortos. Sairão feridos o capitão Sebastião do Souto, passado de parte a parte pela barriga, duvido muito que viva. Sairam mais feridos os ditos capitães D. Pero de Roxas António Roiz, do têrço de João Ortiz, D. João de Tovar, João Pais de Melo, que esteve cativo nos principios e, despido escapou muito ferido, do têrço de Portugal, de que é sargento-mor António de Freitas da Silva, que também saiu com uma ferida de pouca consideração, e António Bezerra Monteiro, do têrço do mestre de campo Luiz Barbalho; e também saíram feridos o alferes Pero Gomes, que o é da companhia do mestre de campo D. Vasco, e Francisco Gil, alferes de D. Fernando de Lodenha, abrasado no rosto de uma granada, e alguns reformados. E de tudo farei relação à-parte.

Neste estado ficam as cousas e o tempo não dá lugar a mais. Guarde Deus a católica pessoa de V. Majestade. — Baía, 18 de maio de 1638. — Pedro Cadena de Vilhasanti”.

A relação continua no dia seguinte com esta carta:

“Senhor: O discurso da noite passada se passou, no nosso exército e no do inimigo, em silêncio, e no campo na cura dos feridos, em que houve bem que trabalhar, com seteurgiões e muitos ajudantes. A maior parte deles se curaram com óleo de ouro (de que eu estava bem provido) e outros com aparicio e ovos. Pela manhã nos disparou o inimigo algumas peças e nos matou Pascoal de Brito, alferes de D. Filipe de Vilharte, do têço de D. Fernando de Lodenha, e dous homens. E logo mandaram um tambor a pedir cessão de armas por aquele dia para recolherem e enterrarem os mortos. Concedeu-se-lhes. Cessaram as baterias. Deram-se refêns de parte a parte. E da nossa foi o capitão Pero Arenas. Antes da cessão de armas tinham os nossos Indios morto, pelos matos, alguns cincoenta holandeses, que andavam perdidos da rota passada. Em carros lhe fomos entregando os seus mortos, e lhe contamos, na entrega, trezentos e vinte e sete dos mais fermosos homens, que se viram nunca, que pareciam gigantes. E sem dúvida era a flor dos holandeses; e eles se enfadaram de ver tantos, e se foram, ficando mais de trinta por lhes mandar, que ainda tinhamos. E estes, fora muita quantidade, que retiraram de noite, enquanto se pelejava, com cincoenta redes. E se afirma que só de mortos, com os da entrega, passam de quinhentos, e mais setecentos feridos. Recolhemos, demais disso, dez feridos (de que já hoje nos morreu um) e nos achamos agora com cincoenta e um cativos.

A nós nos mataram na batalha 60 homens e neles o capitão Sebastião do Souto e D. Pedro de Roxas e nos feriram 99, de que receio nos morram muitos, porque este Conde de Nassau, e os herejes seus companheiros, fazem uma guerra muita suja, porque as balas veem unta-das de toucinho rançoso, se bem imos cicatrizando as feri-

das com fogo e trumentina, por defensivo; e os mais deles estão bem assombrados: queira Deus que escapem todos, como eu desejo. E hoje nos morreu um, filho de Diogo Lopes Ulhoa, a quem tinham levado um braço.

É de considerar que, demais da grande providencia, que fiz de polvora, balas e corda, a todos os postos e a tão bom tempo, que sobrou tudo, desde o principio da briga mandei deitar um pregão pela cidade, que todos os moradores acudissem com potes de agua à nossa gente, que estava pelejando, e com redes para retirar os mortos e feridos (de que logo foram lá mais de cem) e com panos, fios e ovos ao hospital, a que eles acudiram com tanta pontualidade que, em menos de uma hora, puseram na nossa gente mil potes de agua, com que se refrescaram, e ao hospital com muita quantidade de panos e com mais de duas arrobas de fios feitos e 600 ovos, sendo assim que no mesmo dia me succedeu mandar comprar quatro, por quatro reales, por toda a cidade e não os achar.

Bem parece tudo obra de Nosso Senhor e prerrogativas dos Religiosos Regulares e Seculares, que de ordinario estão em oração e penitencia, e cinco perdões (?) de meninos, que fazem todas as noites com muita devoção que é um contento.

Hoje tirou o Bispo o Santissimo Sacramento fora em procissão solene [e] lhe andou dando graças com *Te Deum laudamus* pela cidade, com que a alegrou toda. E sentimos que os inimigos tiveram grande sentimento e obsequias pelas rotas e mortes de tantos, particularmente de um mancebo, gentil homem e bem vestido, com uma cadeia de ouro, que se achou morto, que até agora não sabemos quem é.

Não ha outra cousa de que avisar hoje. Guarde Deus a católica pessoa de Vossa Magestade. Baía, 19 de Maio de 1638. — Pedro Cadena de Vilhasanti”.

Esta derrota do Conde de Nassau foi a grande humilhação da sua vida. Ele e os seus homens julgavam-se senhores do mar: e do Recôncavo e do Camamu entravam pela calada da noite, caravelões atestados de farinha de guerra, dos Jesuitas e outros, com que se abastecia a cidade; eles criam-se senhores da terra: e aparecia gado em abundância para sustento dos combatentes: "hoje entraram de socorro mil vacas" (20 de Maio). Comove a diligência amorosa com que o povo levava água à gente das trincheiras, como se desencantaram ovos, que todos julgavam que não havia, como se abriam as casas particulares para os feridos, e a gente rica emprestava dinheiro. O P. António Vieira, que estava presente, para encarecer esta abundância não viu comparação melhor do que dizer "que quanto se acha em Lisboa, desde S. Paulo até à Confeitaria e Ribeira, assim do Reino como de fora dêle: tudo se via aberto e exposto em cada uma das vendas da Baía, sendo tantas". (308).

O entusiasmo na terra foi extraordinário. Lembra-vam-se dos vexames de 1624. E agora, estando os holandeses de posse de Pernambuco, a queda da Baía podia ser fatal para o Brasil. Passada a primeira surpresa e desorientação, nasceu em todos a esperança e ao mesmo tempo o empenho da vitória. O Governador, com um acto de abnegada e meritória prudência, cedeu o comando ao Conde de Bagnuolo e concentraram-se os esforços, sob este comando unico, na defesa da Baía "como cousa mais importante, que dela dependia a conservação da America" (29 de Abril).

Com tal espírito de união o triunfo era certo. Nassau, deposto o arreganho com que entrara, retirou-se, quasi furtivamente, desaparecendo da Costa da Baía no dia 29 de Maio.

Entre estes documentos estão também um Relatório e uma carta do Governador Geral, Pedro da Silva. Informa êle a El-rei da

“vitoria que Deus foi servido dar-nos contra o Conde de Nassau e seu exercito, com que nos veio sitiar por mar e terra, largando o sítio com pouca reputação, aos 40 dias dêle, deixando, no seu quartel, a artilharia, munições, petrechos de guerra, bastimentos e fortes, que nos tinha ganhado, com perda de 2.000 homens entre mortos e feridos e cativos, não chegando a da nossa parte a 200, de que só morreram 80 e os feridos vão melhorando, a Deus graças”.

O Relatório do Governador é um resumo da folha de serviço do combatentes. Começa pelos mais graduados. O Conde de Bagnuolo, mestre de campo general do exercito de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, os três mestres de campo, Fernando de Lodenha, Luiz Barbalho e Heitor de la Calce; o Provedor-mor, Pedro Cadena de Vilhasanti, autor da *Relação Diária*, de quem fala com grande elogio; os officiaes, Lourenço de Brito Correia, Afonso Ximenes, Pedro Correia da Gama, Martim Ferreira e outros, especializando os serviços de Francisco Peres de Souto, tenente general da artilharia e Gregório Cadena Bandeira de Melo, filho do Provedor, que vai levar agora a El-rei tôdas estas boas noticias...

Êste relatório de Pedro da Silva, depois Conde de S. Lourenço, exaltando os serviços dos seus subordinados, esquecido dos próprios, honra um Governador. Mostra também o estado de optimismo que reinava na cidade. Semelhante exaltação se reflecte, de maneira triunfante, literária e mordaz, nos sermões gratulatórios, de António Vieira. No de Santo António (12 de Junho de 1638) evoca o grande orador o texto da Sagrada Escritura, em

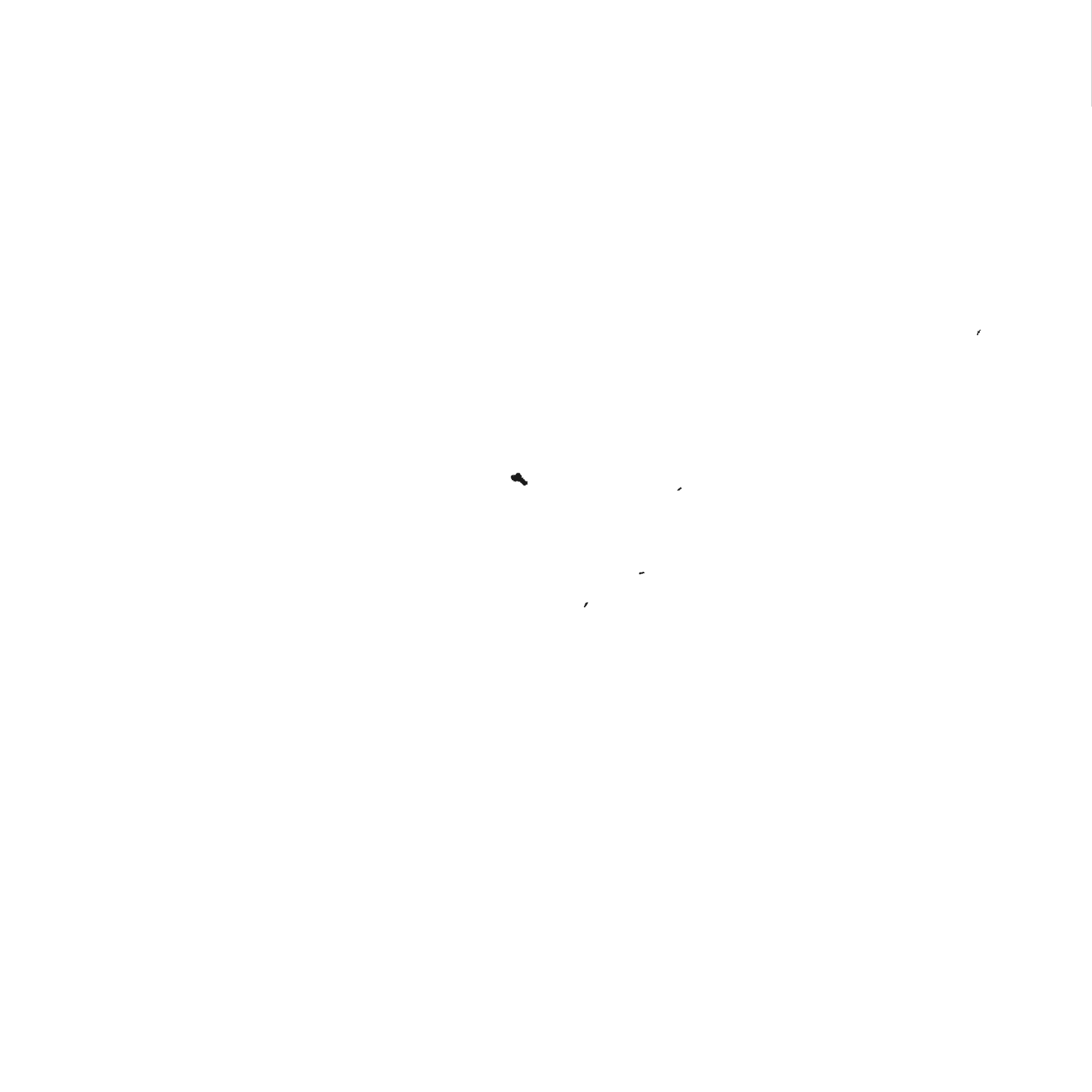
que se compara o castigo do céu a “uma tempestade de fogo e enxôfre, dada a beber num copo” ou cális, que recorda brindes. Depois, floreteando com a frase, e, aludindo aos ataques e metralha do inimigo, inócua para a cidade, diz isto que representa bem o pensamento e desfôgo da Baía:

“Estes eram os brindes que o flamengo fazia à cidade; mas ela lhe respondeu muito à portuguesa, porque recebendo tão pouco dano da chuva das suas balas, como se fosse de agua, a nossa o executava neles, tão verdadeiro, como de ferro e fogo. Eles brindavam à nossa saude e nós à sua morte” (309).

Fôsse outra a fortuna das armas, — e não sabemos o que teria sido da Baía e da civilização portuguesa no Brasil, representada pela sua tríplice e maravilhosa unidade actual de língua, religião e território! Na verdade, esta derrota do Conde de Nassau tem significação mais profunda do que a de um simples episódio militar.

---

(309) Id. *ib.*, VII, 38.





## APÊNDICE

### UMA HISTÓRIA MANUSCRITA DA VICE-PROVINCIA DO MARANHÃO

Conduzido pela mão gentilíssima do Sr. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, grande historiador paulista, recebi em Maio de 1934, no colégio de S. Luis Gonzaga, de S. Paulo, a visita do Sr. J. F. de Almeida Prado, bibliófilo e erudito, que andava a escrever uma importante obra sobre os *Primeiros Povoadores do Brasil*. Traziam um grosso volume manuscrito, em latim, sobre o Maranhão. Confiaram-mo por alguns dias e estudei-o. No livro não vem expresso o nome do Autor. Talvez um dia o identifique, quando tratar de propósito essa época. (O Autor escrevia já depois de saírem os Jesuítas do Brasil, e eu ando agora a escrever a sua entrada lá...). Em todo o caso convém que fique desde já consignada a existência de tal obra e as características que facilitem aquela identificação.

É o que farei aqui, dando, além do título e prefácios da obra, a bibliografia utilizada, e uma rápida síntese do conteúdo.

\* \* \*

*Historia / Proprovinciae Maranhoniensis / Societatis  
Jesu / Pars Prima, / Ortus, et res gestas / Ab anno  
1607 / ad 1700 / complectens.*

É um tómo sólidamente encadernado em couro. Na lombada tem impresso em caracteres doirados o seguinte:

*Historia / Proprovinciæ / Maranoniensis / Societatis Jesu / 1607 ad 1700.* E na capa, ao centro, um exlibris também doirado com os dizeres: *Livraria de A. U. de Francisco Teixeira. Boni libri boni amici.*

A caligrafia é muito legível. O prefácio e o prólogo não estão paginados. E consta de 730 páginas in-folio (paginação par e impar).

O prólogo é dedicado a Nossa Senhora da Luz, Padroeira do colégio de S. Luis do Maranhão (4 páginas in-folio).

O prefácio é dirigido aos *Patribus Fratribusque Societatis Jesu* (9 páginas).

Está datado da Casa Professa de Roma, a 18 de Agôsto de 1770. Nêle conta o Autor a sua actividade em Roma, como organizador do Arquivo da Companhia de Jesus, e as facilidades ou dificuldades, que encontrou para escrever a presente história.

Diz que resolveu compô-la na lingua latina, a exemplo do P. Cordara; cita o P. Bettendorff e P. José de Moraes, os esforços por êles empregados para escrever a História do Maranhão e o perigo de se perderem, por maldade dos inimigos da Companhia, tantos documentos preciosos. E continua:

“Ego itaque Romam tandem divino ita permittente Numine post incredibiles ærumnas cum cæteris sociis appulsus, acceptamque stragem respiciens miserandam Proprovinciæ meæ vicem, hac maxime in parte dolere cepi simulque mentem intendere, ut si qua possem, tanto malo occurrerem, medererque. Igitur non semel adii R. P. N. Laurentium Riccium, illi de scripto exposui irreparabilem monumentorum ad historiam aliquando, ut par erat scribendam, jacturam, necessitatemque et opportunitatem tabularium Societatis (unicum remedium) excutiendi,

ut quæ ibi in rem extarent, exciperem. Mentem curamque meam (quæ benignitas ejus atque humanitas est!) summopere laudavit ille, ejusque nutu à P. Gabriele Comolio eidem R. P. N. à secretis, à P. Joanne Gusmano, Lusitaniæ Assistente, et à P. Francisco Pessoa, ut dicimus Substituto, non pauca monumenta tradita mihi sunt. Quæ ad rem faciebant per me et per alios ejusdem mentis socios Maranonienses in adversaria, non sine improbo lobore, conjeci. Superstites quoque Patres, ætate rebusque gestis venerabiles, at in sepulchrum rapido gradu properantes, consului, libros præterea typis editos, res Maranonienses attingentes, quorum catalogum mox afferam, diligenter evolvi.

(Aqui diz que estava no Palácio de Sória com outros muitos, etc.).

Initium scribendi feci die Patrocinio Virginis sacra quarto. Idus Novembris anno 1765 (...). Ita ut dixi comparatus primos libros conscripsi in quibus ego ipse dum relego multa cum per tempus licuerit, corrigenda invenio. Postea vero decimo Kalendas Augusti anno 1768, R. P. N. permittente et impensas rara et nec opinata liberalitate in duos annos faciente P. Carolo Korickio, Poloniæ Assistente, e Soranis ædibus in Domum hanc Professam me contuli, ubi per duos annos partim ad tabularium, quod primum datum non fuerat, penitus excutiendum, partim ad Historiam prosequendo longe majori apparatu jam instructus curas omnes impendi.

Tertio hoc anno 1770 (quo hæc scribo) idem Institutum moderatorum benignitate in eadem domo prosequor, dubius tamen quid iniquum tempus feret.

Hæc de ratione et opportunitate scribendi habui.

Nunc duo a vobis enixe peto PP. FFque Carissimi, præsertim Maranonienses: primum ut hoc quisquamque opus non plenam historiam, sed tenuis tantum Historiæ reliquas ex tribus prócellis, quibus e Maraniones ter Societas fuit

ejecta, superstites putetis. Alterum ut veniam detis homini qui, cum scribenda non fecerit intra Proprovinciam, nec extra faciat, facta tamen majorum ad suum fratrumque suorum incitamentum scribere ardet; præterea quidquid male scriptum repereritis, illi, siquid autem bene, Deo, Magnoque Parenti, cui opus inscripsi, tribuatis (...).

Ex domo Professæ Romana decimo quinto Kalend. Septembris 1770. Vestrum omnium servus in Christo  
— NN.

\* \* \*

*Authores quorum operibus iispsis editis ad hanc Historiam conscribendam usi simus:*

P. Andreas de Barros in Vita P. Antonii Vieira	Lusitane
Idem P. Barros in libris <i>Vozes saüdosas</i> inscriptis	"
Bernardus Pereira de Berredo in <i>Annalibus Maranoniensibus</i>	"
P. Antonius Francus in <i>Imagine Virtutum</i>	"
Idem in <i>Anno Glorioso</i>	Latine
Idem in <i>Synopsi Provinciæ Lusitanæ Soc. I.</i>	"
P. Franciscus da Fonseca in <i>Ebora Gloriosa</i>	"
P. Ferdinandus Guerreiro De rebus gestis a Jesuitis anno 1609	Lusitane
P. Baltazar Telles in <i>Historia Provinciæ Lusitanæ Soc. I.</i>	"
P. Simon Vasconcellos in <i>Historiæ Provinciæ Brasiliensis S. I.</i>	"
Idem in <i>Vita V. P. Joseph Anchieta</i>	"
Item in <i>Vita P. Joannis de Almeida</i>	"

P. Alegambe in Bibliotheca Scriptorum S. I.	Latine
Idem in libro Mortes Gloriosas inscripto	"
P. Joannes Eusebius Nieremberg in Vitis Virorum Illustrium S. I.	Hispane
P. Emmanuel Rodrigues in libro <i>Marañon y Amazonas</i> dicto	"
D. Condamine in Narratione expeditionis Amazoniæ	Gallice
D. Brusen Martinière in suo magno Dictionnario V. <i>Maragnan</i>	"
P. Josephus Antonius Patrignani in suo Menologio	Italice
Frai Joan. Josephus à S. Theresia Carmelitanus in Historia Brasil	"
Gasparus Barlæus in Historiæ Comitum Io. Mauritii	Latine
P. Christophorus da Cunha in sua Expeditione Amazonica	Hispane
P. Emmanuel Ludovicus in Vita Principis Theodosii Lusitani	Latine
P. D. Antonius Caitanus de Sousa in Historia Regiæ Domus Lusit.	Lusitane
P. Josephus Juventius in s. p. Historiæ S. I.	Latine
P. Julius Cesar Cordara in 6. <sup>a</sup> Parte Historiæ S. I.	"
P. Antonius Vieira in suis epistolis typis editis	Lusitane
Litteræ Annuæ S. I.	Latine
P. Joannes Petrus Maffeus in Historia Indica	"
Gomes Ericeirensis in Historia de Restitutione Lusitaniæ	Lusitane
P. Petrus Jarrique in suo Theatro Indico	Latine

Anonymus in Vita P. Antonii Vieira	Hispanice
P. Josephus de S. Anna in Historia Carmelitana	Lusitane
Regimen Missionum Maranoniensium	"
P. Antonius Vieira in suis Concionibus	"
Idem in Narratione de Expeditione ad Nheengaibas jussu Regis edita	"
Mathias Rodrigues, civis Maranoniensis in Narratione de Rebus gestis a Lusitanis	"

\* \* \*

*Manuscripta ex quibus potissimum materia scribenda Historiæ collecta est:*

Annuae Litterae Provinciae Maranoniensis ab anno 1607	Lat et Lus.
Annuae Litterae Brasiliensis ab eodem anno	" "
Litterae Superiorum et V. Provincialium Maranoniensium ad Praepositos Generales S. I.	" "
Litterae Provincialium Brasiliensium ad Praepositos Generales et vicissim	" "
Anti-Respublica Jesuitica	Latine
Contrapuneta sive Apologia adversus libellum famosum, Punctae ad que revocantur Abusus Jesuitarum Maranoniensium inscriptum	Lusitane
Variae litterae Gubernatoris Maranoniensis Francisci Xaverii de Mendosa Furtado ad Vice-Propriales et alios socios et vicissim	"
Menologium Soc. JESU	Lat et Lus.
Catalogi Provinciae Brasiliensis et Pro-	

provinciae Maranhoniensis	Latine
Catalogi defunctorum universae Societatis	”
Aliquot litterae extraneorum ad Praepositos Generales et vicissim	Lat et Lus.
P. Antonius Vieira is suis Ponderationibus ad Fidei Inquisitores Lusitanos	Lusitane
Liber defunctorum in Collegiis Bahiensis et Fluminensi Provinciae Brasiliensi	”
Varia documenta a variis Sociis fidedignis acceptis	”
Catalogi Moderatorum Maranhoniensium a PP. GG. Creatorum	Latine

\* \* \*

Este tomo contém 5 livros e cada livro está dividido em parágrafos. Ao lado, em letras um pouco maiores, vão-se assinalando os anos, sucessivamente. O autor segue portanto a ordem cronológica. O texto pareceu-me corrente e claro. Todavia não individua as datas além da generalização da margem. Inclui, traduzidas em latim, várias cartas e documentos que eu já possuo, provenientes do Arquivo Geral da Companhia e que constam do elenco bibliográfico acima referido, e por ele próprio organizado. Dá grandes elogios ao P. António Vieira, a quem chama, no Prólogo, *ferme ejusdem Proprovinciae Conditor*. No principio de cada livro traz o argumento e sinopse.

O *primeiro livro* narra a expedição dos Padres Francisco Pinto e Luis Figueira. Descreve a região, costumes, ritos, índole e economia dos índios. Termina com o martirio e elogio do P. Pinto.

O *segundo livro* trata da expedição ao Maranhão contra os franceses. Actividade do Capitão Alexandre

de Moura. Intervenção dos Padres Diogo Nunes e Manuel Gomes. Morte e elogio daquele. Viagem de Manuel Gomes à Europa.

O *terceiro livro* conta o modo como os Padres Jesuítas se estabeleceram no Maranhão e as contradições que tiveram de outros religiosos e como finalmente fundaram casa e igreja. Vão ao Pará. Descrição do Pará e do Amazonas. Descida de dois Padres espanhóis. Os holandeses ocupam o Maranhão. Naufrágio e morte do P. Figueira e dos seus companheiros. No Maranhão são mortos pelos índios três Jesuítas e com isso se extingue a Companhia no Maranhão.

O *livro quarto* entra com a restauração da Companhia no Maranhão por obra do P. António Vieira. Elogio e actividade do P. Vieira, que enche quasi todo este livro. Morte e elogio do P. Manuel de Lima.

O *livro quinto* refere a volta de Portugal do P. Vieira, que traz alguns Padres consigo. Boa vontade do novo governador a favor dos Padres e contradições dos adversários. Expedição ao Tocantins, ao Gurupá, à Ilha de Joanes e a Ibiapaba. Morte do P. João de Soutomaior. Expedição ao rio Amazonas, que tinha sido proibida. Vieira, Superior e Visitador. Embaixada a Ibiapaba e aos Nheengaibas. Doença grave do P. Vieira: Calúnias contra êle. Sucessos do Pará. Morte do P. Manuel de Sousa, Mateus Delgado e Paulo Luís. Este livro quinto termina com o embarque em Lisboa para o Maranhão, dos Padres Pedro Luís Gonçalves, italiano, João Felipe Betendorff e Gaspar Misch, belgas, e do Ir. Coadjutor Baltazar de Campos, igualmente belga. Última anotação cronológica: 1660.

Não está aqui portanto toda a primeira parte annunciada no título da obra. Devia ir até 1700.



## INDICE DE NOMES

(Os Jesuitas levam um \*)

- \* *Acuña*, Cristobal de — 245.
- \* *Afonso*, Gaspar — 212.
- Afrânio Peixoto*, J. — 8, 22, 33, 35, 37, 39, 40, 42, 45, 60, 65, 67, 74, 202, 203, 208.
- Airosa*, Plinio — 66, 69.
- Albuquerque Coelho*, Duarte — 230, 233, 238.
- Albuquerque Maranhão*, Jerônimo de — 24.
- Alcântara Machado* — 82, 201.
- Alcântara Machado*, A. de — 35, 42, 140, 147.
- \* *Alegambi* — 245.
- Alencar*, José de — 21.
- Almeida*, Francisco de — 100.
- \* *Almeida*, João de — 112.
- Almeida Prado*, J. F. de — 241.
- Alvares*, Diogo — Vd. *Caramurú*.
- Amaral Gurgel* — 82.
- Anchieta* — 171.
- \* *Anchieta*, José de — 13, 25, 26, 30, 31, 37, 47, 49, 54, 56, 63-66, 69, 74, 79, 85, 86, 92, 96, 137, 139, 140, 147, 183, 185, 187, 189, 193, 197, 199, 202, 205, 207, 208, 210, 212, 213, 215, 218, 222, 224, 225, 227, 228.
- Anchieta*, Juan de — 186.
- Anchieta Cabrera y Samartin*, Baltazar — 186.
- Andrade*, Francisco de — 132, 157.
- \* *Andreoni*, João Antonio — 157.
- Angola* — 178.
- Anzures*, D. Pedro — 132.
- \* *Aquaviva*, Cláudio — 190.
- Araribóia*, Martim Afonso — 138, 143, 218.
- \* *Araújo*, António de — 99, 101, 110, 113, 116.
- Araújo*, Pero de — 100.
- Arenas*, Pero — 235.
- Armenta*, Fr. Bernardo de — 135.
- Arronches*, Frei — 66.
- Assis Moura*, Gentil de — 82.
- Assunção* — 118, 122, 128, 136.
- Ayolas*, João de — 120, 125, 126, 129.
- Azevedo*, Malchior de — 218.
- \* *Azevedo*, Beato Inácio de — 54, 145, 147, 167, 223, 224.

- Bagnuolo*, Conde de — 232, 233, 237, 238.  
 Baía — 13, 15, 23, 25, 39, 45, 50, 53, 57, 58, 73, 116, 154, 180, 192, 196, 206, 213, 217, 229, 239.  
*Bandeira de Melo*, Gregório Cadena — 232, 238.  
*Baptista Pereira* — 33.  
*Barbalho*, Luiz — 232-234.  
*Barbosa*, Rui — 33.  
*Barco Centenera* — 124.  
*Barlaeus*, Gaspar — 245.  
*Barreiros*, D. António — 26.  
 \* *Barros*, André de — 244.  
*Barros*, Cristóvão Cardoso de — 223.  
*Barros*, Paulo de — 234.  
 \* *Barzana*, Alfonso — 66.  
 Belém da Cachoeira — 58.  
 Belém de Lisboa — 77.  
 Belém do Pará — 58, 102.  
 \* *Beliarte*, Marçal — 64, 141.  
*Berquó da Silbeira Pereira*, Francisco António — 213.  
*Berredo*, Bernardo Pereira de — 103, 244.  
 \* *Bettendorff*, João Felipe — 242, 248.  
*Bezerra Monteiro*, António — 234.  
 \* *Blasques*, António — 21, 75, 196.  
*Bois-le-Comte* — 233.  
*Bolés*, João de — 151.  
 \* *Borja*, S. Francisco de — 54, 142, 146.  
 Bragança — 65.  
 Brasil — passim.  
 \* *Braz*, Afonso — 40, 79, 96, 208.  
*Brito*, Pascoal de — 235.  
*Brito Correia*, Lourenço de — 231, 238.  
 Buenos Aires — 118, 123, 124.  
*Cabeça de Vaca*, Albar Nufies 129, 135.  
 Cabo Frio — 222.  
*Caboto*, Sebastião — 126.  
*Cabral*, Pedro Alvares — 11, 12.  
 \* *Cabral* Luiz Conzaga — 213.  
*Caiubi*, Indio — 96, 97.  
 \* *Caixa ou Cara*, Quirício — 64, 65, 147, 149, 150, 152, 182, 204.  
*Calce*, Heitor de la — 233, 238.  
*Caldeira Castelo Branco*, Francisco — 102, 107.  
*Calixto*, Benedito — 82.  
 \* *Calmon*, Pedro — 183.  
 Camamú — 237.  
*Camarão*, Chefe Indio — 233.  
*Caminha*, Pedro Vaz de — 11, 12.  
*Camões*, Luiz de — 26, 80, 122.  
 \* *Campos*, Baltazar de — 248.  
*Caoquira*, Indio — 160.  
*Capistrano de Abreu* — 7, 33, 37, 53, 82, 189, 205, 219, 220, 224, 228.  
*Caramurú*, Diogo Alvares — 15, 23.  
 \* *Carapelo*, Fernão Luiz — 138, 142.  
 \* *Cardim*, Fernão — 5, 22, 26, 57, 140, 147, 150, 191, 193, 195, 210, 211, 212.  
*Carneiro*, Francisco — 78.  
*Carvalho*, Horácio de — 95.  
 \* *Castilho*, Pero de — 67, 69.  
*Castro e Almeida*, Eduardo de — 213, 230.  
*D. Catarina*, Rainha — 23, 87, 218.  
*Cavendish* — 21.  
*Cervantes* — 122.  
*Cerviá y Noguier*, Juan — 186.  
 Chaco — 118.  
 Charcas — 131.  
*Chateaubriand* — 21.

- \* *Chaves*, Manuel de — 44.  
*Chuquisaca* — 132.  
*Coelho*, Nicolau — 12.  
*Coimbra*, Colégio de — 23, 50,  
 75, 121, 149, 152.  
*Coimbra*, Fr. Henrique de —  
 11, 12.  
*Colômbia* — 120.
- \* *Comólio*, Gabriel — 243.  
*Conde da Ericeira* — 245.  
*Constantino*, Doutor — 44
- \* *Cordara*, Júlio César — 242,  
 245.
- \* *Correia*, Pero — 44, 47, 84, 92.  
*Correia da Gama*, Pedro — 238.  
*Correia de Sá*, Salvador — 21,  
 138.  
*Corte-Real*, Tomé J. — 213.  
*Costa*, D. Duarte da — 28,  
 50, 73.  
*Costa*, Gonçalo da — 125.
- \* *Costa*, José da — 68.  
*Couto de Magalhães* — 33, 66.  
*Clusius*, — 211.  
*Condamine*, La — 245.  
*Cunha*, Cristóvão da — 234.  
*Cunhambebe*, Índio — 30, 160.  
*Curvo Semedo* — 216.
- \* *Dahlmann* — 64, 66.
- \* *Daniel*, João — 66.  
*Denis*, Ferdinand — 226.
- \* *Delgado*, Mateus — 248.  
*Dias*, Bartolomeu — 12.  
*Dias*, Luiz — 73.  
*Dioscórides* — 211.  
*Doménech*, Pero — 16, 41, 51,  
 72, 75.  
*Domingues*, Pero — 99, 103, 113.  
*Domingues*, dr. — 128.
- , *Duarte*, Francisco — 233.  
*Duarte Nunes* — 206.  
*Eanes*, João — 87.  
*Ellis*, Alfredo — 99.
- Espírito Santo*, Aldeia da Baía  
 (Abrantes) — 74.  
*Espírito Santo*, Capitania do  
 — 24, 40, 45, 58, 178, 179,  
 217, 224.  
*Estrada*, João de — 232.  
*Fernandes*, Aires — 151, 177.
- \* *Fernandes*, Baltazar — 215,  
 224.
- \* *Fernandes*, João — 180.  
*Ferreira*, Martim — 238.
- \* *Figueira*, Luiz — 247, 248.  
*Fleuss*, Max — 225.  
*Flores*, Manuel Mendes — 234.  
*Flores Valdez*, Diogo — 20,  
 204, 205.
- \* *Fonseca*, Francisco da — 244.
- \* *Fonseca*, Luiz da — 211.  
*Fragoso*, Braz — 53, 219.
- \* *Franco*, Antonio — 79, 182,  
 223, 244, 247.  
*França*, Carlos — 207, 209,  
 212.  
*Freire*, Felisbello — 42, 220.
- Freitas da Silva*, António —  
 233, 234.  
*Gabriel de Lescaño*, Nuno —  
 132.
- Gama de Andrade*, Simão —  
 41, 79.  
*Garcia*, Bartolomeu — 125.  
*Garcia*, Rodolfo — 35, 39, 42,  
 53, 100, 140, 211, 225, 230.  
*Garcia da Horta* — 211.  
*Gil Francisco* — 234.  
*Gil*, S. Frei — 90.  
*Gil*, Gonçalo — 100.  
*Goiaz* — 99.  
*Gois*, Luiz de — 28.
- \* *Gomes*, Antonio — 190, 192.
- \* *Gomes*, Manuel — 248.  
*Gomes*, Pero — 234.
- \* *Gonçalves*, João — 197, 210.

- Gonçalves, Pedro Luiz* — 248.  
*Gonçalves, Simão* — 44.  
*Gonçalves da Câmara, Luiz*  
 49, 91, 92, 121.  
*González, Martín* — 119, 131.  
*Gouveia, Cristóvão de* — 57,  
 140-141, 149, 190, 191, 200, 211,  
 212.  
*Grã, Luiz da* — 23, 50, 52, 92,  
 138, 144, 153, 169, 223 224.  
*Grou Ascenso Luiz* — 100.  
*Groussac, Paul* — 123.  
*Guerreiro, Fernão* — 202, 244.  
*Quevara, D. Catarina de* —  
 124.  
*Guimarães, Arquimedes* — 82.  
*Gusmão, João de* — 243.  
*Hakluyt, Richard* — 124.  
*D. Henrique, Cardial Infante*  
 — 217.  
*Henriques, Leão* — 223.  
*Hernández, Pedro* — 132.  
*Herrera, Antonio de* — 124,  
 126.  
*Heulhard* — 227.  
*Homem de Melo, barão e Dr.*  
*Francisco* — 111.  
*Ibiapaba* — 248.  
*Ilha do Governador* — 222,  
 224.  
*Ilha de Joanes* — 248.  
*Ilha de Santa Ana ou Bana-*  
*nal* — 101, 107.  
*Ilha de Villegaignon* — 219.  
*Ilheus* — 24, 58.  
*Iperoig* — 28, 31, 218, 223.  
*Irala, Domingos de* — 118,  
 129, 131, 132.  
*abel, filha de Tibiriçá* — 91,  
 96, 97.  
*Jácome, Diogo* — 84, 202, 208.  
*Jarric, Pierre du* — 245.  
*D. Joana, Princesa* — 124.  
*D. João III* — 50, 73.  
*João de Deus* — 39.  
 \* *Jorge, Marcos* — 63.  
*Jorge, Ricardo* — 207.  
 \* *Jouvençy, Joseph* — 245.  
*Knivet* — 21.  
 \* *Korrickio, Carlos* — 243.  
*Lafone Quevedo* — 118, 123,  
 132.  
 \* *Laines, Diogo* — 48, 49.  
 \* *Leão, Bartolomeu de* — 110.  
*Lebron, Fr. Afonso* — 135.  
*Leitão, D. Pedro* — 51, 74,  
 224.  
 \* *Leite, Serafim* — 7, 53, 64,  
 67, 92.  
*D. Leonor, mulher de Simão*  
*da Gama* — 79.  
*Lima, Jorge de* — 183, 222.  
 \* *Lima, Manuel de* — 248.  
*Lima, Pero de* — 234.  
*Lisboa* — 41, 43, 52, 71, 72.  
*Lodenha, Fernando de* — 234,  
 235.  
 \* *Loiola, Santo Inácio* — 49, 90,  
 91, 199.  
*Lopes Rodrigues* — 196, 208,  
 215.  
 \* *Lourenço, Braz* — 140.  
 \* *Lourenço, Gaspar* — 138, 208.  
*Lourenço Filho* — 37, 60.  
 \* *Luiz, Manuel* — 245.  
 \* *Luiz, Paulo* — 248.  
*Lúcio de Azevedo, J.* — 26.  
*Machado, Brasília* — 33, 185,  
 205.  
*Machado de Oliveira* — 82.  
 \* *Madureira, J. M. de* — 87,  
 205.  
 \* *Maffei, João Pedro* — 245.  
*Magalhães, Basílio de* — 82.  
*D. Manuel I* — 12.  
*Manzoni* — 203.

- Maranhão — 58, 66, 100, 104,  
 107, 241. vd. Rio Maranhão.  
 Mário, Olivério — 209.  
 Martinière, Brusen — 245.  
 Mato-Grosso — 129.  
 \* Matos, António de — 219, 221,  
 224.  
 Meireles, Vitor — 12.  
 Mendes de Almeida, Cândido  
 — 82.  
 Mendes de Almeida, João —  
 82.  
 Mendoza, D. Pedro de — 118,  
 120, 123.  
 Mendonça Furtado, Francisco  
 Xavier — 246.  
 \* Mercuriano, Everardo — 167.  
 Minas Gerais — 41, 116.  
 \* Misch, Gaspar — 248.  
 Mitagaia, Gregório — 24.  
 Mitarte, Salvador de — 231,  
 232.  
 Mitre, Bartolomé — 123.  
 Monardes — 211.  
 Moniz, Diogo — 206.  
 Monteiro, Arlindo Camilo —  
 215.  
 Montessori — 39.  
 \* Montoya, Antonio Ruiz de —  
 66.  
 \* Morais, José de — 242.  
 \* Morais, Júlio de — 148.  
 Morales de los Rios — 221,  
 227.  
 Moreira, Jorge — 87.  
 Moreira de Azevedo — 25.  
 Moura, Alexandre de — 248.  
 Nabuco, Joaquim — 31, 33.  
 Nassau, Maurício de — 229,  
 230, 235, 237, 239.  
 \* Navarro, João de Aspilcueta  
 — 44.  
 \* Nieremberg, João Eusebio —  
 245.  
 \* Nóbrega, Manuel da — 15, 16,  
 21, 23, 27, 30, 37, 40, 43, 45,  
 50, 53, 54, 56, 64, 65, 73, 74,  
 86, 88, 90, 96, 117, 121, 122,  
 134, 135, 137, 139, 142, 146,  
 154, 156, 157, 159, 162, 169,  
 177, 183, 197, 198, 202, 206,  
 208, 210, 212, 217, 220, 222,  
 223, 225, 227, 228.  
 \* Nunes, Diogo — 248.  
 \* Nunes, Leonardo — 41, 47, 50,  
 54, 84, 90, 91.  
 Octávio, Rodrigo — 25.  
 \* Ogara, F. — 157.  
 Olinda — V. Pernambuco.  
 \* Oliveiar, Gonçalo de — 138,  
 146, 220, 222.  
 Onofre, Frei — 66.  
 Ortiz, João — 232.  
 Orville Derby — 82.  
 Pacheco, Felix — 33, 67, 68,  
 69.  
 Pais de Melo, João — 234.  
 \* Paiva, Manuel de — 79, 93,  
 95, 96.  
 Parajuba, Indio ou Aldeia —  
 — 46.  
 Paraguai — 46, 65, 66, 122.  
 Paraíba — 58.  
 Paranaguá — 58.  
 Paraupaba, Lagoa de — 144.  
 \* Pastells, Pablo — 205.  
 \* Patrignani, José António —  
 245.  
 Pedroso de Alvarenga, Antó-  
 nio — 99.  
 \* Pereira, João — 41, 75.  
 \* Pereira, Rui — 23, 26.  
 Pereira Guimarães, Manuel —  
 82.  
 Pereyra, Carlos — 132.  
 Peres, Pedro — 12.  
 Peres de Soto, Francisco —  
 233, 238.

- Pernambuco — 24, 26, 56, 58,  
 103, 104, 142, 190, 230, 237.  
 Perú — 122, 135.  
 Pessoa, Francisco — 243.  
 Pina, António de — 75.  
 Pina, Sebastião — 149.  
 Pindobuçú, Indio — 30, 160.  
 Pinheiro, António — 72.  
 \* Pinto, Francisco — 247.  
 Pirapetingui — 106.  
 Piratininga — Vd. S. Paulo  
 de Piratininga.  
 \* Pires, António — 74.  
 \* Pires, Francisco — 79.  
 Platzmann — 64.  
 Polanco, João — 95.  
 Porto Seguro, Capitania de —  
 13, 23, 24, 40, 58, 179, 193.  
 Porto Seguro, Visconde de —  
 42, 53, 74, 87, 230.  
 Portugal — passim.  
 Prado, Eduardo — 33, 82.  
 Prado, Paulo — 82.  
 Quadros, Diogo de — 100.  
 Rabelinho — 231.  
 Ramalho, João — 23, 37, 81,  
 97.  
 Rebelo, Amador — 65.  
 Recife — 58.  
 Recôncavo da Baía — 237.  
 Redi — 212.  
 Reritiba — 171.  
 Ribera, Fernando — 118, 129.  
 Ricci, Lourenço — 242.  
 Rico, Domenigo — 186.  
 Rijo, Jorge — 39, 191.  
 Rio Aguapeí — 115.  
 — das Aguas Brancas — 113.  
 — das Almas — 101.  
 — Amazonas — 103, 129, 134,  
 248.  
 — Anhembi — 106.  
 — Apari — 107.  
 Rio Araguaia — 101, 102, 107.  
 — Bogi — 107.  
 Rio Branco, Barão do — 24,  
 58, 226.  
 Rio Doce — 138.  
 — do Frade — 13.  
 — Goiabiú — 115.  
 — Gurupá — 248.  
 — Iabeberi — 101, 104, 107,  
 114.  
 — Iguaçú ou Grande — 106.  
 — Itinga — 114.  
 — Iuna — 114.  
 Rio de Janeiro — 14, 20, 24,  
 29, 31, 53, 55, 57, 58, 61, 114,  
 118, 138, 142, 146, 177, 181,  
 193, 204, 206, 217, 228, 230.  
 — Maranhão — 99, 101, 129.  
 Vd. Maranhão.  
 — Pará — 248.  
 — Paracatú — 115.  
 — Paraguaçu — 28, 197.  
 — Paraguai — 118. Vd. Pa-  
 raguai.  
 — Paraupaba — 99, 100, 101,  
 103.  
 — da Prata — 65, 103, 117,  
 121, 123, 132.  
 — Preto — 114.  
 — de S. Francisco — 41, 113,  
 115.  
 — Tocantins — 101, 107, 248.  
 — Urubú — 101.  
 \* Rocha, Antonio da — 224.  
 \* Rocha, Martim da — 201.  
 Rocha Pombo — 65, 230.  
 \* Rodrigues, António — 28, 44,  
 45, 117, 135, 224.  
 \* Rodrigues, Francisco — 66,  
 72, 147.  
 \* Rodrigues, Luiz — 197.  
 \* Rodrigues, Manuel — 245.  
 Rodrigues, Matias — 246.

- \* *Rodrigues, Pero* — 64, 65, 149, 152, 182, 185, 213, 227.
- \* *Rodrigues, Salvador* — 79.
- \* *Rodrigues, Simão* — 90, 93.
- \* *Rodrigues, Vicente* — 39, 54, 75, 165, 190, 192, 194.
- Roiz, Capitão Antonio* — 232.
- Romero* — 126.
- Roxas, Pedro de* — 231, 232, 235.
- Ruiz Galán* — 132.
- Ruiz Guiñazu* — 128.
- Sá, Estácio de* — 53, 55, 139, 218, 225, 228.
- Sá, Mem de* — 17, 23, 28, 31, 37, 51, 53, 55, 87, 139, 217, 218, 222, 225.
- Salvador, Fr. Vicente do* — 24, 79.
- Salazar, João de* — 21, 119, 127, 128.
- Sampaio, Teodoro* — 82.
- Santa Ana, José de* — 246.
- Santa Catarina* — 13.
- Santa Maria, Agostinho de* — 205.
- Santa Teresa, João José de* — 245.
- Santo André da Borda do Campo* — 37, 83, 89.
- Santos* — 24, 206.
- S. João (Aldeia da Baía)* — 65.
- S. Lourenço, Aldeia de* — 143.
- S. Luiz do Maranhão* — 102, 242.
- S. Paulo de Piratininga* — 20, 24, 27, 29, 47, 49, 51, 54, 55, 58, 65, 68, 79, 81, 97, 99, 111, 138, 155, 158, 177, 194, 201.
- S. Vicente* — 23, 24, 29, 30, 41, 45, 46, 48, 53, 55, 58, 88, 154, 155, 158, 162, 164, 165, 177, 210, 217, 220, 226.
- Sardinha, D. Pedro Fernandes* — 16, 46, 50.
- Sarmiento, Pedro* — 20, 205.
- Schet, Gaspar* — 167.
- Schilling, Dorotheus* — 215.
- Schmidel, Ulrico* — 118, 120, 123, 125, 128, 130, 132, 134.
- D. Sebastião* — 51, 53, 54, 57.
- \* *Serrão, Gregório* — 57, 149.
- Sevilha* — 120.
- Silva, Pedro da* — 238.
- Silva Leme* — 82.
- Silva Lisboa, Baltazar da* — 226.
- Simões Pereira, Bartolomeu* — 171.
- \* *Soares, Francisco* — 211, 212.
- Soares de Sousa, Gabriel* — 207.
- \* *Sommervogel* — 67, 68, 110.
- Sousa, D. Antonio Caetano de* — 245.
- Sousa, D. Francisco de* — 100.
- Sousa, Gaspar de* — 104.
- Sousa, D. Luiz de* — 100.
- Sousa, D. Luiz de (2.º)* — 100.
- \* *Sousa, Manuel de* — 248.
- Sousa, Martim Afonso de* — 48, 88.
- Sousa, Tomé de* — 14, 15, 17, 37, 40, 46, 71, 195, 227.
- Southey* — 27, 29, 184, 230.
- Souto, Sebastião do* — 231, 235.
- \* *Soutomaior, João de* — 248.
- Spalding* — 16.
- Stuart, Barão de* — 42, 205.
- Sudhoff, Karl* — 206.
- Taques, Pedro* — 99, 100.
- Taunay, Afonso de E.* — 82, 99, 241.
- Teixeira, Bento* — 24.
- \* *Teles, Baltazar* — 244.
- Tibiricá, Chefe Indio* — 91,

- 138, 194.
- \* *Toledo*, Pero de — 206.  
*Toledo Piza*, An'ónio de — 82.  
*Toledo Piza e Almeida*, Luiz de — 82.
- \* *Tolosa*, Inácio — 41, 138, 140, 149, 167, 202.
- \* *Torres*, Miguel de — 52.  
*Tovar*, D. João de — 234.  
*Trás-os-Montes* — 65.  
*Tucumã* — 65, 66.  
*Ulhoa*, Diogo Lopes — 236.  
*Varnhagen* — vd. *Porto Seguro*.
- D. Vasco*, mestre de campo — 234.  
*Vale*, Gonçalo do — 231.
- \* *Vale*, Leonardo do — 63, 64, 69, 79, 202, 203, 217, 220, 224.  
*Vale Cabral*, Alfredo do — 39, 64, 110, 186.
- \* *Vallerreggio*, Alexandre — 56.
- \* *Vasconcelos*, Simão — 41, 55, 64, 65, 79, 83, 85, 151, 157, 160, 182, 199, 201, 202, 204, 206, 218, 219, 223, 225, 228, 244.
- Viana*, Vicente — 100.
- \* *Vieira*, António — 24, 66, 237, 238, 245, 246, 248.
- Vieira*, Celso — 183.
- Vieira Fazenda*, José — 205, 221.
- Vieira Ferreira* — 225.
- Vilharte*, D. Felipe de — 235.
- Vilhasanti*, Pero Cadena de — 229, 230, 234, 236, 238.
- Vilhena de Moraes*, Eugénio — 59.
- Villabeltrán* — 72.
- Vilalta*, Francisco de — 118, 123, 124.
- Villegaignon*, Nicolau de — 28.
- Venezuela* — 120.
- Vouzela* — 90, 93.
- Washington Luiz* — 82.
- Ximenes*, Alonso — 233, 238.
- Young*, Ernesto Guilherme — 82.



## INDICE DE MATÉRIAS

PREFÁCIO, de Afrânio Peixoto	7
NOTA.	9
I. INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA FORMAÇÃO DO BRASIL:	
Primeira missa no Brasil. Factores religiosos. A Campanha de Jesus. Catequese e adaptação. Antropofagia. Poligamia e mancebias. Cativeros injustos. Aldeamentos. Obras sociais. Métodos de trabalho. Instrução. Graus académicos. Política Colonial dos Jesuitas. Armistício de Iperoig. Conquista do Rio de Janeiro .	11 / 34
II. AS PRIMEIRAS ESCOLAS DO BRASIL:	
Actividade dos Jesuitas. O primeiro mestre-escola do Brasil. Os meninos órfãos. O Collegio de São Paulo de Piratininga. O colégio da Baía. O colégio do Rio de Janeiro. O colégio de Pernambuco. Estado da instrução em 1576. Frutos . .	35 / 62
III. O PRIMEIRO VOCABULÁRIO TUPI-GUARANI «PORTUGUEZ-BRASILIANO»:	
O «Dicionário da Lingua Brasilica» de Leonardo do Vale. A intervenção de Anchieta. O dicionário atribuído a Pero de Castilho. Correspondência com Felix Pacheco . . . . .	63 / 69

#### IV. O PRIMEIRO EMBARQUE DE ÓRFÃOS PARA O BRASIL:

O colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa. Trabalhos e resultados no Brasil. Embarque em Belém no «Galeão Velho» de Simão da Gama . . . . . 71 / 80

#### V. A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO:

Investigadores paulistas. Porque se mudou Santo André da Borda do Campo? Testemunhos civis e religiosos. João Ramalho. Encontro com Nóbrega. Estado moral da terra. Carta inédita de Nóbrega. Vocação cristã de São Paulo . . . . . 81 / 97

#### VI. UMA GRANDE BANDEIRA PAULISTA IGNORADA:

A bandeira de Antonio Pedroso de Alvarenga. A bandeira de Pero Domingues. O Rio Araguaia. Os índios Caatingas. Franceses. Caraiunas. Um drama no sertão 99 /111

#### VII. DA VILLA DE SÃO PAULO AO RIO DE SÃO FRANCISCO:

Roteiro inédito. Índios Amoípiras. Migrações dos Tamoios. Notícias de ouro. Missões e entradas dos Jesuítas . . . . 113/116

#### VIII. ANTÓNIO RODRIGUES, SOLDADO, VIAGANTE E JESUITA PORTUGUÊS NA AMÉRICA DO SUL NO SÉCULO XVI:

António Rodrigues. Fundação de Buenos-Aires. Fundação de Assunção. Viagem «perto do Maranhão e das Amazonas». Viagem através do Chaco com Domingos Irala. Índios destas regiões. A vida em Assunção. Viagem terrestre do Paraguai ao Brasil. Entrada na Companhia de Jesus 117/136

## IX. POR COMISSÃO DE MANUEL DA NOBREGA...:

O Rio de Janeiro em 1570. Fernão Luiz Carapeto. Gonçalo de Oliveira. A Aldeia de São Lourenço. O casamento de Martim Afonso Araribóia. Ministérios dos Jesuitas. Pazes com os Tamóios . . . . .

137/146

## X. A PRIMEIRA BIOGRAFIA INÉDITA DE JOSÉ DE ANCHIETA, APOSTÓLO DO BRASIL:

A «Breve Relação» de Quirício Caxa. O 4.º centenário de Anchieta. Do seu nascimento e entrada na Companhia. De como foi enviado ao Brasil. De como leu latim. De como aprendeu a lingua do Brasil. De como esteve cativo entre os Tamóios. Do fruto que N. S. tirou do seu cativo. De como continuou na conversão dos índios. De como foi ao sertão em busca de uns homens alevantados. De como foi feito provincial. Das letras e púlpito que o P.º José teve. Da morte do P.º José. De algumas virtudes que mais se enxergaram no P.º José. Do espírito de profecia que parece teve. As «vidas» de Anchieta . . . . .

147/184

## XI. QUANDO NASCEU JOSÉ DE ANCHIETA?

Diversidade de pareceres. Certidão de baptismo . . . . .

185/187

## XII. UM AUTÓGRAFO INÉDITO DE JOSÉ DE ANCHIETA:

As cartas de Anchieta. Cristóvão de Gouveia. António Gomes. Vicente Rodrigues . . . . .

189/194

## XIII. OS JESUITAS NO BRASIL E A MEDICINA:

Necessidade do exercício da medicina nos primeiros tempos. Cirurgia de urgência. Flebotomia. Epidemias. Assistência domi-

ciliária e hospitalar. A Misericórdia do Rio de Janeiro. Doenças venéreas. Cura do cancro? Medicamentos. «De algumas cousas mais notáveis do Brasil». A «Collecção de Várias receitas» . . . 195/216

#### XIV. CONQUISTA E FUNDAÇÃO DO RIO DE JANEIRO:

Estado da Capitania de São Vicente nas proximidades de 1565. Preparação da campanha. O arraial de Estácio de Sá. Franceses e Tamóios. A conquista. Parte que nela tiveram os Jesuitas . . . 217/218

#### XV. DERROTA DE MAURÍCIO DE NASSAU NO CÊRCO DA BAÍA:

Episódios da luta. Batalha de 18 de Maio de 1638. Regozijo na cidade do Salvador 229/239

#### XVI. APÊNDICE: *Uma história manuscrita da Vice-Província do Maranhão:*

O manuscrito. Bibliografia utilizada pelo seu autor. Conteúdo . . . . . 241/248

ÍNDICE DOS NOMES . . . . . 249/256

ÍNDICE DAS MATÉRIAS. . . . . 257/260

*Com todas as licenças necessárias.*

Este livro foi composto e impresso nas officinas da Empreza Graphica da "Revista dos Tribunaes", á rua Xavier de Toledo, 72 — São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em Setembro de 1937.